

RODRIGO

CONSTANTINO

BRASIL FEIRO É OTÁRIO?

**O ALTO CUSTO
DA NOSSA
MALANDRAGEM**





RODRIGO
CONSTANTINO

BRASILEIRO É OTÁRIO?

2ª edição



EDITORA RECORD
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2016

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C774b

Constantino, Rodrigo

Brasileiro é otário? [recurso eletrônico] : o alto custo da nossa malandragem / Rodrigo Constantino. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Record, 2016.

recurso digital

Formato: epub

Requisitos do sistema: adobe digital editions

Modo de acesso: world wide web

ISBN 978-85-01-10860-9 (recurso eletrônico)

1. Sociologia política. 2. Brasil - Política social. 3. Livros eletrônicos. I. Título.

16-36956

CDD: 306.2

CDU: 316.74

Copyright © Rodrigo Constantino, 2016

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão de partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Direitos exclusivos desta edição reservados pela
EDITORA RECORD LTDA.

Rua Argentina, 171 – Rio de Janeiro, RJ – 20921-380 – Tel.: (21) 2585-2000.

Produzido no Brasil

ISBN 978-85-01-10860-9

Seja um leitor preferencial Record.
Cadastre-se e receba informações
sobre nossos



lançamentos e nossas promoções.

Atendimento e venda direta ao leitor:
mdireto@record.com.br ou (21) 2585-2002.

“Restaure-se a moralidade, ou nos locupletemos todos!”

— *STANISLAW PONTE PRETA*

Dedicado a todos os brasileiros “otários”, que respeitam as leis, que trabalham duro para sustentar a própria família, que estão cansados dos “malandros” que só pensam em viver à custa dos demais, do Estado.

Sumário

Introdução

Parte I — O jeitinho e suas origens

O que é o jeitinho brasileiro?

As origens do fenômeno

A grande família

O excesso de legislação

A influência do clima

Somos vira-latas?

Bom selvagem: o mascote internacional

A importância das instituições

A ética da malandragem eleitoral

Parte II — Os efeitos da esperteza

O culto ao coitadinho

Atacando o sintoma

As cigarras irresponsáveis

A maior taxa de juros do mundo

Previdência Ponzi

O petróleo é nosso!

Nas entranhas do poder

República sindical

Acostamento: retrato do Brasil

Carteira de estudante

Despachante do Cristo
Um país kafkiano
A ética da preguiça
Viva a favela!
A era lulopetista
Mauá ou Lula?
Deu zika!

Parte III — Comparando com os outros

Um coxinha na Flórida
O “segredo” do alto salário dos americanos
O crescente conforto material
A dignidade da classe média americana
Cruzamento: uma aula de sociologia
Estradas ou queijos suíços?
A Voz da América
Football x Soccer
Que show!
Jovens empreendedores
Rio: onde o Uber é proibido por lei e o Waze, pelo crime
Presunção de inocência
Onde está a Fox News do Brasil?
O Brasil cansa

Parte IV — O custo da malandragem

O índice iPhone
Custo Brasil ou Lucro Brasil?
Tudo mais caro, tudo pior!
Vamos aos dados

Epílogo

Introdução

Como um “carioca da gema”, posso atestar o fenômeno com facilidade, pois o Rio talvez seja a capital nacional da malandragem. O jogo de cintura é nossa marca registrada. Somos “flexíveis”, “espertos”, gostamos de improvisar, valorizamos mais a criatividade do que o trabalho árduo, gostamos de atalhos, sabemos levar a vida numa boa ou, melhor ainda, deixá-la nos levar, de preferência ao ritmo de samba e regado a uma cervejinha (aguada).

Claro que se trata de uma generalização. Toda regra tem sua exceção. Quando falamos na pontualidade britânica, não queremos dizer que *todos* os britânicos são pontuais. Quando falamos na frieza alemã, não negamos a existência de alemães emotivos. Um traço cultural é justamente isso: uma característica comum, talvez predominante em determinado povo, que serve como identidade nacional. Nesse sentido, sim, brasileiro é um malandro. E pior: orgulha-se disso.

Walt Disney sacou essa característica e a eternizou no personagem Zé Carioca, um papagaio malandro que sempre escapa dos problemas com seu “jeitinho”. Idealizado em 1940, o bicho mostra como a coisa vem de longe. Foi criado pelo próprio Disney durante visita ao Rio, quando esteve hospedado no Copacabana Palace. Zé Carioca então nascia como alguém festeiro, divertido, vagabundo e preguiçoso, destinado a ser a cara do Brasil.

Todos conhecem aquela velha piada em que Deus, respondendo a alguém encantado com as maravilhas naturais do Brasil, diz: “Espera só para ver o povinho que vou colocar lá.” Essa tendência autodepreciativa, fixada bem antes de Walt Disney conhecer o Brasil, fora percebida por outros argutos observadores externos. Quando o jovem Charles Darwin passou pelo país,

em sua famosa viagem ao redor do mundo, fez relatos empolgados sobre nossa beleza natural, mas nada elogiosos ao povo que encontrou. Por exemplo:

Fomos à cidade. Ao desembarcar, encontrei a Praça do Palácio repleta de gente em volta da casa de dois cambistas que haviam sido assassinados na noite de ontem de forma mais atroz que a normal. É bastante temeroso ouvir os crimes enormes cometidos diariamente e não punidos. Um escravo que assassinar seu senhor se tornará um escravo do governo após ser confinado por algum tempo. Já um homem rico pode estar certo de que estará livre dentro de pouco tempo, por maior que seja a acusação contra si. Todos aqui podem ser subornados. Um homem pode se tornar marinheiro ou médico ou qualquer outra profissão se puder pagar o bastante. Alguns brasileiros já declararam com seriedade que o único defeito que enxergam nas leis inglesas foi não identificar qualquer vantagem dos ricos e respeitáveis sobre os pobres e miseráveis.

Os brasileiros, até onde posso julgar, possuem apenas uma pequena fração daquelas qualidades que conferem dignidade à humanidade. Ignorantes, covardes e indolentes ao extremo. Hospitais e bem-intencionados até onde isso não lhes causa qualquer problema. Moderados, vingativos, mas não briguentos. Contentes consigo e com seus costumes, eles respondem a qualquer comentário perguntando: “Por que não podemos fazer como nossos avós faziam?” Sua própria aparência pressagia sua pequena elevação de caráter. De vulto pequeno, eles logo se tornam corpulentos. Devido a sua pouca expressão, parecem ter a cara afundada entre os ombros. Os monges são ainda piores nesse último aspecto. Não é preciso muita fisionomia para ver plenamente estampados em seu rosto a dissimulação perseverante, a sensualidade e o orgulho.

Ouch! É duro ler tais linhas quando se é brasileiro, mas não adianta xingar o autor; é melhor refletir a respeito. Darwin estava ou não certo em sua percepção das características de um típico brasileiro? Somos facilmente subornáveis? Odiamos a igualdade perante as leis? Preferimos privilégios?

Somos indolentes? Dissimulados? Enfim, somos mesmo um país de malandros sensuais?

Para dar respaldo numérico ao que todos podem notar, cito uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), feita entre 17 e 21 de setembro de 2012, e completada com dados somente divulgados no início de 2014. A impressão dos entrevistados acerca da forma de agir do brasileiro reflete o jeito como nos relacionamos: 82% acham que a maioria procede em busca de vantagem, enquanto só 16% consideram que as pessoas o fazem de maneira correta.

“Há certas imagens sobre o comportamento do brasileiro que permeiam as percepções das pessoas nas suas relações sociais. A ideia de que o brasileiro sempre burla normas e determinações para obter o que almeja — e essa é uma definição do jeitinho — é recorrente. Para a grande maioria dos brasileiros, a busca de atalhos, soluções facilitadas ou vantagens faz parte do cotidiano das pessoas”, explicou Rachel Meneguello, cientista política da Universidade de Campinas (Unicamp).

Vários sociólogos, antropólogos e pensadores em geral, antigos ou contemporâneos, mergulharam no assunto para tentar explicar as raízes deste traço cultural evidente. Neste livro, analisarei algumas teses e abordarei aspectos das possíveis causas da malandragem estabelecida como identidade nacional.

As origens dessa característica, contudo, não serão o foco principal do livro, ainda que importantes. O que realmente pretendo estudar é o custo de nossa malandragem, o alto preço que pagamos por nos considerarmos tão sedutores e espertos. O que significa para nós — para o país — ter a Lei de Gérson como traço definidor de imagem? Qual o custo de oportunidade disso? O que deixamos na mesa por rejeitarmos certos valores vistos como mais “caretas”?

Minha tese é a de que o tiro saiu pela culatra, isto é, aquilo que poderia ser vantagem comparativa se tornou grande fardo, o maior obstáculo para nossos desenvolvimento e progresso. Sim, ter algum jogo de cintura é positivo, saber lidar com o lado mais emocional da vida também. Tudo isso poderia enriquecer nossa sociedade para além do ponto de vista material. Só

que exageramos na dose, passamos do ponto, deixamos o pêndulo extrapolar, e agora não sabemos como colocar o gênio de volta na garrafa.

O resultado? O povo de malandros criou um país de otários. Somos o “país do futuro” que nunca chega. Sei que o diagnóstico é duro, até cruel e difícil de engolir, pois fere nosso orgulho nacional. Mas o que se pode fazer se verdadeiro? Um pai que ama seu filho — que, por sua vez, sofre com problemas ligados às drogas — deve fingir que o mal inexistente de modo a sofrer menos em curto prazo? Claro que não. Tapar o sol com a peneira e empurrar o problema com a barriga apenas o agravaria.

Encarar a doença exige coragem, mas é o único jeito correto de lidar com a coisa. A visão míope de nossa sociedade, voltada em demasia para o “aqui e agora”, tem nos custado caro demais. Outro aspecto nefasto é atacar apenas sintomas, nunca as causas dos problemas. Adotamos a velha “política do sofá”, do marido traído que joga fora o móvel em que pegou sua esposa com o amante, pensando ter assim resolvido a questão do adultério. Somos mestres nisso, em quebrar o termômetro para combater a febre.

Patriotismo não é fechar os olhos para nossos males; ao contrário: é enfrentar os desafios que se apresentam em nome de um país melhor. Infelizmente, o brasileiro típico adota uma entre duas posturas: ou abraça um nacionalismo boboca, ufanista, que só lhe permite enxergar coisas boas e o faz rebater toda crítica como se de um inimigo; ou endossa um pessimismo crônico, um fatalismo torpe, fruto de um complexo de vira-latas que trata tudo que é nacional como se lixo, alegando que o Brasil sempre foi e será uma porcaria, que não tem jeito.

Há que se buscar algum equilíbrio, porém.

Como aproveitar nossas qualidades — que existem — sem cair na maldição do culto à malandragem? Como construir um país mais rico sem perder aquilo que nos identifica como povo, uma sociedade espontânea e inclinada a uma felicidade mais jovial e descontraída?

É possível?

PARTE I

0 jeitinho e suas origens

O que é o jeitinho brasileiro?

Vários autores se dedicaram a explicar o “jeito brasileiro”, essa forma *paralegal* de solucionar problemas. Um dos trabalhos que melhor resume o fenômeno é o de Livia Barbosa, cujo subtítulo já dá boa ideia do que falamos aqui: “a arte de ser mais igual do que os outros”.

O jeitinho é, em essência, apelar a um elo pessoal ou emocional para burlar alguma norma e obter algum privilégio. É o oposto da igualdade plena sob as mesmas regras e leis. Em um ambiente formal extremamente engessado como o brasileiro, em que para tudo há código escrito ou regra estabelecida (pois a função precípua da burocracia parece ser a de criar dificuldades legais para vender facilidades ilegais depois), recorrer ao jeitinho pode ser questão de sobrevivência. Trata-se de método para desembaraçar aquelas situações nas quais a pessoa, ante um “não pode” de alguma autoridade, obtém o que deseja sem afrontar diretamente a lei.

Como o custo da legalidade no Brasil pode ser proibitivo, apelar para o jeitinho é, muitas vezes, como respirar um ar rarefeito após a asfixia imposta pelo próprio Estado: uma lufada que, apesar de insuficiente, alivia os pulmões oprimidos. É um ciclo defeituoso: o Estado ergue inúmeras barreiras para tarefas simples do dia a dia, obstáculos que o cidadão não consegue vencer simplesmente, e que o próprio Estado não é capaz de fazer tramitar sequer razoavelmente, o que resulta em que ambos busquem e aceitem formas alternativas (e marginais) para avançar. Assim, fazer a máquina girar significará, quase obrigatoriamente, que o cidadão invista em interlocução de tom pessoal, emotivo, intimista, de modo a sensibilizar o agente do Estado por meio de um drama particular — e, então, o que

deveria ser relação burocrática regida por códigos formais torna-se negociação improvisada para obter vantagem.

“Por favor, não é possível dar um jeitinho e resolver isso de outra maneira?”, eis uma das perguntas mais frequentes em nosso país. Raros são os que nunca adotaram essa abordagem para conseguir algo do sistema. Normalmente, a investida vem acompanhada de fala macia, ar simpático e olhar suplicante. Espera-se que o outro possa ver a pessoa do lado de cá, e não apenas mais um sujeito obrigado a respeitar regras isonômicas.

Para Livia Barbosa, o jeitinho nasce nos domínios urbanos, impessoais, “em que impera a representação da racionalidade e da igualdade”. Em um Estado hipertrofiado, com postura paternalista, de quem se espera quase tudo, a enorme centralização de poder fomenta a imensa burocracia. Tal arcabouço institucional e cultural facilita, sem dúvida, o florescimento do jeitinho, que, embora não seja exclusividade brasileira, encontrou solo extremamente fértil para se desenvolver no Brasil.

Se, num olhar micro, esse jeitinho torna viável a vida sob tantas regras absurdas, observado amplamente ele impõe elevado custo econômico e social. Pode-se tentar resumir isso por meio do que os economistas chamam de “falácia da composição”. Basta pensar em um teatro em que todos estejam sentados. Se somente você se levantar, seu campo de visão será bastante beneficiado. Mas, e se *todos* resolverem agir da mesma maneira? O resultado será pior para todos, que terão de ver a peça de pé.

“Do ponto de vista econômico”, diz Livia Barbosa, “o *jeito* provoca má alocação de recursos, aumento dos custos de produção ou má qualidade do produto e injustiça social, ao permitir que certas empresas e indivíduos não obedeçam à lei, por meio do pagamento de gorjetas e de conexões familiares”. Há uma linha tênue separando jeitinho e corrupção, que muitas vezes se misturam, numa distinção apenas de grau. Dar uma “cervejinha” ao guarda é visto como jeitinho; dar propina a um funcionário público, porém, é corrupção. Isso prejudica a eficiência administrativa e gera um clima de constante desrespeito às leis. Banaliza a ilegalidade.

Ao funcionar como válvula de escape para o custo burocrático, o jeitinho impede o surgimento de pressão social capaz de provocar mudanças efetivas

— enxugamento — no aparato legal e institucional. Como sabemos que, em último caso, sempre há o recurso ao jeitinho, importamo-nos menos com as leis excessivas e imobilizadoras. Sabemos de antemão que muitas sequer vão “pegar” e já contamos com o descrédito legal por antecipação.

Ao substituir o impessoal pelo intimista, o jeitinho encarece sobremaneira os custos de transação na economia. Aliás, a linguagem adotada por quem lhe recorre — “meu chapa”, “meu amigo”, “irmão”, “minha tia” — é exemplar de uma sociedade ainda com contornos tribais, em que o parentesco é mais importante do que as regras formais do jogo. Assim, ao depender do “conhecimento” do próximo, a dinâmica econômica é totalmente afetada. Basta pensar em como seria vender produtos e serviços somente para amigos.

Uma das grandes vantagens da economia de mercado é justamente a confiança no império das leis, não dos homens. Se as instituições são confiáveis, se sei que há punição para malfeitos, então posso lidar com o outro de modo mais simples, mesmo sem saber quem é. O diplomata francês Alain Peyrefitte, em *A sociedade de confiança*, mostra como a crença nas instituições impessoais foi fundamental para o progresso dos países mais desenvolvidos.

Nos Estados Unidos, ninguém precisa apelar a um “meu chapa” para trocar um produto com defeito; a loja assume automaticamente que o cliente fala a verdade e substitui a mercadoria por uma nova. Não é necessário simular familiaridade com o vendedor para obter algum tipo de favor. Isso só ocorre quando a grande maioria acredita no funcionamento das regras impessoais, e não nas vantagens obtidas pelas amizades com o “rei”.

É possível, entretanto, que alguém use isso — que chamará de “ingenuidade” — para aplicar um golpe. Se o fizer, é provável que se ache o ser mais malandro do universo. Mas... Afastemo-nos da árvore e visualizemos a floresta: que tipo de país espertos assim forjarão?

Com o tempo, é claro que os vendedores aprenderão a lição, conhecerão a manha dos “malandros”, e o processo de trocas se tornará infinitamente mais burocrático e restritivo — tudo para garantir maior segurança contra fraudes.

As origens do fenômeno

Roberto Campos, observador sempre arguto de nossas mazelas, escreveu um ensaio chamado “A sociologia do jeito”, presente no livro *A técnica e o riso*. Para ele, três seriam as raízes históricas dessa característica nacional.

A primeira, a duração mais longa do período feudal nos países latinos em relação aos anglo-saxões. O feudalismo foi um sistema de profunda desigualdade jurídica, em que as leis só valiam para os vassalos, não para os próprios senhores feudais. O barão ou suserano gozava de inúmeros privilégios e governava por meio de decretos pessoais. Era a polícia, o legislador e o juiz ao mesmo tempo.

Segundo Campos, o prolongamento do feudalismo contribuiu para fomentar nosso jeitinho, resumido por George Orwell, em *A revolução dos bichos*, com a máxima segundo a qual todos são iguais, mas uns mais iguais que os outros. Que pode ser traduzida também como: “Para os amigos, tudo; para os indiferentes, nada; para os inimigos, a lei!” Ao que acrescento: a lei mal interpretada, uma vez que temos infindáveis regras arbitrárias, de aplicação dúbia.

A segunda raiz seria o foco no direito civil inspirado nos romanos, em vez de no empiricismo jurídico anglo-saxão, que representa muito mais a cristalização de costumes do que a construção lógica de cima para baixo. A *Common Law* dos britânicos é uma coletânea de experiências e práticas, oposta ao nosso sistema apriorístico e formal.

A Inglaterra não possui uma Constituição como a nossa, e a dos americanos é bastante simples e restrita, tendo sofrido poucas emendas em mais de dois séculos. As Cartas latinas, no entanto, costumam ser um emaranhado imenso de normas e regras, miudamente normativas e

regulamentares, que procuram legislar sobre quase tudo. Resultado: o excessivo formalismo produz o jeitinho como válvula de escape.

Por fim, Campos trata do modo como as religiões influenciaram. O catolicismo latino é rígido e dogmático, e sua regra moral tende a ser intolerante com desvios. Já o protestantismo anglo-saxão dá mais espaço para ajustes, sendo mais complacente como doutrina e mostrando uma moral mais utilitária. Como resume o autor, “há menos beleza e também menos angústia”.

Pensemos em como os católicos poderiam, de fato, adaptar-se, em pleno século XXI, à proibição da pílula anticoncepcional ou da camisinha. Considerado o dogma ao pé da letra, seria impossível. Mas, ora, dá-se um jeito. Interpreta-se a coisa de forma mais elástica, assume-se que não é exatamente assim, que não é uma regra para efetivamente ser seguida. Pronto. Resolvido.

Claro, ao se falar das origens do jeitinho, não pode ficar de fora o já batido legado institucional lusitano, com a vinda da família Real para o Brasil no começo do século XIX. Dom João trouxe enorme séquito consigo, e então se fincaram as bases definitivas de nosso velho e conhecido patrimonialismo, por meio do qual a “coisa pública” é tratada como *cosa nostra*, linguajar mafioso adequado, posto que tudo passa a ser visto como pertencente à “grande família” incrustada no poder.

Não custa lembrar que a famosa carta de Pero Vaz de Caminha termina já com um pedido de privilégio, uma ajuda a um parente, ou seja, desde nosso descobrimento que a proximidade com o poder rende frutos valiosos e substitui caminhos mais árduos e impessoais, como o esforço e o mérito.

Ser um dos “amigos do rei”, portanto, sempre teve valor extremamente alto no Brasil. “Vês, pois, que, onde tudo está sob o poder de uma facção, não se pode dizer que existe República”, disse Cipião. Quando o Estado é privatizado por uma patota, a saída para os reles mortais muitas vezes é procurar também um jeitinho de se tornar mais iguais que os outros. Jeitinho por cima, jeitinho por baixo — assim se ergueu o Brasil.

Pouco mudou com a República, nascida sem participação popular. Entre os principais motivos de descontentamento com a monarquia, acredite,

estavam os altos índices de analfabetismo e de miséria, impeditivos ao funcionamento adequado da democracia e da economia de mercado. Mais de um século depois, como estamos nessas áreas?

Malgrado algumas conquistas, parece evidente que o modelo tem fracassado, e muito. Temos elevado índice de analfabetismo funcional, péssima qualidade de ensino público, e muita miséria ainda. Em suma, uma República inacabada e disfuncional, que ainda beneficia sobremaneira aqueles que se alimentam, feito parasitas, das oportunidades geradas pelo compadrio no centro do poder político. Quem fica de fora desse círculo seletivo sente um otário, pois é instado a pagar a fatura dos privilégios alheios.

O alerta feito pela filósofa russa Ayn Rand mostra como o modelo brasileiro não tem como funcionar:

Quando você perceber que, para produzir, precisa obter a autorização de quem não produz nada; quando comprovar que o dinheiro flui para quem negocia não com bens, mas com favores; quando perceber que muitos ficam ricos pelo suborno e por influência, mais que pelo trabalho, e que as leis não nos protegem deles, mas, pelo contrário, são eles que estão protegidos de você; quando perceber que a corrupção é recompensada, e a honestidade se converte em autossacrifício; então poderá afirmar, sem temor de errar, que sua sociedade está condenada.

No capitalismo de livre mercado, trocam-se bens e produtos de acordo com preferências subjetivas e méritos individuais. No patrimonialismo, trocam-se favores e subornos. O patrimonialismo, uma herança portuguesa, está, portanto, na origem de nosso jeitinho. Tornar a coisa pública efetivamente pública, ou seja, de todos, com instituições sólidas que garantam a igualdade perante as leis, representa condição *sine qua non* para se combater a doença social que nos impede de virar um país desenvolvido.

A grande família

Nos primórdios, os caçadores nômades tinham apenas uns aos outros, e o sentimento de pertencimento a um grupo coeso justificava-se na luta pela sobrevivência. “Sou dessa tribo, e ela é minha *grande família*, uma extensão do meu núcleo familiar mais restrito. Essa tribo vai me defender de inimigos externos, de ameaças. Somos como um só: todos irmãos, braços dados ou não.”

A evolução, porém, fez com que algumas sociedades conseguissem deixar esse tribalismo rudimentar para trás, beneficiando-se das grandes vantagens de uma população mais vasta, com ganhos de escala, e do respeito às regras impessoais, válidas igualmente para todos — o próprio conceito de justiça. Sociedades tribais são atrasadas, como vemos aos montes, em maiores e menores graus, na África e na América Latina. E o Brasil, claro, é um tanto tribal, cultor também de sua “grande família”.

Duvida? Já vimos que o uso de expressões como “minha tia” e “meu irmão”, em ambientes supostamente impessoais, são comuns no Brasil e denotam justamente essa característica tribal. Mas há muito mais. Podemos pensar em como deixamos que os taxistas entrem em nossas intimidades ou vice-versa. Sim, ele é um motorista contratado temporariamente para um serviço específico, que é nos levar de um ponto a outro. Mas eis que ocorre uma ligação instantânea, como se fôssemos irmãos de sangue. E logo o sujeito estará a nos contar da doença de seu filho ou do casamento fracassado.

É tudo muito estranho. Lembro-me de que uma vez Diogo Mainardi, no “Manhattan Connection”, disse que aquele vidro que separa motorista de passageiro no táxi nova-iorquino era sinal de civilização. Brincadeira à

parte, ele tinha um ponto ali. Esse ponto, contudo, é tido como coisa de gente sem humor, antipática, pois o legal mesmo é transformar o táxi numa mesa de bar, num confessionário de igreja ou num consultório psicanalítico.

Quer mais? Brasileiro quando se encontra no exterior... Todos já viram a cena. “Oi, você também é brasileiro? Nossa, que maravilha.” E a Fulana puxa uma cadeira, conversa sobre sua viagem, fala de seu marido, de seus filhos, faz perguntas e mais perguntas, e logo se torna parente. Tudo isso sem que haja alguma convergência, alguma afinidade identificada, algum interesse especial em comum. Tudo isso tão somente porque dois brasileiros se cruzaram fora do Brasil. Isso é tribalismo ao extremo. Chega a ser jeca mesmo, brega. E daí que são dois brasileiros em outro país? *What’s the big deal?*

Como o “parentesco” surge quase que de imediato, claro que o relacionamento será superficial e gerador de “calor humano” artificial. E daí se segue que juras de “amor” serão trocadas, promessas de novos encontros, feitas, e visitas, combinadas — apenas para você nunca mais ver aquele estranho novamente. Não é bizarro?

O carioca, então, adora essa coisa de fazer enorme festa quando encontra um velho conhecido, com o qual perdeu totalmente contato e do qual nada mais se sabe, e combinar um encontro para logo mais. “Temos que marcar alguma coisa. Passa lá em casa hoje mais tarde. Fechado?” E o outro responde que sim, claro; trocam abraços e se despedem projetando aquele encontro marcado, para dali a poucas horas, que jamais acontecerá. O que convidou não informou endereço, o convidado não perguntou... Sei que você conhece um monte de gente assim, leitor.

Nesse momento você pode estar rindo, achando que exagero, que faço tempestade num copo d’água. Acredite, porém: essa cultura tem consequências. Uma delas é a falta de compromisso dos brasileiros. Se toda essa camaradagem é falsa, fruto apenas de um ranço tribal que não superado, então as verdadeiras relações tendem à diluição e os compromissos importantes, a se perderem em meio a tantas promessas vazias. Tudo é uma festa; nada é sério, para valer.

Por isso que tudo acaba em carnaval, numa grande farra tomando conta das ruas, com todos os “irmãos” pulando juntos no mesmo ritmo, na mesma “alegria”. O carnaval de 2016 não seria diferente, mesmo com o país afundado na maior crise de sua história. Os cariocas chegaram a tomar o aeroporto Santos-Dumont como se fosse uma quadra de escola de samba, sem respeito algum pelos demais, sem se importar com quem estava ali apenas para viajar e não queria fazer parte da bagunça, da zorra total. Nesse cenário de irmandade plena, de tribalismo total, não há espaço para o outro, para o que deseja resguardar seu pedaço de privacidade, que alguns chamam de civilização.

Família não lava roupa suja em público — aprendemos desde cedo, se somos bem-educados. Mas eis o problema: se *todos* compõem essa mesma grande família, então não há o tal espaço público. Tudo é continuação de nossas casas. Assim, sentimo-nos donos do pedaço, não aprendemos a respeitar a privacidade alheia, o espaço do vizinho, seu direito de ficar quieto na sua, de não saber dos detalhes de nossas vidas.

Claro que o Facebook potencializaria isso, não é mesmo? Brasileiro não pode ver uma rede social. Fica louco. Éramos os campeões do Orkut, como o somos, hoje, do Facebook, e o seremos do que mais vier. A página do brasileiro médio é um grande livro aberto de intimidades, um desfile de vidas artificiais, forjadas para expor e provar felicidades. O Facebook também se configura em continuação da casa dos usuários, de modo que todo tipo de baixaria pode se desdobrar livremente, sem qualquer preocupação, filtro ou respeito com o próximo.

Falo de coisas aparentemente bobas, mas muito ilustrativas de um ambiente que abarca também — e necessariamente — questões mais sérias, com implicações graves. Porque esses casos menores aplicam-se e ampliam-se perfeitamente ao entendimento do Estado e das instituições, compreendidas e tratadas como extensão do lar, da família. É o conceito de patrimonialismo, tão bem estudado por pensadores como Raymundo Faoro e Ricardo Vélez Rodríguez. “O patrimonialismo é a vida privada incrustada na vida pública”, sintetizou o escritor mexicano Octavio Paz.

Em um Estado patrimonialista, não se distinguem com clareza o público e o privado. Todas as funções reduzem-se a incumbências ditadas pelo interesse de família ou de clã. Ao contrário de outras culturas, em que a política é um meio para favorecer os negócios, para os latino-americanos

tribais é o grande negócio em si. O princípio básico da economia patrimonialista, segundo Vélez, é a “privatização dos lucros, socialização dos prejuízos”. Quem não faz parte do andar de cima acaba pagando as “aventuras dos tiranetes”.

A variável política tem preponderância sobre a econômica. A troca de favores é o meio para o sucesso, não a meritocracia. Conforme Octavio Paz constatou, “o Estado moderno é uma máquina, mas uma máquina que se reproduz sem cessar”. O patrimonialismo é a via que leva ao autoritarismo, através da crescente concentração de poder.

Infelizmente, a América Latina parece longe do dia em que tais características serão apenas um triste capítulo do passado. Se antes figuras como Juan Vicente Gómez, Juan Domingo Perón e Getúlio Vargas representavam os ícones desse patrimonialismo, recentemente tivemos Hugo Chávez, Evo Morales e o ex-presidente Lula, sem falar do casal Kirchner, todos substituindo os “patriarcas” do atraso. Lula era o “pai do povo” e Dilma, a “mãe”, em clara associação à ideia de grande família. Em estágio mais avançado de autoritarismo, há o caso dos irmãos Castro, que transformaram Cuba literalmente numa propriedade familiar, com 11 milhões de “filhos” (ou escravos).

Em uma economia cada vez mais globalizada, a mentalidade tribal é deletéria, pois leva ao fechamento, à desconfiança em relação aos “outros”, aos que não pertencem à tribo, e que, portanto, devem querer nos explorar, nos destruir. Em sua autobiografia, Alan Greenspan, que foi *chairman* do Federal Reserve, o banco central americano, escreveu:

Em face da integração crescente da economia global, os cidadãos do mundo se defrontam com uma escolha árdua: de um lado, abraçar os benefícios mundiais dos mercados globais e das sociedades abertas, que arrancam as pessoas da pobreza e as lançam na escalada em busca de melhores qualificações, como meio de melhorar seus padrões de vida, no mesmo tempo em que se mantêm atentas às questões fundamentais de justiça; de outro, rejeitar essa oportunidade

e aferrar-se ao nativismo, ao tribalismo, ao populismo e a todos os demais ismos, em que se refugiam as comunidades, quando se veem sitiadas em sua própria identidade e não conseguem perceber melhores escolhas.

É a perfeita definição do que fez o Brasil nos últimos anos, quiçá nas últimas décadas. Voltamo-nos para dentro, recusamos a abertura comercial, evitamos mergulhar na globalização, pois queríamos preservar nossa grande família intacta, proteger os nossos “irmãos”. O resultado é mais miséria, corrupção e concentração de poder e riqueza.

Em seu livro *Philosophy: Who Needs It?*, Ayn Rand lembra que aqueles que buscam um grupo, conforme definição acima, estão atrás de proteção contra os “de fora”, eximindo-se da necessidade de pensar por conta própria. O que o grupo demanda em troca é a obediência a suas regras, às quais o sujeito está ansioso para atender, justamente porque representam a própria garantia de “proteção”.

O mandamento básico de todos esses tipos de grupos, que precede quaisquer outros códigos, é a lealdade. Não lealdade às ideias, ou a valores abstratos, mas ao próprio grupo. Como exemplo de comunidade formada a partir dessas características está a xenófoba, em que o medo ou o ódio aos *outsiders* são alimentados em detrimento da razão. O estrangeiro passa a ser um inimigo, independentemente de suas crenças e valores, apenas por vir de fora.

É o que Ayn Rand chama de tribalismo, um produto do medo, sendo o medo, por sua vez, a emoção dominante em qualquer pessoa, cultura ou sociedade que rejeite a maior ferramenta de sobrevivência humana: a razão. Ela afirma ainda que o *welfare state* divide a sociedade em grupos de pressão, cada um lutando por privilégios especiais à custa dos demais, de forma que o indivíduo não atrelado a algum deles torna-se presa fácil.

Quando os homens estão unidos por ideias, ou seja, por princípios claros, não há espaço para favores políticos ou poder arbitrário. Os princípios servem como critério objetivo para determinar as ações e julgar os homens, sejam líderes ou não. Em contrapartida, num grupo unido feito rebanho bovino, seu membro será sempre tratado com complacência,

enquanto os “de fora” serão duramente condenados, sem que tenham cometido qualquer falta para tanto.

O uso de duplo padrão é característica comum a esses grupos, e vale tudo para salvar a pele de algum membro do rebanho, por mais criminoso que seja seu ato. “Somos negligentes com os ‘malfeitos’, pois, afinal, são nossos irmãos roubando, parte da nossa grande família. Poderia ser eu ali, não é mesmo?” Por isso que, mesmo diante dos maiores escândalos de corrupção da história deste país, os brasileiros foram às ruas celebrar o carnaval também em 2016, como se nada de anormal houvesse.

Claro, o povo tem direito a uma pausa, a um descanso e mesmo a uma fuga da realidade — porque a realidade é dura. Se bem que isso mais parece uma racionalização sobre o fato de o povo brasileiro gostar mesmo é de farra — e que se dane. O importante, entretanto, não é o que se passa nessa semana consagrada à folia. Como se diz a quem reclama de que as festas de fim de ano engordam muito: o problema não é o que se come entre o Natal e o réveillon, mas sim entre o réveillon e o Natal. Ou seja, o problema não está na semana momesca, mas nas outras 51 semanas do ano. É o que fazemos nesse período que determina nosso destino.

Eis o mais grave, no entanto: tudo acaba parecido, tudo uma grande festa, em que os maiores absurdos são tratados como coisas normais, uma vez que produtos de nossa cultura, de nossa tradição, de nossa família escrachada e bagunceira.

Um americano, Mark Manson, que morou quatro anos no Brasil e ficou noivo de uma brasileira, escreveu uma carta de desabafo após se espantar com o que viu no país. Sua visão de fora é acurada, seus ataques são legítimos, suas críticas, duras, porém verdadeiras. Ignorá-lo, ou, pior, atacá-lo por ser um “estadunidense” metendo o dedo em nossa cara, criticando nossa cultura, significa apenas reforçar os problemas que aponta. Alguém maduro deve ser capaz de absorver críticas, refletir a respeito e, de preferência, se pertinentes, mudar. Eis alguns trechos:

No passado, eu tinha muitas teorias sobre o sistema de governo, sobre o colonialismo, políticas econômicas etc. Mas, recentemente, eu cheguei a uma conclusão. Muita gente provavelmente vai achar essa minha conclusão meio ofensiva, mas, depois de trocar várias ideias com alguns dos meus amigos, eles me encorajaram a dividir o que eu acho com todos os outros brasileiros.

Então aí vai: é você.

Você é o problema.

Sim, você mesmo que está lendo esse texto. Você é parte do problema. Eu tenho certeza de que não é proposital, mas você não só é parte como está perpetuando o problema todos os dias.

Não é só culpa da Dilma ou do PT. Não é só culpa dos bancos, da iniciativa privada, do escândalo da Petrobras, do aumento do dólar ou da desvalorização do real.

O problema é a cultura. São as crenças e a mentalidade que fazem parte da fundação do país e são responsáveis pela forma com que os brasileiros escolhem viver as suas vidas e construir uma sociedade.

O problema é tudo aquilo que você e todo mundo a sua volta decidiram aceitar como parte de “ser brasileiro” mesmo que isso não esteja certo.

Quer um exemplo?

Imagine que você está de carona no carro de um amigo tarde da noite. Vocês passam por uma rua escura e totalmente vazia. O papo está bom e ele não está prestando muita atenção quando, de repente, ele arranca o retrovisor de um carro supercaro. Antes que alguém veja, ele acelera e vai embora.

No dia seguinte, você ouve um colega de trabalho que você mal conhece dizendo que deixou o carro estacionado na rua na noite anterior e ele amanheceu sem o retrovisor. Pela descrição, você descobre que é o mesmo carro em que seu brother bateu “sem querer”. O que você faz?

A) Fica quieto e finge que não sabe de nada para proteger seu amigo? Ou

B) Diz para o cara que sente muito e força o seu amigo a assumir a responsabilidade pelo erro?

Eu acredito que a maioria dos brasileiros escolheria a alternativa A. Eu também acredito que a maioria dos gringos escolheria a alternativa B.

Nos países mais desenvolvidos o senso de justiça e responsabilidade é mais importante do que qualquer indivíduo. Há uma consciência social onde o todo é mais importante do que o bem-estar de um só. E, por ser um dos principais pilares de uma sociedade que funciona, ignorar isso é uma forma de egoísmo.

(...)

É curioso ver que, quando um brasileiro prejudica outro cidadão para beneficiar sua família, ele se acha altruísta. Ele não percebe que altruísmo é abrir mão dos próprios interesses para beneficiar um estranho se for para o bem da sociedade como um todo.

Além disso, seu povo também é muito vaidoso, Brasil. Eu fiquei surpreso quando descobri que dizer que alguém é vaidoso por aqui não é considerado um insulto como é nos Estados Unidos. Esta é uma outra característica particular da sua cultura.

(...)

Isso explica por que os brasileiros ricos não se importam em pagar três vezes mais por uma roupa de grife ou uma joia do que deveriam, ou contratam empregadas e babás para fazerem um trabalho que poderia ser feito por eles. É uma forma de se sentirem especiais e parecerem mais ricos. Também é por isso que brasileiros pagam tudo parcelado. Porque querem sentir e mostrar que eles podem ter aquela super TV mesmo quando, na realidade, eles não têm dinheiro para pagar. No fim das contas, esse é o motivo pelo qual um brasileiro que nasceu pobre e sem oportunidades está disposto a matar por causa de uma motocicleta ou sequestrar alguém por algumas centenas de reais. Eles também querem parecer bem-sucedidos, mesmo que não contribuam com a sociedade para merecer isso.

(...)

Por aqui, se alguém está uma hora atrasado, todo mundo fica esperando essa pessoa chegar para sair. Se alguém decide ir embora e não esperar, é visto como cuzão. Se alguém na família é irresponsável e fica cheio de dívidas, é meio que esperado que outros membros da família com mais dinheiro ajudem a pessoa a se recuperar. Se alguém

num grupo de amigos não quer fazer uma coisa específica, é esperado que todo mundo mude os planos para não deixar esse amigo chateado. Se em uma viagem em grupo alguém decide fazer algo sozinho, este é considerado egoísta.

É sempre mais fácil não confrontar e ser boa praça. Só que onde não existe confronto, não existe progresso.

(...)

O “jeitinho brasileiro” precisa morrer. Essa vaidade, essa mania de dizer que o Brasil sempre foi assim e não tem mais jeito também precisa morrer. E a única forma de acabar com tudo isso é se cada brasileiro decidir matar isso dentro de si mesmo.

Ao contrario de outras revoluções externas que fazem parte da sua história, essa revolução precisa ser interna. Ela precisa ser resultado de uma vontade que invade o seu coração e sua alma.

Você precisa escolher ver as coisas de um jeito novo. Você precisa definir novos padrões e expectativas para você e para os outros. Você precisa exigir que seu tempo seja respeitado. Você deve esperar das pessoas que te cercam que sejam responsabilizadas pelas suas ações. Você precisa priorizar uma sociedade forte e segura acima de todo e qualquer interesse pessoal ou de sua família e amigos. Você precisa deixar que cada um lide com os seus próprios problemas, assim como você não deve esperar que ninguém seja obrigado a lidar com os seus.

Essas são escolhas que precisam ser feitas diariamente. Até que essa revolução interna aconteça, eu temo que seu destino seja repetir os mesmos erros por muitas outras gerações que estão por vir.

As críticas de Manson são as de um amigo, pois de inimigos bastam os próprios brasileiros, que fingem que o cenário descrito acima inexistente, que alimentam essa cultura porca do “jeitinho”, que acham o máximo essa esculhambação e rejeitam a impessoalidade das regras do jogo sob o império de leis isonômicas. Um gringo com essa visão, e com coragem para colocar o dedo na ferida, vale mais do que mil brasileiros empolgados com as “malandragens” nacionais e recalçados com os bem-sucedidos.

Leandro Narloch chegou a escrever um texto-resposta em que inocenta o brasileiro e culpa nossas instituições. Sim, os incentivos importam, como

veremos, e nossas instituições são mesmo terríveis, concentram muito poder no Estado e na burocracia. Mas por acaso surgiram do além, num vácuo de valores, impostas por alienígenas? Ou terão “avançado” muito de acordo com a cultura predominante no povo?

É essa cultura da malandragem, por exemplo, que explica um “herói” como Macunaíma, retrato de uma realidade que deveríamos desprezar em vez de cultuar: o sujeito que só quer se dar bem e passa por cima de tudo e todos não é alvo das mais profundas revoltas, mas compreendido e enaltecido. Vide Lula, o amoral, o milionário do tríplice de frente para a praia e do sítio nababesco. O “pai do Brasil”.

As colunas de Guilherme Fiuza em *O Globo* têm retratado com perfeição a cegueira, a negligência e a falta de foco e de prioridade de boa parte da população brasileira, que simplesmente permite a “marcha dos oprimidos”. Uma quadrilha tomou de assalto o Estado enquanto o gigante dormia — ou caía no samba. Não é apenas ignorância; é um problema cultural, de postura, de passividade.

O excesso de legislação

A desconfiança diante das nossas instituições públicas faz com que 81% dos brasileiros concordem com a afirmação de que é “fácil” desobedecer às leis. São as mesmas pessoas que costumam escolher “dar um jeitinho” no lugar de seguir as regras.

Os dados são de uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgadas em novembro de 2014, e ilustram o rompimento entre o cidadão e as instituições. Quase 60% acham que há poucos motivos para cumprir as leis. A desconfiança está presente em todas as faixas de renda, e a impunidade faz com que essa sensação só aumente.

Outro motivo para essa cultura de desobediência legal é o excesso de legislação no país. São produzidas centenas de leis novas todo ano, e há aquelas — algo tipicamente brasileiro — que “pegam” e as que “não pegam”. Isso produz, paradoxalmente, um clima de anarquia. O exagero de leis resulta em que as necessárias sejam ignoradas, perdidas num mar de regras absurdas.

O louco que quiser esmiuçar toda a legislação tributária brasileira, apenas a tributária, vai se deparar com as mais de 40 mil páginas do livro *Pátria amada*, obra que reúne praticamente — isso mesmo, praticamente — todas as leis relacionadas à arrecadação de impostos nos níveis federal, estadual e municipal do país. Com 7,5 toneladas (o equivalente a dois hipopótamos grandes), o livro é candidato ao posto de maior do mundo e será auditado pelo Guinness World Records. Segundo a revista *Exame*, ao custo calculado de um milhão de reais, *Pátria amada* é fruto de um trabalho de compilação de 23 anos realizado pelo advogado tributarista Vinicius Leoncio.

Como disse o poeta Höelderlin, “o que sempre fez do Estado um verdadeiro inferno foram justamente as tentativas de torná-lo um paraíso”. Uma das características mais marcantes do mundo moderno é a crença na onisciência e na clarividência do Estado. Esse ente praticamente se transformou num Deus para muitos. E uma das consequências mais nefastas dessa mentalidade é o excesso de legislação, que asfixia a liberdade dos indivíduos.

Em 1853, o filósofo liberal Herbert Spencer escreveu um artigo, “Over-Legislation”, chamando a atenção para esse lamentável fato. O que era um perigo já em seu tempo, e na Inglaterra, tornou-se uma ameaça constante no mundo atual, principalmente no Brasil. O nosso governo cria infinitas leis sobre cada mínimo detalhe da vida cotidiana, transformando indivíduos em súditos.

Todos os dias as pessoas observam várias falhas nas ações governamentais e, não obstante, demandam sempre novos atos dos governantes e a mobilização de um time de burocratas para atingir os efeitos desejáveis. Repetem que falta apenas “vontade política”, de modo que, para cada novo fracasso do governo, mais o governo é visto como necessário. Em nenhum outro campo a fé eterna e inabalável dos homens pode ser mais bem notada. Nem mesmo no futebol.

A iniciativa privada tem sido responsável pelos grandes avanços da humanidade, pelo progresso na saúde, pelas técnicas de produção modernas que permitem mais conforto a todos, pelos revolucionários métodos de transporte, pelas inovações da informática e mais uma infinidade de coisas. No entanto, permanece em muitos uma grande desconfiança acerca do setor privado e dos empresários que buscam lucros, enquanto o governo fica blindado e protegido de todas as desgraças que causa, visto como panaceia pelos esperançosos. Eis que, para esses crentes, o caminho para o combate a todos os males é o Estado.

Uma coisa é garantir ao indivíduo o direito de perseguir seu próprio bem; outra, bem diferente, é perseguir este bem por ele. Se definirmos como o principal dever do Estado a proteção de cada indivíduo contra os demais, então todas as outras ações estatais encaixam-se na definição de proteger o indivíduo contra si mesmo — contra sua estupidez, preguiça, irresponsabilidade, incapacidade etc.

Trata-se de postura arrogante e ingênua.

Essa fé tola no governo gera uma quantidade assustadora de leis, regulando sobre todos os elementos da esfera privada. Qual o formato da tomada que devemos usar, como o pão francês deve ser vendido — e por aí vai. Ocorre que esses atos governamentais não apenas falham; mas costumam piorar a situação. Como Spencer reconhece, milhares de famílias foram arruinadas em decorrência de esforços legislativos para lhes oferecer mais segurança material.

Poucas pessoas conseguem enxergar com clareza a ligação causal entre o excesso de regulação e os fracassos de empreendimentos privados em longo prazo. A miopia dos leigos faz com que apenas os impactos imediatos sejam notados. No entanto, o organismo social é complexo, cada parte afeta a outra, e muitas vezes de forma imprevisível. A consequência é que, nos esforços para curar males específicos, na maioria das vezes causam-se males colaterais inesperados e ainda maiores.

Na iniciativa privada, aqueles que são mais competentes costumam obter sucesso, enquanto os incompetentes acabam ficando para trás. Nas organizações estatais isso não é verdade. As empresas privadas precisam alterar seu curso rapidamente se emergências surgem. O setor público, por sua vez, vive de rotina e hierarquia, com privilégios garantidos independentemente de crises e contingências.

A vitalidade do setor privado advém da livre competição, enquanto as agências estatais sucumbem com frequência à inércia. Quando a conexão entre o lucro obtido e o trabalho executado é destruída, a eficiência quase sempre é deixada de lado. Além disso, a corrupção é resultado praticamente inevitável do modelo estatal de gestão, já que falta o escrutínio dos donos dos recursos para fiscalizar adequadamente seu destino. É dinheiro da “viúva”, e o que é de todos não é de ninguém.

As falhas no funcionamento da livre iniciativa, se examinadas, geralmente apontarão não para erros do setor privado, mas para equívocos de natureza pública decorrentes de interferências prévias do Estado. Ainda assim, por um problema gerado pelo próprio governo, mais governo será a solução oferecida. Como um alquimista que atribui suas constantes decepções a alguma desproporção nos ingredientes, a alguma impureza ou

temperatura aplicada, e nunca à futilidade de seu processo ou à impossibilidade de sua meta; todo fracasso das intervenções governamentais é explicado — pelo crente do Deus Estado — como consequência de algum detalhe, da falta de vontade dos políticos envolvidos, da ganância de alguns homens etc.

Todas as superstições demoram a morrer, e Spencer temia que essa crença na onipotência estatal não fosse exceção. Estava certo, infelizmente.

O Brasil é o país da onipotência estatal. Difícil é encontrar algo da vida cotidiana mais simples que não seja encurralado pela lei brasileira. O excesso incrível de legislação inclui uma enxurrada de medidas provisórias dignas de uma ditadura, fruto da mentalidade de que o governo é um ente perfeito.

O que importa se a experiência mostra que o caos é gerado justamente pelo exagero de regulação? Quando os fatos vão contra a fé, os crentes simplesmente os ignoram.

A influência do clima

Sou daqueles que acreditam que Willis Carrier deveria ser canonizado. Para quem não sabe, ele está por trás da criação do ar-condicionado, uma das invenções mais espetaculares da história. Trabalhando para uma metalúrgica, em 1902, Carrier desenvolveu o que se considera o primeiro aparelho condicionador de ar. Acendo uma vela para ele, ainda que em pensamento, sempre que sou obrigado a enfrentar o ridículo calor carioca.

Já tentei imaginar algumas vezes, embaixo de um sol escaldante, um típico carioca refletindo sobre Nietzsche ou Schopenhauer e o sentido da vida, mas confesso ter dificuldade. Insiste em vir à mente a imagem de um Homer Simpson dizendo: “Não enche o saco e me dá logo mais uma cerveja!”

É duro cobrar reflexões mais profundas em meio a esse calor desértico. O sol deve afetar a nossa racionalidade de alguma forma. Aceito, portanto, a tese de muitos pensadores sérios de que o clima exerça influência na cultura, mas não compro a de que a *determina*, até porque não acredito em fatalismos e destino traçado, nem para indivíduos nem para nações.

Tivemos ilustres pensadores, como Machado de Assis, Joaquim Nabuco e Visconde de Cairu, entre tantos outros, bem anteriores ao advento do ar-condicionado. O calor tropical nunca os impediu de pensar, de trabalhar, de produzir ideias. Não posso compactuar com a imagem dos brasileiros como um bando orientado sobretudo ao desejo de se refrescar nas praias, bebendo água de coco.

Jared Diamond, no conhecido *Armas, germes e aço*, sustenta a tese determinista de que o clima está na base do desenvolvimento mais acelerado no Crescente Fértil, tornando a região mais próspera do que as demais. É

absolutamente legítimo discordar de parte ou até de quase todas as suas conclusões, mas parece inegável que alguma influência a natureza exerceu.

Diamond está longe de ser o único a colocar no clima um peso demasiado. “A pátria do capital não é o clima tropical com sua vegetação exuberante, mas a zona temperada”, disse Karl Marx. É verdade que, como em tudo mais, estava errado nisso também. E o fato de ser alemão nunca o impediu de preferir o ócio vagabundo ao trabalho árduo para efetivamente *produzir* capital, tema de sua obsessão.

Não acredito em determinismo de tipo algum, seja genético, social, climático ou histórico. Nenhuma força exógena ao homem determina seu destino. Como disse Viktor Frankl, mesmo como prisioneiro de nazistas: “Entre o estímulo e a resposta, o homem tem a liberdade de escolha.” É a crença no livre-arbítrio humano, da qual compartilho.

Mas isso não quer dizer, naturalmente, que o homem não sofra influências que possam contribuir muito para suas escolhas e, portanto, trajetória. Nesse contexto, o clima sempre foi bastante citado como fator relevante para a formação de diferentes culturas. A natureza atua — para o bem ou para o mal — na moldagem da mentalidade predominante de um povo.

Eduardo Giannetti da Fonseca compilou uma série de reflexões sobre o tema em seu livro de citações. O filósofo utilitarista Bentham, por exemplo, disse que, “entre as circunstâncias externas pelas quais a influência da educação é modificada, as principais são aquelas agrupadas sob a rubrica do clima”. Acrescentou:

Nos climas quentes, a saúde do homem tende a ser mais precária que nos frios; sua força e rijeza, menores; seu vigor, firmeza e constância mental, menores; e portanto, indiretamente, sua quantidade de conhecimento é também menor. O pendor de suas inclinações é diferente, e isso de modo mais notável no tocante à sua maior propensão para os prazeres do sexo e à precocidade da etapa da vida em que essa propensão começa a se manifestar: suas sensibilidades de

todos os tipos são mais intensas; suas ocupações habituais mais para a lassidão que para a atividade; a constituição básica de seu corpo é, provavelmente, menos forte e menos rija; a constituição básica de sua mente é menos vigorosa, menos firme e menos constante.

Vários outros pensadores depositaram no clima uma importância elevada na formação cultural de um povo. Montesquieu, por sua vez, disse que, “nos países frios, há menor sensibilidade aos prazeres; nos temperados, ela é um pouco maior, e, nos países quentes, ela é extrema”. E ainda:

O calor do clima pode ser tão excessivo que o corpo perde todo o vigor. A prostração alcança, dessa maneira, até mesmo o espírito: nenhuma curiosidade ou nobreza de propósito, nenhum sentimento generoso. Todas as inclinações se tornam passivas, e a preguiça se confunde com a felicidade.

Kant foi bastante direto:

A excelência das criaturas pensantes, sua rapidez de apreensão, a clareza e a vivacidade dos seus conceitos, os quais chegam a elas pelas impressões do mundo externo, e a capacidade de combinar esses conceitos e, em suma, toda a extensão da sua perfeição tornam-se mais altas e mais completas na proporção direta da distância do seu lugar de moradia até o sol.

David Hume também responsabilizou o clima pela situação nos trópicos:

Por que razão as pessoas que vivem entre os trópicos ainda não conseguiram desenvolver nenhuma arte ou civilidade, nem aprimorar política alguma em seu governo, nem disciplina militar alguma, enquanto poucas nações nos climas temperados se viram privadas desses benefícios? É provável que uma causa desse fenômeno seja o calor e a constância do clima na zona tórrida, que tornam menos necessárias para os seus habitantes as roupas e as casas, e assim

eliminam, em parte, aquela necessidade que é sempre o maior estímulo ao trabalho e à invenção.

John Stuart Mill, ao constatar que as nações detentoras dos melhores clima e solo não eram as mais ricas ou as mais poderosas, também apelou à justificativa climática:

A vida humana nessas nações pode ser mantida com tão pouco que os pobres raramente sofrem de ansiedade, e, nos climas onde o mero existir é um prazer, o luxo que eles preferem é o do repouso. Energia, sob o apelo da paixão, eles a possuem em abundância, mas não aquela que se manifesta no trabalho contínuo e perseverante. E, como eles raramente se preocupam o bastante com objetivos remotos para estabelecer boas instituições políticas, os incentivos à industriabilidade são ainda mais enfraquecidos pela proteção imperfeita dos seus frutos.

Malthus acreditava que “o selvagem dormiria para sempre sob sua árvore se não fosse arrancado do seu torpor pelo ardume da fome ou pelo incômodo do frio”. Ele escreveu: “Naqueles países onde a natureza é mais redundante na produção espontânea, não encontramos habitantes que se notabilizem pela agudez de intelecto. A necessidade foi chamada, com muita verdade, de a mãe da invenção.”

Thomas de Quincey disse: “Ao cooperar, por meio das tentações que oferece, com o langor luxuriante dos nativos, o clima se torna uma maldição desabilitadora dos melhores instintos da população.” Emerson aderiu a essa explicação: “O solo difícil e os quatro meses de neve tornam o habitante da zona temperada do norte mais sábio e mais capaz que o seu par abençoado pelo perpétuo sorriso dos trópicos.” Alfred Marshall foi mais um nessa linha: “Um clima quente prejudica o vigor. Ele não é de todo hostil ao trabalho intelectual e artístico superior, mas impede as pessoas de se tornarem aptas a suportar um esforço muito intenso de qualquer tipo por maior tempo.”

Como se vê, vários pensadores importantes depositaram no clima alguma responsabilidade pela maior indolência, preguiça ou passividade

observada nos trópicos, que seriam ingredientes para nossa “malandragem”, nosso improvisado, a arte de levar a vida de forma mais lúdica e sem muita reflexão e lógica. Por oposição, a necessidade de conviver num ambiente natural mais hostil teria colaborado para que os povos do norte desenvolvessem maiores aptidões à produção.

No Brasil, um pobre com poucos recursos consegue não apenas sobreviver, mas pode também desfrutar de um lazer gratuito como a praia. Nos países escandinavos, a probabilidade de esse mesmo pobre morrer de frio é grande. Fora isso, o clima tropical sem dúvida é mais propenso a desmobilizar ambições e a manter as pessoas numa condição de quase completo *dolce far niente*. É uma espécie de convite tentador ao hedonismo, ao *carpe diem*.

Nada disso, porém, é uma imposição inexorável. A Austrália é um bom exemplo de que é possível um povo prosperar num clima tropical. A Flórida, com calor parecido ao do Rio de Janeiro, é a “América Latina que deu certo”. O clima pode ser uma barreira ao progresso capitalista, mas não é um obstáculo intransponível. Roberto Campos afirmou: “Os que creem que a culpa de nossos males está em nossas estrelas e não em nós mesmos ficam perdidos quando as nuvens encobrem o céu.” Ele estava certo.

A responsabilidade pelo atraso cultural brasileiro, por nosso jeitinho, pela mentalidade que enaltece a “Lei de Gérson”, não pode ser jogada nos ombros dos “loiros de olhos azuis” ou do Deus Sol. Ela é somente dos próprios brasileiros. Afinal, podemos mudar para melhor, independentemente do clima. É uma questão de *atitude*, dos valores que endossamos. A receita foi dada pelo colega de Campos, Eugênio Gudin: “Os países da América Latina não precisam criar uma civilização. Ela já foi criada pela Europa nos últimos quatro séculos. Cabe-nos assimilar essa civilização.” Mas malandro que é malandro quer inventar a roda. De preferência, uma quadrada, para mostrar aos otários como é que se faz.

Somos vira-latas?

“A nossa tragédia é que não temos um mínimo de autoestima.” Assim Nelson Rodrigues resumia, de forma seca, aquilo que chamou de “complexo de vira-lata” do brasileiro. Por que nosso povo gosta tanto de depreciar sua própria história e cultura? Há motivos concretos para essa postura derrotista?

O livro *História do Brasil vira-lata*, de Aurélio Schommer, é trabalho minucioso de pesquisa e reflexão para tentar responder a essas questões. Nele, mitos são derrubados sem, entretanto, cair no erro contrário de enaltecer uma realidade distorcida. A história da formação cultural brasileira é contada com riqueza de detalhes e por meio de casos específicos, que servem para ilustrar a mensagem do autor.

Interesses de grupos organizados e questões ideológicas representam grandes entraves a uma análise mais isenta de nosso passado. A visão idílica de “bom selvagem”, que transforma os índios em mentecaptos indolentes, o racismo, que segrega a população de forma arbitrária, fechando os olhos para nossa mestiçagem, e a visão um tanto distorcida do valor dos portugueses prejudicam um olhar imparcial sobre os fatos.

As características do brasileiro típico podem ser encaradas como negativas ou positivas a depender do ponto de vista. O brasileiro é amigável ou pacato? É flexível ou acomodado? Tolerante ou preguiçoso? Mas, sendo uma coisa ou outra, estará condenado a sê-lo para sempre?

A Austrália, para ficar em um só exemplo, foi colônia de prisioneiros e hoje é um país de primeiro mundo. Cultura evolui. Esta é uma das principais mensagens do livro de Schommer — e deste aqui também. Hábitos e costumes mudam. Não fosse isso, de nada adiantaria conhecer

nossa história e a dos outros. O Brasil tem um passado com coisas boas e coisas ruins. Seus principais traços culturais apresentam lados positivo e negativo. É preciso valorizar uns e eliminar outros.

A interculturalidade, por exemplo, fruto do grande *melting pot* que é nosso país, um caldeirão de etnias, pode ser grande trunfo em um mundo com choque de povos e religiões. A flexibilidade e o jogo de cintura podem ser formas adaptativas interessantes se não descambarem para a malandragem e o jeitinho.

O mais importante talvez seja justamente abandonar essa tradição autodepreciativa e passar a assumir a responsabilidade pelos nossos presente e futuro. Que país teremos vinte, trinta anos à frente? Que país nossos filhos e netos herdarão? Essa resposta depende apenas daquilo que faremos, de nossas atitudes, e não de um apego excessivo às origens, em boa parte míticas, que servem como desculpas à nossa negligência ante o destino.

Alexandre Vidal Porto, em um artigo na *Folha*, no final de 2014, tocou no incômodo ponto de que adoramos elogio de estrangeiro, mas não sabemos lidar com suas críticas. Ele lembrou-se do caso da britânica *The Economist*, de repente “a melhor revista do mundo”, ao estampar o Cristo Redentor alçando voo sobre a Baía de Guanabara, alusão ao então bom momento de nossa economia. Quando, porém, a mesma publicação, alguns anos depois, teceu críticas ao país, foi logo acusada de “instrumento do capital financeiro”.

Impossível não detectar aí o complexo de vira-lata. Para o escritor e diplomata: “Muito da dificuldade que encontramos em lidar com a crítica decorre de insegurança em relação a nossa identidade nacional. Não sabemos bem quem somos.” E desenvolve melhor seu ponto de vista:

Internacionalmente, é difícil conciliar a imagem de sétima economia do mundo com o lamaçal de corrupção que envolve símbolos do Brasil grande potência. Temos identidade ambígua: parecemos bonzinhos, mas assaltamos turistas. Nosso povo é querido no mundo, mas nossos líderes projetam uma imagem desprezível. Se não

sabemos quem somos, como nos apresentar? Críticas são necessárias. Especialmente quando vêm de amigos, porque, às vezes, estamos tão envolvidos no problema que perdemos a perspectiva e precisamos de alguém de fora que nos diga o que está errado.

A analogia que faz é a de um amigo que nos avisa que estamos com mau hálito, um toque que sem dúvida pode ser incômodo, mas que também pode ser muito bem-vindo — porque, às vezes, estamos mesmo. Aceitar esse tipo de observação crítica exige certo grau de maturidade. É preciso estar bem resolvido com a própria identidade, algo que tem faltado ao brasileiro. Ao mesmo tempo, como mecanismo de defesa talvez, adotamos a autodepreciação, como se nada nosso prestasse, o que não é verdade.

Muitas coisas poderiam ser mudadas com boa educação e melhores instituições e oportunidades. O Brasil não está condenado, seja pelo clima, seja por suas raízes culturais, a ser o eterno país do futuro. A tarefa não será fácil. Está na hora de arregaçar as mangas e começar um processo acelerado e sustentável de transformações rumo ao progresso. Processo que se inicia justamente ao nos livrarmos do velho “complexo vira-lata”.

“Nenhum povo é incorrigível”, afirma Schommer. Cultura não é algo fixo e imutável. Sem falar que temos, sim, repito, aspectos culturais positivos, até mesmo herdados dos nossos colonizadores lusitanos. Afinal, desde aquele pequeno pedaço de terra na Península Ibérica, foram os portugueses que singraram os mares e conquistaram diversas colônias, despertando a inveja e a cobiça de outros povos europeus. Não poderiam ser apenas um bando de otários, ou poderiam?

Bom selvagem: o mascote internacional

O extremo oposto desse complexo de vira-lata é, como já dito, o ufanismo boboca. Típico de quem quer se vangloriar do que não é mérito seu, de quem tenta enxergar tudo por uma lente rosada, benevolente, já que não suporta a realidade como ela é. Qualquer elogio que venha de fora, então, passa a ser a maior prova de que somos o máximo, reforçando a crença fajuta de que temos um incrível diferencial frente aos demais, pois “sabemos viver a vida”.

Essa imagem do brasileiro como alguém descolado, tranquilo, *easy going*, acaba encontrando eco numa elite dos países desenvolvidos que adora idealizar o “bom selvagem”. Rousseau foi o grande fomentador dessa visão romântica, claro, mas ela já existia antes. Os europeus sonhavam com um Jardim do Éden intocado, terra sem os pecados ainda, livre da maldição da inveja, da competição, da vergonha.

Michel de Montaigne, no século XVI, já flertava com a miragem de um passado idílico. Em seus ensaios, quando fala sobre os canibais, podemos notar esse desejo em crer que os “bárbaros” vivessem melhor que os “civilizados”. Resgatou também filósofos que falavam desse éden perdido, desse estágio fantástico antes de os costumes serem alterados pela civilização. Ele escreve:

É um povo, diria eu a Platão, no qual não há a menor espécie de comércio; nenhum conhecimento das letras; nenhuma ciência dos números; nenhum título de magistrado nem de autoridade política; nenhum uso de servidão, de riqueza ou de pobreza; nem contratos; nem sucessões; nem partilhas; nem ocupações, exceto as ociosas; nem

vestimentas; nem agricultura; nem metal; nem uso de vinho ou trigo. Mesmo as palavras que designam a mentira, a traição, a dissimulação, a avareza, a inveja, a maledicência, o perdão são inauditas.

O tom de aprovação fica ainda mais forte. Montaigne considera tais características positivas. A civilização seria hipócrita, falsa, mentirosa, enquanto a “barbárie”, o homem em seu estado “natural”, seria algo bem melhor, mais livre e genuíno.

Quantos não adotam essa falácia até hoje?

Para cada Darwin, que olhava com lentes mais realistas o mundo atrasado, há uns dez românticos, dispostos a substituir a realidade pela fantasia e a sonhar com as maravilhas de um “paraíso perdido”.

Países como o Brasil despertam esse tipo de ilusão em muita gente, especialmente nos entediados ante o conforto ocidental. O intelectual observa os vários defeitos à sua volta e, em vez de aceitar que o mundo é mesmo estranho e o bicho homem, um animal complicado, mas que sua *domesticação* por meio do que chamamos civilização é o melhor caminho, prefere criar mitos, sonhar com índios pelados gozando do sol como se não houvesse amanhã.

É com base nessa abordagem que tantos europeus curtem uma viagem de aventura nas favelas cariocas, como se fossem zoológicos humanos. Consideram que, assim, entram em contato com o lado mais bestial do homem, e que ele é bom, que aquela gente vive de forma mais pura, real. É mais fácil pensar dessa maneira, claro, quando se volta depois para a civilização e não é preciso encarar o traficante ou o miliciano que manda no pedaço. A grama do vizinho é sempre mais verde... de longe.

Vários filmes americanos mencionam o Brasil como destino preferido, normalmente de fugitivos da polícia. Eis a ideia que fazem, quando não é a de macacos soltos pelas ruas e casas em cima das árvores: um coletivo de marginais curtindo a vida na praia, com belas mulatas, livres da Interpol.

Bem, nesse caso talvez não estejam completamente equivocados...

O sociólogo italiano Domenico De Masi, famoso pelo conceito do “ócio criativo” (escreveu um livro de autoajuda para preguiçosos), tem sido uma das vozes mais estridentes em defesa da ideia estapafúrdia de que o estilo de vida brasileiro é o melhor. Em *O futuro chegou*, ele dedica um capítulo inteiro à sustentação de tal tese — e isso mesmo na era lulopetista. De Masi visitou o Brasil, fez palestras e explicou por que temos muito a ensinar ao resto do mundo, inclusive aos europeus e americanos, com nossa mistura de crescimento e igualdade. Dilma deve ter acreditado, pois tentou dar lições econômicas à chanceler alemã Angela Merkel. Levou de sete a zero.

Se pensarmos na situação do Piauí, do Maranhão, nas favelas, na violência brasileira, na impunidade, nos hospitais públicos, é impossível não especular sobre se o ócio do próprio sociólogo não lhe terá feito mal. Talvez ele tenha passado tempo demais sob o escaldante sol carioca. O Brasil, país que não tem um só Prêmio Nobel, apesar de uma população de 200 milhões, dará lições ao resto do mundo? Não é muita pretensão? Não seria uma espécie de delírio de grandeza, de megalomania de um anão nada diplomático?

Esse tipo de mensagem, porém, é como música para muitos ouvidos brasileiros, de gente que não suporta a triste realidade e precisa de fugas, de preferência com o aval de renomados pensadores gringos. Cada elogio vindo de fora é uma recompensa, um salvo-conduto, um colírio contra o que — não importam os filtros ideológicos — inevitavelmente se enxerga. É possível conviver com o caos, minimizá-lo ou mesmo ignorá-lo, se os “intelectuais” estrangeiros dizem que nós é que sabemos levar a vida numa boa.

Outro que encantou uma multidão de brasileiros desesperados por esperança e elogio foi o austríaco Stefan Zweig, que cunhou, no começo dos anos 1940, a famosa expressão “um país do futuro”, que daria título a seu livro. Zweig, ao menos, colocou seus pés onde estavam suas palavras e, em vez de só ficar elogiando o Brasil de longe, realmente viveu em nosso “paraíso tropical”. Mas não sei se é bom exemplo aos ufanistas, pois se suicidou com barbitúricos em Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro.

Antes, porém, teceria esses incríveis elogios ao nosso povo e à nossa cultura:

Essa delicadeza do sentimento, essa ausência de qualquer veemência me parece ser talvez a qualidade mais característica do povo brasileiro. Para se satisfazerem, as pessoas daqui não precisam de tensões agressivas e violentas, de êxitos visíveis e aproveitáveis. Não é nenhum acaso que o esporte, que melhor representa a competição e concorrência desenfreadas e que é origem de boa parte do embrutecimento e da espiritualização da juventude, neste clima mais propício à tranquilidade e ao prazer confortável não tenha adquirido aquela absurda preponderância, e que aqui não existam aquelas cenas selvagens e os êxtases loucos que estão na ordem do dia nos nossos países ditos civilizados. Aqui sempre percebemos com gratidão aquilo que chamou a atenção de Goethe em sua primeira viagem à Itália entre os povos meridionais: o fato de não estarem constantemente em busca de valores materiais ou metafísicos da vida, mas gozarem da vida de maneira calma e muitas vezes relaxada. As pessoas aqui não querem muita coisa, não são impacientes. Depois do trabalho ou nos intervalos, querem conversar um pouco, tomar um cafezinho. Passear de barba feita e com os sapatos bem engraxados, ter suas alegrias na vida doméstica, com os filhos, isso basta para a maioria. Todos os graus do bem-estar e da felicidade se misturam a essa calma e serenidade. Por isso é e sempre foi relativamente tão fácil governar este país, por isso Portugal precisou de tão poucas tropas e o atual governo de tão pouca pressão e repressão para manter paz e ordem. A convivência no estado ocorre aqui com infinitamente menos ódio entre os grupos graças a esse caráter pacífico imanente e a essa ausência de inveja.

Como é possível tanta distorção da realidade? Justiça seja feita, Zweig logo depois reconhece que essas “belas qualidades” podem constituir uma falha do ponto de vista econômico, pela falta de ímpeto, de vontade. Mas, mesmo assim: alguém pode ir a uma partida de futebol e concluir que somos um povo calmo? Alguém pode observar nossa trajetória política, repleta de golpes e revoluções, e extrair disso que é fácil nos governar?

Sim, o povo talvez seja pacato demais e aceite passivamente ser enganado sempre desde que tenha um futebol, uma praia, um carnaval. Mas daí a dizer

que esse “relaxamento” facilita a manutenção da paz e da ordem vai longa distância. Mesmo dando um desconto, pois Zweig escreveu tais linhas no início da década de 1940, e muita coisa piorou desde então, parece claro que sua visão estava turvada por uma lente idealista ou ideológica. A própria crítica a seus escritos, na época, já fora negativa, pois o tom ufanista não combinava com um país que vivia sob ditadura.

Da Bahia, em uma carta aos cunhados, o mito do bom-selvagem fica ainda mais evidente no pensamento de Zweig, chegando a ser constrangedor:

Você não pode imaginar o que significa ver este país que ainda não foi estragado por turistas e tão interessante — hoje estive nas cabanas dos pobres que vivem aqui com praticamente nada (as bananas e mandiocas estão crescendo em volta) e as crianças se desenvolvem como se estivessem no Paraíso —, a casa inteira, desde o chão, lhes custou seis dólares e, por isso, são proprietários para sempre. É uma boa lição ver como se pode viver simplesmente e, comparativamente, feliz — uma lição para todos nós que perdemos tudo e não somos felizes o bastante agora, ao pensar como viver então.

Ok. Podemos compreender o contexto: o judeu que perdera tudo tenta consolar seus parentes, lembrar que há como buscar a felicidade mesmo com tão pouco. Mas, calma lá. Quem está mesmo disposto a enaltecer um estilo de vida que resulta em que grande parte da população brasileira, acomodada, tenha se acostumado a depender de esmolas estatais para sobreviver?

O baiano em particular e o brasileiro em geral podem não ter pressa para coisa alguma, mas isso vale para o progresso também: o país do futuro é aquele cujo futuro nunca chega, aquele que se equilibra, improvisado, em sonhos que não se realizam, mas que servem de matéria-prima para a idealização dos outros.

Nelson Rodrigues, que, como já vimos, criticava a postura autodepreciativa dos brasileiros, também ridicularizava esse ufanismo boboca. Num texto hilário de 1969, chamado “Salvando o Piauí de seu ufanismo”, mostra que somente reconhecendo duras verdades é possível avançar. Diz nosso grande dramaturgo:

Saí disposto a escrever sobre o Piauí. Queria chamar a atenção do Brasil para o crime que se está cometendo. Não há estado mais abandonado, nem o Amazonas. Deixei passar um tempo e comecei a escrever. Já no primeiro artigo, explodiram os protestos.

Choviam cartas, telegramas, telefonemas. Eram os piauienses indignados. Tratavam, a pontapés, a minha solidariedade. E verifiquei, aterrado, que o Piauí está satisfeitíssimo com a própria miséria. Imaginem um Narciso às avessas, sim, um Narciso deslumbrado com as próprias chagas. Aí está o caso do Piauí.

Os piauienses que me atacam, ou pelo jornal, ou por telegramas e cartas, têm esta sólida, inarredável e apavorante certeza: o Piauí atravessa uma fase de prosperidade, desenvolvimento, crescimento industrial. Não há fome, não há mortalidade infantil, ou descontentamento popular. Pelo contrário, o que há, inversamente, é exultante ufanismo. As chagas estão orgulhosas de si mesmas.

(...)

Fosse eu um idiota da objetividade e estaria apresentando, aqui, dados precisos. Diria, por exemplo, que a diferença de renda *per capita* entre o Piauí e a Guanabara é de um para dez. Mas deixo de lado a verdade numérica e implacável. Eis o que eu queria dizer: o Amazonas assumiu a sua miséria. Tem menos habitantes do que Madureira. Vê os próprios horrores e os reconhece. Portanto, o Amazonas não é o Napoleão de hospício. Nas casas de saúde grã-finas não há napoleões. Nos hospícios públicos, sim, nos hospícios abjetos, o delírio de grandeza assume as suas formas mais radicais. Para não apodrecer, de todo, o doido indigente tece a sua fantasia napoleônica.

O que não se admite é que o Amazonas, por um narcisismo invertido, quisesse glorificar o seu pavoroso deserto fluvial ou florestal; e que sonhasse atrair turismo com suas fomes, suas doenças,

suas agonias, sua mortalidade infantil ou adulta. Quero um Piauí triste como o Amazonas. Sim, o Piauí tem que assassinar, a pauladas, o seu ufanismo. E quando assumir a sua plena miserabilidade — estará salvo.

O mesmo vale para o Brasil como um todo. Enquanto tentarmos nos proteger da dura realidade com fantasias que afagam nosso ego ferido, não mudaremos. Quem se garante, quem tem motivos para se orgulhar de verdade, não precisa reagir raivosamente a críticas vindas de fora, tampouco lambe os pés dos gringos que tecem elogios falsos.

A importância das instituições

Um dos livros mais importantes dos últimos anos foi *Why Nations Fail*, de James Robinson e Daron Acemoglu. Partindo do mesmo espírito questionador de Adam Smith, os autores mergulharam em inúmeros dados e na história de vários países para compreender o que tornou alguns ricos.

Esqueçam Thomas Piketty e esse papo cansativo de “desigualdade social”. O foco é descobrir como retirar milhões da miséria, e não pensar em tirar dos mais ricos para dar aos mais pobres. A resposta encontrada pelos escritores converge para uma palavra, de forma um tanto resumida: instituições. São elas que fazem a diferença.

Nos países pobres, uma elite seleta controla a política e, com isso, a economia. A sociedade acaba organizada de forma a atender apenas aos interesses desse pequeno grupo, à custa do restante do povo. Já países como Inglaterra e Estados Unidos conseguiram se livrar dessa elite política controladora de poder e criar direitos políticos bem mais distribuídos pela sociedade, com instituições inclusivas.

O governo, nesses casos, passou a ser alvo do escrutínio dos cidadãos e teve de responder a suas cobranças. Sem amarras artificiais forjadas pelo próprio Estado para beneficiar apenas a elite política, criou-se um ambiente de amplas oportunidades econômicas para todos, por meio de uma economia de livre mercado competitiva.

Os autores comparam duas cidades coladas, só que uma nos Estados Unidos e a outra no México. A diferença é enorme. Ao atravessar a fronteira já fica claro ao visitante que mudou de país. A origem de ambas as populações é a mesma, e o clima, o solo, as condições naturais são iguais. Mas uma está nos Estados Unidos, com tudo o que isso representa em

termos de legado institucional; a outra, no México, num ambiente de incerteza jurídica, ausência de império das leis, burocracia excessiva, risco de expropriação arbitrária, altos impostos, falta de um mercado desenvolvido de crédito, monopólios estatais etc. São as barreiras artificiais criadas pelo governo mexicano que impedem o avanço da cidade.

Nos Estados Unidos, especialmente durante o século XX, havia grande liberdade econômica e relativa segurança jurídica. Os direitos eram bem estabelecidos, e os inovadores, como Thomas Edison, podiam ficar ricos vendendo suas ideias patenteadas ou criando seus próprios negócios, obtendo crédito de terceiros. Os empreendedores, os que criam riqueza, eram bem tratados, encontravam um ambiente competitivo e amigável a suas empresas.

No México, o homem mais rico é Carlos Slim, ícone de um capitalismo de laços com o Estado. Sua simbiose com as elites políticas sempre foi enorme, causa de seu sucesso. Quando resolveu investir nos Estados Unidos, não teve a mesma taxa de sucesso, pois não tinha como manipular as regras do jogo a seu bel-prazer. No México, ele fora capaz, por exemplo, de erguer inúmeras barreiras de entrada a novos concorrentes, algo inexistente nos Estados Unidos.

Se um país pretende deixar a miséria para trás, precisa de boas instituições econômicas, que ofereçam incentivos adequados à poupança, ao investimento, à inovação e à adoção de novas tecnologias. A conclusão dos autores é de que as instituições políticas moldam as econômicas. O grande desafio é construí-las, sabendo que beneficiariam a imensa maioria da população, mas retirariam poder das elites incrustadas no Estado obeso e intervencionista.

A América Latina, em sua história, sempre padeceu de um risco populista, justamente porque suas instituições políticas são frágeis e dão oportunidade a que aventureiros e voluntaristas surjam como salvadores da pátria, com mensagens messiânicas de que mudarão tudo da noite para o dia e derrubarão as velhas elites poderosas — apenas para colocar novas no lugar. Não é dessa forma, entretanto, que progrediremos rumo à civilização avançada.

Não há substituto para o trabalho árduo e gradual que crie as bases institucionais mais sólidas. Não há atalhos para esse destino; não há malandragem e jeitinho que compensem essa tarefa hercúlea. Não se pode simplesmente decretar o progresso. O maior desafio do Brasil frente às próximas décadas será sustentar e lapidar suas instituições republicanas e democráticas, hoje tão ameaçadas pelo populismo, de forma séria e sustentável.

Se serve de estímulo, é importante lembrar que outros países já conseguiram dar a volta por cima, sair do caos e navegar em prosperidade sustentável. Podemos pensar nos Estados Unidos mesmo, que, na década de 1970, viviam com estagflação e sob o governo fraco de Jimmy Carter. A decadência era visível, até Ronald Reagan reverter o quadro e resgatar as instituições de seu país.

Na Inglaterra, antes de Margaret Thatcher, os socialistas corroíam cada instituição do país por meio de um “Estado-babá” que estimulava a vagabundagem. Um dos resultados foi inflação de quase 20% ao ano. A economia era dominada por estatais e sindicatos mafiosos, que ameaçavam com violência qualquer esboço da reforma necessária. Mas Thatcher teve a coragem de enfrentá-los e conseguiu salvar seu país do naufrágio, recolocando a Inglaterra na liderança da região.

A Nova Zelândia, hoje um país admirado por sua prosperidade e suas instituições, nem sempre foi modelo. Até 1980, era uma nação fracassada, com alta inflação e uma economia fechada e protecionista, comprometida por *welfare state* pesado e ineficiente. No entanto, reformas liberais adotadas por um líder trabalhista, com apoio de parte da oposição, reestruturaram completamente o papel do Estado e liberaram as amarras do mercado.

As estatais passaram a ter metas de lucro e seus gestores eram responsáveis por elas, sob o risco de demissão caso falhassem; outras foram privatizadas, os impostos, reduzidos, os subsídios protecionistas, cortados, e o banco central se tornou independente. Enfim, várias reformas radicais protegeram as instituições públicas dos governantes do momento, e isso graças a lideranças dos principais partidos, o trabalhista e o nacional, o primeiro apesar de historicamente estatizante e de esquerda.

Existem outros casos interessantes, mas a mensagem está clara: há salvação, mesmo quando tudo parece perdido. As instituições frágeis são um perigo, mas lideranças ousadas e com foco em longo prazo são capazes de

construí-las. Como dizia Churchill, o populista mira nas próximas eleições, enquanto o estadista, nas próximas gerações. Com o papel atuante de alguns desses últimos, mesmo em um ambiente hostil, em que a cultura não ajuda, é possível solidificar as instituições adequadamente.

Não é trabalho simples, quiçá para uma geração. Mas, sem isso, restará somente a “malandragem” dos populistas.

A ética da malandragem eleitoral

Durante as eleições: talvez a ocasião em que o jeitinho brasileiro venha à tona mais escancaradamente. É um espetáculo de horror, com promessas vazias feitas sob medida para conquistar — ou comprar — votos, do mais humilde ao mais rico. Parece um balcão de negociatas em que os princípios são colocados de lado e os interesses imediatos, priorizados. O malandro vota com o bolso e olhando apenas para o hoje.

Nas eleições de 2014, Dilma Rousseff usou, em sua campanha eleitoral, uma dona de casa bem pobre, a dona Nalvinha, que aparecia na televisão sorrindo, feliz da vida, porque ganhara um fogão novo e uma dentadura. Tudo, descobrir-se-ia depois, à véspera da visita da presidente. E só dona Nalvinha foi beneficiada. A vizinhança ficou a ver navios, uma vez que as câmeras não a alcançariam.

A ONG que fez as “doações” era liderada por uma petista roxa e assumida. Em suma, tratou-se da mais descarada compra de voto, um resgate do antigo “voto de cabresto” típico do coronelismo. Nada novo sob o sol tupiniquim, portanto. Mudam-se as caras de pau, mas as táticas continuam as mesmas.

O livro *O voto da pobreza (e a pobreza do voto)*, da socióloga Maria Lucia Victor Barbosa, escrito em 1988, fala dessa triste realidade brasileira: a ética da malandragem, que não está ausente em classe alguma. Lá pelas tantas, a autora joga a pergunta: um voto vale uma dentadura? Diz ela, de forma totalmente atual:

A obtenção de favores, comum nas épocas eleitorais, vestígio nos centros urbanos do “coronelismo” do Brasil rural e interiorano,

funciona atualmente de forma mais malandra. Nem sempre se responde com o voto aos candidatos que, empregando dinheiro, favores, presentes, ou atendendo pedidos de toda ordem, pensam receber em troca gratidão e lealdade dos que na sua miséria deveriam ficar agradecidos pelas dádivas recebidas. Cientes da incerteza, muitos candidatos agem com certa cautela, mesmo nas regiões mais pobres e atrasadas do país. Uma matéria do *Jornal do Brasil* ilustrou de forma pitoresca esse comportamento:

“No Ceará, na região do Cariri — reduto político da família do vice-governador Adauto Bezerra —, é comum, nos períodos pré-eleitorais, os candidatos oferecerem, além de facilidades para obtenção dos títulos eleitorais, presentes em troca da promessa de voto. Óculos, chinelos, dinheiro e até dentaduras entram no negócio. No caso das dentaduras, o eleitor na fila vai provando, uma a uma, até encontrar a que lhe encaixe na boca. As outras voltam para uma lata d’água, à espera do próximo cidadão. Com dinheiro, a nota é rasgada ao meio. Metade fica com o eleitor; a outra metade, ele recebe depois da eleição, se o candidato tiver os votos que espera naquela urna. Com os chinelos, acontece o mesmo: um pé na hora de tirar o título, o outro depois de dar o voto. A campanha começa na hora do alistamento do eleitor.”

Essa descrição lembra negócio. Puxando-se pela memória, percebem-se as raízes lusitanas. Como bem disse Caio Prado Júnior, referindo-se à política portuguesa do início de nossa colonização, “ela era antes de tudo um negócio do rei”. Desde o começo, pois, o “negócio”, mais tarde uma politicagem onde o voto é negociado e a fraude, a tônica constante. Negócios escusos e malandros como costumavam e ainda costumam ser as práticas usuais não só das eleições, mas no trato com a coisa pública por parte dos detentores do poder. Só que política como “negócio do rei” foi e é, numa escala diferente, praticada também pelos “súditos”, aos quais interessa, essencialmente, levar vantagens com relação ao Estado patrimonialista.

Se as maneiras de auferir vantagens variam conforme a classe social, seria ingenuidade supor que os mais pobres sejam seres angelicais, ou coitados ignorantes imunes ao sistema. Na verdade, não

só reproduzem mecanismos comportamentais assemelhados aos de outras classes sociais, adaptando-se às suas necessidades de sobrevivência, como legitimam o poder sobre eles exercido, aceitando-o como natural. Como a maioria das pessoas, querem que as coisas mudem ou melhorem, desde que o esforço seja feito por outros. O político em campanha pode ser este “outro”, que consegue a construção do barraco, arranja tratamento médico, olho de vidro, óculos, dentadura, dinheiro etc. Pode ser também o que não apenas melhora o presente, mas o que promete o futuro, mercadejando esperanças e não se restringindo tão somente às necessidades imediatas, ligadas praticamente a níveis mínimos de subsistência. Em todo caso, o voto se transforma na moeda com a qual se “compra” o benefício pretendido. Se os mais abastados querem empregos, cargos importantes, facilidades de vida que implicam investir no futuro, os mais pobres, no imediatismo provocado pelas premências e urgências de seu sobreviver, “intimam” os candidatos com pedidos de toda ordem, dos mais simples aos mais estrambóticos. Restará para o candidato a dúvida quanto à obtenção da “lealdade” de seu eleitor. Mesmo assim, o postulante ao cargo eleitoral sabe que o ideal é ter ouro em pó.

Os malandros acabam parindo um processo eleitoral patético. Muitos têm culpa no cartório, ao se deixarem levar pelo bolso e nada mais. Claro, o mau exemplo que vem de cima não ajuda. Por que seria diferente com o andar de baixo, mais necessitado e com demanda reprimida e urgente?

O rico empresário que aceita defender o partido em troca de subsídios, o funcionário público que pensa apenas em preservar suas regalias, o sindicalista que quer manter mamatas, nada disso é diferente, na essência, do que faz o pobre desesperado que troca seu voto por uma dentadura. Muda-se apenas o preço, mas o produto é o mesmo: o voto. São todos “malandros” que, porém, vivem num país fracassado, corrupto, pobre e violento.

E como é barato o voto dos pobres ignorantes! Políticos demagogos não têm qualquer interesse em melhorar a qualidade da educação no país, e o motivo é evidente: quanto mais ignorantes, mais fácil é apelar ao populismo e à compra de votos. É óbvio que os mais carentes cobram menos, e a operação sai baratinha para os caciques políticos.

É o caso de Alagoinha, no Piauí, o município com maior quantidade relativa de analfabetos: mais de 40% do total da população. É uma situação trágica, que depõe contra nossa democracia. Uma reportagem de *O Globo*, em setembro de 2014, às vésperas da eleição, mostrou a precariedade do quadro:

“Isso é um dismantelo, é uma desgraceira”, diz o comerciante Antônio de Sá. “O povo aqui só vota em deputado e essas coisas por dinheiro.” A aposentada Helena Sobreira concorda com outras palavras. “Nas eleições, eles compram voto mesmo. Não é tijolo, não é dentadura, não. Eles dão é dinheiro.”

A compra de votos acontece em todas as regiões do Brasil. Foram 1.206 casos só na última eleição (2012). Em Alagoinha do Piauí, porém, esse crime eleitoral ganha contornos trágicos, afinal, a cidade é a recordista em analfabetismo do país. Antônio e Helena fazem parte dos 41,6% dos moradores de lá que não sabem ler nem escrever.

Exemplo disso, o município já teve um prefeito cassado por captação ilícita de sufrágio, nome técnico para o voto vendido. A notícia parece até um caso sertanejo: em 2009, Clodoaldo de Moura (PT) foi afastado e, como vingança, levou a chave da prefeitura com ele. A presidente da Câmara, que ficou como interina, teve que despachar várias semanas da calçada.

“Qualquer agradinho, R\$ 30, R\$ 40 já ajeita o voto de um sujeito”, resume Antônio a venda no varejo. O enredo da vida dele se confunde com a de outros “malucos véios sem nada”, como ele define os iletrados. Infância na roça, escola distante e descaso das autoridades e da família são o início da história, que se completa com a ineficiência dos programas estatais de ensino para jovens e adultos.

Bertold Brecht falava do “analfabeto político”, aquele alienado que não se interessava pelo assunto, ignorando o alerta de Platão: “A punição que os bons sofrem, quando se recusam a agir, é viver sob o governo dos maus.” Ou, na mesma linha, a advertência do historiador Arnold Toynbee: “O maior castigo para aqueles que não se interessam por política é que serão governados pelos que se interessam.”

O Brasil, porém, como vemos, está em um estágio muito anterior ao do analfabetismo político. É um caso grave de analfabetismo ou analfabetismo funcional — ponto. E uma massa de miseráveis, de ignorantes, é sempre um prato cheio para coronéis e demagogos que abusam do voto de cabresto, que compram apoio em troca de uma dentadura, de uma esmola.

Os populistas adoram a pobreza alheia, pois dependem dela para viver. Chávez conseguiu se perpetuar no poder na Venezuela graças a isso, e, depois de morto, também seu herdeiro político, Nicolás Maduro, sustentou-se apelando para o populismo e o autoritarismo.

É a garantia de manutenção do poder, enquanto o povo, cada vez mais miserável e ignorante, depende das esmolas estatais para viver e troca, sem hesitar, seu voto por uma dentadura ou trinta reais. Como fez Dilma com dona Nalvinha, usada pela campanha petista de forma abjeta. Para essa gente, vale tudo pelo poder.

No debate entre os candidatos presidenciais, na TV Globo, no primeiro turno de 2014, Dilma enalteceu a marca de 56 milhões de brasileiros incluídos no programa Bolsa Família. Pensemos nisso por um segundo: a presidente vibrava com a quantidade *crescente* de dependentes das esmolas estatais.

Um em cada quatro brasileiros recebia para não trabalhar, e o governo via isso como uma conquista importante, como símbolo de seu sucesso. Presumo que, se 100 milhões recebessem o benefício, seria ainda melhor, certo? Um país de malandros é aquele que comemora quando recebe um “almoço grátis” — algo que simplesmente não existe. O preço logo vem.

Resta saber até quando conviveremos com esse modelo nefasto, com esse patrimonialismo absurdo, com essa “ética da malandragem” que faz com que o Brasil nunca deixe de ser o “país do futuro”. O PT não inventou nada disso.

Mas, com o partido, regressamos com força ao triste passado, com terríveis sequelas morais.

Como Flavio Quintela argumentou, em um artigo de julho de 2015 na *Gazeta do Povo*, o paternalismo estatal acaba destruindo a própria solidariedade no povo:

O papel da agenda de esquerda neste processo degradante é bastante claro: ao estimular a dependência do Estado e enfraquecer a responsabilidade individual, o governo assume cada vez mais o papel de intermediador da confiança e de regulador da honestidade, algo para o que não tem vocação e nem capacidade. O processo se propaga a cada geração de forma cumulativa, e não se restringe apenas à confiança básica — o altruísmo padece tremendamente sob a ideologia de esquerda.

As políticas assistencialistas implementadas no Brasil nas últimas duas décadas são totalmente opostas ao altruísmo genuíno. Em vez de estimular as pessoas a ajudar o semelhante necessitado, elas acabam “terceirizando” a caridade feita localmente, a qual possui inúmeras vantagens sobre o assistencialismo estatal: menos intermediação, maior controle sobre quem precisa ou não ser ajudado e conexão real entre quem doa e quem recebe. Além disso, há um abismo moral entre a doação voluntária e o assistencialismo feito com dinheiro confiscado, aquele que os governos costumam chamar de arrecadação de impostos. E, por último, ações locais de altruísmo não compram votos; programas de ajuda governamental sim.

(...)

O desenvolvimento da confiança básica e o aprendizado do altruísmo, que deveriam ser um passo importante na conquista da competência adulta, estão em extinção na juventude brasileira. A criança e o adolescente de famílias necessitadas aprendem que podem e devem contar com o governo para cuidar de suas mazelas. Salvo se instruídos em algum momento de suas vidas por alguém que lhes exponha a verdade, tornar-se-ão adultos dependentes da ajuda estatal e desconfiados de qualquer um com condições econômicas mais favoráveis. Nas famílias não necessitadas, a lição será diferente: ser

bem-sucedido e cumprir a lei tem uma punição, a de ter seu dinheiro confiscado e entregue a alguém que você não conhece. E isso tudo se você conseguir sair de casa e dar um passo sem achar que vai levar uma rasteira de seu semelhante na próxima esquina.

Não bastava sermos o país dos Gérsons; somos agora um país de Gérsons egoístas e dependentes. Fomos transformados numa nação de crianças mimadas.

Como negar?

Conheço várias pessoas que justificam a “insensibilidade” de ignorar o mendigo com o argumento de que já o ajudam por meio do Estado, obrigados a “contribuir” com quase 40% do que ganham de forma compulsória.

Como negar-lhes alguma razão?

Por outro lado, vemos os mais pobres, em muitos casos, argumentando que têm “direito” a isso ou àquilo, em nome da “igualdade”, da “justiça social”. Esse clima de antagonismo mina progressivamente a solidariedade que emerge espontaneamente na sociedade e joga uns contra os outros.

Não é por outro motivo que, em países comunistas, crianças são simplesmente ignoradas nas ruas, bebês são deixados de lado na calçada, sem que alguém se disponha a ajudar. Ocorre em Cuba, “paraíso” socialista onde “nenhuma criança dorme na rua”: meninas que circulam nas ruas em busca de um cliente sexual para garantir um trocado extra. O esquerdismo fomenta a insensibilidade nas pessoas.

Paradoxalmente, a esquerda condena o capitalismo por transformar tudo em produto, mas é ela própria que destrói a capacidade de altruísmo nas pessoas, ao transferir para o Estado (coerção) e chamar de direito o que era, antes, visto como um dever moral: a solidariedade voluntária. Para acrescentar injúria ao insulto, foram historicamente as religiões que fomentaram esse sentimento nobre de caridade, em especial o cristianismo, tão atacado pela mesma esquerda, talvez porque sua ideologia seja uma seita religiosa que não admite competição.

PARTE II

Os efeitos da esperteza

O culto ao coitadinho

Quando eu era criança, passei por extrema necessidade. Meus pais, muito pobres, não tinham dinheiro para alimentar todos os sete filhos, e nós dividíamos o pouco de arroz e farinha que chegava à mesa. Carne era item mais raro do que honestidade no PT. Quando surgia um naco, celebrávamos como se tivéssemos ganhado na loteria.

Além da fome, as doenças foram uma constante em nossas vidas. Dos sete irmãos, três não chegaram à adolescência. Eu mesmo escapei da morte por muito pouco. Acometido pela diabetes, cujo tratamento é bastante dispendioso, cheguei a ter crises em que o médico decretou a impossibilidade de reversão. No entanto, resisti, sobrevivi e cá estou.

Enquanto outras crianças brincavam na rua nos fins de semana, desde muito cedo tive que trabalhar para ajudar no sustento em casa. Primeiro fazendo biscates, depois como contínuo em um escritório do patrão de minha mãe. Era o último a sair, e a grande dúvida era se chegaria vivo em casa, pois tinha que atravessar uma vizinhança extremamente perigosa no trajeto.

Hoje estou aqui, pedindo o seu voto para poder ajudar aqueles que sofrem o mesmo tipo de penúria, que conhecem de perto as agruras da vida dos brasileiros simples. Quero retribuir de alguma forma àquilo que recebi como oportunidade para melhorar de vida. Conto com seu apoio.

O texto acima, caro leitor, é totalmente fictício. Inventei tudo (acho que alguns esquerdistas já estavam até com pena de mim e com um olhar mais obsequioso). Apesar de ser um perfil criado, tenho certeza de que muitos e

muitos passaram exatamente por isso, ou por coisa bem parecida, uma vez que essa é a realidade de milhões de brasileiros.

Agora, pergunto: o que tal trajetória tem a ver com capacidade de gestão? O que um passado de miséria e sofrimento diz sobre habilidade como político? O que a fome da infância garante quando o desafio é aprovar medidas que efetivamente reduzam a fome dos outros?

Quis, com isso, mostrar como nosso país está mergulhado no culto à vitimização — esta grade eleitora. O que cada um sofreu na vida parece mais importante do que aquilo que desenvolvemos como habilidades e conhecimento. Ao inferno com o mérito pessoal, o esforço de superar obstáculos, tudo isso que esses liberais enaltecem! Basta chorar miséria e pronto. É uma ótica invertida, a do coitadismo.

Conheço algumas pessoas que tiveram infância quase tão triste quanto a que criei. Deram a volta por cima, não pelas benesses estatais, mas com base em muito esforço e mérito pessoal, quase sempre contra os obstáculos impostos pelos governos populistas que agem em nome dos mais pobres.

A “marcha dos oprimidos” tem tudo a ver com isso. Em nosso modelo de Estado de bem-estar social generoso, com um paternalismo exacerbado, quem não chora não mama. É preciso chorar, e muito. É preciso extrair lágrimas dos outros, apelar a suas emoções e empatias. Quem posar de maior vítima, ganha.

E ficamos sem conhecer as propostas concretas dos candidatos, o histórico profissional de cada um, suas principais ideias, seu currículo de conquistas práticas. Não é porque alguém passou fome que saberá como atacar o problema da fome ainda existente. O mundo não funciona assim, dependente de “vontade política” e de boas intenções. Ou será que somente quem teve câncer pode tratar do câncer, e não um médico especialista e bem treinado para tanto?

Como exemplo, pensemos em Dilma Rousseff: exploraram até o cansaço seu passado de “militante” (guerrilheira comunista, na verdade), que combateu a ditadura (defendia outra pior, diga-se) e foi vítima do regime militar. Muito mais importante, no entanto, era o eleitor saber que ela levava à falência uma loja de bugigangas, sua única experiência como gestora. Deu nisso...

Temos a mania do sentimentalismo exagerado. Costumam vencer o insuportável Big Brother Brasil, que conseguiu a façanha de enfileirar edições no Brasil, os que se fazem de vítima, mostram-se como “minorias oprimidas”, como alvos da maioria dominante, e procuram se vender como “bonzinhos” e sofredores. Como gostamos de um sofrido.

Digo o óbvio ululante. Mas, como sabia Nelson Rodrigues, é preciso constatar o óbvio, que só os profetas enxergam. No país do jeitinho, aquele que banca a vítima sempre ganha uns pontos extras na escala da malandragem social. Criamos uma nação de chorões.

Nelson, aliás, sabia que a miséria é um ótimo negócio no Brasil. Ele costumava repetir que Dom Hélder Câmara dependia da fome no Nordeste, que esse era seu “ganha-pão”. Chico Buarque fez carreira cantando os desvalidos. O pedagogo-demagogo comunista Paulo Freire se achava o representante dos excluídos. Enfim, são dezenas os que ficaram ricos, famosos e poderosos graças aos miseráveis e fracos — estes, os mascotes da esquerdinha caviar.

Nada novo sob o sol. Em 1966, dez anos antes de eu nascer, Emil Farhat lançou um livro que só é encontrado hoje em sebo, *O país dos coitadinhos*. Pena. Deveria ser relançado, pois mostra exatamente como o sensacionalismo típico dos brasileiros condena tudo que é melhor em nome da indústria das vítimas. Por trás dessa engrenagem, o oportunismo dos malandros e a idealização da inveja, a melhor definição para o socialismo.

No filme *À procura da felicidade*, que conta a história de Chris Gardner, personagem de Will Smith, o “sonho americano” é enaltecido: o trabalho duro individual pode levar qualquer um longe na terra das oportunidades. Em determinada cena, quando Gardner joga basquete com seu filho, uma preciosa lição de vida é passada aos espectadores. O próprio pai fala para o filho desistir do sonho de ser um campeão algum dia, e, ao perceber o desânimo do garoto, dá-lhe uma bronca, explicando que não deve jamais deixar que outros — não importa quem — o coloquem para baixo e afirmem que não é capaz de algo.

A inveja faz com que as pessoas tentem mesmo diminuir as habilidades alheias, desestimulando qualquer um que pareça pouco mais capaz. O pai afirma então que o filho nunca deve ligar para isso, para o que os outros falam, e que nada deverá ficar entre seus sonhos e a realização deles. É preciso proteger os sonhos sempre. A responsabilidade é individual, e isso

vale ainda mais em um país onde muitos esperam passivamente soluções milagrosas.

A postura do próprio Chris Gardner enfatiza esse abismo que separa os eternos fracassados daqueles que chegam ao sucesso. Logo no começo do filme, ele avista um indivíduo que sai de uma Ferrari em frente a um prédio comercial. Todos à sua volta pareciam felizes. Gardner pergunta ao desconhecido o que faz para poder ter aquilo, e a resposta mudaria sua vida. O homem diz que era corretor de ações e que, para tanto, bastava ser bom com números e com pessoas.

Gardner coloca na cabeça, então, que chegará lá um dia, e parte para um processo obstinado de tentativa, superando os mais absurdos obstáculos. O grande diferencial é o fato de ele olhar o sucesso alheio e admirá-lo, querendo buscar para si algo semelhante. O triunfo do outro lhe foi uma inspiração. Isso é oposto ao que vemos normalmente. A regra é invejar o sucesso alheio, e a ação, a de tentar destruí-lo.

Eis justamente a mensagem de Farhat ao descrever o Brasil como país dos coitadinhos. Como o livro é desconhecido do público em geral e difícil de encontrar, tomarei a liberdade de reproduzir longos trechos de seu prefácio, pois, apesar de escrito há décadas, não poderia ser mais atual:

(...) este país tem que tomar opções diante do futuro, tem que livrar-se do complexo das encruzilhadas e libertar-se para sempre da “filosofia” hipócrita da frouxidão, e da esterilidade comodista da inércia.

(...) É preciso que toda a vida nacional — os governos nos seus conselhos e decisões, os homens de empresa nas suas iniciativas e realizações, e os próprios chefes de família nos serões caseiros — é preciso que todos compreendam, quer queiram ou não, que não é mais possível regerem-se os destinos do país, dos estados, dos municípios, dos negócios e até mesmo das próprias famílias, na base de considerações e condescendências, lastradas no pieguismo, na concessão, no “jeito”, na exceção, no protecionismo à incompetência, ou na tolerância para com o desleixo, a preguiça e o lambonismo.

(...) Eles, os supostos habilidosos e espertos, pensam que podem iludir o destino da nação, simplesmente mandando apagar à sua

frente as trilhas dos caminhos que impõem opção ou exigem decisão.

(...) Diante de qualquer grupo mais ou menos ruidoso que levante as mais petulantes e insaciáveis reivindicações antipovo, ou que defenda os mais atrevidos privilégios contrários à coletividade, diante de sapos que pleiteiam a lua à custa da nação ou de cochos que exigem ir à frente da caravana, eles não têm um NÃO de revolta, de nojo, de decisão, de coragem. “Seria uma burrada desagradar tantos eleitores...” E vão amarrando o destino da pátria, seu futuro, sua respiração, seu fôlego e sua sobrevivência aos caprichos, às vezes até sórdidos, dos que melhor se sindicalizarem para esse assalto.

(...) Deputados que querem ser senadores... senadores que querem ser ministros... ministros que querem ser presidentes, ou governadores... dirigentes de institutos ou de bancos oficiais que querem ser deputados... vão distribuindo à mão-cheia privilégios e sinecuras, porque tudo isto cairá nas costas de um imenso, vago e indefinido burro de carga que é o povo.

(...) É preciso que as novas gerações, desavisadas ante certas distorções da piedade, e nisto tão ludibriadas, se acautelem contra as artimanhas intelectuais desses exploradores do “coitadismo”. Pois suas armadilhas sibilinas já quase chegam à audácia de erigir os albergues em símbolo dos lares que devemos ter... e parecem querer fazer dos pobres favelados a própria imagem “heroico-romântica” do que todos deveríamos ser...

(...) O perigo desse descarado favoritismo visando a proteger os que desdenham de tudo é fazer o homem comum — que é tão cioso de não ser ludibriado — tomar a inércia como padrão de recompensa, considerar o desinteresse como atitude exemplar, ou concluir que a deslealdade é que é digna de proteção contra os que não a toleram e a punem pelo isolamento, pela expulsão ou pela dispensa.

Bastiat conseguiu sintetizar boa parte dessa mensagem em uma única frase: “O Estado é a grande ficção pela qual todos tentam viver à custa de todos.” No país dos coitadinhos, quanto mais miséria o sujeito aparentar, mais privilégios receberá do governo em troca. Claro que, com o tempo, esse

modelo se torna insustentável, pois há parasitas demais para hospedeiros de menos.

Além disso, a própria liberdade vai desaparecendo, numa espécie de “servidão voluntária”, como dizia Étienne de La Boétie. O coitadinho malandro não percebe que o governo, para dar tudo que ele deseja, também acumula o poder para lhe *tirar* tudo que quiser. Um Estado agigantado para distribuir tantas benesses é um Estado tirânico. Voltemos à Farhat:

Quanto mais o homem comum se deixa encolher sob as asas do Deus-Governo, mais este se arroga a tutela de todos os seus passos, e o espolia quanto às suas oportunidades e vantagens de ser livre e tudo tentar e tudo poder fazer, inclusive ser dono do que for capaz de criar ou produzir.

Quanto mais se ampliam as asas do paternalismo do Estado, mais se encolhem e se encurtam os caminhos que o homem pode percorrer por si mesmo na busca audaciosa e sem limites proporcionada por sua capacidade de realização, para atingir a felicidade e a prosperidade por ele próprio delineadas e conquistadas.

Quanto mais é chamado a “dar”, mais o Estado incontavelmente recebe, ou toma, da coletividade que ingenuamente apelara para a sua introvertida generosidade.

Os coitadinhos levam não só os recursos do país à exaustão e à degradação moral da sociedade, como também à sua própria perda de liberdade. É um tiro no pé, por excesso de malandragem. Ao alçar ao patamar de herói aquele que é perdedor, os idólatras do fracasso criam uma nação de perdedores. Farhat também percebeu claramente isso:

Não há dogma político nem sofisma religioso que possa fazer aceitar a inaptidão do incapaz, ou a inércia do preguiçoso, ou a improdutividade do desleixado, ou a esterilidade do indivíduo sem iniciativa, como padrão além do qual tudo é “espoliação”: a dedicação do estudioso, a persistência do incansável, a inventividade do talentoso, a audácia do pioneiro, o inconformismo do homem dinâmico, a insatisfação do realizador.

Medir para baixo é estratégia dos frustrados e complexados que querem assim deter a potencialidade criadora dos cidadãos capazes.

(...) O que leva as nações para a frente é a divina obsessão dos que amam competir, dos que incansavelmente constroem, dos inquietos criadores, dos que rompem a inércia; dos que rasgam os pantanais humanos ainda que espadanando a preguiça; dos que desabam dilúvios de atividades ainda que estas perturbem a placidez do vazio e a esterilidade do nada.

Uma nação marca o seu destino quando a massa do seu povo passa a entender que a vida é uma permanente maratona viril de vontade, talento e audácia, onde não há lugar para a conspiração dos mesquinhos que buscam fanaticamente a compensação de bitolar todas as coisas pela curteza da sua inaptidão, ou pelo descompasso das suas frustrações.

(...) Este país não pode desorientar-se pela sinistra litania dos que se perderam ou se marginalizaram e querem, por isto, desmarcar e confundir as rotas alheias. Nem pode passar a temer a ação dos mais capazes — forçando-os a que simplesmente se igualem aos que fazem mal as coisas, ou nem as fazem. Nem pode punir o mérito, por este exceder ao desvalor dos que não se cuidaram. Nem deve estiolar-se na ideia estéril e mesquinha de que tirar dos que conseguem ter é a única e só maneira de dar aos que não sabem ter.

Os coitadinhos, como os comunistas apontados por Roberto Campos, só sabem chacoalhar as árvores para apanhar os frutos no chão; mas nunca souberam plantá-las. Sua grande bandeira política e ideológica é o sensacionalismo que condena os ricos por sua riqueza, os melhores por seus méritos, e deseja a “igualdade social” como um grande culto à mediocridade. Países que se deixam guiar por tal mentalidade têm o que merecem: resultados medíocres.

Atacando o sintoma

Uma das coisas que mais cansam no Brasil é a falta de lógica e de memória nos debates, assim como a busca por “soluções mágicas” simplistas para nossos complexos problemas. Temos, por exemplo, uma “guerra civil” no trânsito, que mata cerca de 50 mil pessoas por ano, quantia similar à de perdas em homicídios.

A Lei Seca foi grande promessa. Encantou — e ainda encanta — um monte de gente.

Quando aprovada, resultou em grande comemoração. Nos primeiros meses, os jornais estampavam as quedas dos acidentes, e a falta de lógica levava à conclusão precipitada de que era a tolerância zero com o álcool a responsável pela conquista. Escrevi na época alguns textos argumentando que aquele sucesso inicial nada tinha a ver com o teor alcoólico permitido, mas com a ostensiva fiscalização naquele começo de operação. O óbvio ululante.

Não adiantou. A euforia era total. O culpado pelas mortes no trânsito era o sujeito, pai de família responsável, que bebia uma taça ou duas de vinho no jantar com sua mulher e depois dirigia calmamente para casa. Um criminoso! Um assassino! Enquanto isso, carros caindo aos pedaços continuavam a circular, motoristas imprudentes sem álcool no sangue também, tudo em vias precárias, com má sinalização, em um país cuja cultura não costuma respeitar as regras.

Resultado? As mortes em acidentes de trânsito... aumentaram. Só no Rio de Janeiro são duas por dia, como uma reportagem de *O Globo* mostrou em setembro de 2014:

Indicadores do Rio Como Vamos (RCV), com base nos dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), mostram que houve aproximadamente 600 óbitos por ano, de 2009 a 2013. No mesmo período, o número de registros de feridos também cresceu: saltou de 18.924 para 23.284. São números de uma guerra. O RCV alerta para um padrão de comportamento que se alastra perigosamente: os motoristas estão dirigindo de maneira cada vez mais imprudente, não respeitando os limites de velocidade e o sinal vermelho, colocando em risco suas vidas e as de terceiros.

Na comparação dos dados do primeiro semestre de 2013 com o de 2014, as mortes no trânsito aumentaram de 258 para 321 (24,4%). Uma situação alarmante. As regiões mais afetadas no primeiro semestre deste ano foram Botafogo (de sete para quinze óbitos), Campo Grande (de 21 para 27) e Jacarepaguá (de nove para vinte). Já a região do Méier registrou queda de quinze para sete óbitos no mesmo período.

Os acidentes com feridos também preocupam. Confrontando o período estudado, percebe-se que os casos aumentaram de 10.386 para 11.338 (9,2%). No primeiro semestre de 2014, o RCV chama atenção para as regiões da Barra da Tijuca (de 648 para 920 registros), Jacarepaguá (de 710 para 892) e Santa Cruz (de 370 para 516). Reduções importantes ocorreram em Campo Grande (de 982 para 868 feridos) e Méier (de 682 para 625).

Na mesma reportagem, constava que 90% aprovavam a Lei Seca. Pasmem! Na matéria não há qualquer esboço de elo entre a promessa de resultados fantásticos com a lei e o que se vê lamentavelmente na prática. Ou seja, ninguém liga lé com cré. Ninguém cobra coerência. Ninguém contesta o prometido.

Vamos sempre atacando sintomas em vez de causas. Sei que fico repetitivo, mas apenas porque nosso povo é repetitivo nos erros: somos o país do sofá; do marido que joga fora o sofá para acabar com o adultério da esposa. Quebramos o termômetro para “curar” a febre. Damos um jeitinho bem malandro para pular etapas difíceis. Gostamos de pegar atalhos que nos levem direto ao “final feliz” — que nunca chega.

É como no caso do desarmamento, que prometia resolver ou melhorar muito a questão da criminalidade. Mas, tirando a proteção do cidadão de bem? Avisando ao bandido que ninguém mais terá meios de se defender? Fulminando o direito individual à legítima defesa? Qual a lógica? Não importa.

Essa coisa de lógica fica com os chatos dos anglo-saxões. Os americanos não abrem mão da segunda emenda de sua Constituição, que lhes garante o direito de se defender com armas. No Brasil, porém, ignorando o resultado incontestável do plebiscito por meio do qual a população disse sim ao direito de ter arma de fogo, os “progressistas” cada vez mais restringem a lei sobre armamento. E daí que os índices de criminalidade continuem a aumentar? Quem liga? São quase 60 mil assassinatos por ano, uma verdadeira guerra civil, com traficantes armados com fuzis e muito à vontade, enquanto grupos de pressão articuladíssimos, inclusive na grande imprensa, vendem uma paz conquistada com a multiplicação de obstáculos a que o cidadão compre legalmente uma pistola.

E assim chegamos a esse cenário atual, em que não se pode sair para jantar e tomar uma taça de vinho, como se tivéssemos uma excelente infraestrutura de transporte público por alternativa, enquanto mais e mais gente morre vítima de imprudência no caótico trânsito e nas péssimas rodovias do país, isso se não for vítima de uma bala vinda de alguma arma ilegal, que a lei do desarmamento, claro, não perturba.

Mas vamos resolver tudo agora. Vamos intensificar ainda mais o rigor da Lei Seca e tirar ainda mais armas legais dos cidadãos. Ai daquele criminoso maldito que ousar pegar na direção depois de comer um bombom de licor! Ai daquele sujeito que ousar puxar seu revólver antigo para espantar algum bandido que ameace invadir sua propriedade! O Brasil, definitivamente, não é ainda um país sério.

As cigarras irresponsáveis

Todos conhecem a fábula da cigarra e da formiga. Uma só queria saber de cantar, de curtir a vida como se não houvesse amanhã, achando que o verão duraria para sempre. A outra era mais responsável, trabalhadora, precavida; conseguia vislumbrar a aproximação do inverno e buscava se preparar para ele. Claro que a cigarra quebrou a cara, enquanto a formiga manteve-se aquecida quando o frio chegou.

O Brasil é o país das cigarras.

Nunca isso ficou tão claro como durante o auge da bonança nos últimos anos do governo Lula e no primeiro do de Dilma. O país ganhara na loteria, mas rasgaria o bilhete, ou melhor, torraria todo o prêmio de forma hedonista e irresponsável. Em minhas palestras e em meus textos, em meio a essa euforia injustificada, tentei alertar para os perigos, lançando mão da metáfora da cigarra inúmeras vezes. Fui apenas ridicularizado, como uma Cassandra na mitologia grega.

Em um artigo para o jornal *Valor*, expliquei de forma sucinta o que permitira a prosperidade ilusória do Brasil naqueles anos e chamei atenção para os riscos à frente:

A economia brasileira contou com a sorte grande nos últimos anos. O grande responsável por isso foi o acelerado crescimento chinês, que puxou o preço das commodities. As reduzidas taxas de juros nos países desenvolvidos jogaram mais lenha na fogueira, ajudando os países com vastos recursos naturais. Nossos termos de troca, ou seja, a razão entre o que exportamos e o que importamos, deram um salto incrível desde 2003.

Esta fantástica melhora nos termos de troca se disseminou por toda a economia. Os dados macroeconômicos melhoraram, o país acumulou reservas internacionais, o crédito deslanchou e o setor privado aproveitou o bom momento para emitir dívida e capital. A moeda se apreciou bastante, e os ativos brasileiros passaram a valer mais. O *boom* chinês foi uma bênção para países como Brasil e Austrália. A correlação entre suas moedas desde 2003 é espantosamente alta.

Se antes mil toneladas de minério de ferro compravam determinada quantidade de televisores, hoje a mesma quantidade de minério compra dez vezes mais! Os habitantes dos países com vastos recursos naturais demandados pelos chineses enriqueceram rapidamente nos últimos anos. Mas o que pode ser negativo neste cenário, que à primeira vista parece tão promissor?

Fosse uma formiga responsável que tivesse tirado a sorte grande, tudo seria ótimo. Os cidadãos aproveitariam as oportunidades novas para investir mais e obter ganhos sustentáveis de produtividade, a educação seria alvo de melhorias substanciais com foco no longo prazo e até um fundo de reserva seria criado para os dias chuvosos que são inevitáveis. Mas a triste realidade é que, no caso brasileiro, uma cigarra foi quem ganhou na loteria. Com demanda reprimida há anos e um horizonte temporal demasiadamente curto, ela partiu para o consumo calcado em crédito, um modelo claramente insustentável.

Fiz os alertas repetidas vezes, em vão. Uma sociedade de cigarras, sem tantas formigas, sempre se dá mal quando a conta chega. A Grécia pode atestar isso de forma lamentável. A realidade não pode ser ignorada por muito tempo. Crescer somente com base no crédito estatal e no consumo, sem a contrapartida de mais poupança e investimento, não é modelo de desenvolvimento sustentável.

Os malandros, contudo, adotam um keynesianismo chinfrim e passam a crer que é o rabo que balança o cachorro; não o contrário. Juram, como fez o ex-presidente Lula, que basta estimular o consumo para que a produção deslanche. Teriam descoberto a fórmula mágica da prosperidade. É como alguém que considera possível subir puxando o próprio suspensório. A

malandragem faz com que o foco se concentre no fomento ao consumo por meio de crédito, uma equação fadada ao fracasso.

Sem reformas estruturais, e sem uma drástica redução do peso do governo na economia, o país estará sempre vulnerável aos choques externos e aos limites internos. Não podemos nos deixar enganar pela aparente tranquilidade dos momentos de bonança. São apenas voos de galinha, muito barulhentos, mas com baixa altitude e alcance limitado. O crescimento em países de cigarras costuma contar com muitos fatores artificiais e cíclicos, ou seja, insustentáveis. Precisamos de mais formigas e menos cigarras.

O problema é que as formigas são sempre ignoradas ou ridicularizadas durante os anos de euforia. Só são lembradas na hora da crise, quando chega o inverno. Os políticos, centrados apenas no curto prazo, usam a fase de prosperidade para distribuir benesses e esmolas estatais, crédito farto, todos em conluio para “fazer a roda da economia girar”. Ela gira, por algum tempo. Depois trava e o país cai da bicicleta.

Quando isso acontece, aí está, é preciso apertar os cintos, cortar gastos, adotar uma postura de austeridade, verdadeiro palavrão para as cigarras. Mas não há alternativa, à exceção da catástrofe plena. É como o sujeito “esperto” que quer fugir da ressaca permanecendo bêbado. Sua euforia será temporária, sob o risco de uma ressaca muito pior depois, quiçá uma cirrose hepática. Escrevi em minha coluna de *O Globo* sobre o assunto em 2011, quando muitos ainda pensavam ser possível evitar o encontro com a dura realidade:

Tudo que um governante mais deseja é uma desculpa para aumentar gastos. Quando ela vem embalada por uma teoria econômica, melhor ainda. Eis o que explica a popularidade do “desenvolvimentismo”. Ninguém gosta de austeridade quando está no poder.

(...) Os “desenvolvimentistas” apontam apenas em uma direção. Nunca se lembram do termo “anticíclico” na era da bonança. É raro ver um deles pregando redução de gastos públicos ou aumento de juros durante os momentos de rápido crescimento e risco

inflacionário. Nestas horas eles somem. Quando a economia ameaça esfriar, voltam demandando estímulos. O foco é sempre no curto prazo. Como disse o grande guru deles, “no longo prazo estaremos mortos”. Esquecem que hoje é o longo prazo de alguns anos atrás.

(...) A conta das políticas “desenvolvimentistas” vai chegar cedo ou tarde, com juros. Enfrentar a dura realidade não será tarefa fácil. O crescimento sustentável depende de investimentos em capital físico e humano, além de um ambiente favorável aos negócios. Tudo aquilo que nos falta. O governo brasileiro expande o crédito público, reduz os juros na marra, sobe o salário mínimo por decreto, arrecada imposto demais, e gasta muito mal. Trata-se claramente de um modelo insustentável, com foco demasiado no curto prazo.

A economia brasileira ganhou na loteria chinesa e está gastando por conta, hipotecando seu futuro. Parece uma cigarra irresponsável, acreditando que o verão será eterno. Mas o inverno inexoravelmente chegará. O governo não tem como impedir este fato com mais estímulos. Isso pode apenas postergar um pouco o encontro com a realidade. Em contrapartida, aumentará o sofrimento futuro também. Não existe almoço grátis.

O “desenvolvimentismo” nunca conseguiu produzir prosperidade de forma sustentável. Ele ignora as verdadeiras causas da riqueza das nações. Ao focar somente no curto prazo, e ao depositar uma fé ingênua na capacidade do governo de atuar como locomotiva da economia, a cartilha “desenvolvimentista” estará sempre fadada ao fracasso. Não será diferente desta vez.

O Brasil pode estar na moda. Mas moda passa. Melhor aproveitar enquanto a festa continua, pois depois virá a ressaca e não vai adiantar culpar o “mercado” (vide a Europa). As sementes da próxima crise foram plantadas pelo próprio governo. Mas quem liga? O show precisa continuar. Afinal, vem eleição aí...

O show, de fato, continuaria por algum tempo. Sabemos como a coisa terminou, muito mau para todos — para as cigarras principalmente. Elas se achavam malandras, espertas, só curtindo a vida como se não houvesse amanhã. Mas há. Sempre há. E é quando ele chega que fica claro que aquela

malandragem toda era pura estupidez. A cigarra malandra era apenas otária, sem nem se dar conta.

A maior taxa de juros do mundo

O leitor deve estar cansado de abrir o jornal e ver, estampada na primeira capa, a notícia de que somos recordistas em taxa de juros no mundo. É um fardo enorme, sem igual no mundo, sobre os devedores. Os espertos, porém, muitos dos quais endividados, não querem investigar e conhecer as *causas estruturais* desse juro abusivo; preferem atacar o sintoma, cuspir nos “usurários”, culpar Shylock, o insensível de *O mercador de Veneza*, e clamar por intervenção estatal para reduzir o custo dos empréstimos na marra.

Foi o que fez Dilma Rousseff em seu primeiro mandato: resolveu “enfrentar” os banqueiros e, com muita celeuma e fanfarra, usou a cadeia nacional de televisão e rádio para anunciar, na base do canetaço, a queda das taxas de juros. O povo malandro foi ao delírio: finalmente uma governanta desafiava os poderosos para que todos pudessem tomar empréstimos a um custo mais civilizado. Esqueceram-se “apenas” de que a civilização não se alcança por decreto estatal.

Na época, escrevi artigo em *O Globo* usando a ironia — recurso sempre arriscado no Brasil — para expor o absurdo da crença popular. Criei mais uma de minhas tantas ONGs virtuais para poder esfregar na cara dos espertos que o excesso de malandragem produziria um resultado terrível. Abaixo, alguns trechos de meu texto sarcástico:

Prezado ministro Guido Mantega, ilustríssima presidenta Dilma. Eu represento a ONG BESTA (Brasileiros Excluídos dos Subsídios, Tetas e Afins). Somos pessoas comuns, sem lobby em Brasília. Entre nós não há um único político. Tampouco contamos com invasores de terras, ex-terroristas comunistas, grandes empresários blindados pelo

protecionismo ou algum outro grupo agraciado pelas benesses estatais.

(...) Economistas podem afirmar que o custo do capital no capitalismo deveria ser definido pelo próprio mercado. Eles podem argumentar que, se o custo ficar artificialmente baixo, vai ter mais inflação à frente. Mas quem liga para isso? Basta o governo decretar uma redução dos juros e a inconveniente lei econômica estará revogada. Cria-se riqueza com uma simples canetada do governo.

(...) Voltando ao Brasil, temos uma taxa de juros elevada demais. Entre as causas, temos altos tributos, compulsório elevado, pouca oferta de poupança doméstica, concorrência reduzida por excesso de regulação e insegurança jurídica no arresto de bens dos inadimplentes. Mas nós sabemos que a ganância dos banqueiros é o verdadeiro vilão. É verdade que bancos estrangeiros também atuam no país e cobram mais pelos empréstimos aqui. Mas é que eles ficam mais gananciosos ao atravessarem a fronteira (deve ser o clima).

Para aumentar a oferta de poupança no país e reduzir os juros, o governo teria que gastar menos. Voltamos ao problema anterior. É muito mais fácil disponibilizar mais crédito através dos bancos públicos, mesmo sem lastro em poupança efetiva. Os economistas diriam que isso é inflacionário, mas é pura paranoia. A Argentina está aí para comprovar.

(...) Por isso a BESTA aplaude as medidas recentes do governo, de reduzir na marra a taxa de juros dos bancos públicos. O BB e a Caixa são ou não estatais? Esse papo de autonomia e gestão responsável é coisa de economista chato. A presidenta Dilma mostrou quem manda, impondo uma queda drástica nas taxas desses bancos. Marx defendia o monopólio estatal no crédito como caminho para o socialismo. Não estamos lá ainda, mas, com 40% do setor nas mãos do governo, a trajetória é clara.

Alguns economistas questionam por que a redução dos juros não foi feita antes se não há riscos inflacionários, como garante o governo. Ora, a resposta é simples: porque faltava “vontade política”. Este é um governo com coragem, ao contrário dos demais. Este é o tipo de governo que revogaria até a lei da gravidade para impedir a queda de um avião!

Mas a BESTA considera que a medida foi tímida. O governo tem que acabar com a usura e a agiotagem, e impor logo juro zero para todos. Crédito infinito e sem custo: eis uma bandeira realmente popular. Alice, personagem de Lewis Carroll, aprovaria. Nós da BESTA também. Queremos juro zero!

Muitas vezes só nos resta mesmo rir para não chorar.

Aqueles que tinham mais conhecimento econômico tremeram com a redução da taxa de juros na marra, como se o custo do capital não fosse um preço de mercado, um *sintoma* de nossos problemas, em vez de sua causa. O voluntarismo político no Brasil, contudo, é predominante, e a razão nada pode contra ele. Os malandros desejavam juros menores, mas sem o devido esforço para chegar lá; resolveram que cabia ao governo, por decreto, colocar a taxa em patamar civilizado. O resultado não tardaria: a inflação disparou.

Como um preço de mercado, o custo do capital depende de sua oferta e de sua demanda. A oferta, por sua vez, depende da quantidade de poupança disponível na economia. Um país de cigarras, que consome muito e quase nada poupa, terá sempre taxa de juros maior. É exatamente como a família que gasta mais do que ganha e acaba se endividando cada vez mais: invariavelmente cairá nas “garras” de algum agiota. Culpa da ganância do banqueiro ou da irresponsabilidade da família perdulária?

Antes de qualquer coisa: o que é o juro?

O fenômeno dos juros é inerente a toda e qualquer forma de troca em diferentes períodos da história e representa o prêmio do credor, pela espera, ou o preço da impaciência do devedor. São, pois, os ganhos decorrentes da transferência de valores do presente para o futuro, ou os custos de antecipar valores do futuro para o presente.

Os juros monetários são apenas uma pequena fatia do conceito geral. Por exemplo: um trabalhador, que teria de esperar vários meses até finalizar seu produto para então vendê-lo, pode antecipar seu ganho, através de um salário recebido, mas que será menor do que o valor futuro do bem. O tempo tem valor justamente porque um bem disponível para consumo hoje

vale mais do que o mesmo bem disponível somente no futuro. Ou o leitor é indiferente a ter o que deseja agora, para consumo imediato, em vez de apenas daqui a um ano?

Os animais agem movidos por instinto, através de mecanismos naturais que os impelem a buscar alimento e abrigo no “aqui e agora”. Os homens, por meio de sua capacidade racional, conseguem fazer abstrações, projetar o futuro, distanciar-se do momento presente e refletir sobre o porvir. Cálculos, ponderações, avaliações sobre o amanhã são instrumentos humanos; a consciência do tempo pertence aos homens, não aos animais.

No entanto, essa consciência depende de volição, da própria escolha individual entre se concentrar ou não, pensar ou se evadir do esforço. O homem que abandona sua principal ferramenta de sobrevivência — a razão — *escolhe* viver como um simples animal, agindo por puro instinto irracional. O “deixar a vida levar”, sem reflexão, tende ao precipício.

Uma elevada impaciência infantil marca aquele que não consegue esperar para ter mais no amanhã. É uma combinação da dificuldade de projetar mentalmente o futuro (antevisão) com a baixa resistência aos apelos de estímulos e impulsos (autocontrole). Crianças têm forte propensão a desfrutar o momento e descontar o amanhã: um doce para consumo imediato vale mais que dois para o dia seguinte. Jovens são impulsivos, pelo vigor dos sentidos, e otimistas, pela perspectiva de um tempo muito longo pela frente. São sonhadores. A soma da impulsividade com a pretensão da “imortalidade” é campo minado de armadilhas e desenganos. Por exemplo: a ressaca é o juro do porre; a saúde debilitada é o juro dos anabolizantes; os atalhos costumam cobrar elevado custo adiante, com juros e correção monetária.

A maturidade seria uma posição equidistante entre juventude e velhice, um equilíbrio de forças entre os excessos da primeira e as deficiências da segunda. Ocorre uma redução no grau de impaciência: maior consideração pelas necessidades relativas ao futuro em face das demandas do presente. O “aqui e agora” deixa de ser a única coisa relevante.

O filósofo Schopenhauer resumiu bem a coisa: “Muitos vivem em demasia no presente: são os levianos; outros vivem em demasia no futuro: são os medrosos e os preocupados. É raro alguém manter com exatidão a justa medida.” De um lado, o sujeito que vive literalmente o *carpe diem*, no “aqui e agora”, de forma hedonista ou mesmo irresponsável; do outro, o que

adia tanto seu viver que o hoje vira um enorme vazio. O brasileiro malandro, sem dúvida, exagerou na dose do primeiro modelo.

A soma entre o grau de impaciência e as oportunidades de investimentos determina a intensidade da orientação de futuro de uma sociedade. Como resume Eduardo Giannetti em *O valor do amanhã*: é “a proporção do trabalho social e dos recursos disponíveis que ela (sociedade) transfere do presente para o futuro”. Essa transferência tem como pré-requisito a existência de um excedente transferível; que não cai do céu, mas depende de uma *decisão* da sociedade de não consumir hoje o fruto total de seus esforços; ou seja, um compromisso de poupar.

Pensemos em Robinson Crusoe, sozinho numa ilha. Para investir em produtividade — como numa rede de pescaria que lhe renderia mais peixes adiante —, antes ele precisa poupar, precisa produzir um excedente, abrindo mão de consumo imediato, para ter recursos acumulados para sua empreitada. Quando se consome tudo que se produz — ou mais até, pegando emprestado o restante —, há menos disponibilidade para investimento. O preço cobrado pelo empréstimo, portanto, será maior.

“O milagre da multiplicação dos pães — o poder multiplicador do capital — passa por uma redução temporária do consumo de pães”, escreve Giannetti. O sonho de voar mais alto no futuro terá de ser pago com um voo mais baixo no presente. O bônus da prosperidade demanda o ônus da poupança. Só é possível ter mais à frente, com poupança reprodutiva, ou seja, com menos consumo imediato, utilizando parte da renda para investimentos em capital físico ou humano.

A esperteza é sempre mais fácil que a virtude, pois toma o caminho mais curto para tudo. A trilha da esperteza, porém, costuma levar sempre à direção errada; a conta um dia chega, com pesados juros. Vocação para a riqueza sem vocação para o trabalho costuma resultar em dívidas. Sociedades que querem crescer sem o preço da espera acabam consumidas por juros altos; é preciso plantar agora para colher depois. Esperar milagres não é algo racional: o sonho de um porvir mais confortável precisa ser pago com um esforço de poupança hoje.

Qual o equilíbrio adequado entre a racionalidade da formiga e a impulsividade da cigarra? A vida vivida apenas para acumular é vazia; a que ignora o amanhã é sofrida. O indivíduo não pode abandonar os prazeres que a cigarra busca, mas jamais deve negligenciar a previdência da formiga. O segredo é entender que há um balanço necessário entre esses perfis. E que o risco está em se lançar à pior combinação, como aponta Giannetti: “No afã de querer o melhor de dois mundos, o grande risco é terminar sem chegar a mundo algum: a cigarra triste e a formiga pobre.”

Creio terem ficado mais claros, agora, os motivos verdadeiros de nossa alta taxa de juros. Para alterar o panorama, não basta apenas “vontade política”. Nada será modificado por decreto estatal. Uma radical transformação cultural do brasileiro é necessária; mudança que deverá refundar a compreensão do que seja o Estado, de longe o maior responsável pela ganância irresponsável. No Brasil, o governo, que já arrecada quase 40% do PIB, em nada investe. Tudo é para consumo corrente, para gastos sociais, para o custeio da máquina. Sede tão insaciável por recursos, inclusive emprestados, que drena o grosso da poupança nacional, jamais permitirá uma taxa de juros civilizada no país.

Para adicionar insulto à injúria, há pouca confiança nas regras do jogo, o que encarece o custo do financiamento. Adam Smith apontara isso no século XVIII: “A incerteza da recuperação do seu dinheiro leva o emprestador a exigir os mesmos juros usurários que são requeridos dos que estão falidos.” Com leis que protegem tanto o devedor e dificultam o arresto dos bens dos caloteiros e inadimplentes, quem emprestará sem cobrar um excedente por tal risco? Elementar, meu caro Watson. Um ambiente institucional estável e altamente previsível favorece a transferência de recursos do presente para o futuro, pois reduz o risco de prejuízos causados por quebra de confiança entre as partes. “A confiabilidade da ordem jurídica aumenta a confiança no amanhã”, resume Giannetti.

Previdência Ponzi

O Brasil está envelhecendo antes de ficar rico. Nesse cenário, o modelo previdenciário brasileiro é uma verdadeira bomba-relógio, um acidente à espera de acontecer. Como fundamento dessa previsível desgraça, que nos assombra e se aproxima, está o excesso de malandragem de grande parte da população.

O famoso “esquema Ponzi”, nome dado em referência ao golpista italiano Carlo Ponzi, que morreria no Brasil, consiste na promessa de elevados retornos dependentes do fluxo constante de novo capital. Trata-se, pois, de uma pirâmide. Os primeiros a aderir à engrenagem recebem boa remuneração, garantida pela entrada de novos adeptos. À medida que a base se alarga, porém, o retorno se torna insustentável, e tudo cai, como um castelo de cartas, quando a adesão de novos pagadores cessa. Por isso mesmo a prática é vista como fraudulenta e, portanto, ilegal. Mas há exceções... O maior “esquema Ponzi” é não apenas legal como praticado pelo próprio governo — e de forma compulsória. Trata-se da Previdência Social.

Do modo como foi concebido, o sistema não passa de uma imensa farsa. A Previdência Social nunca foi estruturada como um seguro. Qualquer seguradora que funcionasse da mesma forma já teria sido declarada insolvente faz tempo, com seus acionistas provavelmente presos. A questão é simples: a Previdência Social não possui ativos suficientes para honrar seus passivos. Foi criada exatamente como as demais pirâmides, as tidas como criminosas, só que de forma compulsória: os mais jovens são obrigados a pagar pela aposentadoria dos mais velhos, na maioria das vezes sem qualquer ligação com a quantia poupada ao longo de uma vida de trabalho.

O esquema se mantém aparentemente saudável enquanto a população é jovem e, pois, engorda a base da pirâmide. Assim, o governo pode posar de protetor dos idosos — e costuma abusar do excesso de arrecadação inicial, oferecendo todo tipo de privilégios. Os funcionários públicos, naturalmente, são os grandes beneficiados. No entanto, à medida que a população envelhece e os idosos vivem mais (graças aos avanços medicinais capitalistas), a base da pirâmide fica mais fina, tendo, contudo, que sustentar um topo cada vez mais robusto. A pirâmide progressivamente se transforma num quadrado. Seus pilares de areia ficam mais visíveis. O governo já não é capaz de garantir tantos privilégios — precisa, portanto, aumentar impostos ou estender a idade de aposentadoria.

É como se cada trabalhador depositasse um pão numa grande cesta, para garantir seu alimento no futuro, mas esse pão fosse usado para alimentar algum idoso hoje. Quando faltar pão — para todos — lá na frente, o governo será então forçado a reduzir a quantidade do alimento dos aposentados para algumas migalhas, mesmo que estes tenham contado com certa quantia antes. E ainda poderá obrigá-los a contribuir com mais pães, atrasando-lhes a aposentadoria. Em último caso, o governo pode imprimir dinheiro para pagar-lhes, o que seria análogo a entregar fotografias de pães, em vez de pão verdadeiro, pois a inflação literalmente comeria o valor real da aposentadoria.

A poupança nesse modelo insustentável é, ainda por cima, compulsória, e o governo decide onde “investir” esses recursos, quase certamente destruindo valor para o poupador. A piorar a situação, o fato de que não existe uma conta individual, de modo que o valor da aposentadoria dependesse do montante poupado por cada indivíduo ao longo de sua vida produtiva. Poupar é fundamental para o futuro de um indivíduo, e essa é uma decisão de ordem estritamente pessoal. Não funciona — e não educa — de outra maneira.

O que acontecerá quando a demografia não nos ajudar mais? O “bônus demográfico” se aproxima do fim, como atestam os especialistas. O INSS gastava com aposentadoria e pensões 2,5% do PIB em 1988, quando foi sancionada a nova Constituição; vinte anos depois, já despendia 8%. O véu

que encobre os pilares falsos da Previdência Social está caindo, e restará apenas o esqueleto do que o modelo rigorosamente é: um esquema de pirâmide. Nada mais.

Parafraseando Churchill, o economista Fabio Giambiagi, um dos maiores especialistas no tema, escreveu: “Os defensores do *status quo* em matéria previdenciária tiveram a oportunidade de escolher entre o sacrifício e o progresso fácil; escolheram o progresso fácil; terão o sacrifício.” Por quanto tempo mais os governantes brasileiros conseguirão fugir desta delicada questão? Os números mostram que reformas são necessárias com urgência. Protelar as medidas apenas aumentará os problemas no futuro. “No longo prazo estaremos todos mortos”, disse Keynes, máxima a que muitos de seus seguidores recorrem para minimizar a irresponsabilidade corrente.

Em seu livro *Reforma da previdência: o encontro marcado*, Giambiagi enriquece o debate com fartas informações — muitas, assustadoras — e uma lógica inquestionável. Derruba inúmeros mitos sobre a questão, repetidos de forma automática, sem a devida reflexão ou o mínimo conhecimento. Alguns dados deixam claro que, se nada sério for feito, a tendência é explosiva. Segundo o IBGE, existem atualmente quase 12 milhões de idosos no país, pessoas com 65 anos ou mais. Em 2030, esse número deverá chegar a 25 milhões, mais que o dobro — e então a demografia nacional não mais ajudará a ocultar a irresponsabilidade do modelo previdenciário.

Muitos falam das fraudes como causas principais do rombo, mas a corrupção fica pálida quando confrontada ao gigantesco problema estrutural em foco. Desvios milionários podem parecer somas astronômicas do ponto de vista individual, mas significam pouco frente ao gasto de mais de R\$ 250 bilhões com a Previdência Social. As raízes do problema encontram-se no modelo previdenciário em si, na distribuição de direitos sem a devida contrapartida, na idade média baixa das aposentadorias no Brasil, nos privilégios absurdos para funcionários públicos etc. Alguns, no entanto, temendo um confronto com a realidade, repetem que o déficit da Previdência nem mesmo existe — posição que impõe malabarismos contábeis, como se dar outro nome ao que é despesa a pudesse tornar inexistente. O rombo existe, é crescente e, se nada for feito para lhe alterar o curso, tombará como preço aterrador sobre as futuras gerações.

Os aposentados de hoje hipotecam o futuro de seus filhos e netos.

A expectativa média de vida no Brasil pode ser mais baixa que a de países desenvolvidos, mas isso se deve, em boa parte, à elevada taxa de mortalidade infantil e de jovens. Entretanto, se a pessoa chega aos sessenta anos, sua expectativa de vida passa da média de 72, ao nascer, para 81 anos. Ou seja, um “garotão” de meia-idade que se aposente com cinquenta anos provavelmente viverá ainda uns trinta, sustentado por uma população ativa cada vez mais penalizada pelos pesados impostos necessários para que a conta feche. Na média, as pessoas no Brasil que se aposentam por tempo de contribuição vivem cerca de dois anos menos do que na Suécia, mas se aposentam oito anos antes.

As aposentadorias atreladas ao salário mínimo impõem rombo ainda mais violento, posto que este teve aumento significativo desde o advento do Plano Real. Somem-se os fatos de que cada vez mais mulheres estão se aposentando e que a participação de idosos é crescente no total da população e ficará claro que a situação não é sustentável. O Brasil, quando comparado a outros países do mundo, encontra-se claramente numa posição *sui generis*, com população ainda muito jovem, mas com gasto previdenciário relativamente elevado, a pior combinação possível. Como conclui Giambiagi, “um quadro em que seis de cada dez pessoas se aposentam com menos de 55 anos, em um país com todas as carências que o Brasil tem, é algo que faz qualquer estrangeiro arregalar os olhos de incredulidade”.

Giambiagi retorna ao tema no livro *Brasil: raízes do atraso*, em que aborda as “vacas sagradas” que funcionam como entraves ao crescimento da economia nacional. Entre essas “vacas”, uma das mais pesadas é justamente a questão previdenciária. Ele é enfático ao afirmar que “ou o Brasil acaba com a generosidade do seu sistema previdenciário, ou a generosidade do seu sistema previdenciário acaba com o Brasil”. Ele lembra, uma vez mais, que somos os campeões mundiais em gasto previdenciário, especialmente considerando a demografia. Enquanto os Estados Unidos despendem aproximadamente 6% do PIB para 12% de idosos na população, o Brasil é o inverso: 12% do PIB para apenas 6% de idosos. Os países da OECD mobilizam, na média, pouco mais de 7% do PIB com aposentadorias, e mais de 16% da população está na faixa dos idosos. Quando o Brasil tiver essa parcela de idosos, quanto do PIB será destinado para pensões? Ninguém quer assumir o problema, mexer no vespeiro. Como Giambiagi coloca, “é

como se tivéssemos um elefante na sala e todos fingissem que está tudo normal”.

O debate sobre a Previdência mexe com muitas emoções. Por isso, acaba gerando mais calor que luz. Contudo, as leis inexoráveis da economia não aceitam mágicas, tampouco toleram irresponsabilidade. Abdicar da razão e deixar a retórica dominar a discussão é o caminho da desgraça. Sabemos que politicamente é muito complicado defender as reformas necessárias, porque, se os custos são imediatos, os benefícios ficam dispersos no tempo.

Deixar, porém, de fazer os sacrifícios necessários no presente não é atitude de espertos; é irresponsabilidade total. De nada adiantará negar os fatos. Eles continuarão existindo. Temos um encontro marcado com a reforma da Previdência, queiramos ou não. Quanto antes, melhor. Os esforços e sacrifícios serão infinitamente maiores depois, quando o “bônus demográfico” desaparecer. O pânico vem ao pensarmos em nosso sistema político, na qualidade dos políticos de hoje, e em como sobram populistas e faltam estadistas. Há muitos malandros mirando apenas nas próximas eleições, e quase ninguém olhando as próximas gerações.

O petróleo é nosso!

Deus é brasileiro, e a maior prova disso não está na beleza natural dos mais de 8 mil quilômetros de extensão de nossa costa, mas naquilo que se encontra nas entranhas da terra: o petróleo. Que povo de sorte para ter tanto recurso natural assim, uma fonte abundante de um bem desejado pelo mundo inteiro. Nascemos em berço esplêndido, repleto de ouro negro, e ainda há o pré-sal para garantir nosso futuro, nosso progresso, nossa educação.

Ou será que a fortuna não é tanta assim?

A Petrobras foi, durante muitos anos, motivo de “orgulho nacional”, algo que o PT também conseguiria destruir. A fama, porém, era exagerada, para dizer o mínimo. Mais uma espécie de “fetiche”, como dizia Roberto Campos quando lutava praticamente sozinho contra os nacionalistas — de esquerda e de direita. Mesmo quando não havia a praga petista para devastar a empresa, quando os cupins sindicalistas ainda não lhe tinham tomado conta, a estatal monopolista não se justificava, desde sempre representando um atraso de vida para o Brasil.

No entanto, o discurso de “setor estratégico” ecoou historicamente pelo vácuo cerebral dos nossos queridos “malandros” brasileiros, e aí de quem ousasse pregar a privatização da Petrobras: logo tachado de “entreguista”, de “lacaio do imperialismo estadunidense” ou outra maluquice do tipo. O slogan “o petróleo é nosso”, usado tanto por militares quanto por petistas, seduziu uma legião de acéfalos ao longo das décadas e impôs enorme custo ao país. A autossuficiência era demandada como a boia salvadora da nação, de modo que, quando o então presidente Lula, precipitadamente, anunciou que enfim o país alcançara a tão sonhada meta, deu-se um show de

demagogia nacionalista. O brasileiro vibrou com a “sua” estatal, sonhando com o dia em que o Brasil poderia ser membro da OPEP, maior cartel do mundo, graças aos governos que impedem a livre concorrência.

Mas, será que tanta felicidade era mesmo justificável?

Em primeiro lugar, podemos analisar os principais países exportadores de petróleo e comparar com os principais importadores para verificar se faz mesmo sentido celebrar tanto a possibilidade de o Brasil se tornar um grande entre os primeiros. São dos maiores exportadores de petróleo do mundo países como Arábia Saudita, Rússia, Irã, Venezuela e Nigéria. Dificilmente algum deles pode servir de exemplo a ser seguido. Por outro lado, entre os maiores importadores temos Estados Unidos, Japão, Alemanha, Coreia do Sul e Holanda, países ricos que representam modelos a serem copiados em diversos aspectos.

Esse retrato já derruba de cara uma falácia muito repetida: a de que os recursos naturais, por si sós, garantem o progresso. Nada mais falso.

Cingapura e Hong Kong não possuem recursos naturais, mas são lugares bem ricos. A chave encontra-se na conduta humana, no modelo econômico e na mentalidade do povo. No caso da Noruega, é verdade, o petróleo fez bastante diferença. Mas é preciso lembrar que se trata de uma nação com população muito pequena e já educada, algo bem diferente do caso brasileiro.

Na verdade, fala-se até mesmo de uma “maldição do ouro negro”, pela caótica situação em que muitos países produtores de petróleo se encontram. A causa estaria na enxurrada de “petrodólares”, que, num país com mentalidade antiliberal e sem instituições suficientemente sólidas, tende a financiar a concentração de poder político e a facilitar a corrupção. Exatamente como ocorreu na era lulopetista. A suspensão do leilão de blocos de exploração após o anúncio da “descoberta” do campo de Tupi é exemplar: uma medida de pretensões nacionalistas, que, na prática, impediu a concorrência no setor e ofereceu as condições e os recursos para que um governo guloso financiasse seu projeto de poder.

Com aberrações nacionalistas desta natureza, o país já foi vítima da Lei da Informática, por exemplo, que condenou o setor de tecnologia à era dos

dinossauros.

Ainda assim, os corruptos “amigos do rei” aplaudem, bem como os políticos e artistas engajados, que recebem verbas das estatais. O povo, claro, paga a conta. Não é por acaso que Einstein qualificava o nacionalismo como a “doença infantil da humanidade”, enquanto Schopenhauer afirmava que “a individualidade sobrepuja em muito a nacionalidade e, num determinado homem, aquela merece mil vezes mais consideração do que esta”.

A nacionalidade de uma empresa não deveria ter relevância, mas, sim, o serviço que presta e o ambiente competitivo em que se insere — a maior garantia dos consumidores.

Muitos brasileiros sentem um estranho orgulho da capacidade da Petrobras extrair óleo de águas profundas, por exemplo. O que se ignora nesses casos é o custo de oportunidade, ou, como diria Bastiat, “aquilo que não se vê”. De fato, a empresa desenvolveu tecnologia de ponta em águas profundas. Mas, eis a questão, quanto isso terá custado? A montanha de dinheiro já investida na estatal não poderia ter sido aplicada em projetos alternativos?

Durante vários anos, a Petrobras atuou com a tranquilidade de um monopólio garantido pelo Estado, livre de competição. Além disso, sempre pôde contar com o governo para lhe injetar novos recursos. Faltava a pressão que a meritocracia, típica de empresas privadas, assim como o escrutínio de sócios em busca de maior retorno. Quando produzir mais é foco único — mesmo que, para tanto, seja preciso investir rios de dinheiro, com baixo retorno —, os acionistas são prejudicados. E os acionistas são todos os brasileiros. Tente, porém, explicar o conceito de custo de oportunidade para os malandros...

Após o comunicado da descoberta do campo de Tupi, o então presidente venezuelano Hugo Chávez chegou a chamar o presidente Lula de “magnata do petróleo”. Manifestação típica da doença do patrimonialismo latino, que mistura público e privado. O fato de Chávez ter considerado Lula um “sheik”, tal como a família saudita, é próprio da cultura esquerdista segundo a qual o país é propriedade do governante, em vez de o governante ser um empregado do povo.

Muitos utilizam a escusa do “estratégico” para isolar o setor petrolífero da concorrência privada. Ora, nada é mais estratégico que a produção de alimentos, área em que a empresa privada, em livre concorrência, representa o melhor mecanismo de satisfação das demandas. Na União Soviética e na China, quando o Estado monopolizou o setor alimentício, o resultado foram milhões de mortos por inanição.

Nenhum outro país, além dos Estados Unidos, pode alegar que petróleo é estratégico. No entanto, aquele país abriga dezenas de empresas privadas competindo livremente, estrangeiras inclusive, e atendendo a suas necessidades da melhor forma possível. Gigantes privadas como a ExxonMobil, ChevronTexaco, ConocoPhillips, Marathon Oil, Occidental Petrol — todas competem no livre mercado em busca de maximizar lucros.

Não existe uma PetroUSA praticamente monopolizando a área, como ocorre no Brasil e na Venezuela. São uns “otários” esses americanos, espoliados pelo capitalismo! Não é por outro motivo que a coisa funciona bem nos Estados Unidos, país que passou recentemente por uma verdadeira revolução tecnológica no setor, enquanto vemos estatais como a Petrobras revelarem-se palco de corrupção, cabide de emprego, moeda de troca política etc.

A diferença varia, mas a gasolina brasileira costuma ser até 50% mais cara do que a americana. E nem falo da qualidade do combustível. Justamente por ser estratégico — por influir diretamente na vida das pessoas — é que o setor petrolífero deve respeitar a livre concorrência de empresas privadas, garantia de maior eficiência e de preços menores. O brasileiro, enquanto repete feliz da vida “o petróleo é nosso”, paga um dos maiores preços de gasolina do mundo. Vá ser malandro assim lá num hospício...

Em fevereiro de 2016, quando o preço do petróleo tinha despencado no mundo, os postos de combustível americanos imediatamente atualizaram os valores para baixo. É a concorrência. O litro de gasolina normal saía por cerca de R\$ 1,80. No Brasil, na mesma época, era quase o dobro. E a Petrobras ainda estava *aumentando* os preços.

Para piorar a situação do malandro brasileiro, nos Estados Unidos, quando você abastece o carro e paga na própria bomba, sem a necessidade de um “frentista”, depara-se com a mensagem: “Obrigado por comprar conosco hoje.” É essa mania capitalista de tratar bem o consumidor e de

agradecer por sua preferência, porque é culturalmente sabido que ele tinha e tem escolha.

O povo brasileiro precisa questionar certos dogmas irracionais. O nacionalismo exacerbado é um deles. Poucas coisas facilitam mais a concentração de poder nas mãos de políticos corruptos e de seus amigos oportunistas. Qualquer ser racional choca-se ao verificar a emoção que farsas como “o petróleo é nosso” mobilizam.

Como o povo consegue realmente se sentir dono desse petróleo?

Quais as vantagens concretas que a centralização estatal assegura para a população? Está mais do que na hora de o brasileiro acordar dessa fantasia e enxergar que o petróleo é deles — dos políticos, de seus aliados e de seus corruptores. Que chorem as viúvas, mas não há saída senão a privatização do setor.

Octavio Paz, Prêmio Nobel de Literatura e autor de *O ogro filantrópico*, fez no passado um alerta importante sobre o perigo do petróleo para o México, que viveu o drama da “maldição do ouro negro”, com resultados lamentáveis. O Partido Revolucionário Institucional (PRI), membro da Internacional Socialista, teve o poder hegemônico sobre o país entre 1929 e 2000 — hegemonia para a qual as vastas reservas de petróleo contribuíram imensamente. A estatal Pemex controlou o setor por décadas e se constituiu num braço do partido na economia. Por esta razão, as palavras de Paz são mais atuais que nunca. Basta trocar México por Brasil, e o recado estará bem claro:

Por um lado, o Estado mexicano é um caso, uma variedade de um fenômeno universal e ameaçador: o câncer do estatismo; por outro, será o administrador da nossa iminente e inesperada riqueza petrolífera: estará preparado para isso? Seus antecedentes são negativos: o Estado mexicano padece, como enfermidades crônicas, da rapacidade e da venalidade dos funcionários. (...) O mais perigoso, porém, não é a corrupção, e sim as tentações faraônicas da alta burocracia, contagiada pela mania planificadora do nosso século. (...)

Como poderemos nós, os mexicanos, supervisionar e vigiar um Estado cada vez mais forte e rico? Como evitaremos a proliferação dos projetos gigantescos e ruinosos, filhos da megalomania de tecnocratas bêbados de cifras e de estatísticas?

Soa familiar?

Entretanto, mesmo diante da destruição da Petrobras, de seu uso político escancarado, do “petrolão” e tudo mais, o fato é que poucos ousam falar em privatização. O brasileiro sai às ruas para protestar contra o aumento de alguns centavos no preço da passagem de ônibus, mas nada faz contra um dos maiores preços de gasolina do planeta. Ao contrário, enche o peito e, com o orgulho de um jumento após percorrer décadas sob chibatadas, brada aos quatro cantos: o petróleo é nosso!

Nas entranhas do poder

Os políticos não gozam de credibilidade alguma no país, apesar de a maioria dos brasileiros ainda depositar no Estado — comandado pelos mesmos políticos desprezados — a esperança de que possa resolver nossos problemas, muitos dos quais criados pelo próprio Estado. São os românticos, aqueles que acham que basta “vontade política” e tudo ficará bem. Não conhecem os meandros da politicagem em nosso país, onde não se faz política há muito tempo, mas apenas negociatas com a coisa pública, transformada em *cosa nostra*.

Para os românticos, recomendo a rápida leitura de *O nobre deputado*, de Márton Reis, juiz de Direito e um dos articuladores da coleta de assinaturas para a lei da Ficha Limpa. Trata-se de um relato verdadeiro, ainda que com nomes trocados, de quem conhece o sistema de dentro, com todos os seus podres e o que é preciso para entrar e sobreviver nele. O resumo da ópera bufa é que o resultado das eleições depende de dinheiro, pois os votos são comprados. Quem paga mais, leva. Simples assim.

O autor ouviu mais de um político, e os relatos foram convergentes. Ele reconhece que não é possível dizer quanto do modelo se repete país afora, mas está convencido “de que as entrevistas desvendam o comprometimento do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas com uma gigantesca máquina que vicia todo o processo eleitoral no Brasil de forma assustadoramente eficiente”.

Os novatos, que chegam cheios de esperança para mudar o sistema e agir totalmente conforme as regras, logo são ou cooptados ou expelidos. Se, para vencer uma eleição a deputado federal, é preciso obrigatoriamente gastar alguns milhões de reais, há poucos meios de evitar a adesão ao esquema. A

necessidade de encontrar financiamento graúdo para a campanha é vício comprometedor de origem. Raros são os que conseguem se eleger à margem do ambiente corrompido.

Utilizar recursos públicos para garantir fundos capazes de assegurar competitividade eleitoral se torna, portanto, parte natural, quase compulsória, do “negócio”. As emendas parlamentares representam o primeiro instrumento usado para tanto. Ao definir o orçamento, os deputados já fixam as verbas que irão — como contrapartida mesmo — parar nas entidades amigas que bancaram o “investimento”. As prefeituras alinhadas recebem mais, evidentemente. E o parlamentar que trabalhou pela destinação da verba costuma ficar com 20% a título de comissão, no mínimo. Quem não se adapta tem grandes chances de perder as eleições.

As obras públicas são, por motivos óbvios, o grande filão. Não por outro motivo as empreiteiras são as maiores doadoras de campanha. O mais curioso é o resquício de autoengano dos entrevistados no livro, reunidos no personagem Peçanha, que unifica os depoimentos. Apesar de todo o cinismo, ou realismo, ao descrever como as coisas funcionam, há espaço para a crença de que, no final das contas, o sistema não prejudica a população:

Ganha também o eleitor. É sempre melhor ter uma estrada ruim do que nenhuma estrada. Se não fosse assim, não seria feita qualquer obra de pavimentação. Quem batalharia por elas? Claro que ninguém faria isso só por bom-mocismo ou, pior ainda, por conta desse salarinho de nada que o governo nos paga. Então, concordamos que o eleitor lucra com esse sistema.

A premissa embutida no raciocínio é a de que os recursos públicos caem do céu ou brotam nas árvores. Ignora-se que o eleitor é quem paga por eles. Ou seja, se não houvesse tamanha fúria arrecadadora por parte do governo, que ainda pode decidir como gastar o montante recolhido, esse dinheiro ficaria com a própria iniciativa privada, com o próprio indivíduo, e teria aplicação bem mais eficiente. Mas, no Brasil, os canalhas se olham no espelho e não se acham tão inteiramente canalhas assim...

Além das emendas parlamentares, há os convênios, a prática de destinar dinheiro público para entidades prestadoras de serviço — que muitas vezes nem existem, empresas de fachada, com laranjas, só para justificar a transferência de recursos. Em relação às emendas, a vantagem do convênio é que a fiscalização é mais frouxa e o volume de recursos envolvido, maior. A farra das ONGs, que recebem repasses bilionários do governo, ignorando a letra N da sigla, compõe esse esquema.

Uma terceira forma de garantir as verbas necessárias para a disputa eleitoral está nas licitações viciadas. “Nunca ouvi falar de uma licitação que tenha sido conduzida de forma a contratar o melhor projeto”, atira o “nobre” deputado Peçanha. Tudo é devidamente combinado antes, inclusive com rodízio de empresas. Tudo costurado, sob medida, para tirar recursos do pagador de impostos e transferi-los ao financiador da campanha. Muitas vezes o trâmite ocorre dentro da mais perfeita legalidade, em consonância com toda a formalidade, o que dificulta bastante o trabalho de fiscalização:

Por isso é muito duro transformar o modelo. Todos os envolvidos lucram muito com ele. Esse é o sistema. E quem poderia mudar o sistema quando somos nós, os deputados federais, que definimos as regras eleitorais às quais nós mesmos nos submetemos? Temos a chave do galinheiro.

Como Peçanha esfrega em nossa cara, porém, nada disso se sustentaria sem a conivência do próprio eleitor. Quando se deseja alguma vantagem do Estado, alguma fila furada, um auxílio das autoridades, uma mãozinha na burocracia, uma agilizada num processo, adere-se ao “jeitinho brasileiro” e endossa-se indiretamente esse modelo corrupto. Todos ou quase todos querem manter certa proximidade do governo, e isso vale desde o mais pobre até o mais rico. Os políticos são vistos como aqueles capazes de “resolver nossos problemas”, e, se isso acontecer, fecham-se os olhos para como tudo se dá. Ele dispara:

Chegamos ao ponto crucial desta história toda. De nada valeriam as emendas parlamentares, as licitações arranhadas, os convênios fraudulentos e todos os esquemas que temos para desviar dinheiro

para a campanha se não houvesse eleitores dispostos a vender seus votos. Não adianta xingar sete gerações da família de um político, eleitor vendido, quando você sabe muito bem o papel que desempenha no sistema. Você é um hipócrita, não existe outra palavra para defini-lo.

Dá para negar? O velho voto de cabresto nunca morreu. Sofisticou-se. E atinge várias camadas da população. É muita gente envolvida no esquema. Por isso é tão complicado mudá-lo. Mexe-se com muitos interesses poderosos. É realmente difícil conhecer melhor as entranhas do poder e não sair cético, ou mesmo cínico. Tal postura acaba por beneficiar os piores políticos, ao jogar todos no mesmo saco podre, e pode propiciar aventuras contra a própria democracia.

Se por um lado, entretanto, isso tudo gera pessimismo, por outro permite alguma esperança. Não de uma solução, pois isso não existe, nem nos países ricos. Mas de que a podridão possa ser reduzida. O próprio relato acima colabora nesse sentido, ao expor o estágio de putrefação a que chegou a política brasileira e, assim, apontar o que deve ser combatido. Para tanto, o mecanismo de pesos e contrapesos precisa funcionar. E a independência da imprensa deve ser defendida com unhas e dentes, uma vez que representa importante entrave aos abusos, servindo para jogar um pouco de luz em partes sombrias do poder.

A principal mudança, contudo, é fundamentalmente cultural. Se entendemos como funciona, na prática, o mundo da política e o uso dos recursos públicos, então sabemos que só há uma saída: reduzir drasticamente o escopo do Estado. A postura do brasileiro médio beira a esquizofrenia, ao detonar políticos mas delegar ao governo o poder para solucionar nossos males. A mentalidade de que basta colocar as “pessoas certas” no poder denota bastante ingenuidade, e o livro de Márlon Reis explica claramente por quê.

Enxugar a presença do Estado, descentralizar o poder (com federalismo e voto distrital), privatizar as estatais, preservar a imprensa livre, separar bem os poderes e combater a impunidade, essas são as medidas necessárias para estancar o alastramento do câncer. Financiamento público de campanha (que, como vimos, já existe), reforma política com Constituinte, criação de

conselhos populares e apelo ao messias salvador da pátria, essas são as táticas para adensar ainda mais a cortina de fumaça que nos asfixia. É solução de “malandro”.

República sindical

O brasileiro esperto teme a exploração capitalista, a “mais-valia”, e, como solução, pede a proteção do governo e dos sindicatos. Sujeito malandro mesmo! Só há um detalhe: os sindicatos poderosos protegem apenas os sindicalistas influentes, enquanto o trabalhador acaba explorado — não pelo capitalista, mas pelo governo e pelos sindicatos.

O leitor já imaginou alguém que entre em um restaurante e peça que a pizza venha cortada em doze pedaços, em vez de oito, porque a fome é muito grande? Seria motivo de chacota, não? Mas é exatamente isso que fazem nossos espertos sindicalistas: querem dividir o bolo em mais fatias, como se isso lhe aumentasse o tamanho.

Os trabalhadores que desfrutam dos maiores salários são justamente aqueles dos países mais capitalistas, com ampla liberdade econômica. De modo geral, há menos intervenção estatal na economia desses países, assim como no próprio mercado de trabalho. Vários desses países ricos sequer contam com salário mínimo, férias remuneradas, décimo-terceiro e outras “conquistas” celebradas pelos brasileiros. Entretanto, isso não é impeditivo para rendimentos melhores.

Qual o segredo?

Não há mágica. Esses trabalhadores recebem mais porque são mais produtivos, em boa parte pela melhor qualificação, e também porque há maior concorrência entre as empresas. Quando muitos empregadores disputam mão de obra escassa, o valor do trabalho tende a aumentar. Faz sentido: se uma empresa paga um salário baixo para alguém eficiente, então um concorrente poderá contratá-lo pagando mais — e ainda assim lucrar com isso.

Essa lógica elementar, porém, é avançada demais para os defensores dos sindicatos poderosos no Brasil. Eles têm enorme dificuldade de entender que é o capitalismo liberal o melhor amigo do trabalhador. “O poder sindical é essencialmente o poder de privar alguém de trabalhar aos salários que estaria disposto a aceitar”, resumiu Hayek, o Prêmio Nobel de Economia. Sindicatos criam barreiras para que cada trabalhador possa escolher por conta própria como receber os frutos de seu trabalho.

Muita gente acredita que os sindicatos são benéficos para os trabalhadores. Por uma visão distorcida, a de que patrões pretendem explorar empregados, essas pessoas acham que os poderosos sindicatos fortalecem o lado mais fraco da “luta de classes”, possibilitando ganhos maiores para os “explorados”. Nada mais longe da verdade.

Em primeiro lugar, os empresários, em um ambiente competitivo, sem intermediários, terão total interesse na boa qualidade de vida de seus empregados. Afinal, funcionário feliz é sinônimo de produtividade maior. Várias empresas se sofisticaram nesse sentido, para melhorar o ambiente de trabalho de seus empregados, ganhando, assim, muito em eficiência. A Souza Cruz, por exemplo, possui uma grande academia para funcionários, enquanto a Embraco estimula a união dos empregados por meio de enormes centros esportivos.

No Vale do Silício, as empresas de internet são totalmente informais e lançam especial foco sobre a questão do bem-estar dos empregados. Várias empresas criaram espontaneamente creches para que as mães pudessem trabalhar perto dos filhos pequenos. Os exemplos são infindáveis. A competição capitalista e a busca do lucro fazem com que os empresários se dediquem seriamente à produtividade da mão de obra, e esta depende muito da satisfação e da qualidade de vida dos empregados.

Na contramão desse interesse mútuo de patrão e funcionário estão os sindicalistas, que objetivam somente poder político, para que poucos privilegiados usufruam de regalias desmerecidas. Vários líderes sindicais levam vida de nababo, com muito luxo, graças à concentração de força política. Esses sindicatos monopolizam a oferta de emprego, via coerção, e se tornam os contratantes, impedindo, a rigor, que os empregados negociem diretamente com os patrões.

A suposta frieza da busca pelo lucro no livre mercado costuma incomodar. Mas o que se ignora é que justamente isso garante a supremacia dos consumidores. Os empresários são forçados a oferecer os melhores produtos pelos menores preços, e levados a pagar o salário de mercado, ou seja, aquele sujeito às leis da oferta e procura. Se uma empresa é forçada a reduzir a jornada de trabalho sem reduzir os salários, com uma produtividade constante, perderá competitividade e poderá ir à falência.

Os consumidores não estão dispostos a pagar mais pelo mesmo produto só porque alguns sindicalistas desejam mais tempo livre. Os próprios nunca aceitariam o mesmo argumento na compra dos produtos que consomem. O sindicalista, enquanto consumidor, não questiona se o item demandado foi produzido por empregados que trabalham quarenta ou 45 horas semanais. Ele quer o melhor produto pelo menor preço. E, quando exerce essa escolha, ele está definindo como o empregador deve agir, sempre mantendo o menor custo possível.

Uma característica comum à mentalidade sindicalista é o foco no curto prazo: há um lucro que poderia ser dividido de forma mais igualitária. A função do empresário é vista como sem valor, uma exploração. O sindicalista ignora completamente o fato de que as condições de mercado estão sempre mudando e que decisões fundamentais, que podem selar o destino da empresa, precisam ser tomadas diariamente. Trata-se de uma visão estacionária: despreza os problemas essenciais do empreendedorismo sob um processo dinâmico que é o mercado.

A essência das políticas sindicais é sempre garantir privilégios para um grupo minoritário à custa da maioria. O resultado é a redução do bem-estar geral. Os sindicatos tentam criar barreiras contra a competição entre trabalhadores, garantindo vantagens para aqueles já empregados e filiados aos poderosos sindicatos. Quando obstáculos são erguidos, como o salário mínimo ou as restrições de horas trabalhadas, o que se faz é dificultar o ingresso de novos trabalhadores no mercado. O resultado prático é mais desemprego e informalidade, assim como preços maiores na ponta.

A lei brasileira que trata dos sindicatos foi inspirada no fascismo de Mussolini e garante um poder absurdo a tais entidades. Alguns líderes sindicais são tão ricos que possuem até aviões, lanchas e carros blindados, fruto de uma concentração de poder enorme que pressiona os empresários

não a melhorar a qualidade de vida dos empregados, mas a dos próprios sindicalistas.

Quem custeia a farra é o restante do país: os consumidores, que pagam preços maiores pela menor eficiência das empresas; os desempregados, que aceitariam outras condições de trabalho se fossem livres para negociar diretamente com os patrões; e os empresários, forçados a reduzir a eficiência operacional para bancar a festa dos sindicatos poderosos. Todos perdem; os poderosos sindicalistas ganham.

Para quem acredita que os sindicatos conquistaram vantagens e benefícios para o trabalhador, cumpre lembrar quem é o verdadeiro responsável pelas inovações nas empresas.

Imaginem voltarmos um século no tempo e darmos total poder aos sindicatos. Alguém acha que os sindicalistas seriam capazes de formular a décima parte do que os empreendedores conceberam, criações que facilitaram, e muito, a vida de quem trabalha? Alguém acredita que Vicentinho inventaria o ar-condicionado ou o micro-ondas? Que Paulinho teria a ideia de estabelecer o programa de *stock options* para estimular a produtividade? Que o pessoal da CUT teria capacidade de inventar o Modelo T da Ford e todos os demais carros que se seguiram? Algum líder sindical teria recursos para criar a internet?

Todos os avanços obtidos na produção de bens e serviços foram possíveis graças a mentes inovadoras — e é o processo competitivo do capitalismo que permite que tal progresso chegue às massas. Os sindicatos não passam de uma barreira artificial nesse processo natural, cobrando enorme pedágio para que o gargalo seja desobstruído. Monopolizando a oferta de trabalho na marra, através do poder político, exploram os trabalhadores e empresários em nome da luta contra a exploração. Os verdadeiros ganhos dos trabalhadores vêm da competição livre entre empresas. Os sindicatos poderosos, que representam a politização do emprego, são muitas vezes um entrave nesse caminho. Limitar o estrago causado pelos sindicatos é fundamental para a liberdade de quem trabalha.

Foi o que Thatcher fez na Inglaterra. Os sindicatos mafiosos conquistavam cada vez mais poder e paralisavam a nação por meio de

violentas greves, às quais os trabalhadores não eram livres para não aderir. A primeira-ministra enfrentou com determinação esse grupo de privilegiados, para o grande benefício da economia inglesa e, por consequência, dos trabalhadores ingleses.

Reagan foi pela mesma linha nos Estados Unidos, no famoso caso da greve dos controladores de voo. Quando os sindicatos se transformam num poder paralelo, abusando inclusive do poder de violência ou da ameaça de usá-la, faz-se necessário combater com firmeza este mal, pois são justamente os trabalhadores, supostamente os defendidos pelos sindicatos, que mais perdem.

Não é por acaso que a contribuição sindical costuma ser compulsória, retirada de um dia de trabalho de todos, desejem ou não. Ora, se os sindicatos são realmente úteis para os trabalhadores, nada mais natural do que uma relação voluntária. Quem defende a manutenção do “imposto sindical”, que transfere bilhões todo ano aos poderosos sindicalistas, atesta reconhecer a ineficiência dessa mediação para atender as demandas dos próprios trabalhadores. Quando observamos os métodos aplicados na defesa do privilégio, extremamente violentos, isso fica ainda mais evidente.

Os sindicatos brasileiros viraram verdadeiras máfias corruptas, dominados por bandidos em inúmeros casos, por feudos, pelos mesmos líderes há décadas. Sua simbiose com o governo e com os partidos de esquerda, que demandam sempre mais Estado, é total e evidencia o complô contra os próprios trabalhadores. Ao defenderem uma verdadeira república sindical, essas pessoas se inspiram no fascismo de Mussolini, ou em sua versão tupiniquim, Getúlio Vargas. Grandes empresas, sindicatos fortes e governo, todos em conluio contra aqueles que realmente criam riquezas: os empreendedores e os trabalhadores que querem produzir, e não ficar em palanques gritando bravatas marxistas. É a ditadura dos pelegos.

“Mas e as conquistas trabalhistas?”, perguntam os malandros. “Qual seria o salário mínimo sem a pressão sindical?”, questionam os que sequer sabem que um país como a Dinamarca nem tem salário mínimo. O que ignoram é que tais “conquistas”, como ficou claro acima, não são exatamente conquistas, mas privilégios de uns à custa de outros.

Em *A solução liberal*, Guy Sorman trata do tema e explica que “os que trabalham e não querem dividir construíram em torno da cidadela uma muralha, a mais alta possível: ela se chama ‘salário mínimo’”. Os

trabalhadores ficam assim protegidos contra todos aqueles cuja produtividade não vale o salário mínimo, isto é, os mais jovens e os menos qualificados.

Ele continua: “Os sindicatos só protegem os sitiados que constituem sua clientela principal, não os desempregados, que não militam e nem são contribuintes.” Além disso, “esses defensores dos direitos dos trabalhadores criaram uma técnica que mantém os sitiados à distância: o seguro-desemprego”. Quanto mais alto for este, menos os assaltantes mostrarão agressividade. Em resumo, o salário mínimo seria uma conquista dos sindicatos e seus aliados à custa de todo o restante, principalmente dos desempregados, que aceitariam trabalhar por um pouco menos.

Sendo Guy Sorman um francês, ele escreve com conhecimento de causa. A rigidez das leis trabalhistas na França é enorme, e os sindicatos são muito poderosos. Situação bem diferente do mercado de trabalho na Alemanha. Adivinha qual país tem um quadro de desemprego menor e salários maiores na média? Isso faz Sorman concluir que “a chave do pleno emprego reside, pois, realmente na flexibilidade dos salários, o que não significa sua redução geral, mas sua adaptação, caso por caso, à situação da empresa”.

Até mesmo Dilma pareceu compreender, no fundo, essa realidade. Quando a crise causada por suas trapalhadas foi longe demais até para os padrões da gestão petista, colidindo na taxa de desemprego com força, o governo lançou, como medida salvadora, a flexibilização das regras de trabalho, por meio do que tentaria convencer os trabalhadores a aceitar um salário menor em troca de carga horária reduzida — uma forma de evitar mais demissões.

Ou seja, o governo deixava claro entender que, por trás da retórica sindical, essas “conquistas” todas engessam o mercado de trabalho e custam o emprego de muitos.

Acostamento: retrato do Brasil

Frequento a paradisíaca Angra dos Reis desde pequeno. No caminho de volta ao Rio de Janeiro, pela velha estrada Rio-Santos, sempre me pego a refletir sobre o resumo do fracasso brasileiro contido ali, nos quilômetros daquela rodovia, abrigo da mentalidade de um povo mal-educado, do descaso do governo (apesar dos excessivos impostos) e da noção de impunidade que incentiva a ilegalidade.

Em primeiro lugar, uma estrada patética, uma sucessão criminosa de buracos que, curiosamente, leva a um dos lugares mais lindos do mundo. O governo toma, na marra, quase metade daquilo que o cidadão ganha e oferece, em troca, uma rodovia que parece um queijo suíço, causa de inúmeros acidentes fatais. As pessoas reclamam dos pedágios nas vias privadas, mas deveriam protestar contra os elevados impostos que pagamos a fundo perdido.

Em qualquer lugar mais civilizado do planeta, o acesso a um paraíso como Angra seria totalmente diferente, infinitamente mais decente, para atrair os turistas e seus dólares, que geram emprego e renda. No Brasil, o descaso das autoridades é total e, assim, mais uma excelente oportunidade de reduzir a miséria é perdida. Os invejosos ainda podem bradar: “Problema dos bacanas!” Mas os “bacanas” mesmo vão de helicóptero, malandro.

Em segundo lugar, a falta de educação do povo não cansa de impressionar. Vários motoristas, imbuídos da malandragem, do espírito da “Lei de Gérson”, jogam seus carros no acostamento e ultrapassam os cidadãos corretos que obedecem à fila — tudo isso para, lá adiante, quando de um inevitável estreitamento da pista, complicarem ainda mais o trânsito. É como se chamassem os que respeitam as regras de otários. Eis a

mentalidade do brasileiro, na média. A mentalidade do funil: pouco importam as consequências se a solução individual resolve um problema já. E tal falta de educação não faz distinção de conta bancária. Verdadeiras espeluncas, que colocam a vida dos demais em perigo e deveriam estar no ferro-velho, desfilam pelo acostamento junto com “apartamentos sobre rodas”, automóveis que valem uma fortuna.

Muitos repetem que a solução de todos os nossos males está na educação, como se fosse uma panaceia, mas não questionam *qual* educação. Aquela turma, em carros que custam mais do que um brasileiro de classe média ganha por ano, tem boa “educação”, no sentido formal, de ensino, diplomas e universidades. Mas é mal-educada, pois a mentalidade é torta e lhe falta respeito ao próximo. Alguns — e não são poucos — chegam a jogar seus carros na contramão, colocando em risco, de forma totalmente irresponsável, várias famílias que seguem no sentido contrário.

Em terceiro lugar, a impunidade é total, o que estimula essa cultura de baderna pública. Indivíduos reagem a incentivos. Quando a ilegalidade é vantajosa (e seguir as regras, custoso), muitos aderirão ao esquema, pois nem todos são íntegros o suficiente para respeitar o próximo independentemente da punição prevista em lei. Durante minhas viagens, raramente vejo viaturas de polícia na estrada. A farra corre solta, todos seguros da impunidade.

Certa vez vi uma patrulha, mas não no acostamento, multando e punindo aqueles que desrespeitavam a lei e os demais motoristas. Estacionada defronte a um restaurante, lá estavam os policiais malandros, batendo papo com umas mulheres, enquanto ignoravam todas as bandalhas na rodovia. A impunidade é um convite ao desvio. Nos Estados Unidos, como sabido, a polícia parece brotar do asfalto, não se sabe de onde. E aí de quem tentar bancar o esperto...

A angustiante volta de um lugar tão maravilhoso como Angra dos Reis pode ser vista como retrato de nosso país. Um governo que arrecada demais e não cumpre o que deveria ser suas funções básicas; um povo que de certa forma merece os desgovernos que sucessivamente tem; e uma enorme oportunidade perdida.

O diabo está nos detalhes.

As pequenas coisas importam, são sintomáticas. O cidadão que ignora totalmente o respeito ao próximo, querendo se dar bem à custa dos outros, vem depois reclamar da corrupção em Brasília. Não nota que ele mesmo desrespeita as regras, que deveriam ser igualmente válidas para todos. Afirmar que “todos fazem”, como se fosse justificativa para errar. Nada há de errado em defender os próprios interesses. Contanto que isso não signifique passar por cima dos outros, enganar os “otários” que são corretos.

O brasileiro sempre achou o máximo furar a fila. Coisa de malandro. Pois eis o que a malandragem gera: um país corrupto, miserável, sem lei. Enquanto isso, os manés americanos, por exemplo, seguem as regras, seja por conscientização ou por medo da punição, e vivem num dos países mais prósperos do mundo.

Há que se mudar tanto as instituições brasileiras quanto a mentalidade do povo. Uma coisa não funciona direito sem a outra. O sujeito que transita pelo acostamento — e tenta passar para trás os demais — deveria sentir vergonha de seu ato. Mas a coisa é vista com tanta naturalidade que um deles, quando uma vez não permiti que entrasse na minha frente, ficou furioso e mesmo reclamou, cheio de razão. O culpado era eu.

O trânsito caótico como retrato de nossa malandragem já foi inclusive tema de estudo e livro de Roberto DaMatta e equipe. *Fé em Deus e pé na tábua* tenta justamente explicar como e por que o trânsito enlouquece as pessoas no Brasil:

Não há dúvida alguma, como tem sido exaustivamente assinalado por especialistas nesta área, que o *comportamento* do motorista é o grande responsável — ao lado da postura dos pedestres, das vias por onde trafega e do veículo que dirige — pela maioria dos acidentes de trânsito no Brasil.

Com notória capacidade de usar eufemismo para aliviar conceitos negativos, tornamos “bandalha” um termo leve, quase insignificante. Fazer uma “bandalha” é apenas se virar no trânsito com jogo de cintura. Ignora-se que a palavra vem de “bandalheira”, que remete a crime mesmo, indecência,

patifaria. Para os brasileiros, no entanto, é algo inocente, que demonstra sagacidade e malícia, e não maldade ou intuito criminoso.

Dentro de nossos carros, tornamo-nos guerreiros em armaduras e enxergamos os demais motoristas como potenciais “inimigos”, um “outro” que deve ser visto com hostilidade na lei da selva em que tudo é legítimo para se dar bem. Diz DaMatta:

A menos que um contato visual, acompanhado de um gesto adequado, indicativos de deferência ou reconhecimento pessoal, atenuem essas atitudes tradicionais e esperadas de hostilidade e distanciamento, a alteridade negativa predomina em todos os tipos de interação social realizados em ambientes marcados pelo anonimato e pela impessoalidade na sociedade brasileira.

O motorista só se transforma de inimigo em pessoa quando algum gesto retira essa distância. O brasileiro não aprendeu direito a lidar com a impessoalidade no espaço público. Enquanto outros povos tomam como natural parar o carro para um transeunte passar, mesmo se o sinal estiver verde, no Brasil o pedestre tem receio de atravessar até com o sinal vermelho para o automóvel. Não há confiança nas regras impessoais. DaMatta explica:

No caso do Brasil, as movimentações individuais seguem sempre e previsivelmente na direção de ignorar ou ultrapassar a regra em nome de alguma singularidade, contexto ou circunstância pessoal. Tal subordinação ou englobamento das normas cívicas por alguma motivação pessoal leva a perceber esse espaço como a mais perfeita encarnação de caos, inferno, bagunça e violência.

Os povos ditos mais civilizados incorporaram a igualdade perante as leis, enquanto os mais tribais, como nós, prezam a hierarquia. Enquanto uns perguntam “quem você pensa que é?”, quando alguém tenta infringir uma norma, os outros questionam “você sabe com quem está falando?”, para apelar à posição de superioridade. É a típica “carteirada”, tão conhecida no Brasil, que levou até mesmo uma agente da Lei Seca a ser multada por ter perguntado se o juiz parado na blitz sem documentos era Deus. O episódio,

ocorrido no final de 2014, gerou revolta na população, o que pode indicar sinais de mudanças.

Para DaMatta, a impaciência dos brasileiros no trânsito seria um modo de “reagir a essa prescrição igualitária; a essa obrigação de tratar o outro como um igual, de ser coagido a seguir um comportamento igualitário, impossibilitando ao máximo o uso de recursos hierárquicos e aristocráticos tão comuns em outras áreas do sistema”. Daí a agressividade típica do brasileiro ao volante. Com isso, todos, desde o ciclista até o caminhoneiro, apresentam dificuldade atávica para obedecer à lei. Diz ele:

A ausência de paciência, a pressa — amigas da imprudência e irmãs do acidente — fazem parte, como todos indicam, do estilo brasileiro de dirigir. Elas traem a consciência e a incapacidade para negociar cordialmente, revelando a ausência de treinamento e a total incompetência do informante para realizar aquilo que é trivial (e básico) numa sociedade igualitária: situar-se no lugar do outro; trocar de lugar com o companheiro de rua e de trânsito em nome — não de simpatia, amizade, presença do guarda ou outro elemento pessoal — de uma regra impessoal que deve estar introjetada, impressa ou internalizada dentro de cada um.

Uma reportagem, publicada no final de 2014, sobre os “pegas” realizados na Barra, Rio de Janeiro, mostra como a falta de punições e a mentalidade egocêntrica dos malandros podem produzir um cenário de total irresponsabilidade e perigo para os demais. Mais de seiscentos participantes gastam até R\$ 200 mil para equipar e turbinar seus carrões e depois realizar esses “rachas” na Avenida das Américas, uma das mais movimentadas da cidade.

Eles reclamavam da ausência de um local adequado para suas aventuras, depois do fechamento do autódromo de Jacarepaguá, em 2012. Solução encontrada: usar as vias públicas, ora! Malandragem pura da geração mimimi, que confunde seus desejos com direitos inalienáveis.

Um senhor inocente, que fazia um trajeto de poucos metros para jantar na casa de amigos, morreu por conta da “aventura” dos mimados. Quantos mais terão de perder suas vidas para que caia a ficha desses irresponsáveis? A que ponto de narcisismo e egoísmo chega alguém para ignorar o mundo em troca de um prazer?

O problema, insisto, é a impunidade que alimenta a malandragem. Ninguém havia sido preso até então pelos “pegas” na Barra, que todos os moradores do bairro sabem onde acontecem. Pelo Código de Trânsito Brasileiro, o motorista que participa de corridas clandestinas deve ser punido com detenção de seis meses a três anos, além de multa e suspensão da carteira. Quando os primeiros “filhinhos de papai” começarem a ver o sol nascer quadrado, talvez os demais compreendam que suas emoções não estão acima do respeito às leis e aos outros.

O custo da malandragem precisa ser bem mais alto.

Com a autoconfiança excessiva — todos se acham entre os melhores motoristas — e a imprudência gerada pelo “jeitinho” que ignora o outro, temos combinação explosiva. A elevada predisposição ao risco, na linha do “salve-se quem puder”, leva milhares todos os anos aos hospitais e cemitérios. Uma epidemia de acidentes, que torna o Brasil o campeão mundial de mortes no trânsito: quase 50 mil por ano.

Carteira de estudante

O Brasil é mesmo o país do jeitinho, das regras criadas para não pegar, da mentalidade de que o governo é o pai do povo e lhe fornece almoços grátis. A carteira de estudante, que concede desconto de até 50% em inúmeros eventos ligados à cultura e ao lazer, é um filhote disso. Com uma boa intenção, a de incentivar os jovens na busca por mais cultura, e um péssimo mediador, o governo, o resultado é apenas mais do mesmo: esquemas vantajosos para os espertos e a conta nas costas dos otários.

Afinal, quem paga arca com os ingressos mais caros do mundo. Não frequento shows de rock há anos, pois a idade pesa e o estresse, em se tratando de Brasil, desanima. Mas foi traumática a experiência que tive num dos últimos a que compareci. Comprei, logo no primeiro dia, duas entradas para o show do *The Police*, trio que se reunira após anos para tocar no Maracanã, no Rio de Janeiro. O mais barato, no gramado, saía por R\$ 190, com mais 20% de acréscimo pela entrega em domicílio. Como adquiri dois ingressos, gastei a “bagatela” de R\$ 456. Em Nova York, no famoso Madison Square Garden, os ingressos mais baratos custavam, na mesma época, US\$ 55, ou seja, algo próximo de R\$ 100 no câmbio oficial daquele ano. Em outras palavras: os “ricos” brasileiros pagavam praticamente o *dobro* dos “pobres” americanos para ir ao mesmo espetáculo.

Culpa da UNE!

Sempre que comento com amigos minha revolta com essa carteira de estudante, invariavelmente um deles pergunta se tenho interesse em fazer uma. Não sou mais estudante há anos. Quer dizer: estudante eu sou, autodidata, pois sempre há muito que aprender. Mas não sou um estudante oficial, frequentador de salas de aula, tampouco sou estudante profissional,

como esses galaláus do movimento estudantil, vagabundos não raro com quarenta anos na cara, há mais de vinte na universidade apenas para sustentar a existência de partidos irrelevantes, que teriam já desaparecido não fosse o braço “estudantil” — como o PCdoB, que vivia só disso até se arrumar como principal linha auxiliar do governo petista.

Mas, voltando... Não importa que eu não seja estudante. Parece que é a coisa mais fácil do mundo conseguir uma carteira. Faz sentido. Poder demais — o poder de pagar a metade por muitas coisas — em mãos de poucos sindicalistas; porque líder estudantil, de modo geral, nada mais é que um sindicalista.

E como todos sabem, ou deveriam saber, nada como burocracia e corrupção.

Tudo se retroalimenta numa simbiose incrível. O único problema é que os artistas, sempre favorecidos pelas gordas verbas estatais da Lei Rouanet — e, por isso, esquerdistas até a alma —, acabam rompendo o elo perfeito, pois sofrem na parte mais sensível: o bolso. Sim, os “altruístas” que pregam o socialismo também são filhos de Deus e adoram aquilo que somente o capitalismo pode oferecer: demanda dos consumidores e seus recursos, de preferência em dólar. Como, porém, uma multidão paga apenas meia-entrada, os artistas são penalizados e o esquerdismo fica num impasse, com o racha entre diferentes grupos de privilegiados.

Nada, contudo, que as infundáveis tetas estatais não possam resolver, com mais um pouco de verba pública para filmes que ninguém deseja ver.

Claro que o fato de muitos pagarem metade resulta em que o preço cheio seja bem maior do que seria normalmente. Elementar, meu caro Watson. Os organizadores dos eventos fazem suas contas com base em um faturamento *total* previsto, não na “função social” dos espetáculos. Para uma legião de malandros, no entanto, tem de existir sempre a turma dos otários, que não aceitam participar do esquema e acabam pagando a conta. São os babacas que insistem em ser certinhos, corretos.

O governo, evidentemente, não produz riqueza, e todo privilégio que garante sai de algum lugar, de algum desfavorecido. Se há entrada “grátis” no ônibus, por exemplo, alguém paga por ela. Não existe almoço grátis, já dizia o falecido e bom velhinho de Chicago, Milton Friedman. No fundo, o governo apenas cria privilégios e joga a conta para os outros. Concentra

vantagens e dispersa os custos. Ganha votos assim. É o meio político, um leilão de promessas irreais e demagógicas. É podre mesmo. Não tem jeito.

E eis que os jovens — e muitos coroa também — poderão crescer bastante no grande acontecimento cultural que é o show de uma banda de rock. Ou quem sabe numa partida de futebol, algo imprescindível para fomentar a cultura da juventude. O atacante Goethe contra o zagueiro Schopenhauer, algo imbatível. Ou terá o leitor achado que o resultado prático desse privilégio fosse o aumento de jovens estudantes em teatros ou bibliotecas? Seria ingenuidade demais, esperada somente daqueles que ainda acreditam na bondade e ética dos sindicalistas. E esses não existem mais.

Logo, é óbvio que todos usam a vantagem concedida para pegar um cineminha básico, talvez para ver *Jogos Vorazes* ou *Crepúsculo*, filmes muito úteis para a formação intelectual de nossos jovens, sem dúvida. Ou então para ir ao show do *The Police*, quando não de alguma porcaria moderna, fazendo com que eu, um dos otários que não têm carteirinha, pagasse o dobro do que os nova-iorquinos. Mas sempre pode ser pior. Os jovens poderiam assistir a filmes como *Olga* ou *Diários de Motocicleta*, quiçá *Lula, o Filho do Brasil*, que fazem propaganda comunista e estimulam o culto à personalidade com nosso dinheiro. De fato, a apresentação do *The Police* chega a parecer uma peça de Shakespeare se comparada a isso.

O leitor pode, então, questionar: “Você defende a extinção da carteira de estudante?” Ora, por que pensar tão pequeno? Sim, defendo a extinção desse privilégio indevido, assim como defendo o fim do próprio Ministério da Cultura. Sempre que o Estado banca o mecenas cultural, tem-se muita porcaria produzida em função de ligações ideológicas e políticas. Quem perde é o consumidor e o pagador de impostos. Quem se dá bem são os malandros, que, incapazes de produzir arte demandada pelo público, optam pela bajulação aos poderosos e ganham em troca esmolas estatais.

E você aí, tiozão, se achando todo malandro só porque “economizou” na compra do ingresso com sua carteirinha de estudante...

Despachante do Cristo

Se um pai que ama seu filho soubesse que ele tem problemas com drogas, como deveria agir? Tapar o sol com a peneira e fingir que a questão não existe? Jogar a dura realidade para baixo do tapete e viver num conto de fadas, numa ilusão? Parece absurdo, certo? Mas há quem ache que não devemos criticar tanto nossa cidade ou nosso país, pois seria manifestação do “complexo de vira-lata”.

Discordo: complexo de vira-lata é não saber conviver com críticas e precisar dourar a pílula, para fingir que nossa cidade ou país é “apenas diferente”, e não uma porcaria. Falar mal de Miami e defender o Rio de Janeiro, por exemplo, isso é exposição de inferioridade. Se a verdade é feia, precisa ser dita.

Digo isso porque costumo pegar bastante no pé da minha “cidade maravilhosa”. Já o fazia muito antes de ir morar fora do Brasil. As qualidades do Rio, segundo o senso comum, nunca me apeterceram tanto, enquanto seus defeitos me foram sempre insuportáveis. A malandragem toda, o fato de ser a capital nacional da esquerda caviar, o hábito de votar tão mal em socialistas assumidos, o jeitinho típico do brasileiro ampliado no carioca, tudo isso me fazia (e faz) um mal terrível.

Diante de todos esses problemas infundáveis, o típico carioca prefere extravasar com samba, futebol e praia, e achar que as coisas vão simplesmente melhorar um dia, por algum milagre qualquer. Voltando à analogia do pai do drogado, é como se alimentasse a esperança de que um belo dia, do nada, o viciado resolvesse se tornar um trabalhador sério e responsável diante da vida. Não costuma funcionar. A realidade não é um filme de Hollywood.

Quando publiquei um texto no meu blog sobre os taxistas malandros que exploraram os turistas otários, houve esse tipo de reação provinciana. Eu não deveria criticar tanto o Rio, a malandragem carioca, pois todos os lugares têm problemas. Mesmo? Claro que perfeição não existe, mas vamos lidar assim com tantos e tão profundos absurdos? Vamos achar normal banalizar o inferno em que a cidade se transformou?

Pois bem: certas notícias bizarras já não espantam o carioca. E eis o mais grave: a normalização da loucura, a perda do senso de absurdo. Penso, por exemplo, num episódio de novembro de 2015: o dos malandros que viraram despachantes do Cristo e cobravam por um esquema de furar a fila dos gringos otários. Deu em *O Globo*:

Desde que a prefeitura tentou organizar o ingresso de turistas no Cristo Redentor, em 2013, com a venda de bilhetes pela internet e a implantação de transporte oficial por vans que vão até o alto do Corcovado, um grupo arrumou um jeitinho de lucrar com a mudança. Identificando-se como “condutores de visitantes”, usando crachás e vestindo uniformes para enganar os desavisados, eles vendem desde lugar na fila da bilheteria do trenzinho até serviço paralelo de transporte, que, garantem, levaria até o monumento (o que é permitido apenas às vans regulamentadas). Pelas facilidades, o turista desembolsa de R\$ 20 a R\$ 100 — ou seja, até 185% a mais que o preço regular mais baixo cobrado, que é R\$ 35.

Os integrantes do grupo abordam visitantes em diferentes pontos, como nas proximidades da estação do trenzinho do Corcovado, no Cosme Velho, e no Largo do Machado, um dos pontos de onde partem as vans oficiais. Às vezes, tentam interceptar motoristas ao longo da própria rua Cosme Velho. A abordagem, que chega a ser agressiva, assustou o advogado Nilton de Oliveira Canto, morador de Teresópolis que, no último sábado, visitou o Cristo com a mulher.

— São vários. Eles corriam na nossa direção, batiam no vidro do carro, perguntavam se a gente precisava de um guia para facilitar a entrada para ver o monumento. Eles diziam que, sozinhos, nós levaríamos uma média de três horas na fila. Achei muito estranha

essa facilidade. É preciso ser muito burro para não entender que ali tem coisa errada — afirmou Nilton.

Nessa notícia, que parece insignificante, algo sem tanta importância perto do que enfrenta o país, está o retrato da cidade, e o motivo pelo qual o Rio não consegue avançar. É malandro demais para otário de menos, como não canso de repetir. O jeitinho é nossa marca registrada. Julgamos como manés aqueles que esperam em filas de forma civilizada, que respeitam as regras.

A sequência de matérias sobre a cidade, naquele mesmo dia, ainda informava: “Homens armados fazem arrastão em Botafogo” e “Três pessoas morrem baleadas após ataque no Centro”. Isso, como disse, em uma única edição. E o pior: os cariocas passaram a achar tudo muito natural, parte de seu cotidiano mesmo: “Infelizmente, isso é normal. Esse foi apenas mais um. Há dois anos, diariamente somos testemunhas de brigas, pessoas esfaqueadas. Não ando mais pela região depois das oito da noite. Todo dia isso aqui é um filme de terror” — reclamou, ao jornal, um morador do local dos assassinatos.

Fato: o “filme de terror” passou a ser encarado como elemento da paisagem pelo carioca. E se você, morando no exterior, aponta para o absurdo disso, como fez o cineasta José Padilha, desde Los Angeles, ou como faço eu mesmo desde Weston, então é porque sofremos do “complexo de vira-lata”. Ademais, ao deixarmos a cidade, teríamos perdido o direito de criticá-la. Ataca-se o mensageiro, não a realidade triste que comunica.

O Rio de Janeiro tem inúmeros problemas, e não são aqueles comuns às cidades grandes, como alegam os provincianos anestesiados. São questões graves, surreais, típicas de um território fracassado, dominado pela bandidagem e, mais apavorante, pela mentalidade bandida.

E o que vale para minha cidade de nascença vale para o país todo, infelizmente.

Um país kafkiano

Em julho de 2015, minha mãe foi surpreendida, ao entrar no site de seu banco, com a notícia: CPF “cancelado”. Isso queria dizer que, da noite para o dia, sem saber o motivo, ela deixara de ter CPF e, em consequência disso, não poderia sacar dinheiro, passar cartão de crédito ou realizar nenhuma tarefa bancária. Minha mãe simplesmente deixara de “existir”, sem aviso prévio.

Começa, então, o processo kafkiano:

- 1 — Ir ao Banco do Brasil ou à Caixa Econômica Federal para saber o que houve;
- 2 — Enfrentar fila de aproximadamente duas horas apenas para saber que teria de pagar taxa de quase R\$ 6 de forma a — só então — descobrir o que ocorrera;
- 3 — O funcionário entra no sistema, verifica se seus dados estão corretos e diz que nada pode fazer; que será necessário ir à Receita Federal para verificar o que se passou;
- 4 — Na Receita, ser informado de que os dados do CPF são cruzados com os do título de eleitor, e que, caso haja qualquer divergência (como data incorreta, letra de nome trocada etc.), ele é bloqueado até que o problema seja sanado, o que pode demorar dias, a depender sobretudo da boa vontade dos funcionários públicos;
- 5 — Resolvido o problema, recebe-se um certificado da Receita segundo o qual o CPF em questão está regularizado. O banco, porém, só poderá liberar a conta e tudo mais quando notificado pela Receita —

o que levará de três a cinco dias. Nesse ínterim, o indivíduo é ninguém;

- 6 — Tanto o Banco do Brasil quanto o Itaú se dizem abarrotados de casos como esse, alguns com consequências gravíssimas, porque impedem, por exemplo, que salários sejam pagos.

Pergunta: por que a Receita não envia aos “contribuintes” notificação com prazo para regularização? Outra coisa: o governo arrecada — toma mesmo — de quem vai ver o que aconteceu a importância de R\$ 5,70, sem o que nada pode ser feito. Isso é o Brasil. Um país kafkiano, em que o Estado trata o cidadão como lixo, como súdito que deve aceitar tudo calado, diante de uma “burocracia” absurda, como se ninguém mais tivesse o que fazer de produtivo da vida, como se todos fossem como alguns funcionários públicos, encostados na repartição e transformando nossas vidas num inferno.

Uma das coisas que mais chama a atenção de quem vai morar em país desenvolvido, civilizado e de primeiro mundo pode ser resumida na expressão da filha de um amigo meu ao passar um tempo nos Estados Unidos: “Pai, aqui as coisas funcionam!” Sim, ela se impressionara com a simples constatação: as coisas funcionam.

Como essa experiência da minha mãe, todos nós temos várias para contar. O que é o calvário de precisar de algo numa repartição pública qualquer? O que é a vistoria anual do Detran, que faz com que trabalhadores percam horas do dia produtivo desnecessariamente? O que são nossos cartórios e a quantidade excessiva da burocracia que atormenta nossas vidas?

A esculhambação é tanta que *Veja*, em 2014, estampou na capa a mensagem “Susto Brasil”, com uma reportagem especial sobre as peripécias que os brasileiros enfrentam para sobreviver em meio ao caos, ao “estado de desordem” que impera em nosso país. Um personagem fictício, John Doe, criado pela revista, mostrava como a vida cotidiana no Brasil é “insólita, massacrante, imprevisível” — e, pior, nós nem a percebemos mais.

São nossas “jabuticabas”, aquilo que só ocorre neste país mesmo, de tão surreal que é. O relato esmiúça a enorme dificuldade do brasileiro para fazer as coisas mais banais, como “seguir uma placa de trânsito, consertar uma fechadura, localizar um portão de embarque, conversar ao celular, não ser feito de bobo”. São quantidades abissais de energia e paciência gastas para suportar essa situação cotidiana.

A começar pela papelada.

O Brasil é realmente uma república cartorial, em que tudo necessita do carimbo de um cartório, até pouco tempo atrás uma espécie de capitania hereditária. Você não é alguém sem esses carimbos. Para o brasileiro malandro, o carimbo é selo de qualidade. Em plena era da internet, com assinaturas digitais e tudo mais, seguimos confiantes de que tudo precisa passar pelos cartórios, para que só então tenha validade. Não confiamos uns nos outros, nem no mercado, e o resultado é uma montanha de papéis engessando nossas vidas e pesando em nossos bolsos.

Darwin, quando esteve no Brasil, em 1832, relatou em seu diário sua desagradável experiência com nossa burocracia, registro indicativo de que o problema vem de longe:

O dia de hoje foi desperdiçado para a obtenção dos documentos necessários para autorizar minha expedição rumo ao interior do país. Submeter-se à insolência dos burocratas nunca é agradável, mas no caso dos brasileiros, cuja mente é tão desprezível quanto o povo é miserável, a tarefa é praticamente intolerável.

Segundo pesquisa divulgada por *Veja*, 85% dos brasileiros acham o país “burocrático” ou “muito burocrático”, mas 87% consideram necessária a exigência de documentos ao solicitar um serviço. Por quê?

Porque “o brasileiro mente”.

São tantos malandros tentando passar a perna que o mecanismo de defesa consiste em dificultar a vida de todos, com inacreditável sobreposição de camadas burocráticas, o que sequer resolve o problema da malandragem, pois é muito fácil burlar o sistema e conseguir documentos falsos.

A mania de seguir como um autômato algumas regras escritas, sem levar em conta seu intuito, também torna a vida mais complicada. O poeta

Ferreira Gullar certa vez contou uma história incrível. A de que ia todos os meses, havia anos, ao mesmo banco pegar sua aposentadoria, de modo que a moça do caixa, claro, sabia muito bem quem ele era, até por se tratar de alguém famoso. Qual não foi, porém, sua surpresa quando ela se negou a lhe dar o montante no dia em que esqueceu a identidade? Burocracia é processo, e o burocrata não quer pensar; prefere apenas seguir as regras, sem levar em conta seu espírito, seu propósito.

A reportagem de *Veja* fez uma pequena lista de algumas “jabuticabas”: a pátria do carimbo, mesmo que qualquer um possa reproduzir estampa igual em qualquer birosca; o título de eleitor exigido num dos poucos países com voto obrigatório, mas que não tem validade sem outro documento que comprove que fulano é fulano; os “cargos de confiança”, que custam uma barbaridade aos cofres públicos e que só existem para empregar os amigos do rei (cerca de 8 mil nos Estados Unidos, trezentos na Inglaterra e mais de 20 mil no Brasil).

O Brasil, com tudo isso, torna-se o país da piada pronta. O Rio de Janeiro, por exemplo, recebeu um seminário sobre mobilidade urbana, mas o evento atrasou em uma hora porque todo mundo ficou preso num baita engarrafamento.

A ética da preguiça

O leitor já viu empreendedores sendo homenageados com nomes de ruas e avenidas no Brasil? Mas políticos, inclusive ditadores como Getúlio Vargas, sim, não é mesmo? A verdade é que o brasileiro, de modo geral, enaltece o setor público e despreza a iniciativa privada. A maioria quer estabilidade de emprego, concurso público, e poucos valorizam a figura daquele que *cria* riqueza. Da mesma forma, muitos querem diploma, mas não necessariamente conhecimento. Querem emprego, não trabalho. E por aí vai.

Em uma entrevista à *Folha*, no começo de 2016, Uri Levine, o israelense fundador do aplicativo Waze, tentou explicar de forma resumida o segredo de Israel para liderar as inovações tecnológicas no mundo moderno:

Em Israel, inovação e particularmente empreendedorismo são algo muito, muito importante. Mais do que em outros países pelo mundo, de longe. Acredito que existam algumas razões para isso. Uma é por causa do Exército. Eu não dizendo que recomendaria a alguém que vá para o Exército, mas em Israel isso é obrigatório. [Em Israel, o serviço militar é obrigatório por três anos para homens e por dois anos para mulheres.]

E, quando você vai para o Exército, duas coisas acontecem. Uma é que você amadurece mais rapidamente. Se você amadurece mais rapidamente, você pode fazer coisas mais rapidamente do que em outros lugares. A segunda coisa, que diria que é tão importante, é que você não tem medo do fracasso. E esse medo do fracasso é que atrasa muitos países.

Mas há outros fatores. Parte disso está nas mãos de vocês [da mídia]. Se você acredita que o Brasil deveria ter mais empreendedores, então transforme-os em heróis. Se a mídia promove os empreendedores, haveria mais gente querendo embarcar nessa aventura. Os jovens buscam modelos, olham a cultura à sua volta. Se a mídia transformasse os empreendedores em modelos de conduta, haveria muito mais empreendedores.

A visão de Levine vai ao encontro daquela dos autores de *Start-up Nation*, obra que busca explicar o sucesso relativo de Israel na área de tecnologia, a mais dinâmica de todas. O israelense não tem medo do fracasso, mas de não tentar, não arriscar. Aprende desde cedo a criticar e questionar seus superiores. E sua cultura exalta a figura do empreendedor, daquele que se aventura em terreno desconhecido para conceber algo novo e útil.

O Brasil não tem uma cultura de valorização de empreendedores, que reconheça o risco, o desbravador que mergulha numa aventura para inovar no mercado. Nosso país prefere a estabilidade do serviço público e olha para o Estado como uma espécie de Deus laico que resolverá todos os problemas.

O ambiente de negócios não ajuda, pois é um dos mais hostis do mundo. A burocracia é asfixiante, a carga tributária, indecente, a infraestrutura, capenga, e a mão de obra, pouco qualificada. Mas o fator cultural também é relevante. Nossos empreendedores simplesmente não são valorizados o suficiente. Ao contrário: a mentalidade marxista os trata como exploradores.

Isso precisa mudar. As novelas deveriam apresentar empreendedores bem-sucedidos, felizes, decentes, como se fossem heróis, não os canalhas infelizes que sempre retratam os empresários nessas produções. Foi esse o grande mérito da romancista russa Ayn Rand: pintar o empreendedor como um herói, como alguém que está em busca da excelência, de um legado, e não como um oportunista de olho no ganho fácil, de curto prazo.

A visão marxista do empreendedor é a de um explorador sanguessuga, que não trabalha e absorve a “mais-valia” dos verdadeiros trabalhadores, ficando rico no processo. Isso não corresponde à realidade. A análise de Schumpeter, da “destruição criadora”, é bem mais realista. A de Israel Kirzner, de alguém “alerta” às oportunidades que ainda precisam ser descobertas, é ainda melhor. E foi Ayn Rand, como dito anteriormente,

quem melhor capturou a essência do verdadeiro empreendedor em sua obra-prima *A revolta de Atlas*.

O empreendedor é alguém com uma visão acerca do futuro, que não deixa qualquer obstáculo ficar entre seu sonho e sua realização. É quase sempre um obstinado, um corajoso disposto a arriscar tudo o que tem — e o que nem tem — em seu projeto. Arrisca-se na empreitada de olho também nos lucros, claro, mas principalmente no legado, na conquista, no desafio. O herói de Ayn Rand, Rand Rearden, seria esse típico empreendedor. Na vida real, temos vários, muitos concentrados no Vale do Silício. O mais famoso talvez seja Steve Jobs. Contudo, darei destaque a outro, menos conhecido, mas ainda mais relevante: Elon Musk.

Na biografia de Ashlee Vance sobre o homem por trás do PayPal, da Tesla e da SpaceX, impõe-se a imagem de alguém determinado a fazer a diferença, a mudar o mundo para melhor. Colonizar o espaço e ocupar Marte, por exemplo, são propósitos de quem não se satisfaz com pouco, de quem honra o espírito aventureiro acima de tudo. Ser reverenciado pelo fundador da Google, Larry Page, não é para qualquer um, e Musk recebe os maiores elogios do amigo, além de muitos milhões para ajudar em seus projetos grandiosos.

Impossível é uma palavra que parece não existir em seu dicionário. Para Vance, Musk é um sonhador bem-intencionado, membro VIP do clube de utópicos da tecnologia. Se seus sonhos megalomaniacos são apenas devaneios ou não, o tempo dirá. Mas o que já podemos afirmar é que, ao menos até aqui, o visionário entregou o que prometera. Sua SpaceX, por exemplo, voltou às manchetes recentemente com Falcon 9. Foi a primeira vez que um foguete subiu ao espaço e retornou em pouso vertical, um feito inédito na história espacial, motivado pelo objetivo de reduzir custos e de transformar os foguetes em naves com possibilidade de reutilização.

O setor aeroespacial estava há décadas sem grandes inovações, muito por conta da mentalidade burocrática do Estado. Musk chegou para mudar o jogo, para introduzir o foco no lucro, para baratear o envio de satélites e torná-lo acessível a mais gente. Suas empresas produziram grandes impactos no setor aeroespacial, automotivo e energético, tudo com inovações

importantes. Seu carro elétrico, o Tesla, revolucionou o mercado, demonstrando ser possível unir beleza, tecnologia e velocidade ao conceito ecologicamente correto.

Nada foi fácil ou trivial. Ao contrário: o livro relata em detalhes os momentos mais delicados, em que tudo parecia prestes a ir para o espaço — no sentido figurado. Seu império quase foi à bancarrota na crise de 2008. Após ter ganhado milhões com a venda da PayPal, ele apostou tudo nos novos negócios, e os desafios pareciam insuperáveis. Praticamente sem dormir, trabalhando várias horas por dia, incluindo fins de semana, e impondo tal ritmo, alucinado, a todos que desejavam compartilhar de seus objetivos, Musk deu a volta por cima e provou sua capacidade de entregar o prometido.

Nem tudo são rosas, claro: uma personalidade tão marcante deixa desafetos no caminho. Ex-funcionários reclamam do excesso de pressão e da insensibilidade na hora de demissões, e ex-sócios apontam-lhe características negativas. Dificilmente se constrói um conglomerado desses sem mortos e feridos no caminho. Nem todos concordarão com seus métodos, com seu estilo. E, obcecado com os resultados, Musk realmente parece colocar certos sentimentos em segundo plano.

Hoje sua fortuna pessoal está avaliada em cerca de US\$ 10 bilhões, mérito de seus empreendimentos, que agregaram bastante valor aos consumidores. Hoje, empresas podem colocar satélites menores no espaço por uma fração do custo anterior à chegada da SpaceX ao mercado. Milhares de fãs podem dirigir seus belos carros elétricos da Tesla, desfrutando de uma tecnologia ímpar, acelerando de 0 a 100 km/h em pouquíssimos segundos e ainda ostentando o selo de ecologicamente corretos. Milhões de casas usam os painéis solares da SolarCity, empresa que possui em parceria com os primos.

Sua riqueza é a recompensa disso tudo, e sem dúvida não é seu maior foco, sua grande meta. Musk continua inspirado e movido por objetivos mais abstratos ou utópicos. Ele quer mesmo colonizar Marte, mandar centenas de pessoas para o espaço, oferecer um novo conceito de locomoção. Se um dia o mundo ficar mais parecido com o desenho dos Jetsons, isso terá certamente o dedo de Musk.

Se ele fosse movido apenas pelo dinheiro, poderia ter parado após a venda de sua primeira empresa, a Zip2, que lhe rendeu algo como US\$ 30 milhões — e um McLaren na garagem. Mas esse nunca foi seu principal objetivo, e por isso é um multibilionário hoje. Claro, a história poderia ser diferente, ele poderia mesmo ter falido e perdido os milhões “garantidos”. Esse, porém, é o xis da questão: os grandes empreendedores têm tolerância ao risco muito maior do que a média e parecem dispostos a arriscar tudo por uma ideia. Empreendedores que fazem a diferença pensam grande.

Nos Estados Unidos, especialmente no Vale do Silício, Elon Musk virou uma celebridade, e há um culto em torno de sua pessoa, como havia no caso de Steve Jobs, da Apple. Basta ver o evento de lançamento do novo Modelo X, o SUV da Tesla, para verificar que é ovacionado a cada frase. A empresa possui uma legião de fãs, de clientes apaixonados. Nos Estados Unidos, um empreendedor como Musk se torna um verdadeiro herói. Eis a grande diferença para os países com cultura menos capitalista.

Alonguei-me bastante no caso de Musk apenas para ilustrar o que move a maioria dos empreendedores, mas existem vários outros exemplos. O fato é que a cultura americana valoriza a figura do empreendedor, enquanto a brasileira parece preferir a estabilidade do setor público, com enorme aversão ao risco. É uma espécie de “ética da preguiça”, em contraponto à ética calvinista do trabalho e da criação de riqueza. O resultado é o aumento do poder da burocracia.

No entanto, quase todo avanço relevante, quase todo progresso tecnológico que fez a diferença teve na origem empreendedores ousados, confiantes, otimistas, visionários, dispostos a tomar imensa quantidade de risco pessoal para deixar sua marca, seu legado, concretizar seus sonhos. Só mesmo uma mentalidade muito invejosa trataria esses indivíduos como exploradores mesquinhos, não como heróis.

Os empreendedores não são os vilões, mas sim os políticos e burocratas que montam obstáculos à livre iniciativa. Acho que o Brasil deveria ter até revistas em quadrinho com heróis empreendedores. Está na hora de mostrar ao público quem efetivamente produz a riqueza que os esquerdistas só querem pilhar e distribuir, como se caísse do céu ou brotasse do solo...

Viva a favela!

Um corolário da malandragem brasileira, principalmente da carioca, é o enaltecimento das favelas. Em vez de serem vistas como são — locais muito pobres, com saneamento precário, insegurança e ausência da lei —, acabam glamourizadas pela própria elite, pela esquerda caviar que adora encontrar mascotes na miséria, por meio dos quais exercita poder e controle social.

Em *Um país chamado Favela*, Renato Meirelles e Celso Athayde alegam apresentar “a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira”. De fato, foram milhares de entrevistados, em mais de sessenta comunidades, conjunto que desenha retrato realista do que pensa o povo que as habita.

Os autores pretendem evitar tanto a glamourização das favelas, típica da esquerda, quanto um preconceito supostamente atribuído à direita conservadora. O livro tem coisas interessantes, inegavelmente, mas ainda assim peca em não conseguir deixar de lado o ranço esquerdista. Explico por que a seguir, mas bastaria registrar que chamam Dilma Rousseff de “presidenta”.

Na apresentação, o sociólogo Luiz Eduardo Soares tenta resumir o que seria uma visão realista das favelas, evitando ambos os extremos, da esquerda e da direita:

Em síntese, para as elites e as camadas médias brancas, e, não raro, para os governantes, favela foi e tem sido, em um século de história, o lugar do “outro”. Curiosamente, não apenas a encarnação da alteridade nefasta, diabólica, que caberia destruir ou exorcizar, mas também redentora, iluminada, cujo destino histórico consagraria a libertação do país, instaurando um tempo de igualdade e justiça.

[...]

Duas expectativas opostas, cultural e politicamente poderosas: o povo da favela vai descer para salvar o Brasil e promover a revolução desejada — supunha-se, sonhava-se ou temia-se. Ou: a favela vai descer para o asfalto e tocar o terror. Nessa figura sombria da paranoia coletiva, talvez mais do que em outro lugar, o racismo instilou seu veneno repulsivo e letal.

Analisar o dia a dia, o cotidiano dos favelados, o que pensam e desejam, livre de preconceitos extremos, parece exercício salutar. Evitar o elitismo arrogante de um lado e o populismo demagógico do outro, eis o desafio. Rejeitar a visão idealista romântica dos pobres e também a que os joga todos no mesmo saco de “favelados” e “invisíveis”: esse é o objetivo.

Afinal, falamos de seres humanos, com suas complexidades, vivendo em um local que pode ser diferente em vários aspectos, peculiar, exótico até, mas que nem por isso deixa de ser uma comunidade inserida no contexto nacional, com defeitos e qualidades — mais defeitos que qualidades, em minha visão “conservadora”, da qual os autores discordam.

A propósito, como já adiantei, não considero que Meirelles e Athayde tenham sido bem-sucedidos na louvável busca por isenção, pois logo nos textos iniciais já se impõe o viés esquerdista. Segundo o rapper MV Bill, por exemplo, o tráfico de drogas surge para atender a demanda (claro), momento em que se instalaria a “(des)ordem capitalista”, porque a grana é que manda. O tráfico seria, então, apenas mais uma alternativa para ter o que comer; a violência, no entanto, decorreria da “desigualdade” e da “exploração”.

A introdução de Preto Zezé, fundador da Cufa, é muito representativa. Ele até condena uma autônoma esquerda, que “vulgariza o acesso das camadas mais pobres ao universo do consumo” e enxerga os avanços nas favelas como elementos de “alienação” e “paternalismo dominador”. Mas logo solta verdadeiras pérolas marxistas:

Neste país, parcela importante da elite incomoda-se com a presença das massas, antes excluídas, no mercado das compras. Mesmo que lentas e ainda limitadas, essas mudanças movem as placas tectônicas

da sociedade de classes, apoiada por uma modalidade de exploração capitalista que se sustenta sobre mais de trezentos anos de trabalho escravo.

[...]

O choque derivado da mudança está expresso na repulsa de certos setores sociais pelos pobres que viajam de avião, pelos negros que ingressam na universidade a partir do sistema de cotas, pelas empregadas que conquistam direitos trabalhistas, pelos proletários que adquirem veículos automotores e até pelas famílias que superam a fome por causa do programa Bolsa Família.

Isso, sim, é uma visão preconceituosa.

Estou para conhecer essa elite a que se refere. O que muitos condenam, inclusive eu, é a falta de educação em ambientes coletivos, o que nem sempre tem ligação com a conta bancária. No caso dos “rolezinhos”, que os autores defendem, foi claramente isso que revoltou a “elite”.

Condenam também a segregação do povo miscigenado com base em critério racial, o que impede a meritocracia e fomenta justamente o racismo que se pretende combater. Condenam uma lei trabalhista engessada, que, em vez de proteger, joga na informalidade milhões de brasileiros. Condenam ainda a cultura das esmolas estatais sem estratégia de saída, que assim mais parecem voto de cabresto, como ficou claro na eleição de 2014.

Mas Preto Zezé, que escuta os conselhos de João Pedro Stédile, do MST, enxerga o mundo pelas lentes marxistas e acha que tudo é luta de classes.

O que o livro mostra, a rigor, é que houve grande avanço econômico nas favelas nos últimos anos, até a crise recente, e que o principal motor disso foi a progressiva formalização de empregos. O salário médio do favelado cresceu mais do que no Brasil em geral, e essa sensação de melhoria foi capturada pelas pesquisas de opinião. A ascensão social foi um fato, ao menos até Dilma e o PT nos lançarem numa depressão.

Curiosamente, porém, poucas pessoas atribuem esse avanço às políticas públicas ou aos empregadores. Para 14%, a família é a principal responsável

pela evolução. Deus é citado por 40%. Segundo 42%, a ascensão é resultado do próprio esforço. Apenas 1% se lembrou do governo. É interessante. O Estado não é visto como locomotiva do progresso por essas comunidades.

Naturalmente, ninguém cita a verdadeira causa da “bonança”: o crescimento chinês aliado às políticas monetárias expansionistas dos países desenvolvidos. Seria cobrar demais desses cidadãos tamanha compreensão do funcionamento econômico global, algo que nem os doutores da Unicamp entenderam ainda.

Mas, se os próprios moradores não dão crédito ao governo do PT, o mesmo não ocorre com os autores. Lula recebe muitos afagos no livro, seus programas sociais são enaltecidos ao extremo, e seus críticos, que falavam de risco do modelo cubano, ridicularizados. Meirelles e Athayde aderem totalmente à falácia propagada pelo ex-presidente, a de que os estímulos estatais fazem a “roda da economia girar”:

Se vale um exercício didático criativo, a família de José, segurada do plano governamental, comprou mais biscoitos na padaria de João. Já João elevou a quantidade de itens solicitados aos fornecedores, obrigados a aumentar a produção. Nesse processo, a demanda por novas máquinas ativou outros setores industriais, estimulados a contratar novos colaboradores. Esses ingressantes no mercado de trabalho formal também foram incluídos no mundo do consumo, multiplicando as vendas de padarias, de lojas de vestuário e até de concessionárias de automóveis. Quando da edição deste livro, cada real investido no programa adicionava 1,78 real ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Ah, como tudo parece simples!

Basta o governo distribuir recursos escassos para os pobres — e tudo ficará bem. É o rabo que balança o cachorro: estimular a demanda para a oferta vir atrás. É a receita dos malandros. Só não dá para entender por que ainda existem países pobres. Afinal, era só o Estado “investir” trilhões e, para cada um, a economia cresceria quase dois.

A realidade, contudo, não é tão simples — nem tão fácil. Para cada real que o governo “investe” em transferência de recursos, há um real a menos

para investimento produtivo. Não existe almoço grátis. É preciso pesar aquilo que não se vê de imediato. E perguntar: quem paga a conta? Isso os autores ignoram, e assim sacrificam a análise da situação nas favelas, cujo avanço hoje se mostra insustentável sob o modelo de estímulo à demanda.

Meirelles e Athayde avaliam que a melhoria na condição de vida nas favelas depende da atividade empreendedora também. Concordamos, portanto. Mas, em vez de pregar o rigoroso império das leis, para garantir contratos e a segurança jurídica e física dos investidores, eles preferem apelar a uma visão romântica. Elogiam o jeitinho brasileiro, tão presente nas comunidades, e a “economia social”, mais solidária, que, “mesmo num país capitalista”, “constitui laços de cooperação e inspira atos de generosidade”.

Será que pensam não haver cooperação no “asfalto capitalista”?

O que, então, seriam os mercados, com produtos para todo gosto e bolso? Acreditar que a “generosidade” seja bom substituto da economia de mercado capitalista significa não entender Adam Smith e sua “mão invisível”. Haverá algo mais generoso do que um sistema em que produtores competem entre si apenas para satisfazer nossas demandas?

Para os autores, a “economia, de verdade, faz-se a partir de tramas que promovem benefício compartilhado e felicidade somada. Quando o ganho é unilateral, trata-se de simples e perversa exploração” — aquilo que, segundo entendem, ocorre no capitalismo. No entanto, com trocas voluntárias em ambiente de livre concorrência, o que mais há são casos de ganha/ganha. Afinal, por que trocar voluntariamente se não para se beneficiar?

Algo interessante, que emerge das pesquisas apresentadas no livro, é a comprovação da velha máxima de Joãozinho Trinta, a de que quem gosta de pobreza é intelectual, pois pobre gosta é de luxo. No fim de 2013, 85% dos favelados tinham aparelho de telefone celular — 22% eram smartphones.

Viva a privatização da Telebras!

O consumo de marcas conhecidas é importante para definir status na favela. Televisão de tela plana virara febre. O favelado não quer fazer revolução ou derrubar o “sistema”, mas melhorar de vida e ter acesso aos bens e serviços de que a elite dispõe. Se ao menos o governo, com seus pesados impostos, atrapalhasse menos...

O grande problema na favela é o cultural e tem fundamento na desestruturação da família. As mulheres chefiam quase 40% dos lares — na metade deles (20% do total), criam sozinhas um filho ou mais.

A quem quiser compreender melhor os impactos dessa situação na vida das crianças, recomendo os livros de Theodore Dalrymple, especialmente *Vida na sarjeta*. A falta da figura paterna e ainda a troca frequente — e comum — de padrastos são comprometedoras. Soltos em um ambiente controlado por traficantes, em que o funk, com suas mensagens de baixo calão, é adorado (curiosamente, o estilo musical preferido nas favelas é o gospel, o que mostra que o papel da religião, em especial a evangélica, pode ser um freio às alternativas mais “pecaminosas”), esses jovens não desfrutam de referências saudáveis.

O “funk ostentação”, por exemplo, surgiu para dar vazão ao desejo de muitos jovens das favelas de mergulhar no mundo do consumo. “Nesse sentido”, escrevem os autores, “mais do que esbanjar, a ideia seria mostrar que os membros dos estratos sociais inferiores são capazes de obter bens antes reservados à burguesia”.

Diante do resultado, contudo, sou forçado a perguntar: será que o tiro não saiu pela culatra?

O preconceito racial é bastante alardeado — e explorado — pela esquerda, mas não se destaca na pesquisa detalhada no livro. Nas comunidades, um dentre três moradores já se sentiu discriminado. Entre os que tiveram essa percepção, 32% declararam ter sofrido em razão da raça ou da cor da pele. Para 30%, a situação de constrangimento deveu-se ao fato de morar em favela.

Ou seja, praticamente a mesma quantidade de gente se diz vítima de preconceito por raça ou por morar em favela — seria, portanto, um preconceito social tanto quanto racial. E, se estamos falando de 32% do terço que se sentiu discriminado, falamos então em algo como 10% do total de habitantes de favelas — o que não parece suficiente para sustentar o Brasil como um país racista, conforme pretendem os defensores das cotas.

Sobre segurança, a pesquisa mostrou que 75% dos moradores de favelas eram favoráveis à pacificação pela polícia: 55%, totalmente a favor; 20%, parcialmente.

Isso deve ser mais do que no Leblon!

Se depender de certos artistas e autointitulados intelectuais, a polícia fica de fora das comunidades — para lembrar a política de Brizola, com nefastas consequências. Os favelados, porém, querem as UPPs.

Já os autores novamente deixam transparecer o viés de esquerda. Tratam a polícia quase como inimiga e defendem que seja desmilitarizada. Seu papel atual seria atualização de suas origens: “caçar os negros fugidos e zelar pela manutenção do sistema escravagista.” Tal leitura decorre da mesma compreensão torta dos — perdão pelo oxímoro — intelectuais socialistas que chamam a polícia militar de fascista.

Meirelles e Athayde afirmam, ainda, que o Brasil não é o país da impunidade, pois tem “uma multidão de 550 mil presos, número que compõe a quarta população carcerária do mundo”. Ora, será que os autores ignoram que o país possui a sexta maior população mundial? Falar apenas em termos absolutos soa má-fé. No mais, o que importa é a quantidade de crimes. Se temos mais crimes, temos de ter mais presos.

Como rejeitar o rótulo de “país da impunidade” quando sabemos que quase 60 mil pessoas morrem assassinadas todo ano, e que a maior parte dos crimes permanece sem punição?

“Dos presos brasileiros, somente 12% foram condenados por crimes letais”, dizem. E acham pouco? E quantos matam e não são condenados? Os que foram presos por tráfico ou crimes contra o patrimônio não merecem punição severa? Apontar uma arma para a cabeça de um inocente e roubar seu carro é algo irrelevante ou trivial?

E concluem:

Se a favela necessita urgentemente das facilidades e dos engenhos do asfalto, não nos parece incorreto afirmar que o asfalto, muitas vezes afogado em interesses mesquinhos, precisa importar saberes e valores da favela. Se o país dos brasileiros pretende ser mais justo e melhor, convém valorizar o lugar da favela, convém emular o espírito de sua arquitetura.

Regina Casé e Luciano Huck podem aplaudir tal ponto de vista desde suas confortáveis casas no asfalto, mas não acho que as favelas em si devam ser valorizadas, muito menos emulada sua arquitetura. Há muitos outros exemplos de arquitetura merecedores de reconhecimento e de ser modelo criativo para o progresso do país. Acho que muitos favelados concordariam comigo e adorariam trocar de lugar com Casé e Huck.

Se duvida de mim, então escutemos alguém que *efetivamente* saiu das favelas. Seu Jorge, que veio de uma “comunidade” de Belford Roxo, admite que “favela não é lugar para ninguém”. Ele é autoridade, tem conhecimento prático, sabe mais a respeito do que aqueles burgueses malandros que caem na propaganda da esquerda caviar e acreditam que as favelas são lugares, “construções”, de vanguarda, onde há uma simplicidade maior, uma camaradagem espontânea, algo que nos remete ao “bom selvagem” de Rousseau, pessoas mais “puras”, pois não totalmente contaminadas pela “ganância capitalista” e a impessoalidade das cidades.

Na prática, não é nada disso. O que existe é um cotidiano de surras e pobreza, os “gatos” da TV a cabo feitos por esperteza, por excesso de “malandragem”, e um clima de total insegurança, em que pais vivem constantemente apavorados ante o risco de suas filhas serem estupradas e seus filhos, atraídos pelo tráfico de drogas, que domina quase todas as favelas cariocas. O gerente de tráfico da favela da Maré, por exemplo, chegou a afirmar que matava um por dia, se quisesse.

Enquanto o *beautiful people* dos bairros chiques elogia, a distância, essa condição de vida, muitos favelados desejam aquilo que seus idealizadores têm: maior acesso a produtos modernos, um mínimo de segurança e meios de oferecer possibilidades de ascensão à família.

Numa entrevista à revista *Rolling Stone*, Seu Jorge, que, ao contrário de artistas e intelectuais nascidos em berço de ouro, como Chico Buarque e companhia, veio de baixo mesmo, foi enfático:

Favela não é lugar para ninguém. Favela não é legal. Não tem segurança, não tem saneamento, não tem hospital, não tem porra nenhuma. Favela só sofre preconceito. Eu quis sair mesmo. Eu não quis ficar enterrado na favela. Nasci lá, mas não quis ficar enterrado lá. Favela não é meu mundo, meu tudo, porra nenhuma. A favela é o

abandono que o governo deixou pra gente. E hoje eu não quero tocar na favela para não me envolver com tudo que está errado lá dentro.

Sinceridade, algo que tanto falta aos nossos artistas da esquerda caviar. Ao contrário daqueles que elogiam Cuba, Venezuela e o socialismo, mas escolhem passar férias ou viver em Nova York e Paris, Seu Jorge elogia os Estados Unidos mesmo, um “país diferenciado”, não por acaso onde escolheu morar. Quando questionado sobre por que foi para Los Angeles, respondeu: “Tranquilidade. Eu precisava ser pai. No Brasil o Seu Jorge estava dentro de casa. Eu não conseguia levar minhas filhas para passear, ir à escola delas sem ter a aclamação do público. Nos Estados Unidos não tem isso. Lá eu tenho uma vida normal de pai, que sai, dá uma volta com o cachorro.”

Não apenas a fama que o mantinha em casa, naturalmente. Pode ter sido o fator principal em seu caso, mas não o único. É o que faz muita gente, cada vez mais, temer um simples passeio no parque, ou andar de bicicleta pela orla: a violência, o risco de assalto, de levar um tiro, uma facada, de ser abordado por um marginal que depois será tratado como “vítima da sociedade” pelos sociólogos e poetas. Não há isso nos Estados Unidos. Tranquilidade é a palavra certa, usada por Seu Jorge, que lamenta a perda de identidade do brasileiro:

Acho que a política brasileira está passando por uma crise de identidade muito grande. Não reconhecemos mais quem nos representa. É um problema muito sério, porque atinge a percepção da capacidade de o Brasil ser um país colossal, como ele merece e tem condições para ser. O mundo todo torce para o Brasil e para o brasileiro, eu percebo isso. Os programas sociais não são um problema, mas causam um rombo muito grande e fazem com que as pessoas não se movam para alcançar outro plano. As contas do governo também não batem. Acho que uma série de ministérios deveria ser suprimida e que precisamos de gestores mais sérios. Está cada vez mais difícil representar o Brasil fora daqui, e essa é minha função. Não saí do Brasil para me tornar um gringo — eu saí para afirmar o Brasil. Mas está difícil, porque nossas mazelas e feridas

estão expostas e as pessoas não acreditam na gente. Isso interfere diretamente no meu trabalho e carreira.

Sobre aqueles que atacam o cantor por ter se mudado para os Estados Unidos, a típica elite da esquerda caviar que vive numa bolha, Seu Jorge solta o verbo:

O patrulheiro que fica me enchendo o saco, dizendo “Pô, o Jorge agora mora nos Estados Unidos”, tem que se lembrar do seguinte: eu era morador de rua, um fodido e meu dinheiro eu fiz centavo por centavo sem sacanear ninguém, sem roubar ninguém. O Brasil em que eu acredito é esse que está na Avenida Paulista ralando; é o Brasil do motoboy, das mães solteiras fazendo faxina como diaristas, dos garçons, dos seguranças. Esse é o meu Brasil, eu vim daí. Agora, vem essa galerinha de Facebook e de Twitter [falar de mim]. Pô, morre e nasce de novo para poder chegar perto de mim, morou?

Morei.

Entendo perfeitamente o desabafo de Seu Jorge, mesmo jamais tendo passado pelo que ele enfrentou na infância e na juventude. Isso nunca me impediu de ter a sensibilidade de tentar me colocar no lugar do outro — daí minha revolta com essa elite hipócrita, que glamouriza o que é, para o outro, um fardo concreto.

Se Seu Jorge fosse malandro e estivesse na favela até hoje, tendo de fazer parceria ou com o tráfico ou com a milícia, a esquerda caviar adoraria e repetiria que o cantor mantinha os laços com sua essência humilde, enquanto, na prática, ele estaria prejudicando sua família e agredindo suas convicções.

Em Los Angeles, Seu Jorge não precisa de nada disso. Pode oferecer uma qualidade a sua família, dormir em paz, sair com tranquilidade — e não precisa contemporizar com bandido para fazer shows. E isso é condenado por aqueles que vivem no Leblon ou nos Jardins, gente que viaja a Paris ou Nova York todo ano, mas adora “odiar” os Estados Unidos, e que “ama” as favelas, de preferência bem de longe, as quais entende como simples

abstração, sendo os favelados apenas mascotes que alimentam a vaidade distorcida de quem se julga abnegado e altruísta.

Não é mole, não!

A era lulopetista

Esse livro não é sobre o Partido dos Trabalhadores ou sobre o Brasil atual, mas sobre uma tendência, antiga, de nossa cultura. Um traço do caráter brasileiro. Não se produz tanta desgraça assim de improviso: isso é obra de muito esforço e dedicação; não do acaso.

Dito isso, claro que não poderia deixar o partido mais corrupto e cínico da história deste país fora da análise. O PT é, em muitos sentidos, o coroamento dessa malandragem toda, o maior símbolo de nosso pendão retrógrado, de nosso gosto pela vitimização, de nossa atração pelo oportunismo amoral.

Quando Lula foi eleito, em 2002, muitos preferiram fechar os olhos para o fato de que o ex-metalúrgico era um tipo clássico de malandro, nosso herói Macunaíma, sem caráter algum. O ex-presidente sempre fez de tudo para se dar bem, e, mesmo durante o regime militar, já fazia pacto com o “diabo” para prosperar. Foi a esse sujeito, orgulhoso da própria ignorância, que o povo — e isso inclui a elite — delegou poder. Claro que não poderia dar certo.

No começo, Lula até soube dançar de acordo com a música. Malandro que é, percebeu que era burrice bater de frente com o mercado, os investidores, a matemática. E respeitou as regras do jogo, colocando um banqueiro internacional, ligado ao PSDB, para comandar o Banco Central, e um médico petista, mas distante da ideologia “desenvolvimentista” da Unicamp, para tocar o Ministério da Fazenda. Henrique Meirelles e Antônio Palocci dariam continuidade ao legado de Fernando Henrique Cardoso, especialmente o famoso “tripé macroeconômico”: responsabilidade fiscal, câmbio flutuante e meta de inflação, com o Bacen autônomo para garanti-la.

A tática rendeu bons frutos, e a sorte sorriu para Lula. A China mergulhou numa fase de acelerado crescimento, demandando recursos naturais que o Brasil, por acaso, tem em abundância. Para fechar a bonança, os bancos centrais dos países desenvolvidos, em especial o Federal Reserve americano, mantiveram as taxas de juros em patamares muito baixos, para estimular suas economias após a crise de tecnologia e a bolha de internet, que estourara em 2001. O resultado dessa confluência de vetores favoráveis foi a melhor janela de oportunidade para o Brasil em um século todo.

Os dólares, euros e ienes jorravam, o preço das commodities que exportamos disparou — voávamos em céu de brigadeiro. O Brasil tirara o bilhete da loteria, e Lula mal podia acreditar: sobrava dinheiro para programas assistencialistas, para a compra escancarada de votos e de opiniões, para seduzir empresários, para acalmar sindicalistas — para tudo. Sua popularidade foi às alturas.

A economia crescia. O crédito abundava. E ninguém se preocupava em poupar, em aproveitar as condições favoráveis para criar defesas, para solidificar a posição econômica brasileira. A horda de malandros não queria saber disso, de fundamentos, de análises técnicas, de alertas de Cassandras. Todos os indícios de excessos, de irresponsabilidade, de autoritarismo seriam ignorados. Afinal, era irreversível: o Brasil decolava rumo ao paraíso, e Lula era nosso timoneiro nessa aventura, “o cara”. Assim, como o malandro crê em atalhos, em milagres, Lula, se um dia os teve, tirou os pés do chão, investiu-se de estrela-guia, de “Padim Ciço”, de Rei Midas. Tudo que tocasse viraria ouro. Até mesmo o “poste” que resolveu iluminar em 2010.

Dilma Rousseff nunca fora eleita para coisa alguma. E, como gestora, tivera uma loja de bugigangas que faliu — sua única experiência na iniciativa privada, ao que se somavam passagens apagadas pela burocracia da administração pública gaúcha. Como ministra das Minas e Energia, apesar da propaganda de “gerentona”, sua gestão contribuiu decisivamente para a desorganização do setor. Não importava. A malandragem nacional logo acreditou no que era vendido: a gerente eficaz, a “faxineira” ética, a mulher corajosa que tinha formação técnica de economista. A turma embarcou na canoa furada...

Desnecessário nos atermos aos detalhes agora. Todos já conhecem o resultado. A corrupção explodiu, os escândalos não param de brotar, e a economia foi totalmente destruída — a palavra é essa.

Em 2015, o *annus horribilis*, a atividade econômica caiu quase 4% e a inflação passou de 10%. O caos. A reprovação de Dilma era enorme, e mais de 60% dos pesquisados desejavam seu impeachment. A mobilização nas ruas, porém, era tímida no começo. Os malandros queriam saber é do carnaval, das Olimpíadas, do futebol.

Dilma fora reeleita, em 2014, graças ao maior estelionato eleitoral da história, com mentiras, abuso da máquina estatal e evidências de que empresas públicas eram dilapidadas para financiar um poderoso projeto de poder. Sua campanha foi sórdida, de baixo nível. Ainda assim, nunca lhe faltaram intelectuais e artistas para defender o indefensável. As mesmas ladainhas de sempre iludiam os incautos. “O PT não é pior que os demais partidos, Dilma é honesta, Eduardo Cunha é o verdadeiro vilão, as conquistas sociais precisam ser mantidas etc.”

Que a narrativa de esquerda ainda conquiste uma legião de pessoas é a maior prova de que a burrice, no Brasil, tem um passado glorioso e um futuro promissor, como dizia Roberto Campos. O país é pilhado para que um partido socialista privatize o Estado, mas muita gente ainda se sente moralmente superior por se dizer esquerdista, por votar em petistas ou em seus genéricos do PSOL e do PCdoB, as deprimentes linhas-auxiliares.

Caramba!

Um país em que o marxismo ainda é levado a sério e inunda as salas de aulas não pode mesmo ser considerado sério. O PT, em gozo de poder sem precedente, ainda se protege atrás da máscara da luta de classes, vendendo-se inacreditavelmente como o protetor dos “fracos e oprimidos” contra as “elites malvadas”. O PT, o mesmo que criou a maior “bolsa empresário” de todos os tempos, inventando “campeões nacionais” e atentando contra a incipiente cultura de empreendedorismo no Brasil. Uma desgraça. O PT, cuja cúpula ficou milionária da noite para o dia. Como que este partido ainda poderia ser defendido depois de tudo que fez se não pelo excesso de malandragem — pelo apego às boquinhas, às leis de incentivo, ao assistencialismo que engessa — do povo?

E não falo apenas do povão ignorante, analfabeto, desesperado por migalhas. Não. Falo de parte da elite também, dos psicólogos e psicanalistas

que adoram Žižek, dos professores que doutrinam em vez de ensinar, dos artistas engajados, dependentes de leis de incentivo, que relativizam cada escândalo petista, dos empresários que só querem saber de subsídios estatais, dos jornalistas vendidos. Custa caro, mas o PT ainda goza do apoio de muita gente entre os chamados formadores de opinião — e isso é simplesmente espantoso.

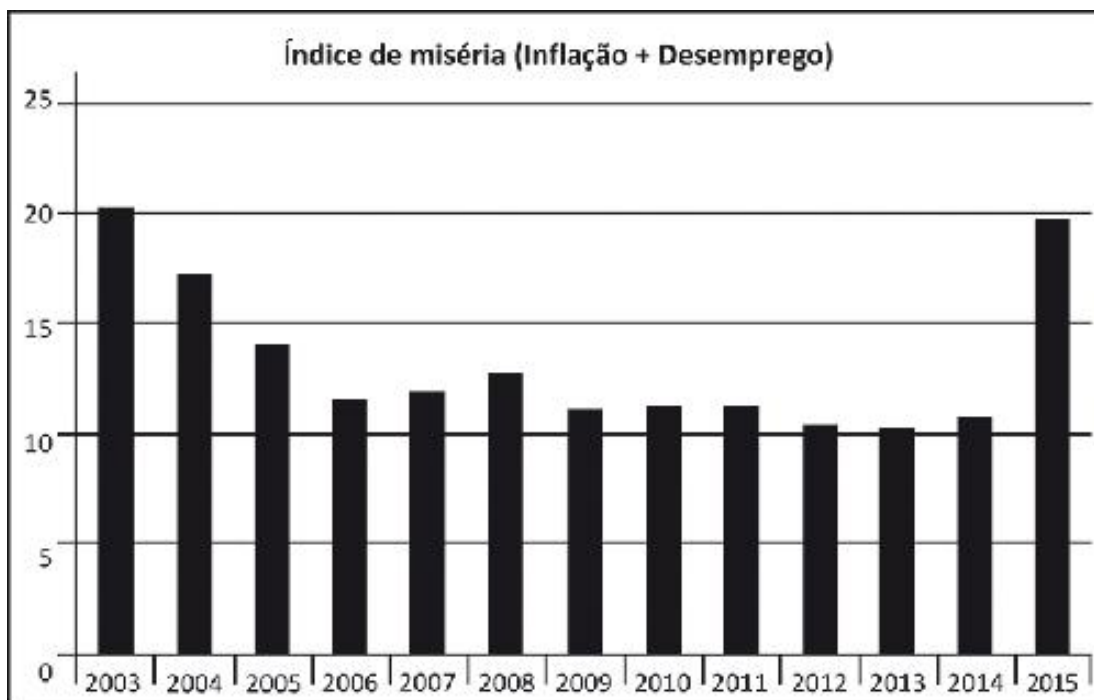
A verdade precisa ser dita de maneira direta, doa a quem doer: um país que mantém uma quadrilha disfarçada de partido político por tanto tempo no poder, pilhando a riqueza criada pela iniciativa privada, aparelhando toda a máquina estatal com seus pelegos e apaniguados, destruindo a democracia desde dentro, afundando a economia, este só pode ser um país de otários.

Duvida?

O economista americano Arthur Okun (1928–1980) é considerado o criador do “índice de miséria”, que resulta da soma da taxa de inflação com a de desemprego. Ele sabia que tanto a inflação, o pior “imposto” para os pobres, quanto o desemprego são doenças econômicas graves, porque têm efeito devastador sobre o bem-estar da população. Os mais pobres sofrem mais, são os mais afetados por essa perversa conjunção de fatores econômicos.

É uma equação bem simples, que reúne as duas maiores ameaças a quem menos tem posses. A inflação corrói o que resta do salário, para além dos quase 40% tungados em impostos, e o desemprego é a própria falta de salário. Quando estão ambos em alta, o clima de tensão beira o insuportável.

E como estava o índice de miséria no Brasil ao fim de 2015? Com inflação acima de 10% e taxa de desemprego de 9%, e subindo, o quadro já era assombroso. Afinal, o índice de miséria encostara nos 20%. O mesmo patamar — atenção — de quando o PT assumiu o poder (lembrando que as inflações de 2002 e 2003 foram elevadas, em boa parte, em decorrência do risco Lula). De modo que todas as propaladas “conquistas” da era lulopetista haviam simplesmente desaparecido, sumido, evaporado — mas não sem que servissem (só serviram a isso, diga-se) à manutenção, à perpetuação de um projeto de poder. Uma década perdida!



O pilar que sustentou alguma aprovação ao governo Dilma e permitiu sua reeleição foi justamente o baixo desemprego. Mas, como alertei diversas vezes, o emprego é o último indicador a acusar o golpe da crise, especialmente num país como o Brasil, em que o custo de contratação e demissão é alto. Os empresários postergam até o limite a dolorosa decisão de mandar embora. E é o que ocorre agora, inevitavelmente: ou se demite para tentar sobreviver, vai à falência — para avolumar ainda mais a carga do desemprego. No começo de 2016, já eram onze milhões de desempregados no Brasil, um recorde.

Lula e Dilma, em nome da permanência no poder, pontualmente em busca de mais uma reeleição, afundaram o Brasil na maior crise da história, esfarelaram todas as conquistas anteriores e impuseram aos mais pobres, que alegam defender, um fardo insuportável. Contudo, apesar desse mar de mentiras e da lama da corrupção em que se atolou a administração pública, ainda há quem diga que o PT é mesmo um partido que luta contra a miséria e que esquerda é sinônimo de sensibilidade...

Aliás, leitor, sabe qual partido está todo animado com a derrocada petista? O PSOL, que espera aumentar até dez vezes de tamanho na rabeira da Operação Lava-Jato. Acredito. Aprendi, com o tempo, a jamais

subestimar a estupidez do brasileiro “malandro”, especialmente da elite de intelectuais, dos jovens universitários e dos artistas.

O PSOL é claramente uma linha-auxiliar do PT, cuja cartilha reza fielmente. Sempre rezou. Criado com base numa dissidência petista, no entanto, quando o bicho pega, fecha imediatamente questão com o Partido dos Trabalhadores e faz qualquer papel para defender a matriz. É, a rigor, um braço radical do PT, que existe para que este possa passar por moderado. Eis sua estratégia e razão de ser.

Mas não é só.

Há um fenômeno curioso, histórico, no surgimento de um partido como o PSOL — consequência calculada de uma prática ancestral muito malandra: aquela segundo a qual, quando a esquerda assume o poder, logo deixa de ser esquerda. Não? O leitor nunca ouviu isso ou algo parecido? Foi o PT ganhar o poder, botar seu programa em curso, mostrar sua inevitável cara, que é a cara da esquerda “empoderada”, para logo brotar o discurso de que aquilo era traição às bandeiras do socialismo... E então, claro, surge o PSOL, a nova esquerda, pura, fresca, ideológica, assim como se acreditou ter sido o PT um dia.

Haja desonestidade intelectual de um lado, para sustentar este ciclo, e burrice de outro, o nosso, para não perceber o golpe.

O PT vai lá, mais esquerda do que nunca, causa um estrago danado, ferra o país, desmonta a economia, rouba como nenhum outro partido já roubou — mas o que pensam os esquerdistas purinhos? Que o problema não é o modelo, o socialismo, a concentração de poder no Estado, o ataque ao capitalismo liberal, a manutenção de estatais como cabides de emprego e instrumentos políticos, o coletivismo.

Não!

O problema são os petistas, os traidores. Os indivíduos; não a organização, não a cultura esquerdista, não o PT e tudo quanto representa e defende.

Da mesma forma que os fracassos na União Soviética, em Cuba, no Vietnã, na China, em Moçambique, na Coreia do Norte, na Iugoslávia, na Romênia etc. não foram culpa do comunismo, mas dos homens errados, incapazes de honrar e de promover a “maravilhosa” revolução. E aí de quem discordar. A esquerda malandra tem sempre razão, como provoca Fernando Gabeira em artigo publicado no *Estadão*:

Aqueles que acreditam num diálogo racional com o populismo de esquerda deveriam repensar seu propósito. Negar a discussão racional pode ser um sintoma de intolerância. Existe uma linha clara entre ser tolerante e gostar de perder tempo. O mesmo mecanismo que leva Lula a se proclamar santo é o que move a engrenagem política ideológica do PT. Quando a maré internacional permitiu o voo da galinha, eles se achavam mestres do crescimento. Hoje, com a maré baixa, consideram-se os mártires da intolerância conservadora. Simplesmente não adianta discutir. No script deles, serão sempre os mocinhos, nem que tenham de atacar a própria Operação Lava-Jato.

Considerando que Cuba é uma ditadura e a Venezuela chega muito perto disso com sua política repressiva, como explicar a aberração brasileira?

Certamente algum mosquito nos mordeu para suportarmos mentiras que nos fazem parecer otários. Não foi o *Aedes aegypti*. A tsé-tsé, quem sabe?

Dá um cansaço incrível isso tudo. Quem vota no PT ou em suas linhas-auxiliares se recusa a ver — ou admitir — a barbárie mesmo depois de tantas evidências e lições. É como o sujeito que casou com uma prostituta, achando que a vida fosse como um filme de Hollywood, com Julia Roberts, e depois se descobriu o maior corno do universo — sem Julia Roberts. Como reage? Em vez de procurar uma menina decente, “de família”, como dizem, responde ao fracasso de sua escolha buscando novo amor... num bordel. Aí é corno novamente e se julga “traído”, apenas para voltar... à zona.

É patológico.

Mauá ou Lula?

Em 1852, na cerimônia de inauguração de uma estrada de ferro, Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, fez com que D. Pedro II se curvasse num gesto simbólico de trabalho, com uma pá de prata e um carrinho de jacarandá. A humilhação fora tanta que o imperador guardaria forte ressentimento. A metáfora do gesto estava clara: todos deveriam obter seus recursos pela via do trabalho, inclusive a aristocracia acostumada a explorar escravos.

Mauá foi um ilustre empreendedor, o maior que já existiu no Brasil. Bastante esforçado desde pequeno, educado por um comerciante inglês, trilhou uma incrível trajetória de sucesso, tornando-se o homem mais rico do país. Foi um inovador, trouxe enorme progresso em diversas áreas, fundou seu Banco do Brasil e inovou com um tratamento isonômico entre homens livres e escravos. Enfim, alguém de relevância sem igual para os avanços brasileiros, ícone de uma mentalidade que infelizmente representa minúscula minoria na *terra brasilis*, do herói Macunaíma, onde parasitar rende mais que lutar por conta própria para vencer.

Comparar a vida de Mauá à do ex-presidente Lula é crucial para a constatação de nossa triste realidade. Permite melhor entendimento sobre os motivos de o país ser o eterno gigante adormecido, desperdiçando oportunidade atrás de oportunidade de ser potência mundial. Afinal, os dois simbolizam rumos diametralmente opostos, e a história brasileira é aquela em que o tipo de Lula predominou sobre o de Mauá.

Ambos foram muito pobres na infância. Irineu começou a trabalhar aos nove anos, após a morte do pai. Autodidata, aprendia rapidamente, e aproveitava as horas vagas para a leitura. Homem confiável, galgaria

responsabilidades maiores no trabalho, até ser contratado por Carruthers, comerciante inglês de sucesso — o que o obrigou a aprender a língua estrangeira sozinho, em pouco tempo.

Comparemos isso à trajetória de Lula, que jamais se esforçou sequer para aprender sua língua natal corretamente, ainda que tivesse todo tempo e dinheiro do mundo para tanto. Mauá demonstra a obstinação da vitória, o desejo de subir na vida sem depender dos outros. Lula, no entanto, surge como o acomodado que logo descobriu, via pelegagem sindical, que repetir bravatas para multidões de insatisfeitos seria mais vantajoso do que trabalhar duro. Enquanto um se dedicava à construção de riqueza, o outro pensava em como tirar riqueza dos demais. Uma diferença gritante.

O progresso inglês sempre foi um grande motivador para Mauá, que sonhava em replicar no Brasil o sucesso daquela potência. Copiar modelos bem-sucedidos parecia algo lógico para ele, que gostaria de ver seu país progredindo, com ferrovias, luz, indústrias etc. O livre comércio era o evidente caminho para tanto, e Mauá sabia disso, daí porque defendesse tal modelo mesmo em um país atrasado, onde a agricultura, com base na escravidão, era vista como rumo correto. Mauá foi uma voz de bom senso numa multidão de retrógrados.

Já Lula sempre usou o sucesso alheio para instigar a inveja do povo, e falava dos Estados Unidos como se a riqueza daquele país decorresse de nossa miséria — um discurso na contramão da abertura comercial e da liberdade econômica. Se Mauá teve como enorme obstáculo ao seu empreendedorismo o aparato estatal, Lula representa justamente este, é fruto deste, contra todos os que tentam empreender num país que faz tudo para tornar isso impossível, com carga tributária gigante, burocracia asfixiante, rígidas leis trabalhistas, ausência de império da lei etc.

Na questão ética é até covardia comparar Mauá e Lula. Quando o já Visconde de Mauá estava à beira da bancarrota, usou seus bens pessoais para honrar as dívidas com terceiros — chegaria a vender as joias de sua mulher. Não queria deixar os outros na mão e pretendia honrar seu nome. Lula, por sua vez, é o que se vê — articulador maior do projeto de poder petista, em defesa do qual vale tudo.

Mauá é o ícone do empreendedor, do homem que faz, daquele que cria riqueza, trazendo progresso e empregos para seu país, mesmo que diante de muita adversidade. Lula é a adversidade em pessoa, o obstáculo para os criadores de riqueza, o parasita que suga a riqueza dos outros, o populista que joga pobres contra ricos para se sair bem.

Se Mauá é o tipo de homem que toma iniciativas, Lula é o que apenas critica. Se Mauá é o que assume riscos, Lula é o que se aproveita do risco tomado por terceiros. Se Mauá é o que busca soluções, Lula é o que fica apenas lamentando. Se Mauá soma, Lula divide. Se Mauá assume responsabilidades, Lula aponta culpados, ainda que bodes expiatórios. Se Mauá consegue acabar com a fome de muitos gerando empregos, Lula limitava-se a repetir que acabaria com a fome mundial, sem jamais enfrentar a brasileira de maneira consistente. Se Mauá é o hospedeiro, Lula é o parasita.

Infelizmente, boa parte do povo brasileiro, ao enaltecer a figura de um Lula, exalta valores equivocados, em detrimento dos empresários, do lucro, da iniciativa privada. Enquanto a cultura da iniciativa privada for condenada, o Brasil jamais será a potência que pode ser. Irineu Evangelista de Souza sonhou com um país diferente. Ao que parece, porém, os entraves criados pelo Estado têm, desde então, impossibilitado que tal sonho se realize, muitas vezes transformando-o em pesadelo.

Resta ao povo, objetivamente, escolher — uma escolha entre o que se pode ser e o que se é hoje: Mauá ou Lula? O trabalho sério ou a esperteza? O empreendedorismo ou a malandragem?

Deu zika!

Verão brasileiro é aquela festa. Todos pensando no carnaval, nos blocos de rua, na cerveja, na azaração... Mas há uma coisa que invariavelmente chega junto também: o mosquito da dengue. Coisa de terceiro mundo, eu sei, elemento pré-histórico, é verdade; mas o que posso fazer se os malandros insistem em ignorar o que deve ser feito para impedir a proliferação do bicho? Água parada em tudo que é canto, ignorância, negligência das autoridades — e quem acaba fazendo a festa mesmo é o tal do mosquito.

O começo de 2016 teve um agravante: deu zika!

No meu tempo de moleque, era a expressão usada para se referir a um problema sério, algo como o “deu ruim” da garotada hoje. Mas, dessa vez, o buraco é bem mais embaixo: trata-se de um vírus espalhado pelo mesmo mosquito desgraçado, que produz efeito cruel em muitas mulheres grávidas: a microcefalia nos bebês.

No final de janeiro já eram cerca de 4 mil casos. A coisa se alastrou de tal maneira que passou a ser vista como epidemia. A Organização Mundial de Saúde (OMS) chegou a lançar alerta mundial, afirmando que o vírus se propagava de “forma explosiva” e que o nível de preocupação era extremamente alto. O continente americano todo, às exceções de Chile e Canadá, eram potenciais vítimas do surto. A origem? Sim, “orgulhosamente”, o Brasil, um dos maiores responsáveis pela desgraça.

Só para se ter ideia, quase *metade* dos casos esperados pela OMS seriam em nosso país. De acordo com a organização, o vírus zika pode infectar de 3 a 4 milhões de pessoas nas Américas, incluindo 1,5 milhão no Brasil.

Um editorial de *O Globo*, publicado no final de janeiro de 2016, tocou nos pontos certos:

O mais recente boletim do Ministério da Saúde sobre a ação do zika indica que parecem procedentes as sombrias estimativas quanto ao alastramento exponencial do vírus no Brasil. O país já registra mais de 4 mil notificações (ainda sob investigação) de microcefalia relacionada ao agente infeccioso propagado pelo *Aedes aegypti*. Até agora, foram confirmados 270 casos de bebês nascidos com a anomalia desde outubro de 2015, quando foram observados os primeiros indicadores da doença acima do padrão da curva de incidência. Desses, seis foram comprovadamente provocados pelo vírus durante o período de gestação do feto.

Como a cada semana a estatística tem sido engordada, em média, com duzentos novos casos suspeitos, e tais números não contemplam outras doenças transmitidas pelo vetor (dengue, também em alta, especialmente no Rio de Janeiro, chicungunha e outros vírus), consolida-se a evidência de que os danos do mosquito estão fora de controle. Além disso, considere-se que médicos e pesquisadores advertem que, assim como a microcefalia, é possível que o zika provoque também problemas neurológicos em bebês já nascidos.

O país está pagando por anos e anos de leniência diante da proliferação do *Aedes*. O preço já é alto; e a maneira atônita como o poder público tem reagido diante dos inquietantes indicadores sugere que, se ações emergenciais efetivas, para além de declarações protocolares oficiais, não forem adotadas de imediato, sabe-se lá o quanto a população pagará pela fatura dessas epidemias.

Só para constar, o mosquito malvadão fora dado como erradicado... na década de 1950! Mas no Brasil é assim mesmo: se o problema parece ter desaparecido, os malandros relaxam e gozam. Só que de forma precipitada. Sempre. A falta de compromisso dos governos fez com que o ambiente voltasse a ficar fértil para sua proliferação. A falta de investimento em saneamento básico explica boa parte disso, e o preconceito ideológico dificulta a solução por meio da privatização, que funciona bem em vários países. A mentalidade brasileira, que nunca é de prevenção, em nada ajuda.

Para agravar bastante o quadro, o Ministério de Saúde costuma ser alvo da cobiça política de muitos, usado como moeda de troca para a “governabilidade”. No caso do PT, o que era ruim ficou muito pior. As negociações eram escancaradas e a oferta de cargos em troca de apoio, feita à luz do dia. É o “toma lá dá cá” que os malandros passaram a encarar com a maior naturalidade do mundo, como se política nunca pudesse ser feita de outro modo mesmo.

Resultado: gente sem a mínima condição de cuidar do setor acabou no ministério. Durante a crise da zika, o ministro era do PMDB, após barganha de uma ala do partido para manter o apoio ao governo Dilma, em frangalhos. Será que, entre os negociantes da saúde, alguém se preocupa com as vítimas da doença? Alguém liga para bebês com cérebros destroçados? Pelo visto, não os “abnegados” políticos de esquerda, que se sacrificam tanto em prol da “justiça social”.

Na mesma época, o jornalista Carlos Alberto Sardenberg escreveu em *O Globo*:

O ministro da Saúde, Marcelo Castro, num acesso de lucidez, disse que o Brasil está perdendo a guerra contra o mosquito. O pessoal do Planalto ficou nervoso, não por estar perdendo a guerra, mas pelo fato de o ministro dizer isso.

Típico cacoete. O fato, a guerra contra o mosquito, não importa. Importa o que se fala disso. Daí o gosto pelo marketing, pelos anúncios oficiais.

Assim, o governo resolveu convocar produtores de repelentes a Brasília para saber se eles tinham mercadoria em quantidade suficiente para distribuir para 400 mil grávidas do Bolsa Família. Também precisava saber quanto custava. Deu prazo para os produtores responderem.

Para que a reunião? Não bastava destacar uns funcionários para ligar e perguntar?

Mas não. A sequência vai no anúncio da reunião, anúncio do pedido, anúncio da cobrança e... depois? Bom, depois vai ter orçamento, licitação, encomenda — e lá vai o mosquito ganhando a guerra.

Com tanta malandragem, como vencer a guerra contra o mosquito? Guerras se vencem com estratégias sérias, preparo, organização, esforço. Tudo aquilo que os malandros mais detestam. No mundo das aparências dos “espertos”, o que vale é jogar para a plateia, fingir que está fazendo alguma coisa e depois encontrar bodes expiatórios para levarem a culpa pelos problemas. É o método de “gestão” petista, partido dos malandros, como atestou o jornalista Reinaldo Azevedo em sua coluna da *Folha*:

O PT está no seu 14º ano de governo. Só no fim de 2015, dada a explosão de casos de microcefalia — provocada, é praticamente certo, pelo zika —, o governo federal se deu conta de que o mosquito voa e de que o combate não poderia ficar apenas sob a responsabilidade dos municípios. A intervenção federal se fazia necessária.

O zika é o mais triste e terrível símbolo dessa gente asquerosa que usou as urnas para assaltar o poder; que violou não apenas uma penca de dispositivos do Código Penal, mas também os fundamentos mais mezinhas do Estado de Direito. E o que é pior: ela o fez em nome de uma utopia, de uma redenção, de um valor alternativo.

Os petistas merecem, sim, o repúdio mais veemente por terem conspurcado a legalidade. Mas têm de ser verdadeiramente execrados por destruir as esperanças honestas de milhões de pessoas num “outro mundo possível” — ainda que eu, pessoalmente, jamais tenha lidado com essa perspectiva porque, em política, só me interessam as coisas deste mundo.

No fim das contas, a que se resumiu o lado virtuoso do “modelo petista” de gestão? À parte as circunstâncias que não eram de sua escolha — como a elevação do preço das commodities, que propiciou um simulacro de redistribuição de renda —, os companheiros decidiram usar o Estado para aplicar medidas compensatórias, que, para que sejam honestas, não podem estar atreladas a uma perspectiva político-eleitoral. O PT privatizou a pobreza para que o povo, lembrando a carta demagógica de Getúlio, não fosse escravo de mais ninguém, só do partido.

O governo americano chegou a emitir uma nota recomendando que mulheres grávidas não fossem para o Brasil. Isso em pleno ano de Olimpíadas, que custaram os olhos da cara do pagador de impostos brasileiro (como se não existissem outras prioridades no uso dos recursos escassos num país com tantos problemas).

Não somos capazes de enfrentar nem um mosquito. E observamos, atônitos, vidas sendo destruídas por conta da leniência de governos e da falta de precaução do próprio povo.

PARTE III

Comparando com os outros

Um coxinha na Flórida

Muitos brasileiros gostam de adotar a máxima “os incomodados que se mudem”. Na época do regime militar, era “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Quando a rejeição ao governo Dilma ainda não era quase total e o país se encontrava dividido, o lado petista mandava todos os “coxinhas” irem embora, replicando, ironicamente, o mantra da ditadura. O compositor Lobão chegou a dizer que iria para Miami se Dilma fosse reeleita, e a esquerda ficou em polvorosa.

Dilma venceu, após uma campanha das mais sujas, com abuso da máquina estatal, uso dos Correios para favorecer seu partido e prejudicar o de Aécio Neves, e com o mais escancarado estelionato eleitoral da história de nossa democracia. Nunca se mentiu tanto! Ainda assim, milhões votaram espontaneamente na trapaça, na incompetência, na corrupção que financia um projeto de poder autoritário. Naquele dia, 26 de outubro de 2014, minha esposa chorou. Disse que não acreditava mais no país, que precisava sair, nem que fosse por um tempo.

É hora de estabelecer mais uma distinção, daí porque pergunto ao leitor: sabe qual é uma das diferenças básicas entre esquerda e direita? Eu digo: é que os liberais e conservadores costumam viver de acordo com o que pregam, enquanto os esquerdistas adotam a hipocrisia como estilo de vida.

Não acredita? Discorda?

Então, permita-me dar um exemplo pessoal.

Sou defensor dos Estados Unidos. Não como modelo de perfeição, pois tal coisa não existe. Mas como nação que merece todos os créditos por ser a guardiã maior da liberdade individual, o farol dos ideais iluministas e um ícone do capitalismo meritocrático.

Sou um legítimo “nascido em 4 de julho” (literalmente), que sente profunda admiração pelo que a América representa como ideia, especialmente num mundo dominado pelo coletivismo autoritário. Sustento que o capitalismo é o melhor modelo, e que os Estados Unidos, apesar de seus inúmeros defeitos, são o país em que se respiram ares mais livres, sob um sólido império das leis.

E não digo tudo isso da boca para fora. Não. Ao contrário: ao longo dos anos, visitei os EUA diversas vezes e, sem deixar de notar as falhas, sempre voltei admirado, lamentando o fato de que o Brasil vivesse preso nas armadilhas do populismo, culturalmente asfixiado pelo jeitinho e pela malandragem de quem, julgando-se muito esperto, construía um país de otários. Voltava de viagem invariavelmente deprimido, com a clara noção do que poderíamos ser, mas não somos — por excesso de “esperteza”, por ignorância, por miopia e cegueira ideológica, especialmente da elite.

Nós, brasileiros, esquecemos os direitos mais básicos e elementares, como desfrutar da segurança no ir e vir, sair de carro sem a paranoia em cada sinal de trânsito, sem medo de uma bala perdida ou um assaltante. Somos os recordistas em homicídios no mundo, com quase 60 mil assassinatos por ano. No trânsito caótico, nas estradas esburacadas, na falta de respeito e cidadania do motorista, como vimos, outros quase 50 mil perdem a vida anualmente. Mas, ainda assim, repetimos: somos um povo cordial, pacífico.

Ora...

Eu dizia acima que nós, liberais e conservadores, colocamos nossas ações onde nossas palavras estão. Agimos, portanto, de acordo com aquilo que pregamos, ao contrário da esquerda, principalmente a caviar. Pois é: o leitor conhece algum desses artistas defensores do socialismo que tenha renunciado às benesses do capitalismo e efetivamente viva de acordo com o que prega? Conhece algum desses intelectuais encantados com Cuba ou Venezuela que realmente queira viver nesses paraísos socialistas? Claro que não. Justamente porque são hipócritas, dizem uma coisa e fazem outra, oposta.

Nós, admiradores do capitalismo liberal e dos Estados Unidos, não somos assim. Não defendemos a América nos discursos e depois vamos curtir o paraíso socialista em Caracas. Enquanto a esquerda caviar adora “odiar” o capitalismo, mas não suporta ficar longe dele, nós defendemos o capitalismo e queremos ficar cada vez mais perto dele. É a diferença entre o embuste e a honestidade intelectual. Um abismo ético intransponível.

A vitória de Dilma foi a gota d’água. Decidi que precisava respirar ares mais civilizados e escolhi passar uma temporada longe do Brasil. Minha mulher achou que era o momento perfeito para estudar fora do país. Não escolhemos Cuba, com aquela educação fantástica, das mais duradouras peças de propaganda da história. Nem optamos pela Venezuela, onde a justiça social substituiu a ganância do capital. Tampouco fomos para a França, para Paris, um charme para visitar, mas decadente para se viver, ainda que seja uma *décadance avec élégance*, exatamente pela contaminação das ideias esquerdistas de uma elite intelectual desvirtuada.

Nós fomos para a Flórida mesmo, como tantos brasileiros decentes têm feito, cansados desse clima de subversão de valores em nossa sociedade; de treze anos ininterruptos de incompetência e roubalheira escancaradas, com a conivência de boa parte da população; dessa sensação de insegurança constante, apesar de uma das maiores cargas tributárias do mundo, a que somos “convidados” como “contribuintes” a pagar. Saí de um Estado que dera 60% dos votos válidos para Dilma em 2010, e 55% em 2014, demonstrando que nem sempre se aprende com os próprios erros, para um lugar em que 80% dos brasileiros escolheram o opositor Aécio Neves.

Nossa decisão foi condizente com o que acreditamos: a oportunidade de estudar nos Estados Unidos é única, onde se aprendem coisas realmente úteis, em um ambiente mais livre dos preconceitos ideológicos que pululam em nossas universidades. Sabemos que há por aqui, de onde escrevo essas linhas, a turma *gauche* caviar também, os “liberais limusine” (lembrando que liberal, nos EUA, é “progressista” de esquerda), que gostam de aplaudir as estultices de Michael Moore ou citar com ar de inteligente as baboseiras de Paul Krugman.

Mas é diferente. Esses alienados ou oportunistas não se criam tanto por aqui, mesmo levando em conta que conseguiram colocar um de seus representantes no comando do país. As instituições são bem mais sólidas do que as brasileiras, a cultura da liberdade individual sobrevive e está

enraizada em boa parte da população, e poucos chegam realmente a questionar o capitalismo e a economia de mercado como a melhor receita disponível. Há, ainda, ampla voz para os conservadores, em rádios, na televisão, em jornais e revistas.

Nada mudou na essência de meu dia a dia em termos profissionais. Continuei escrevendo no blog sobre Brasil, lutando contra o esquerdismo no Brasil, expondo as falcatruas do PT, condenando a hipocrisia de nossa elite socialista. No entanto, passei a fazer isso tudo desde um ambiente mais calmo, distante do epicentro do furacão que destrói o país. Sabia, inclusive, que esse afastamento me daria condições de fazer análises comparativas ainda melhores. A seguir, o leitor terá acesso a algumas delas.

O “segredo” do alto salário dos americanos

Foi descoberto o incrível “segredo” do salário tão maior dos trabalhadores americanos em relação ao dos brasileiros, até então guardado a sete chaves. Tiveram que contratar a Scotland Yard e chamar pessoalmente Sherlock Holmes para solucionar o impressionante mistério. A resposta decepcionou todos os intelectuais e artistas do Brasil, assim como os economistas heterodoxos, aqueles que defendem mais intervenção estatal e sindicatos fortes.

Não, o salário bem maior nada deve à influência dos sindicatos. Tampouco à quantidade de regalias que o governo garante, como décimo-terceiro, décimo-quarto, décimo-oitavo salário, vale-alimentação, vale-transporte, vale-cachaça, férias remuneradas, licença-maternidade e paternidade. Nada disso.

O grande segredo dos americanos é... serem mais produtivos.

O salário médio é quatro, quase cinco vezes maior do que o do brasileiro? Sim. Porque o trabalhador médio americano produz quatro vezes mais. Não é espetacular? Destaco uma reportagem publicada na *Folha* em meados de 2015:

Quatro trabalhadores brasileiros são necessários para atingir a mesma produtividade de um norte-americano.

A distância, que vem se acentuando e está próxima da do nível dos anos 1950, reflete o baixo nível educacional no Brasil, a falta de

qualificação da mão de obra, os gargalos na infraestrutura e os poucos investimentos em inovação e tecnologia no país.

Fatores apontados por empresários e por quem estuda o assunto como os principais entraves para a produtividade crescer no país — e que também ajudam a explicar o desempenho fraco do PIB brasileiro nos últimos anos.

A comparação entre Brasil e EUA considera como indicador a produtividade do trabalho, uma medida de eficiência que significa quanto cada trabalhador contribui para o PIB de seu país.

O dado é do Conference Board, organização americana que reúne cerca de 1.200 empresas públicas e privadas de sessenta países e pesquisadores.

Ele é importante porque mostra a força de fatores como educação e investimento em setores de ponta, que tornam mais eficiente o uso de recursos. A produtividade costuma ser menor nas empresas de trabalho intensivo.

O baixo nível educacional no Brasil é destacado pelo pesquisador Fernando Veloso, da FGV/Ibre (Instituto Brasileiro de Economia), como um dos mais graves problemas para uma economia que precisa crescer e aumentar o padrão de vida da população.

“O brasileiro estuda em média sete anos, nem completa o ensino fundamental. Nos EUA, são de doze a treze anos, o que inclui uma etapa do ensino superior, sem mencionar a qualidade do ensino.”

A média de treinamento (qualificação) que um americano recebe varia de 120 a 140 horas ao ano. No Brasil, são trinta horas por ano, destaca Hugo Braga Tadeu, professor da Fundação Dom Cabral.

Ou seja: precisamos de melhor ensino (não de doutrinação ideológica), cursos de especialização que qualifiquem mão de obra, infraestrutura moderna, ambiente mais livre na economia, abertura comercial, menos burocracia — tudo aquilo que os liberais apontam há décadas como solução para aumentar a produtividade do trabalho. Afinal, o salário real depende dessa produtividade, não de “vontade política” ou de pressão sindical. Eis algo que a esquerda ainda não entendeu.

Refém de um equívoco intelectual que é o marxismo, a esquerda brasileira ainda olha para o lucro como uma mais-valia, fruto da exploração do trabalhador. E, por isso, enxerga o salário como resultado de exploração também — de modo que, para fazer justiça, bastaria o governo aumentar, por decreto, a parcela do resultado das empresas destinada aos empregados. Nada mais falso.

Salário depende de produtividade. Não cai do céu. Não é dado da natureza. Se um trabalhador for quatro vezes mais produtivo, tenderá à remuneração quatro vezes maior. Gente séria, portanto, preocupa-se com a baixa produtividade do trabalho no Brasil. Embusteiros, populistas, demagogos e ignorantes, com a discrepância entre ricos e pobres — e pedem intervenção estatal para aumentar salários na canetada, como se qualidade de vida decorresse de um passe de mágica governamental.

Pessoas instruídas e honestas admiram Adam Smith. Os malandros ficam com Thomas Piketty.

O crescente conforto material

A história do capitalismo, em resumo, consiste em tornar acessível aquilo que antes era produto para poucos. Meias de seda como coisa de aristocracia? Hoje qualquer “proletária” pode ter. Carro motorizado, item de milionário? Hoje quase todo americano tem dois na garagem, com muito conforto e mesmo luxo. E por aí vai. A classe média é a grande beneficiada com o capitalismo, ainda que também ajude bastante os pobres.

Na palestra que proferiu no Fórum da Liberdade em Porto Alegre, Donald Boudreaux mostrou justamente isso, com slides que comparavam a quantidade necessária de horas trabalhadas pelo americano médio para comprar os itens hoje e em 1975. Dessa forma se evita o fator inflação no tempo, pois se coteja os salários da época com os preços da época. Ele usou um catálogo da Sears de 1975, que comprou na Amazon por menos de US\$ 2 e chegou no dia seguinte. Apenas o preço é comparado, sem considerar os acréscimos na qualidade do produto, o que tornaria o cotejo desigual.

O tempo ajudou, e muito, a classe média americana a ter bem mais conforto material com menos horas trabalhadas. É o “milagre” do capitalismo, que os invejosos ignoram em nome da igualdade. Abaixo, alguns dos itens comparados, extraídos da apresentação que Donald gentilmente me enviou.

Para comprar uma cafeteira, o americano médio levava 7,7 horas, enquanto hoje precisa de 49 minutos — quase dez vezes menos. Para se barbear, o americano médio de 1975 deveria investir 6,3 horas de seu precioso tempo e adquirir um barbeador elétrico. Hoje, com apenas 2 horas ele compra um mais seguro e moderno. Para vestir uma calça da moda, o

americano médio necessitava trabalhar uma hora e meia. Hoje, bastam 43 minutos de trabalho.

Para viajar, o americano médio de 1975 precisava ralar mais de onze horas apenas para comprar uma boa mala e agregar-lhe aquelas rodinhas na estrutura de ferro. Hoje, com pouco mais de duas horas de trabalho ele compra uma ótima mala, já com rodinhas embutidas e girando em qualquer direção, dessas que vejo os brasileiros empurrando feito loucos no Sawgrass Mills, encantados com os preços menores dos Estados Unidos. (É desesperador comparar os preços de hoje pagos pelos americanos médios, que ganham cinco vezes mais do que o brasileiro médio, com o que pagamos no Brasil.)

Para comprar uma máquina de primeira em 1975 e fotografar a viagem, o americano médio teria de trabalhar mais de setenta horas. E depois ainda precisaria gastar dinheiro revelando o filme. Hoje, com menos de trinta ele adquire uma ultramoderna e equipada máquina da melhor marca, com tudo a que tem direito. Mas, se quiser, pode trabalhar apenas 2,4 horas e comprar outra, menor, mais simples, ainda assim infinitamente melhor do que aquela do passado. E as fotos vão automaticamente para o computador e para os familiares do outro lado do mundo.

Limpar a sujeira não é moleza, e os americanos não contam com um exército de mão de obra barata para lhes servir como empregados domésticos. Logo, a praticidade vale ouro. Em 1975, para ter um aspirador de pó, precisava-se de quase trinta horas de trabalho. Hoje, bastam menos de três — dez vezes menos.

Exercício faz bem à saúde. Em 1975, o americano médio podia pedalar uma incrível bicicleta que levava quase dezesseis horas de trabalho para comprar. Hoje, com pouco mais de seis ele adquire uma, moderna, digital.

Por fim, o lazer: aquele programa de televisão para relaxar, ou para informar (a depender do canal, para desinformar). O americano médio de 1975 tinha de labutar inacreditáveis 160 horas para levar aquele caixote enorme e ver a escassa programação. Hoje, com menos de nove horas ele pode ter uma moderna TV de tela fina, com internet e tudo mais, para escolher entre centenas de canais disponíveis.

Espero ter deixado claro que o capitalismo é o melhor amigo do homem (depois do cachorro, claro). Sua natureza é levar às massas aquilo que, antes, só os ricos podiam ter.

Diante desses fatos, como pode alguém ainda focar na desigualdade em si, em vez de lutar para facilitar a vida dos capitalistas?

Viva a desigualdade americana!

É graças a ela que temos tudo isso. Seres humanos são desiguais e a economia não é um jogo de soma zero, em que João é rico porque Pedro é pobre. Ao contrário: ambos podem enriquecer juntos. A rigor, o capitalismo é mais igualitário, no bom sentido: leva a quase todos os produtos criados por alguns. Quem não tem uma televisão em casa hoje? Até os índios ostentam as suas.

Igualitarismo é uma bandeira de invejosos, de gente que finge não perceber que o capitalismo possibilitou incrível avanço material para a enorme maioria das pessoas.

A dignidade da classe média americana

Qual a premissa por trás de tanta regulação estatal no mercado de trabalho brasileiro? Por que tanta gente aplaude quando o governo cria benefícios, impõe um salário mínimo elevado, obriga o empregador a conceder férias remuneradas, limita a quantidade de hora trabalhada etc.? O que motivou o governo a criar a nova Lei das Domésticas?

O que explica toda essa parafernália burocrática é a visão predominante de que o patrão é invariavelmente um explorador, e que cabe ao governo proteger os pobres trabalhadores, pois, se deixar o mercado livre funcionar, serão feitos escravos ou algo parecido. É a ideologia marxista, portanto, que está na fundação de nossas engessadas leis trabalhistas, que supostamente protegem os trabalhadores.

Mas, protegem mesmo?

Seria o caso de averiguar quantas americanas tentam ir de qualquer jeito ao Brasil para gozar dessas regalias todas e comparar com a quantidade de brasileiras que sonham com uma chance nos *States*, onde não há essas vantagens legais. Que tal fazer isso? E que tal ver como vivem as brasileiras nos Estados Unidos, aquelas que trabalham como domésticas ou diaristas? Quem se dedicar a esse exercício nunca mais defenderá o modelo brasileiro, que confunde leis no papel com a realidade do mercado.

Dou meu próprio exemplo. A faxineira diarista que ajuda com a limpeza pesada em minha casa cobra entre US\$ 120 e US\$ 140. Se ela tiver apenas dois clientes por dia, e trabalhar cinco dias por semana, ganhará algo como US\$ 1.300 por semana — e mais de US\$ 5 mil mensais. Ah, sim: chega dirigindo um Nissan X-Terra, carro que não sai por menos de R\$ 40 mil no Brasil, usado.

Alguém acha estranho ela dispensar as vantagens todas que o Estado brasileiro oferece (espremendo o empregador) e vir para a Flórida, sem qualquer regalia ou sindicatos “lutando” por seus interesses e direitos? Será que é louca por abrir mão de tanta “conquista trabalhista” assim?

Pobres faxineiras, oprimidas e desamparadas nos Estados Unidos. Que bom que aquelas no Brasil podem contar com o governo e os sindicatos para cuidar bem delas...

Os Estados Unidos são um país muito rico, com muitos milionários, mas, essencialmente, um país de classe média. E a vida é feita para essa maioria. Tudo é prático, tudo é concebido para funcionar com o menor esforço de indivíduos atarefados demais e que não dispõem das mordomias a que o brasileiro se acostumou, incluindo a presença de empregada doméstica mesmo em lares modestos. Aqui, preciso cozinhar, lavar minhas roupas e dar uma geral na casa, mas tudo isso é mais fácil nos Estados Unidos.

O arroz, por exemplo, basta colocar numa panela moderna e ela faz tudo; fica uma delícia. Várias são as opções de comida saudável congelada ou semipronta e que não têm gosto de papelão como muitas brasileiras. Camisas *iron free* já saem da máquina de lavar praticamente desamassadas. Há os robosinhos aspiradores que, programados, saem da toca, limpam o chão e depois retornam ao abrigo. E por aí vai.

É possível viver com dignidade e praticidade aqui, não importando a classe social. O exemplo das faxineiras, cujos filhos estudam na mesma escola que os da elite, não é a exceção, mas regra.

Outro dia fui à Ikea e notei uma vaga reservada ao empregado do mês. Nada como o capitalismo para premiar a competência. O automóvel ali estacionado era um Toyota Camry, carro de luxo no Brasil, mas de classe média nos EUA. Salvo no improvável caso de o motorista ser um espertalhão no pior estilo carioca e ter parado na vaga como um malandro faria, estava diante de um funcionário da loja, provavelmente um vendedor,

que tinha um belo possante japonês, que aqui se vê aos montes. Voltei dias depois e era o mesmo carro na vaga.

O bacana no Brasil é o comum nos Estados Unidos, algo acessível, que pode ser adquirido por um vendedor de móveis.

A esquerda caviar, ela mesma consumidora do luxo que só o capitalismo alcança oferecer, poderá dizer que tudo isso é pouco, que é materialista demais, que se trata de um povo prisioneiro do consumo e tudo mais — essas baboseiras que intelectuais adoram repetir, sempre bem longe da pobreza que enxergam como descolada, inspirados em Rousseau. Mas o fato é que esse conforto material, que sem dúvida não preenche uma vida, significa dignidade ao trabalhador.

É essa a essência do que vejo nos EUA: há dignidade no trabalho honesto. O sujeito pode ser humilde, pode não ter riqueza, mas tem uma casa razoável, um carro decente na garagem e o básico em segurança. Não é, como no caso brasileiro, vítima constante da violência e obrigado ao calvário do transporte público. Ele sai de sua casa arrumada, por mais simples que seja, trafega por ruas bem asfaltadas em seu automóvel confortável e tem meios de executar suas funções com honradez, numa cultura em que se valoriza o trabalho, não a vitimização e a esmola.

É pouco?

Só para quem toma como garantida a vida confortável, fruto do capitalismo que gosta de criticar, normalmente o intelectual que nasceu em berço de ouro e nunca teve de encarar duas horas no ônibus ou no trem lotado para chegar ao destino final, então trabalhar e ter de enfrentar tudo de novo, e ainda pior, na volta. Para quem rala, o mínimo conforto é uma conquista e tanto, um verdadeiro milagre do capitalismo.

Diz-se, especialmente nas hostes esquerdistas antiamericanas, que existiriam milhões vivendo na pobreza nos Estados Unidos. A julgar pelas estatísticas repetidas sem critério, os EUA seriam praticamente um país africano, ou, no melhor dos casos, um Brasil da vida. Mas, será que o pobre americano é mesmo como o pobre nordestino? Quando se fala de pobreza americana, do que se trata exatamente? Segundo uma pesquisa divulgada pelo Heritage Foundation, eis algumas coisas que esses pobres possuem:

- 80% têm ar-condicionado. Em 1970, somente 36% de toda a população tinha o aparelho;
- 92% têm micro-ondas;
- Quase três quartos têm carro ou caminhonete, e 31%, dois automóveis ao menos;
- Quase dois terços têm TV a cabo ou satélite;
- Dois terços têm um aparelho de DVD;
- Metade tem um computador pessoal, e um em cada sete tem dois ou mais;
- Mais da metade das famílias pobres com filhos tem algum sistema de videogame, como Xbox ou PlayStation;
- 43% têm acesso à internet;
- Um terço tem uma televisão de plasma ou LCD de tela grande;
- Um quarto tem um sistema de gravação de vídeo, como o TiVo.

A renda média familiar americana está em torno de US\$ 55 mil por ano — e, para ser considerado um pobre, deve ser menos da metade disso. Ainda assim, falamos de US\$ 20 mil, que, ao câmbio de R\$ 3,50, dá R\$ 70 mil por ano, ou quase R\$ 6.000 mensais.

Quanta miséria, não é mesmo?

Pergunto: esta pobreza tem alguma semelhança com a do brasileiro? Admitir que seja pobre quem possui tudo isso é estranho. Mas é o critério usado nos Estados Unidos. De modo que convém ter cuidado ao ouvir falar dos pobres norte-americanos. Eles não podem ser comparados aos latino-americanos. Embaralhar uns e outros é dar gás ao paternalismo estatal, em detrimento do capitalismo.

A verdade é que o capitalismo mais liberal produziu imensa riqueza para o povo norte-americano, e que mesmo os pobres levam uma vida razoável, melhor do que a de muita classe média em países menos desenvolvidos como o Brasil.

E não é só isso. Certa vez meu ex-chefe contou que um amigo fora parado pela polícia americana e tentara subornar o guarda. *Big mistake!* O

oficial não o prendeu, pois viu que se tratava de um turista brasileiro. Mas fez pior (ou melhor): humilhou o cara levando-o para ver sua casa ali perto. Mostrou a propriedade, o barquinho na garagem de frente para um lago e perguntou: “Está vendo tudo isso? É meu, fruto do meu trabalho honesto.” A cara do sujeito, segundo meu amigo, foi ao chão de tanta vergonha.

Lembrei-me dessa história quando, levando meus cachorros para passear, descobri que meu vizinho era xerife. Estava lá o carro dele, parado na garagem como todos os outros, ostentando sua profissão com orgulho

Não se trata de caso isolado. Um amigo, também brasileiro e que mora no mesmo condomínio, mas numa área mais nobre, também tem um xerife como vizinho. E não precisa ser policial corrupto para tanto. Nada disso. Bem ao contrário: se fosse, jamais “daria bandeira” assim, expondo a todos quem é, pois suscitaria desconfiança — e nos EUA há o império da lei. Eles mostram quem são sem problema, pois podem morar aqui de forma honesta.

Meu condomínio é de classe média alta para os padrões americanos. Há casas menores, que custam uns US\$ 300 mil, e maiores, que chegam a US\$ 1 milhão — coisa simples para os padrões da esquerda caviar, nada que interessasse a um Chico Buarque. A depender da época em que compraram, esses xerifes podem ter desembolsado ainda menos. Nem seria preciso, porém.

Um xerife em Pembroke Pines, ao lado de Weston, ganha, em média, quase US\$ 100 mil por ano. Isso mesmo: cem mil dólares. Com esse dinheiro, vive-se confortavelmente em qualquer lugar do mundo. Tanto mais nos EUA, pois, além das coisas serem baratas, há alavancagem, crédito barato disponível na praça, sobretudo para quem é sério e bom pagador.

É possível financiar até 75% de uma casa, por trinta anos, a uma taxa anual perto de 4%. Ou seja, para comprar uma casa de US\$ 300 mil, o xerife precisaria colocar na frente apenas US\$ 75 mil — assim tendo uma hipoteca que cabe perfeitamente em seu orçamento. Como ganha quase US\$ 100 mil por ano, basta um pouco de poupança, sem grandes sacrifícios, para adquirir uma casa dessas.

Nada mal, né?

Especialmente se comparamos com a realidade de policiais, de delegados brasileiros. Alguns precisam esconder as fardas na geladeira com medo de os vizinhos, traficantes ou milicianos, descobrirem a profissão que exercem.

Mas os intelectuais adoram cuspir nos Estados Unidos — e também na polícia. Ora, como querem melhores policiais sem lhes valorizar o trabalho, sem endossar o que fazem contra os marginais, preferindo, em vez disso, proteger o bandido?

Se um xerife na vizinhança não é incomum, ter a bandeira americana à porta de casa é a coisa mais comum do mundo. A cada dez, uma ao menos a ostenta. Orgulho, patriotismo, mesmo de quem às vezes nem nasceu aqui — afinal, estamos falando da Flórida. Os Estados Unidos não são necessariamente origem; são destino, escolha de muita gente por conta do que oferece, das liberdades e oportunidades, do império das leis.

A esquerda tenta destruir esse sentimento há décadas, espalhando culpa e vergonha onde há motivo para orgulho e admiração, repetindo que o país é a pior tirania do planeta, terra de assassinos implacáveis, de exploradores etc. Filmes, livros, tudo cuspiendo nessa grande nação, desde sua origem, tentando transformar até os “pais fundadores” em nada mais do que escravocratas cruéis. Noam Chomsky, Michael Moore, Howard Zinn e tantos outros adoram odiar o país que lhes garante proteção, riqueza e o direito de dizer o que quiserem livremente. A classe média americana, porém, não cai nessa. Ela é conservadora, gosta de seu hino, de sua bandeira, e tem orgulho da trajetória dos EUA — com toda razão, aliás. Não é à toa que a Fox News tem mais audiência do que as três outras maiores emissoras, *somadas*!

Nenhum país é perfeito, mas os Estados Unidos se destacam positivamente. Com sobras. Ou alguém preferirá a trajetória da imperialista França, da Alemanha nazista ou da Rússia comunista?

Com todos seus defeitos, o fato é que os Estados Unidos são, ainda, um grande país, que preza a liberdade de expressão a ponto de deixar o espaço livre para os ataques daqueles que querem destruir as conquistas da civilização que o país encarna gloriosamente. É fácil, afinal, detonar os EUA desde o conforto e com a segurança que os EUA asseguram. Quero ver fazer o mesmo na Venezuela, na Rússia, no Irã.

Cruzamento: uma aula de sociologia

Quando cheguei a Weston, logo notei a grande quantidade de cruzamentos, daqueles com carros indo em todas as direções. Parece um tanto caótico, às vezes perigoso. De fato, é considerado o momento de maior risco no trânsito local. Ainda assim, tudo parece funcionar muito bem.

Para começo de conversa, nos EUA as placas de trânsito são respeitadas. Se vê uma em que se lê STOP, todo motorista para *completamente* o carro, *mesmo quando não vem algum outro nos demais sentidos*. É cultural. É a força do hábito, que faz a virtude, assim como o receio da punição, que limita a transgressão. Tenho conhecidos que foram multados por não parar completamente diante da placa — mesmo sem outro automóvel por perto.

Mas isso não é tudo: mesmo carros que respeitam a sinalização e não ocupam a faixa, algo que já seria um espanto no Brasil, precisam seguir em frente depois. Mas, quem vai, como funciona? Há automóvel apontado para todo lado, afinal. Como saber quem tem prioridade? Aqui está o mais interessante: é por ordem de chegada.

Claro que pode ocorrer alguma confusão. Nem sempre se está perfeitamente atento. Mas é exceção. A coisa funciona. Aliás, um critério que privilegia quem chegou primeiro — e que é respeitado — pode perturbar muitos brasileiros... Quão fantástico é viver num país em que regras básicas e simples, que visam à segurança do cidadão, são obedecidas.

Canso de tráfegar por tais cruzamentos, e sempre reparo no respeito às convenções. Isso se chama educação, civilidade, cidadania. Se cheguei um segundo depois do outro, então aguardo pacientemente que ele faça sua manobra, tomando seu rumo, para só então fazer o mesmo. Ninguém precisa de guarda ostensiva para tanto.

O relato pode parecer bobo, mas retrata um fenômeno da maior seriedade. Os brasileiros, de modo geral, bagunçam as regras, com o que se estabelece uma sociedade da desconfiança, em que um quer tirar vantagem sobre o outro. A desconfiança grassa. O resultado é o caos, os custos maiores de transição, os acidentes mais frequentes, a constante tensão de quem não sabe o que esperar do próximo.

Que maravilha, não?

Um cruzamento. Ele pode explicar muita coisa, mais do que anos de aulas de sociologia marxista. E pensar que só há latino-americanos por aqui, basicamente. Gente que assimilou o respeito às regras, o comportamento cívico que se espera de todos numa sociedade avançada. Placa de STOP? Paro completamente o carro, mesmo sem ninguém à vista. Cruzar por ordem de chegada? Aguardo com calma a minha vez, sem ansiedade.

Sou um otário? Pelos padrões da malandragem brasileira, sim. O problema é que o cruzamento de malandro com esperto dá em um país como o Brasil — o que bota o conceito de otário em xeque.

Mencionei o marxismo acima não por implicância, mas porque está na premissa dessa ideologia a ideia de que uns querem explorar os outros. Para os marxistas, o mundo é uma eterna luta de classes com soma final zero, em vez de um ambiente de ampla cooperação em que todos podem sair ganhando. Dom Lourenço de Almeida Prado, que foi reitor do prestigiado Colégio de São Bento, do Rio de Janeiro, resumiu bem a coisa:

O mundo moderno está sendo trabalhado pelo falso princípio de que o homem é inimigo do homem. É o princípio de luta de classes. Ao velho princípio do Amor, que nos vem das primeiras páginas do Antigo Testamento e que o Cristo aprimorou e plenificou, o marxismo contrapôs o princípio da luta e do ódio. E um ódio que é estimulado por uma provocação do egoísmo com a ideia de que é preciso ser contra, contra o outro, porque o outro é contra mim. E se se junta, a isso, a admissão de que os fins justificam os meios e de que, portanto, devemos desconfiar do outro (gato ruivo do que usa cuida,

diz o ditado), porque ele estará sempre tramando qualquer coisa contra, teremos plenamente instalada a atmosfera de desconfiança e prevenção no relacionamento humano. Respira-se o ar poluído pelo zelo de amargura.

A longa citação pode parecer fora de contexto, exagerada, mas, se analisarmos bem a coisa, faz todo sentido. Nos detalhes do cotidiano podemos melhor observar as características que contrapõem a sociedade da confiança à da desconfiança generalizada. Na primeira, não se olha para trás o tempo todo, com insegurança, à espera de uma ferroada a qualquer momento. Vive-se com mais tranquilidade, pois se sabe que há amplo respeito às regras que civilizam.

Estradas ou queijos suíços?

O carioca — como símbolo do Brasil esperto — paga um alto preço pelo excesso de malandragem. A visão imediatista acaba espelhada no governo.

Uma reportagem de *O Globo*, em fevereiro de 2016, logo após o término do feriado de carnaval, tratou do estado das novas pistas de BRT, a grande promessa para melhorar o péssimo trânsito da zona oeste da cidade. Piada de mau gosto, claro. Solução paliativa, para eleitor ver. E por isso deixa-se — é o padrão — a qualidade do troço de lado. O material usado não é adequado, e o prefeito apenas torce — sem sucesso, como mostraria o inacreditável desabamento da ciclovia construída na avenida Niemeyer — para que nada terrível aconteça em sua gestão.

A sensação de circular dentro de um ônibus do BRT Transoeste, de Santa Cruz até a Barra, é comparável à de estar dentro de um liquidificador, tamanha é a quantidade de buracos, calombos e remendos no meio do caminho. Há problemas tanto em frente às estações quanto em outros pontos das pistas, o que torna as viagens mais longas e perigosas. A má qualidade da via já deixou gente ferida dentro dos ônibus e provocou defeitos nos veículos. Quando chove, a situação do asfalto só piora — as fendas parecem se multiplicar e se tornam ainda maiores.

Inaugurado em 2012, com 52 quilômetros de extensão, entre Campo Grande e o Terminal Alvorada, o corredor expresso coleciona problemas. Passageiros contam que, logo após o início do funcionamento do BRT, as pistas já apresentaram sinais de que não suportariam os veículos. E os trabalhos de recapeamento em alguns

trechos não têm dado jeito na buraqueira. No asfalto recente, já é possível ver verdadeiros “quebra-molas”. Em todo o percurso, o quadro é mais dramático entre as estações Pingo D’Água e Ilha de Guaratiba, ambas em Guaratiba. Lá, é difícil encontrar cem metros de pista que não apresentem qualquer problema, que incluam a falta de divisória entre a via exclusiva e a destinada aos demais veículos. (...)

O funcionário diz que é só chover para o asfalto ceder ainda mais. Embora em Santa Cruz e Guaratiba as falhas sejam mais recorrentes, Recreio e Barra não estão livre de calombos e buracos.

— A prefeitura não vem recapear com constância o asfalto. O que fazem é jogar asfalto por cima dos buracos, criando calombos parecidos com quebra-molas. Nem máquinas usam para nivelar a pista, cabendo esse trabalho aos ônibus e seu peso sobre o asfalto — diz o motorista.

Para Eva Vider, engenheira e professora da Escola Politécnica da UFRJ, as pistas teriam mais qualidade se fossem de concreto no lugar de asfalto.

— Não existe ali infraestrutura para suportar aquele tipo de veículo. O material usado não é apropriado para aguentar o peso dos carros, que passam geralmente lotados, nem o nosso calor tropical. É comum o asfalto se deslocar para o alto devido a essas condições — afirma Eva, confirmando que, no segundo trecho do Transoeste, até o Jardim Oceânico, está sendo aplicado mesmo concreto, material mais resistente para esse tipo de sistema. — Acho que foi um erro de projeto. A qualidade da pavimentação não é boa. Só que concreto é mais caro e faz a obra levar mais tempo.

Pois é, leva mais tempo e exige maiores cuidados, o que diminui as margens para roubalheira. Logo, a saída encontrada é fazer a coisa “meia-bomba”, com material ruim, e então mostrar aos eleitores uma obra para impressionar, de fachada bonita, mas sem conteúdo, oca como a vila Potemkin, construída pelo russo Grigory Potemkin para impressionar Caterina II numa visita a Crimeia, em 1787. Embusteiros existem faz tempo, e na Rússia, como no Brasil, pululam. Por isso somos eternos “emergentes”.

A irresponsabilidade dos governantes contém uma aposta de alto risco — uma torcida, na verdade. No caso do prefeito do Rio, ele torcia para estar em outra posição, talvez como governador do estado, quando as obras de sua gestão, que chama de legado, comesçassem a cair — inevitavelmente — aos pedaços. Não deu. E antes fosse a apenas péssima qualidade do serviço que implantou o BRT a expor a podridão da forma como a prefeitura do Rio de Janeiro explorou, sob a badalada grife de Eduardo Paes, a esperança decorrente dos Jogos Olímpicos de 2016.

Cerca de três meses depois de inaugurada, a bárbara queda de um trecho da ciclovia Tim Maia, que liga Leblon a São Conrado, precisou ceifar vidas para representar o mais preciso extrato do que seja a cultura da malandragem e do jeitinho brasileiro aplicada ao trato da coisa pública.

As estradas na Flórida são excelentes. Vai-se da Disney, em Orlando, para Weston em cerca de três horas — sem encontrar um só buraco. Isso mesmo. Não é figura de linguagem: não se veem falhas na longa Turnpike. A interestadual 75 (I-75), que cruza boa parte da Flórida, saindo do sul do estado e chegando a Michigan, tem estado impecável.

Há um pedaço em obra, perto de minha casa, para uma “linha expressa” que o motorista precisa pagar para usar — lei do mercado, que funciona. A intervenção é rápida, limpa e, acreditem, feita com material de boa qualidade, desenvolvido e aplicado para durar por muitos e muitos anos. Não vai cair com uma chuvinha, até porque aqui temos tornados e furacões. Os planejamentos são de longo prazo, e aí do político que quiser dar uma de malandro...

A Voz da América

Sabe quando o trânsito dá aquele nó, bem na hora do rush, no exato momento em que todos saem do trabalho? É a hora perfeita para relaxar, para ouvir música ou algum programa de humor no rádio, ou para se informar sobre o que se passa no mundo. Cada um com seu gosto.

Mas de que vale a preferência individual se a escolha, no Brasil, não é feita por você?

Reeduco-me nos EUA e não raro tomo uns sustos, como quando notei que, estando no carro às 19h15, escutava rádio e o que tocava era... música. Que loucura! Os pobres americanos não têm algo como “The USA Voice”. Ou seja: não têm quem os reporte sobre as maravilhas que o governo faz? Como sobrevivem?

Graças ao bom Deus, que é definitivamente brasileiro, temos “A Voz do Brasil”. Presos nos infundáveis engarrafamentos brasileiros, ao menos podemos desfrutar da agenda positiva e dos elevados pensamentos de políticos e governantes.

Ironia à parte, é curioso lembrar que a esquerda costumava reclamar do programa obrigatório criado pela ditadura de Getúlio Vargas. Com razão: sempre foi puro proselitismo, propaganda enganosa, abuso de poder. “A Voz do Brasil” tem veiculação obrigatória em todas as rádios do país, por determinação do Código Brasileiro de Telecomunicações (Artigo 38 da Lei

Nº 4.117/62). Ou seja, o governo enfia tímpano abaixo do povo um monte de lixo. É o nosso momento Coreia do Norte.

O programa passou a ser transmitido em 1935, com o nome “Programa nacional”, que depois mudaria de nome para “Hora do Brasil”, finalmente se transformando em “A Voz do Brasil”, em 1971. Em 1995, entrou para o livro dos recordes, o *Guinness Book*, como o mais antigo do país. Faz sentido. Afinal, não depende do sucesso de audiência ou do gosto do público.

Não recomendo, mas quem já parou para escutar o troço sabe como é enviesado a favor do governo de turno. Não poderia ser diferente. O cão não morde a mão que o alimenta. Além de ser enfadonho, o programa, na voz monocórdia dos apresentadores, invariavelmente pinta um quadro favorável aos políticos. O noticiário, quando não feito por jornais independentes, transforma-se em máquina de propaganda estatal.

Um projeto de lei que tramita no Congresso tenta ao menos flexibilizar o horário de veiculação de “A Voz do Brasil”, dando alguma margem de manobra para as operadoras de rádio — porque rios de dinheiro em propaganda se perdem por conta da imposição estatal. O PT, porém, conseguiu — até agora — barrar a mudança. São muitos interesses em jogo, e nenhum deles leva em conta o consumidor e o pagador de impostos.

Eugênio Bucci, que já comandou a Radiobras e foi ligado ao PT, tocou no ponto em artigo no *Estadão*:

O que temos agora é apenas essa modorra. A Voz — que não é do Brasil, mas do passado — figura na programação como um cadáver. Já não intimida, já não informa. Ela simplesmente jaz. Só não saiu de cena porque as autoridades se esqueceram de sepultá-la. Ou, para sermos precisos, porque as autoridades legislativas se recusam, com um apego obsessivo, a extinguir a obrigatoriedade que humilha diariamente as emissoras de rádio do país, forçando-as a repassar aos seus ouvintes um blá-blá-blá chapa-branca que ninguém mais leva a sério. Nem na brincadeira. “A Voz do Brasil” é uma piada velha que perdeu a graça, uma piada que a gente aprendeu a fazer de conta que não existe.

Trata-se de um exemplo típico dos riscos associados às estatais. Sem foco na eficiência e na satisfação do consumidor, o produto se transforma cada vez mais em algo indesejado, que sobrevive porque não depende da aprovação dos usuários. Além disso, sua utilização acaba sempre destinada aos interesses dos governantes.

Não satisfeito com a Radiobras e seu programa ditatorial, o governo petista resolveu criar a TV Brasil. Em 2007, portanto, fundou-se, por medida provisória, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que assumiu as funções da Radiobras e ainda replicou a ideia para a televisão. O PT deve ter se tocado de que as ondas do rádio não eram suficientes para tanta propaganda, não dos anunciantes, mas dos feitos (concretos ou ilusórios) do próprio governo — que precisa ir aonde o povo está, ainda que na marra.

A audiência da TV Brasil tem sido, desde então, pífia, muitas vezes nem capturada pelo Ibope, e raramente ultrapassa a marca de 1% de fatia de mercado. Por isso é carinhosamente chamada de “TV traço”.

Ao contrário dos pobres coitados parados no trânsito enquanto escutam rádio, o espectador televisivo tem a opção de mudar de canal. O governo ainda não resolveu impor sua programação televisiva a todas as emissoras no horário nobre, mas é melhor não dar ideia.

Alguém mais familiarizado com as coisas nos Estados Unidos poderia alegar que há, sim, uma “Voice of America”. De fato, existe. Note-se, porém, a abissal diferença: a VOA foi criada durante a Segunda Guerra Mundial e está autorizada a operar *fora* do país, ou seja, levando notícias sobre os EUA àqueles que não vivem lá. No entanto, a “Voz da América” não pode, por força da Lei Smith-Mundt de 1948, ser transmitida diretamente em território norte-americano para os cidadãos locais. Outro “pequeno” detalhe: a audiência é voluntária, ou seja, sintoniza na frequência quem quer.

Há, ainda, o “Weekly Radio Address”, do presidente americano, que debate eventos correntes do país na rádio. Novamente: sintoniza quem quer, numa frequência exclusiva para tanto. Nenhuma rádio é obrigada a parar

sua programação, perder dinheiro de anunciantes e irritar o ouvinte porque o governo resolveu que deve ser assim.

Pode-se considerar que fiquei detalhista demais morando fora, chato com pequenas coisas. Mas eis o ponto: o diabo está nos pormenores. Eu já reclamava dessa excrescência brasileira muito antes de me mudar, pois achava um absurdo o governo bancar o ditador norte-coreano todo dia em nossas rádios. E avaliava como absurdo igual ou maior a passividade do povo, que parece aceitar todo tipo de abuso calado, como se não houvesse alternativa.

O malandro pode alegar que possui iPad, CD etc., que coloca sua música e pronto, ou que simplesmente desliga o rádio. Essa, contudo, é a típica postura do otário, que se adapta à barbaridade em vez de lutar para derrubá-la. E assim o abuso continua, especialmente sobre os que não têm como se proteger, os mais pobres, reféns da propaganda enganosa dos políticos, e sobre as rádios, que perdem importantes espaços comerciais e ficam ainda mais dependentes de verbas públicas, conseqüentemente menos independentes em relação ao governo.

Bobagem?

Football x Soccer

Se resolvi morar em outro país, nada mais pertinente do que me adaptar à cultura local. Fui ver, por isso, um jogo de futebol americano. Os Dolphins, de Miami, contra os Buccaneers, de Tampa, no belíssimo Sun Life Stadium. É, em resumo, um show de entretenimento.

Para começo de conversa, a organização. Os milhares de carros — sim, tudo que é americano, de qualquer classe social, possui um decote, porque, como sabido, o capitalismo é desgraçado — chegam e vão se enfileirando, como acontece nos parques temáticos da Disney. Vários policiais orientam o movimento. A capacidade é para quase 25 mil automóveis — e a coisa funciona.

O estádio é um show à parte. Muito bonito, grande, extremamente limpo, mais parece um shopping. Fiquei a pensar sobre quanto terá custado aquele troço todo moderno? E depois me lembrei de que a reforma do Maracanã custou bilhão. Isso sem falar dos elefantes brancos construídos em Brasília e Manaus. O tempo confirmaria a impressão de que essas obras atendiam aos interesses da Odebrecht e do Brahma, o lobista da empreiteira (também conhecido por seu boneco Pixuleco 13-171).

Ah, sim, um detalhe: a renovação do Sun Life Stadium, orçada em US\$ 350 milhões, foi totalmente financiada pela iniciativa privada. Isso mesmo: o Estado não tomou parte. Os americanos não precisam da benevolência do governo para ter acesso a lazer esportivo de qualidade.

É verdade que, com Obama e companhia, as coisas nos Estados Unidos cada vez mais se parecem com as latino-americanas, mas as instituições têm resistido razoavelmente bem ao avanço populista e intervencionista dos Democratas.

Preciso comentar o quesito segurança? Basta mencionar que se pode ir ao estádio com um Rolex ou Cartier no pulso, e que as mulheres podem usar joias à vontade — nada ocorrerá. Como disse, a sensação é a de estar num shopping, ladeado por policiais de bom nível e famílias com crianças, todos em busca de diversão. Não há aquele clima hostil típico dos estádios brasileiros, dominados por torcidas organizadas. A cerveja é liberada, pois os americanos sabem que não é o álcool que causa a violência, mas a impunidade.

O espetáculo em si é sensacional. Americano sabe fazer essas coisas. As *cheerleaders* parecem, todas, modelos da Victoria Secret, e são profissionais na dança, com muita precisão, resultado de bastante treino. Levam a sério a função de embelezar o evento, mantendo sempre um sorriso impecável no rosto. A cada pequeno intervalo, música boa e animada, mascotes divertindo a garotada e os dois imensos telões de alta resolução capturando momentos impagáveis do público. A turma vai ao delírio.

Na minha frente, uma dupla improvável: um coroa, figura rara, torcedor dos Dolphins, e um rapaz, que tinha um estilo rapper, torcia para o time de Tampa e que estava, portanto, isolado, cercado de torcedores de Miami — mas como provocava os adversários! Como seu time ganhava, ele não parava de gritar: “Olhem o placar!” Tudo com bom-humor e espírito esportivo. Passei, então, a imaginar se tal coisa seria possível no Maracanã, numa partida entre Flamengo e Vasco.

O *football* é tradição nos EUA. Desde cedo os garotos sonham em ser o *quarterback* do time da escola e as meninas, em ser *cheerleader*, como cansamos de ver nos filmes. Presenciar a concretização disso tudo num espetáculo profissional, organizado, animado, seguro e totalmente familiar é muito bonito.

O *football* está para os americanos como o *soccer* — o nosso futebol — para os brasileiros. A diferença é que eles souberam transformar a paixão em algo sério e rentabilíssimo — uma indústria bilionária de esporte e lazer.

Impossível não pensar no Super Bowl 50, ocorrido em fevereiro de 2016, um acontecimento incrível. A performance de Lady Gaga cantando o hino foi de arrepiar. E os americanos verdadeiramente se emocionam com a

bandeira, com a noção de patriotismo, com o respeito aos militares que se arriscam para defender o princípio da liberdade. Quando apareceu uma tropa no exterior, ao vivo, no telão, todos a ovacionaram.

“Land of the free and home of the brave.” Enquanto houver essa comoção em eventos como esse, os Estados Unidos estarão a salvo do destino de um país latino-americano malandro. Mesmo com Obama. Mesmo com Hillary Clinton. Até mesmo com Bernie Sanders, o socialista assumido que encanta jovens bobinhos. Os americanos ainda não perderam o juízo.

Já o Brasil, o “país do futebol”, consegue progressivamente afastar as famílias dos estádios, enquanto os próprios times se afundam em dívidas, desorganizados, geridos de forma amadora, incompetente e corrupta, dominados por marginais, como quase tudo no país. Ir a um jogo de futebol no Brasil não é um evento, muito menos um grande entretenimento familiar, mas uma aventura arriscada, repleta de obstáculos e ameaças, cada vez mais exclusiva de fanáticos. A explicação para a crescente audiência do futebol europeu entre brasileiros passa por essa falência.

E qual a solução mágica encontrada pelos espertalhões? A estatização quase completa da “paixão nacional”. Claro. Isso mesmo: diante da crise, os malandros resolveram aplicar o socialismo ao futebol brasileiro. Porque sempre se pode piorar... Sabe como é: o socialismo deu certo em tantos lugares e em tantos setores — não é mesmo?

No começo de 2016, eis a notícia que *O Globo* publicou:

A presidente Dilma Rousseff anunciou nesta terça-feira a criação da Autoridade Pública de Governança de Futebol (APFUT), que pertence à estrutura do Ministério do Esporte. O órgão será responsável por fiscalizar as ações da Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte, o Profut. O decreto criando a APFUT foi assinado nesta terça-feira, durante cerimônia no Palácio do Planalto.

— Assinamos hoje o decreto que cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol. Ela contará com a participação paritária de atletas, dirigentes, treinadores, e será a instância fiscalizadora do Profut, garantindo a efetiva modernização da gestão dos clubes. Acompanharemos com interesse, rigor e transparência as

contrapartidas assumidas pelos clubes. (O Profut) marca o início da maior reforma já vivenciada pelo futebol — disse a presidente.

[...]

Durante a cerimônia, também foi anunciado patrocínio de R\$ 83 milhões da Caixa Econômica Federal a dez clubes brasileiros. Oito deles já recebiam dinheiro da Caixa e dois entraram em 2016: o Atlético-MG e o Cruzeiro. O valor destinado ao Corinthians ainda está em negociação. A verba destinada ao Flamengo será de R\$ 25 milhões, o patrocínio ao Atlético-MG e ao Cruzeiro, de R\$ 12,5 milhões cada; Atlético-PR, Coritiba, Sport e Vitória receberão R\$ 6 milhões cada; o patrocínio aos clubes catarinenses Chapecoense e Figueirense será de R\$ 4 milhões para cada, e o CRB receberá R\$ 1 milhão. O órgão também está em negociação com o Vasco e o Atlético-GO.

Além da presidente Dilma, participaram do evento os ministros George Hilton (Esporte), Jaques Wagner (Casa Civil), Edinho Silva (Comunicação Social) e a presidente da Caixa, Miriam Belchior.

Que time! Nem na terceira divisão vemos tanto perna de pau assim. Se continuarmos nesse ritmo, com mais e mais Estado metido no futebol, ainda sentiremos saudades do humilhante 7 a 1 da Copa...

Que show!

Naturalmente, os americanos não dariam show de organização apenas em eventos esportivos. Em fevereiro de 2016 fui a uma apresentação do cantor pop Bruce Springsteen, no BB&T Center, pertinho da minha casa. Coisa para 20 mil pessoas. E que impacto com o funcionamento das coisas...

Novamente, insisto, a impressionante chegada dos carros, em fila, com padrões definidos de conforto e segurança. Algo muito representativo de uma cultura que valoriza, mais do que a praticidade, o respeito que decorre da ordem e que facilita o exercício da individualidade. Ah, sim: Bruce é conhecido por ter um público “trabalhador operário”, o que não impediu o desfile de carrões que seriam considerados de luxo no Brasil.

Depois, o acesso. Tranquilo. Fluente. Alguns detectores de metal e umas senhoras educadas para verificar as bolsas femininas. Nada de ambulantes aos berros ou cambistas para assediar o público. Entra-se rapidamente e, uma vez lá dentro, que serviço impecável.

Então, depois de algumas cervejas, banheiro — um bom termômetro de civilidade. Nada parecido com aquelas porcarias próprias de eventos grandes no Brasil, em que é preciso se esforçar muito para não andar sobre poças de urina e em que talvez seja mais limpo não lavar as mãos. Tudo decente, cuidado, higienizado, como deve ser.

Não vi seguranças. Apenas as senhorinhas, que indicavam os caminhos e que cumpriam muito bem o papel de sinalizar, pois não houve empurra-empurra, confusão etc. Mantive minha carteira no bolso de trás sem preocupação, o relógio no pulso sem medo — nenhuma hostilidade eu senti.

Tenho certa claustrofobia, confesso, e uma das piores experiências que já tive foi na saída de um show da Madonna, no Maracanã. Uma multidão espremida nos corredores fechados, um portão aberto somente, e todos se empurrando, até que resolveram brigar bem ao meu lado. Tive de buscar refúgio no banheiro, um esgoto.

Em outra ocasião, mais novo, fui com amigos a um show de rock, na praça da Apoteose. Marginais se infiltraram na multidão à espera da abertura dos portões e começaram a roubar ingressos. Pancadaria para todo lado, tivemos de formar um cordão de isolamento para que as mulheres ficassem protegidas no meio — coisa de quando o feminismo igualitário ainda não havia matado o cavalheirismo. E então ali ficamos, levando chutes nas costas.

Lembro-me de outro evento no Maracanã, do Sting, em que rolou a maior porradaria. A tensão foi grande. Havia muitas meninas. Eu era bem jovem e aquilo me marcou. A cara de pânico das garotas ante os bárbaros que se digladiavam por puro prazer primata.

No antigo Hollywood Rock — quando marca de cigarro ainda podia patrocinar eventos e o fumante não era visto como um pária da sociedade, pior do que traficante ou pedófilo —, vi uma cena de filme; parecia *As gangues de Nova York*. Uns vinte marmanjos de um lado contra vinte do outro, num clarão em meio à multidão. Como me vi emparedado contra a torre de iluminação, percebi que a coisa sobraria para mim. Erámos apenas eu e meu irmão, e resolvemos atravessar o ringue improvisado correndo. Se alguém caísse ali, um abraço. Em seguida, vimos alguns em macas, ensanguentados, terminada a recreação.

Saudades do calor humano brasileiro? No, thanks!

Quase todo cantor comenta que fazer show no Brasil é diferente. Do ponto de vista do artista, de cima do palco e com acesso exclusivo, dá até para entender. Só pega o lado bom da coisa, um público mais contagiado, emocionante, mais empolgado, capaz de gritar enlouquecidamente. Isso deve impressionar mesmo.

Mas dispenso.

Prefiro — como dizer? — a tal da civilização. Eventos organizados, público educado, respeitador das regras de convivência, ambiente pacífico. Sei que muitos brasileiros não valorizam essas vantagens. Estão acostumadas ao imprevisto, ao susto, ao risco — conjunto que acham até divertido e pelo qual pagam sem muita ponderação. Sentem-se malandros porque economizam uns trocados comprando bebida com ambulantes ilegais, ou porque deixam o carro com um flanelinha achacador em vez de pará-lo no estacionamento. Curtem também essa coisa de massa humana compacta, um corpo só, coeso, untado pelo suor compartilhado.

O Brasil é tribal, primitivo. E anda para trás.

Jovens empreendedores

O que dizer sobre o contraste entre a educação brasileira e a americana? Bastaria um dado anedótico para ilustrar meu choque: no *open house* da escola, pública, de minha filha — quando todos vão conhecer os detalhes do colégio antes do início das aulas —, notei que o professor de história tinha um trabalho de aluno pendurado no quadro. Era sobre Thomas Jefferson, o “pai fundador” da nação e um liberal fervoroso, defensor do Estado mínimo.

Foi inevitável pensar nas aulas de história que tive quando adolescente, com professores que defendiam o marxismo e chamavam o lucro de exploração. Minha filha mesmo, no Brasil, era alvo dessa tentativa de lavagem cerebral — e na mesma escola onde estudei. No caso dela, com um agravante: alguns professores me citavam nominalmente, assim como a revista *Veja*, em que escrevia, como ícones da “direita insensível”, que não liga para os mais pobres. E eu pagava por isso.

É duro... Enquanto os estudantes brasileiros aprendem sobre as maravilhas do guerrilheiro assassino Che Guevara e são induzidos a se encantar com a mentira cruel do marxismo, os americanos estudam sobre aqueles que fundaram a pátria mais livre da história — com foco no indivíduo, não no governo.

Thomas Jefferson de um lado, Che Guevara do outro. Como achar que o Brasil pode dar certo?

Claro que isso é uma amostra ínfima do que acontece, das diferenças que existem. A cultura liberal empreendedora está enraizada nos americanos, e a coisa mais comum do mundo é ver crianças bem novas, com quatro, cinco

anos, montando barraquinhas para vender suco depois das aulas ou batendo nas portas para oferecer biscoitos de escoteiros. Elas tomam conhecimento muito cedo da importância de desenvolver meios de assegurar o próprio sustento, em vez de depender de esmolas estatais.

Isso pode ser observado no próprio verbo usado para se referir ao dinheiro proveniente do trabalho. No Brasil, pergunta-se “quanto você ganha?”, como se o salário fosse uma dádiva, um maná caído dos céus. Já nos Estados Unidos, diz-se “how much money do you *make*?”, o que enfatiza a noção de que é preciso *fazer* algo para receber o sustento em troca. Um detalhe bobo, mas o diabo está sempre nos detalhes...

Após quase um ano morando nos EUA, fui a um segundo *open house*, dessa vez porque minha filha ingressava no high school. É impressionante. Trata-se — simplesmente — de uma universidade antecipada. Falo de adolescentes com catorze anos, para os quais, no entanto, há nada menos do que cinquenta clubes de atividades extracurriculares disponíveis, fora todas as infindáveis matérias eletivas. Obrigatórios? Só matemática, inglês e ciências.

Existe uma responsável em fazer o elo do high school com a universidade, desde o primeiro ano, como freshman — o calouro. Sua recomendação é para que o aluno escute pais e parentes em geral, *mas tome as decisões por conta própria*. O estudante é estimulado a investigar gostos e afinidades, a descobrir e apurar vocações, e a olhar para a universidade a partir dessa base.

A esses adolescentes é dado enorme grau de liberdade, para que também possam ser cobrados e responsabilizados pelas escolhas que fazem. As escolas possuem seus jornais próprios, estúdios de TV, departamento de negócios em parceria com empresas — tudo isso, só para lembrar, no high school — equivalente ao segundo grau brasileiro. É tão fabuloso quanto simples: se o sujeito é talentoso, tem vocação para ser jornalista e é capaz de perceber isso aos catorze anos, pode facilmente escrever e exercitar seu pendor no jornal do colégio.

Como o hábito faz o monge e a prática é fundamental para a excelência, imaginemos em que condição ele estará ao completar a universidade de jornalismo com pouco mais de vinte anos. Terá já às costas uma bagagem de vários anos escrevendo, produzindo, desenvolvendo técnicas, estilo, tudo. É

ou não competição desleal se pensarmos num jovem egresso de uma faculdade de jornalismo no Brasil?

As escolas americanas são acusadas de terem um ensino de matemática fraco — e minha filha confirma, por enquanto. As notas no PISA comprovam que esse não é o forte da garotada mesmo. Mas há um detalhe: ao se analisarem as habilidades *em termos gerais*, ignora-se justamente uma característica bem americana: a de focar, desde muito cedo, nas vocações de cada um e investir pesado nessa direção.

Se o cara ama fotografia, respira fotografia e quer ser fotógrafo desde os dez anos, então a matemática não terá maior peso em sua grade curricular. Por outro lado, será orientado a explorar sua vocação e terá todas as chances de mergulhar a fundo no assunto de seu interesse, desfrutando dos melhores equipamentos e professores.

Se, porém, ele tiver jeito para matemática... Não tenha dúvida: os recursos para que seja o melhor lhe serão oferecidos. Funciona assim. Ou você acha que os cientistas americanos da NASA são uns incapazes de fazer contas e cálculos complexos?

Entre as eletivas disponíveis para minha filha de catorze anos estavam três matérias ligadas a negócios: marketing, finanças e empreendedorismo. Trata-se de um sistema interligado nacionalmente, em parceria com empresas país afora, que permite ao aluno viajar, visitar e conhecer companhias as mais diversas, e que lhe assegura ter seu currículo no topo da lista dessas parceiras quando chegar a hora de procurar emprego.

Repito: com apenas quinze anos, os adolescentes já se encaminham nesse processo e apontam para uma carreira potencial no mundo dos negócios. No Brasil, contudo, há universitários que jamais tiveram a mais básica noção sobre finanças ou sobre como o mundo corporativo funciona. Por isso, são levados pela mentalidade fácil, malandra, de que o governo é a locomotiva do progresso — não os empreendedores da iniciativa privada.

Não quero dizer, com isso, que o sistema de ensino seja perfeito nos Estados Unidos. Longe disso. O problema de doutrinação ideológica é universal e uma tática deliberada da esquerda revolucionária. As universidades daqui estão tomadas por esquerdistas também, que fazem

lavagem cerebral nos estudantes — o que fica claro diante do sucesso da mensagem socialista entre os mais jovens: está aí a candidatura de Bernie Sanders para ilustrar a miséria da coisa.

Mas não dá nem para comparar com o que se passa no Brasil, país cujo patrono da educação é o comunista Paulo Freire. A quantidade de analfabetos funcionais e papagaios repetidores de slogans marxistas cuspidas das universidades brasileiras é insuperável. Nossas escolas e faculdades públicas (embora as privadas não estejam muito melhor) são máquinas de triturar cérebros, mas os malandros acreditam que a solução está em jogar ainda mais recursos do governo nesse modelo fracassado.

No começo de 2016, uma notícia teve imensa repercussão. Tratava de meninas gaúchas, de um tradicional colégio católico, que haviam resolvido protestar... pelo direito de usar shortinho. Sério. Diz um trecho da reportagem de um jornal do sul:

Descontentes com uma norma da escola que proíbe o uso de shorts, centenas de alunos do Colégio Anchieta, de Porto Alegre, se reuniram na manhã desta quarta-feira para protestar contra a medida. Munidas de cartazes e com as bochechas pintadas com listras pretas, as alunas usaram o recreio para entoar hinos criados em grupos do Facebook e do WhatsApp, com mais de trezentos membros, e também para fazer um minuto de silêncio.

A manifestação ocorreu no dia seguinte à criação de um abaixo-assinado online, que relaciona a proibição dos shortinhos à cultura de violência contra a mulher. No texto, as meninas fazem um apelo à escola: “deixe no passado a mentalidade de que cabe às mulheres a prevenção de assédios, abusos e estupros; exigimos que, ao invés de ditar o que as meninas podem vestir, ditem o respeito”.

Eis o retrato da geração mimimi e do feminismo sob a influência da malandragem brasileira. Quase ninguém tem deveres ou compromissos no Brasil. As moças, como de resto os moços, só querem saber de seus

“direitos” — no caso, de expor cada vez mais partes de seus corpos, não importa onde. E o resto que se dane. Contra isso, impõe-se, nada se pode pensar ou dizer — porque elas não admitem. Ponderar sobre o fato de que uma instituição católica não é, digamos, a Sapucaí significa ser machista e pronto.

Que locais públicos ou privados, por exemplo, tenham seus códigos de conduta, que incluam vestimenta, isso não interessa. Absolutamente nada pode ficar entre o desejo dos jovens e seus atos, pois isso seria “fascismo” típico de uma sociedade opressora sexista. É preciso dar vazão a todos os instintos, sem restrições e sem consequências.

Qual o próximo passo?

Quem pensa que exagero e apelo para o *reductio ad absurdum* precisa entender a essência do problema: se nenhum limite pode ser imposto de fora, porque seria opressor, então qual é o limite? Se uma aluna quiser ir à escola de biquíni, pode? Por que não? Barrá-la seria gesto fascista, intolerante, preconceituoso? Num mundo em que não se pode mais ponderar, fazer juízo nem defender limites, então o céu — ou o inferno — é o limite.

Na escola pública americana em que minha filha estuda é vetado ir com o umbigo de fora. Se as alunas aparecem de shortinho e blusinha, são convidadas a ir para casa — e os pais serão notificados. Regra é regra. Define o que não é permitido — inclusive para que o uso de shortinho e blusinha encontre (e valorize) os espaços onde serão naturais. A lei não existe para violar a natureza individual. Afinal, o livre exercício da individualidade pressupõe fundamentalmente compreender e respeitar nuances, camadas, valores e princípios que não os nossos.

O ensino brasileiro está uma porcaria, as escolas e universidades são tomadas por marxistas, o Brasil é o patinho feio no ranking internacional do PISA, o comunista Paulo Freire é o patrono de nossa educação — mas as jovens espertas estão preocupadas em assegurar o direito de frequentar uma escola católica de shortinho. Ótimo. Os pais devem estar encantados com a militância mimada dos rebentos.

Enquanto os americanos, com todos os seus defeitos, preparam os próximos inovadores, empreendedores, físicos, químicos, astronautas etc., o Brasil cultiva os milhões de jovens do futuro, aqueles treinados para concurso público e para abocanhar alguma teta estatal. É a mentalidade do diploma e do emprego, aterrando os valores da qualificação efetiva e do trabalho.

São mundos distintos, muito apartados um do outro. E o pior é ver que os malandros brasileiros ainda acham os americanos uns otários. Depois reclamaremos das desigualdades, culparemos o capitalismo e pediremos mais dinheiro público na educação, como se fosse uma panaceia...

Rio: onde o Uber é proibido por lei e o Waze, pelo crime

“Um engano fez desabar uma tragédia sobre uma união feliz de quase meio século.” Assim começava a reportagem de *O Globo* acerca de uma empresária baleada e morta numa favela de Niterói, depois de seguir o caminho indicado pelo aplicativo Waze e acabar numa favela perigosa, em outubro de 2015.

O caso não é isolado, infelizmente. Registros na imprensa documentam o mesmo destino para turistas que desconheciam a geografia policial do Rio de Janeiro. A cidade, repleta de favelas dominadas por bandidos (o que se agravou durante os governos de Leonel Brizola) e glamourizadas pela esquerda caviar, tornou-se um lugar selvagem, em que motoristas não podem mais confiar no norte de mapas convencionais, que não foram desenhados para prever a topografia do crime, o território do tráfico.

“Nós temos o direito de ir e vir para onde quisermos, mas isso é cerceado pelo próprio governo, e, no fim, a culpa acaba sendo da vítima, que, inadvertidamente, vai parar numa favela”, desabafou um amigo da empresária assassinada pelos bandidos.

A mentalidade do carioca já está tão transformada — transtornada — pelo cotidiano de violência e pela narrativa de esquerda que, de fato, muita gente culpa as vítimas pelos crimes. É mais ou menos assim: “quem mandou usar relógio bom na praia?”; “por que resolveu confiar num aplicativo?”; “tinha de circular com uma bike tão cara por aí?”; “com esse carrão você está pedindo para ser assaltado, né?” etc. O brasileiro é tão malandro que tem até a carteira falsa para o bandido, a bolsa para o bandido — aquela, com “apenas” R\$ 50, pronta para ser entregue ao ladrão. Adaptação de sapo escaldado mesmo.

O carioca perdeu o senso do absurdo. Resolvi certo dia dar uns tiros com um amigo. Coloquei, no Waze, o endereço do estande de tiros mais próximo de minha casa, em Weston, mas o aplicativo errou o caminho e me mandou para uma igreja. E daí? Eu tinha um bom relógio no pulso e, mandasse-me para onde fosse, nem por um segundo me preocupei.

Pela primeira vez, aliás, dei tiros com um fuzil. Segundo meu amigo, bom atirador, tenho talento natural para a coisa. Acertei o alvo muitas vezes, mas isso não importa. Quero chamar a atenção para o seguinte: qualquer um pode chegar e dar tiros, com um fuzil, nos Estados Unidos, país bem mais seguro do que o Brasil, que, no entanto, tem leis infinitamente mais restritivas ao porte e à circulação de armas.

Na Flórida, atirar é lazer, programa de fim de semana familiar (havia, por exemplo, um casal com sua jovem filha treinando também). Já no Brasil, enquanto o Estado faz de tudo para regular e cercear o direito de o cidadão ter legalmente um revólver, nas favelas cariocas o fuzil — e armamento ainda mais pesado — circula livremente nas mãos de marginais.

Está tudo trocado, tudo invertido no país, sobretudo em nossa cidade maravilhosa. A narrativa esquerdista transforma bandidos em vítimas, vítimas em culpados. E de repente as armas são as responsáveis pelos crimes — não os indivíduos. E uma tecnologia fantástica como a do Waze, desenvolvida em Israel, sequer pode ser usada no Rio.

É cenário surrealista: a cidade tenta proibir o uso do Uber, para garantir a reserva de mercado aos taxistas, e o crime inviabiliza o uso do Waze, pois o aplicativo não mapeia metralhadoras. E tudo isso é, afinal, aceitável, tolerável, algo com que se lida recorrendo ao jogo de cintura, ao jeitinho — parte, portanto, do cotidiano do carioca.

O direito de ir e vir talvez não seja tão restrito em zonas de guerra. Está incorporado à cultura do Rio de Janeiro evitar locais considerados perigosos e não passar por algumas ruas — mesmo bairros — em determinados horários. A cidade tem um calendário regido pelo medo, uma agenda definida pela insegurança — mas tudo bem.

Uma notícia divulgada em novembro de 2015, por *O Globo*, é muito representativa do modo como a máfia dos taxistas atua — algo muito

próprio aos espertos:

A alma do passageiro pode até cantar ao avistar, pela janela do avião, as praias sem fim e o Cristo Redentor de braços abertos sobre a Guanabara. Mas, ao botar os pés no chão, toda essa alegria pode se transformar em dor de cabeça: é hora de outra viagem, cheia de turbulências, pelas irregularidades que marcam o serviço de táxis no Aeroporto Santos Dumont. Os problemas incluem motoristas que cobram pela corrida muito acima do valor oficial, às vezes até o dobro, e que recusam passageiros se a viagem for curta. Também há taxistas que assediam possíveis clientes no saguão de desembarque, o que é proibido, e que dão propina para furar a fila no ponto do aeroporto.

A desordem revoltou o analista de sistemas Fredson Araújo de Melo, de 25 anos, que chegou nesta sexta-feira de manhã de São Paulo com a mulher. Ele queria ir para Botafogo, que fica a cerca de sete quilômetros do aeroporto. Apesar da pequena distância, dois motoristas cobraram R\$ 50. Na tabela de preços fixos de corridas, no entanto, exibida no setor oficial de embarque nos táxis convencionais (os amarelinhos), a viagem até o bairro custa apenas R\$ 23 — ou R\$ 27, na bandeira 2.

— Motoristas de táxi aqui não cobram de acordo com a bandeira tarifária, cobram o que querem — desabafou Fredson. — Tentei embarcar duas vezes, mas eles pediram logo de cara R\$ 50. Isso para um percurso de poucos quilômetros. É um descaso. É algo que não pode acontecer, eles estão praticamente achacando a população. Em São Paulo e Campinas, esse tipo de irregularidade não ocorre. Agora, vou esperar um familiar vir nos buscar.

Assim é o cotidiano da cidade maravilhosa: uma sucessão de golpes por meio dos quais os malandros se aproveitam dos otários. Mas, claro, o Uber, que oferece um serviço melhor e significa mais concorrência, não pode atuar, porque é preciso garantir a reserva de mercado dos taxistas.

Ai de quem, entretanto, elogiar ou quiser passar um tempo em Miami: coxinha com complexo de vira-lata! Legal mesmo é viver na selva carioca,

com muita adrenalina, onde a cada esquina se pode encontrar uma “pobre vítima da sociedade”, com uma arma ilegal na mão, enquanto o cidadão ordeiro é tratado como bandido pelo governo e impedido de se defender.

Presunção de inocência

Todos estão cansados de conhecer casos em que o vendedor trocou o produto comprado imediatamente após a reclamação do consumidor. Não? Nos Estados Unidos, digo. É muito comum. Se você diz que o produto veio com problema, normalmente a loja dá outro. Isso porque há confiança — valor disseminado na sociedade americana — na correção do consumidor, devida tanto à própria cultura do povo quanto ao mecanismo de punição em caso de engodo e malandragem, o que disciplina o bom comportamento ao longo do tempo.

Dois casos, um no Brasil e outro nos Estados Unidos, mostram com clareza a gritante diferença cultural. José Henrique Mariante escreveu um artigo na *Folha* em que relata como se tornou obcecado pela redução no consumo de água. Ecoterrorismo à parte, como ele mesmo admite (“você desconfia de carro lavado, cria ojeriza a mangueiras. E sente que está ficando xarope quando se segura para não questionar a colega que trocou de prato no bufê após a salada, imaginando quanta água seria economizada se todos usassem menos louça...”), o que nos interessa aqui é a reação da estatal que cuida do abastecimento de São Paulo diante da economia do consumidor:

Mas percebi que sou mesmo um caso perdido quando a Sabesp apareceu em casa e, sem perguntar, trocou o hidrômetro. O formulário mal preenchido é bem claro. O relógio antigo será analisado, posso ser processado por fraude. Nem mesmo o governo acredita que é possível economizar tanta água.

Vale notar que o caso de Mariante não foi isolado: um leitor do jornal disse que lhe acontecera o mesmo. Ou seja, a primeira reação da empresa é julgar o consumidor como um “malandro”, um safado que adulterou o hidrômetro para pagar menos. Não há confiança, e por bons motivos: historicamente há muitos espertos mesmo, dedicados a todo tipo de golpe e normalmente impunes. De novo: cultura da leniência e da malandragem somada à impunidade, a combinação mais explosiva que existe.

Já com um amigo meu, que mora nos Estados Unidos, aconteceu o contrário. Sua conta de água costumava ser de US\$ 80, até que um dia chegou uma fatura de US\$ 300. Ele tomou um baita susto. E ligou para a empresa que cuida do serviço, também uma estatal. Mas que diferença! A moça que lhe atendeu parecia estar do seu lado, como ele me disse. Ela queria ajudá-lo. E lhe informou que a empresa tem um bônus para oferecer quando esse tipo de desvio estatístico ocorre.

Como nenhum vazamento foi encontrado no sistema, a empresa assumiu que seria um erro... dela própria. E garantiu que o valor excessivo seria devolvido, ou seja: a companhia confiaria no cliente. Sociedade da confiança: império das leis e premissa de que o outro não quer tirar vantagem, não é malandro, 171, mas alguém correto numa economia de mercado, com benefícios mútuos.

Vejam esse outro caso: comprei para minha filha, de Natal, uma penteadeira, mas o espelho veio quebrado. Telefonei e reclamei, e na mesma hora disseram que trocariam. Não questionaram sobre se chegara quebrado mesmo ou se eu o quebrara montando o móvel. Acreditaram em mim. Mas calma: a coisa não acaba aqui.

A troca do espelho acabaria levando mais tempo que o esperado — e novamente reclamei. A atendente, muito solícita e educada, pediu mil desculpas e perguntou se ajudaria caso a loja abatesse em US\$ 40 o valor de minha compra. Isso, só para ficar claro, representava mais de 10% do total. Aceitei, naturalmente, e a loja conquistou — fidelizou — um cliente.

A lógica do capitalismo é essa: trocas voluntárias que desenvolvem confiança entre as partes, pois a sobrevivência e o lucro das empresas dependem da satisfação e do retorno do consumidor. A presunção é de *bona*

fide, sempre. Parte-se da premissa de que os envolvidos não querem “se dar bem”, mas compor trocas benéficas.

Quando se entra num supermercado, espera-se comida fresca — porque a imagem e a credibilidade do vendedor dependem disso. No Brasil, entretanto, acha-se, projetando a própria mentalidade, que será do interesse do vendedor empurrar coisa podre e vencida ao cliente. Do outro lado, acredita-se que o consumidor que reclama pode estar apenas tentando um golpe malandro.

Pergunto: como um sistema desses pode prosperar?

Onde está a Fox News do Brasil?

Com o advento das redes sociais, há crescente percepção de que a grande imprensa brasileira é dominada pelo pensamento de esquerda, apesar da acusação feita pela própria esquerda de que se trataria de uma “mídia golpista da elite” — o que é a mais pura malandragem.

Pela primeira vez em muitos anos, e não por mérito da imprensa tradicional, milhões de leitores passaram a ter acesso a um ponto de vista alternativo, mais conservador ou liberal, e foi possível compará-lo — francamente — com a cobertura parcial do jornalismo, sempre puxada para o que se pretende chamar de visão “progressista”.

Não é preciso aderir a qualquer teoria conspiratória para constatar que a “revolução silenciosa” de Gramsci triunfou e ocupou todos os espaços de produção intelectual. Jornalistas, em grandíssima parte, saem das universidades já doutrinados, consequência de terem sido submetidos a intensa lavagem cerebral. No mundo todo é assim, a variar somente a intensidade da cooptação.

Nos Estados Unidos, a grande imprensa também tem viés “progressista”. Basta ver como Obama é tratado pelos principais canais de televisão e jornais. Houve um verdadeiro “caso de amor” entre a mídia e o primeiro presidente negro americano, o que muitas vezes sacrificou a imparcialidade no tratamento dado ao homem mais poderoso do mundo. A “moderada” CNN ou o “equilibrado” *New York Times* sempre se mostraram suaves demais com Obama, mas duros com os Republicanos.

Há quase vinte anos, porém, o produtor Roger Ailes convenceu o bilionário australiano Rupert Murdoch a colocar quase um bilhão de dólares num projeto ousado — que resultaria na criação do canal a cabo Fox News.

Surgia, assim, um instrumento representativo da voz de milhões de pessoas que se consideravam prejudicados ou ignorados na imprensa enviesada. A história é bem contada no livro *Roger Ailes: off camera*, de Ze'ev Chafets, cuja leitura recomendo.

O autor passou bastante tempo ao lado do poderoso CEO da Fox News, mas não se trata de biografia autorizada. O que emerge das páginas é a figura de um sujeito hemofílico, que teve uma infância dura, mas que, com coragem e determinação, soube vencer na vida, enfrentar inimigos e preservar um patriotismo saudável. Demonizado pela elite esquerdista, Ailes remou contra a maré vermelha e atendeu, com eficiência, a uma demanda reprimida que significa nada menos do que *metade* da população americana.

O sucesso da Fox News é estrondoso e inegável: o canal tem mais audiência do que os outros três maiores — CNN, MSNBC e CNBC — *somados*. A CNN rola ladeira abaixo há anos, perdendo telespectadores, enquanto a MSNBC só consegue pregar para os convertidos da seita socialista. A Fox, com seu slogan de “justa e balanceada”, pode ter um viés de direita, mas veio para equilibrar o jogo. Mudou a história da mídia americana para sempre.

Por isso mesmo, Ailes é acusado — pelos do outro lado — de afundar o jornalismo sério e isento, o que é uma piada, tanto mais quando se verifica a parcialidade escancarada dos que se fingem de neutros. Sim, a Fox tem seu lado mais populista, e soube trabalhar bem com as “Barbies” estonteantes que dão as notícias. Mas faz jornalismo sério, independente e corajoso, com apresentadores que confrontam o *establishment* e não se intimidam com a patrulha politicamente correta. Basta ver um Sean Hannity ou uma Megyn Kelly para comprovar. É isso que tanto desespera seus críticos.

Há muito mais Democratas na Fox News do que Republicanos nos demais canais. Não é uma extensão do GOP, apelido do Partido Republicano, como alguns alegam, não mais do que os demais seriam uma extensão do Partido Democrata, se fosse o caso. Como diz Ailes, a grande diferença é que os outros deixam de fora um dos lados, enquanto a Fox não elimina o ponto de vista conservador da equação. Ao dar vez ao contraditório, isso já basta para que todo o *beautiful people* organizado

destile sua ojeriza ao canal “direitista”. A esquerda nunca aguentou um debate de verdade.

De fato, basta acompanhar o programa de Bill O’Reilly, líder de audiência há quinze anos, para ver que o apresentador não dá moleza mesmo para entrevistados que compartilhem de sua visão conservadora. Mesmo amigos pessoais, como Donald Trump, enfrentaram momentos de aperto, com perguntas duras.

Será que se pode dizer o mesmo do tratamento que os outros canais dão aos esquerdistas Barack Obama e Hillary Clinton?

Eis o que a Fox News fez nos Estados Unidos: entrou num ambiente dominado pela esquerda e apresentou o outro lado da história, dando voz aos milhões que estavam midiaticamente órfãos. Bastou para que assumisse a liderança na audiência com folga, e para que despertasse a fúria dos “progressistas”, acostumados à hegemonia, ao confortável monopólio sobre a cobertura do que se passa no mundo.

A simples presença da Fox forçou a migração dos demais canais para as cercanias do centro. Tornou-se inviável não ter ao menos um apresentador ou comentarista mais conservador.

Cabe, pois, perguntar: onde está a Fox News do Brasil?

Não resta a menor dúvida de que um empreendimento dessa natureza seria revolucionário. Sabemos, com base em pesquisas, que boa parte da população se define como conservadora, mas bastam alguns minutos diante da TV brasileira para se perceber que essa gente toda está pouco representada. A desproporção é assustadora.

Onde está, então, o nosso corajoso, o nosso Rupert Murdoch, com milhões para investir e um faro bom para detectar essa incrível oportunidade de negócios, uma vez que atenderia a uma enorme demanda reprimida? Onde está o nosso Roger Ailes, alguém que não tema ser demonizado pela elite esquerdista e possa levar para o jornalismo os valores conservadores, sem sacrificar o aspecto do entretenimento da coisa toda?

Repito: onde está a Fox News do Brasil, para acabar com essa hegemonia esquerdista na imprensa?

Ela (ainda) não existe. Nem sequer esboçada. Mesmo assim, os malandros gostam de apontar a TV Globo como um canal de direita. A TV Globo! A mesma cujas novelas — quase todas — retratam empresários como canalhas infelizes. A mesma que tem, como norte intelectual, o constrangedor Jô Soares, baba-ovo de Dilma Rousseff. A mesma que trata os criminosos do MST como “movimento social” e os bandidos dos black blocs como “ativistas”. A mesma que tem em seu quadro jornalistas que fazem *selfie* com a presidente.

Os malandros brasileiros não contam com um canal que coloque o dedo em certas feridas, que bata de frente com a ditadura do politicamente correto, que confronte os “progressistas” de peito aberto.

Diante disso, questiono uma vez mais: onde está a Fox News do Brasil?

O Brasil cansa

O Brasil cansa. Esse tem sido meu mantra, repetido com insistência em vários artigos e compartilhado por vários leitores, que sentem a mesma fadiga. Este livro, aliás, é mistura de desabafo e esforço para tentar modificar a situação. Acredito que todo brasileiro decente oscile entre desesperança e algum otimismo. Apostar no futuro do país, contudo, tem sido exercício de muita fé.

Uma reportagem em *O Globo*, de julho de 2015, mostrou o crescente volume de brasileiros à procura de vida melhor no exterior. O jornal se dedicou à crise econômica, mas mostrou que cada família apresentava um motivo diferente para o êxodo: estabilidade monetária, oportunidades de trabalho, chances para os filhos etc. A correlação entre essa decisão radical e a rejeição ao governo do PT era quase absoluta:

Números obtidos pelo *Globo* junto à Receita Federal confirmam que a emigração qualificada está em alta. Entre 2011 e 2015, o total de Declarações de Saída Definitiva do país — documento apresentado ao Fisco por quem emigra de vez — subiu 67%. Em 2011, a Receita recebeu 7.956 declarações, 21 para cada dia do ano. Em 2015, foram 13.288, numa média diária de 36 saídas.

— Esse número é apenas uma amostra pequena da realidade da emigração — diz Joaquim Adir, supervisor nacional de imposto de renda da Receita. — Mas reflete a saída de uma elite financeira e cultural, de pessoas que se preocupam em ficar quites com a Receita e que têm conhecimento da importância disso. Não entram aí os

brasileiros que não têm bens ou rendimentos, como crianças e jovens, nem os que querem sair de forma ilegal. Essa emigração está em alta.

Os engenheiros José Wellington e Silvia Oliveira chegaram a Toronto, no Canadá, em abril. Levaram Julia, de 7 anos, e Nicolas, de 3. Em Belo Horizonte, a família tinha casa própria. Wellington trabalhava na área de mineração, e Silvia, na firma de avaliação de imóveis do pai. Nos últimos meses de 2013, a empresa de Wellington deu um alerta: diante da crise incipiente, não teria como manter toda a equipe a partir de agosto de 2014.

— Foi a gota d’água — diz Silvia. — Estávamos cansados da corrupção, da violência, do espírito do cada-um-por-si. A gente odeia o PT, o Lula, a Dilma. Vimos que o país estava afundando num buraco e que não havia luz no fim do túnel. Cada escândalo de corrupção que surgia solidificava nossa decisão. Então nos inscrevemos no programa canadense e passamos por um processo trabalhoso. Não digo que foi difícil. Só burocrático.

Pergunto: como condenar essa gente? O que o Brasil tem feito para merecer os melhores talentos? O que o país faz para preservar aqueles que efetivamente *criam* riquezas?

Conversando com várias dessas pessoas, que, ou já resolveram se mudar, ou estão seriamente avaliando a hipótese, posso atestar que os motivos apresentados são bastante parecidos e convergem para o mesmo quadro de fastio resumido no bordão: o Brasil cansa!

Para começo de conversa, essas pessoas não costumam ligar tanto para ideologias, mas se desgastam e se aborrecem ante a mentalidade socialista vigente no país — que condena o lucro, o empreendedorismo, o capitalismo. Esses indivíduos querem apenas condições adequadas para trabalhar e produzir riquezas, sem pagar tantos impostos, sem enfrentar burocracia asfixiante e sem ter ainda de aturar intelectuais e artistas condenando-lhes a “ganância” ou a “ambição”, justamente o que, tratado como ímpeto produtivo, louva-se no exterior, nos países ricos e desenvolvidos, não por acaso capitalistas.

O simples fato de muitos brasileiros reagirem mesquinhamente — com ufanismo boboca do tipo “já vai tarde” — a essa fuga de cérebros explica por que tantos se vão: é atraso intelectual demasiado. Em vez de se analisar racionalmente por que muita gente boa está partindo, opta-se pela desqualificação rasteira da escolha alheia. O complexo de vira-lata grassa no Brasil, de onde não se olha para o melhor com admiração ou como exemplo, mas com revolta e inveja.

Como ascender assim?

Outro motivo para a debandada, na mesma linha, é o ambiente cultural do país e a enorme subversão de valores, com a vitimização de bandidos, o enaltecimento de tudo que é lixo (por medo do estigma de preconceituoso), o jeitinho e a malandragem do brasileiro, que julga otário aquele cidadão ordeiro, seguidor das leis. Como isso tudo cansa! Essas pessoas, as que se mudam, entendem a importância de viver num país civilizado, em que as leis são respeitadas e não há espaço para o vício do coitadismo, que estraga o Brasil.

Também há razões mais mezinhas, ligadas ao dia a dia, para o êxodo. Segurança (em primeiro lugar), oportunidades de trabalho, trânsito melhor e mais civilizado — enfim, meios de ter uma vida digna, em que a miséria não seja uma possibilidade.

Repito, portanto: como culpar aquele que decide levar a família para lugares tão melhores assim?

Ah, claro: não posso usar o conceito de melhor, pois isso já me transforma num “inimigo da pátria”?

E essa reação é justamente, como já disse acima, parte da explicação de por que tantos se mandam, cansados desse pensamento pequeno típico de gente medíocre e perdedora, gente invejosa que ataca os qualificados em vez de tentar crescer.

Pergunto uma vez mais: como culpar aquele que não aguenta mais viver num país cujos intelectuais são Leonardo Boff e Marilena Chaui, e os artistas, Chico Buarque e Gregorio Duvivier? Só o fato de Greg e Guilherme Boulos — que estaria preso em qualquer país sério — terem colunas no maior jornal do país já é motivo para “picar a mula”. Como engolir Caetano Veloso enaltecendo a qualidade “artística” do funk?

O Brasil cansa. E muito. Um leitor definiu, de forma simplificada, os três tipos de brasileiros: os safados, os otários e os reféns. Os safados nós conhecemos bem: muitos estão em Brasília, com carrões de luxo na garagem, depois de uma vida toda no setor público, ou andando de jatinho particular pago por empreiteira. Os otários são os idiotas úteis que ainda acreditam nos safados, os que pedem mais e mais Estado como solução para os problemas causados justamente pelo excesso de Estado. Os reféns são todos os conscientes disso tudo, mas impossibilitados de mudar as coisas ou de se mudar.

A maioria de meus leitores está na terceira categoria, naturalmente.

O *brain drain* que o Brasil está sofrendo, em ritmo cada vez maior, é preocupante, mas compreensível. Como na novela de Ayn Rand, esse capital humano bom foge para lugares melhores, busca refúgio em países mais civilizados e capitalistas, com mentalidade menos atrasada e invejosa, com um governo menos hostil aos empreendedores e trabalhadores que criam riquezas. Com isso, o Brasil perde mais talentos e recursos, progressivamente, pois quem ainda acha que é o petróleo debaixo do solo, explorado pelo governo, que faz uma nação próspera, e não o capital humano, não entendeu coisa alguma.

Lamento saber o que o Brasil poderia ser, mas não é, e dificilmente será, por conta dessa cultura tacanha, desse esquerdismo ultrapassado, dessa mentalidade tosca que cospe em tudo que é melhor, que ataca aqueles que carregam o país nas costas, criando riquezas e empregos.

Penso no que poderia ser o Rio de Janeiro sem tanta miséria e violência, sem os lindos morros dominados por favelas do tráfico, com praias maravilhosas que poderiam ter inúmeros restaurantes fantásticos, com ótimos serviços, e fico muito triste. Olho para Miami, por exemplo, como o Rio que deu certo, e sem a mesma beleza natural, sem a combinação de montanha e mar. E depois ainda tenho de aturar um Leonardo Sakamoto da vida, uma nulidade intelectual idolatrada por idiotas úteis, repetir que Miami não deu certo coisa alguma e condenar o rico que é assaltado no Brasil *por ser rico*.

Quem mandou “ostentar”? Ele “pediu” para ser assaltado!

Enquanto isso, enquanto o sujeito honesto é transformado em culpado pelo crime por nossos intelectuais, o governo cospe na sociedade permitindo a soltura temporária de Suzane von Richthofen como indulto do

Dia das Mães. Sim. Ela, que foi condenada a 39 anos de prisão por... matar os próprios pais!

Mas Miami é que não deu certo. Vai ver que quem deu certo mesmo foi o bloco bolivariano que essas mulas oportunistas defendem. Por isso vemos tanto fluxo migratório dos países capitalistas para os socialistas, não é mesmo? Todos querendo entrar, ainda que ilegalmente, em Cuba, na Venezuela, na Bolívia, no Equador ou mesmo no Brasil... Não fazemos ideia da quantidade de americanos que querem aproveitar a justiça social petista e os sindicatos fortes que protegem o trabalhador brasileiro. São milhões.

Enquanto o Brasil tiver os intelectuais que tem, não corremos o menor risco de dar certo, como diria Roberto Campos. Continuaremos com esse ambiente hostil aos criadores de riqueza, e com um terreno fértil para oportunistas de plantão, para um marxista como Paulo Freire subir até o patamar de “patrono da educação” — educação que, para ser apenas lamentável e medíocre, ainda precisa melhorar muito.

PARTE IV

0 custo da malandragem

O índice iPhone

Traduzamos em números todo o custo de nossa malandragem. Não é tão simples. Afinal, está longe de ser “apenas” monetário. É um custo elevadíssimo em qualidade de vida, sobre todo aquele que precisa enfrentar o calvário de nossa “burrocracia” diariamente, um Estado hostil que trata o cidadão como lixo, a imagem da miséria estampada nas ruas, o trânsito caótico e assassino, a sensação de insegurança no direito básico de ir e vir etc.

O preço mais alto, sem dúvida, não é medido em reais, mas em vidas: morrem no Brasil, por ano, cerca de 60 mil pessoas assassinadas — o que caracteriza uma guerra civil oculta, de causar inveja no Iraque ou na Síria. Além disso, outras quase 50 mil perdem suas vidas em nossas estradas, em péssimas condições e dominadas por motoristas malandros, que se julgam acima das leis. Falo de mais de cem mil mortes que poderiam ser evitadas ou minimizadas se houvesse menos jeitinho brasileiro.

Some-se ao custo intangível, desgraçado, o econômico — pesado demais.

O brasileiro, como já visto, ganha entre quatro e cinco vezes menos do que o americano. Isso ocorre, basicamente, devido à diferença de produtividade. Só que a comparação fica ainda pior — e muito cruel — quando avaliamos o *custo de vida* do americano médio. Ele, que já é quatro ou cinco vezes *mais rico*, paga *duas vezes menos* por inúmeros produtos que garantem conforto material ou lazer para as famílias.

Os exemplos são infindáveis. A lista é simplesmente gigantesca. É preciso, antes, frisar que a comparação depende muito da taxa de câmbio escolhida para a análise, já que colocamos tudo em dólar. À medida que o dólar sobe em reais, parte do ajuste é feito pela moeda e, assim, o Brasil se torna menos

caro sob a perspectiva internacional. Mas, mesmo com a forte desvalorização recente do real, que, por outro lado, empobrece os brasileiros frente ao resto do mundo, o fato é que os produtos continuam muito caros no Brasil.

Pensemos num objeto de desejo: o iPhone. Assim que a sexta geração foi lançada pela Apple, no final de 2014, com filas de consumidores se formando no mundo todo, a revista *Veja* publicou uma reportagem que comparava os preços em vários países. Adivinhe quem era o campeão mundial?

O que isso significa? Por que é assim? Deve-se dar importância a isso, ou é coisa que interessa apenas aos mais ricos, os da elite, que querem usufruir do luxo capitalista?

Em primeiro lugar, vale notar que o iPhone não é apenas futilidade. É lazer legítimo, comodidade, e também produtividade. É um aparelho fantástico, que reúne inúmeros aplicativos úteis. Eu, por exemplo, aposentei o GPS do carro com o Waze no telefone. Câmeras fotográficas foram abandonadas. Gravadores digitais, idem. Tem tudo nele, o que torna nossa vida mais prática e aumenta a eficiência de muita gente trabalhadora.

Portanto, eis a primeira enorme desvantagem para o Brasil, que todos deveriam considerar, não apenas os viciados nos produtos da Apple: insumo tecnológico serve para impulsionar a produtividade da economia, de modo que, quanto mais caro for, menos eficiência haverá. O que ocorre com o iPhone aplica-se a todos os aparelhos eletrônicos. Pagamos mais caro por tudo — e isso prejudica nossa produtividade.

Comparar o preço de produtos iguais ou similares no mundo todo também serve para se ter uma ideia do valor de nossa moeda, se está cara ou barata. A revista britânica *The Economist* divulga anualmente o Índice BigMac, que coteja o preço do sanduíche do McDonald's em diversos países. Existem diversos fatores há serem levados em conta, mas, sendo uma commodity, oferece boa noção do valor relativo das moedas.

No caso dos produtos eletrônicos, há um agravante: não é apenas o real valorizado artificialmente pelas intervenções do Banco Central que torna o iPhone tão caro para os brasileiros, mas a carga tributária também. Nossos

impostos, para importar esses produtos, são absurdamente caros. O consumidor de classe média ou alta paga o dobro do que o americano pela mesma coisa, sendo que esse ainda é até cinco vezes mais rico. E faz isso para financiar o governo.

Pergunto: vale a pena? Compensa? Será que o Estado brasileiro é mais eficiente do que o americano para ter de arrecadar mais impostos? Será que o retorno em nossos serviços públicos é tão espetacular assim? Nossas estradas são melhores do que as americanas? Nosso metrô? Nossos aeroportos?

Há um último aspecto ignorado por aqueles esquerdistas que não dão importância ao preço mais caro do iPhone, como se fosse algo que prejudicasse apenas os ricos: o recurso extra destinado ao mesmo produto deixa de ir para outros fins. É aquilo que não se vê, como falava Bastiat.

Se o consumidor de classe alta pudesse pagar os mesmos R\$ 1.672 que os americanos pagam pelo novo iPhone, em vez de R\$ 3.199, economizaria R\$ 1.527. Para onde iria tal economia? Ora, cada um tem uma resposta, pois é subjetiva. Alguns comprariam mais, estimulando o comércio. Outros poderiam contratar uma diarista por mais um dia. Outros poupariam, o que representaria mais oferta de capital para investimentos, pressionando os juros para baixo.

Eis o que não se avalia: o preço mais caro pago pelo iPhone não pune somente os ricos, mas toda a cadeia econômica brasileira. Favorece apenas os consumidores de impostos, os governantes e burocratas, aquela categoria mais rejeitada pela população em geral.

A rigor, o consumidor paga mais caro para financiar a corrupção do governo.

Será que é uma boa troca? Ou será que faria mais sentido cada um ter o direito de escolher o que fazer com o recurso extra?

Custo Brasil ou Lucro Brasil?

Todas as barreiras criadas pelo governo, que encarecem os produtos, compõem o que se chama de Custo Brasil: alta e complexa carga tributária, infraestrutura capenga, insegurança jurídica, mão de obra pouco qualificada etc. Mas muitos, por motivo ideológico, não querem responsabilizar o excesso de Estado por isso, mas, sim, a ganância dos empresários. O problema, portanto, não seria o Custo Brasil, mas o Lucro Brasil. Ou seja: pagamos caro porque somos explorados por capitalistas.

Essas pessoas ideologicamente transtornadas acham que o governo deveria proteger mais os consumidores brasileiros. Isso mesmo. Querem mais intervenção ainda. Demandam que a raposa tome conta do galinheiro, pedem sanguessugas para curar a leucemia, desejam mais do veneno que causou a falência do organismo. Contra os empresários espoliadores, pedem um Estado forte, intervencionista, como se não fosse ele, o governo onipresente, a origem dos problemas.

As coisas no Brasil são mais caras por vários motivos, mas os principais dizem respeito aos próprios obstáculos criados pelo Estado. A começar pelos enormes impostos. Mas há, ainda, a burocracia absurda, as infindáveis normas e regras, a dificuldade de se importar produtos concorrentes, as barreiras para abrir negócios etc.

Quem culpa as empresas, os empreendedores, a sede por mais lucro, erra o alvo. Nenhum empresário fica mais ganancioso quando atravessa a fronteira, quando desce a linha do equador. Existem multinacionais atuando no Brasil. Montadoras de automóveis, por exemplo. No entanto, os produtos são bem mais baratos nos Estados Unidos ou mesmo no Chile. Um carro produzido no Brasil pode ser mais barato no Chile do que no próprio Brasil.

Bancos estrangeiros também estão no país. Alguém acredita que ficam mais famintos por causa do sol tropical, razão pela qual cobram juros maiores no Brasil do que em outros países? Absurdo, não? Pois é exatamente o que pensam aqueles que condenam as empresas em vez de o governo.

O desejo do empresário é o mesmo em todo lugar: mais lucro, maior rentabilidade. O que é legítimo. Desde Adam Smith sabe-se que não é da benevolência do açougueiro que se deve esperar nosso jantar, mas da preocupação dele em satisfazer seus próprios interesses. No ambiente de livre mercado, ele é guiado como que por uma “mão invisível” a se dedicar aos clientes, a agradar seus consumidores, gerando um benefício social evidente.

A história do capitalismo é muito mais a de um poderoso mecanismo voluntário de cooperação do que a de uma luta de classes, de uma competição mortal, de um jogo de soma zero, como querem os marxistas. Basta entrar num supermercado para ver o “milagre” da cooperação humana, ainda que cada um tenha sido motivado por seus próprios interesses. Há, ali, produtos para todos os gostos e bolsos.

O lucro, portanto, está longe de ser o vilão dessa trama. A ganância dos empresários tampouco. Tais fatores estão presentes, também, nos países em que se cobra bem menos pelos mesmos produtos. Na verdade, a tendência do capitalismo é justamente baratear os preços. O objetivo de lucrar mais resulta em que as empresas queiram ter ganhos de escala e massificar sua produção, atraindo mais consumidores.

Deve-se procurar em outro lugar o responsável pelo alto preço do consumo no Brasil. É uma busca honesta, imparcial, livre de preconceitos ideológicos, não deixará margem a dúvidas: as impressões digitais do governo inchado e intervencionista estão em todas as cenas do crime. E esse governo obeso e ineficiente é resultado direto da cultura da malandragem, da mentalidade predominante no país.

Tudo mais caro, tudo pior!

Certa vez um amigo disse que viajava aos Estados Unidos para fazer compra, porque era pobre, pois, se fosse rico, compraria no Brasil mesmo. Parece piada, mas o pior é que não é. Fato chocante é que, *mesmo incluindo o valor da passagem*, muitas vezes sai mais barato ir aos Estados Unidos, encher a mala e voltar, do que adquirir tudo no Brasil.

Moro em Weston, na Flórida, bem pertinho do Sawgrass Mills, o shopping mais adorado pelos brasileiros. Só se escuta português nos corredores lotados de gente com malas e malas para que caibam todas as compras. É o templo do consumismo. Impressionante: a turma sai enlouquecida das lojas, abarrotada de coisas. Mesmo quando o dólar chegou a R\$ 4, a farra continuou.

Por quê? Por que tantos brasileiros parecem desesperados para comprar nessas lojas?

A resposta é elementar: os preços. Tudo é muito mais barato do que no Brasil, mesmo se agregando passagem e alta do dólar. Afinal, compensa. Roupas de grife, roupas sem marca famosa, tênis, perfumes, produtos eletrônicos, itens para casa, enxoval de bebê, óculos escuros: a lista é infindável. Compra-se no Sawgrass, não raro, pela metade do preço, às vezes até pela terça parte do que se paga pelos mesmos produtos no comércio brasileiro.

Os malandros, no Brasil, desembolsam bem mais para ter as mesmas coisas. Isso vale para tudo. Quer montar uma banda? O americano precisa gastar bem menos do que o brasileiro para adquirir guitarra ou bateria. Quer dar um Playstation para o filho? O americano consegue dar três pelo preço de um no Brasil. Casou agora e pretende montar sua cozinha

completa? Pobre brasileiro. Coçará o bolso ao menos duas vezes mais do que o americano.

E isso tudo, nunca é demais lembrar, levando-se em conta que o americano, na média, ganha de quatro a cinco vezes mais. Ou seja, *ajustando pela renda*, o malandro paga oito a quinze vezes mais caro do que o otário ianque. É isso mesmo.

Um americano médio ganha uns US\$ 50 mil por ano e pode comprar um carro japonês decente por US\$ 15 mil, ignorando que raramente pagará à vista, pois possui crédito barato disponível (consegue-se comprar carrões, como BMW e Mercedes, desembolsando US\$ 300 mensais). Ou seja, precisa trabalhar 30% do ano para comprar o carro. Já o brasileiro médio, que ganha US\$ 15 mil por ano, precisaria de pelo menos US\$ 20 mil para adquirir o automóvel, de modo que teria de trabalhar um ano inteiro e mais os mesmos 30% do outro para ter o possante. Um ano desperdiçado.

E é culpa de quem? Da ganância do capitalista?

Mas estamos falando do mesmo carro japonês, caramba.

A Toyota que vende nos Estados Unidos é a que vende no Brasil.

Os lucros são maiores no Brasil? Provavelmente.

Porém, como culpar o capitalismo ou o capitalista, e não o *sistema*, o “capitalismo de laços”, o intervencionismo, o sindicalismo, por essa distorção?

Devemos atribuir à multinacional — ao capitalismo — a responsabilidade por uma cultura estatal que cria barreiras à entrada de novos competidores, acrescenta impostos enormes ao produto e pune o consumidor?

Uso a indústria automotiva como exemplo por vários motivos. Em primeiro lugar, carro é a paixão de muito brasileiro. Em segundo lugar, porque se trata de um setor dominado por empresas multinacionais, de forma que a comparação entre países fica mais fácil. Em terceiro lugar, por sofrer a influência da mentalidade intervencionista dos malandros há décadas. Na verdade, o “argumento” de que a indústria infante precisa de ajuda do

governo, de um empurrãozinho até poder competir com o resto do mundo, tem sua melhor refutação no caso dos automóveis.

Seria, aliás, o infante mais velho do mundo, com 70 anos de idade. Desde Juscelino se usa essa desculpa esfarrapada de subsídio inicial antes de se abrir à competição.

Não fosse Collor, que, apesar de todos os erros e dos escândalos de corrupção, resolveu abrir na marra esse e outros setores, o brasileiro ainda estaria pagando preço de Ferrari por carros nacionais. Com o passar do tempo, pois, a situação melhorou muito, mas, como vimos, nem tanto a ponto de equilibrar o cenário. Longe disso: o brasileiro continua gastando muito mais pelo mesmo carro, tudo para beneficiar os sindicalistas, os políticos e as grandes empresas.

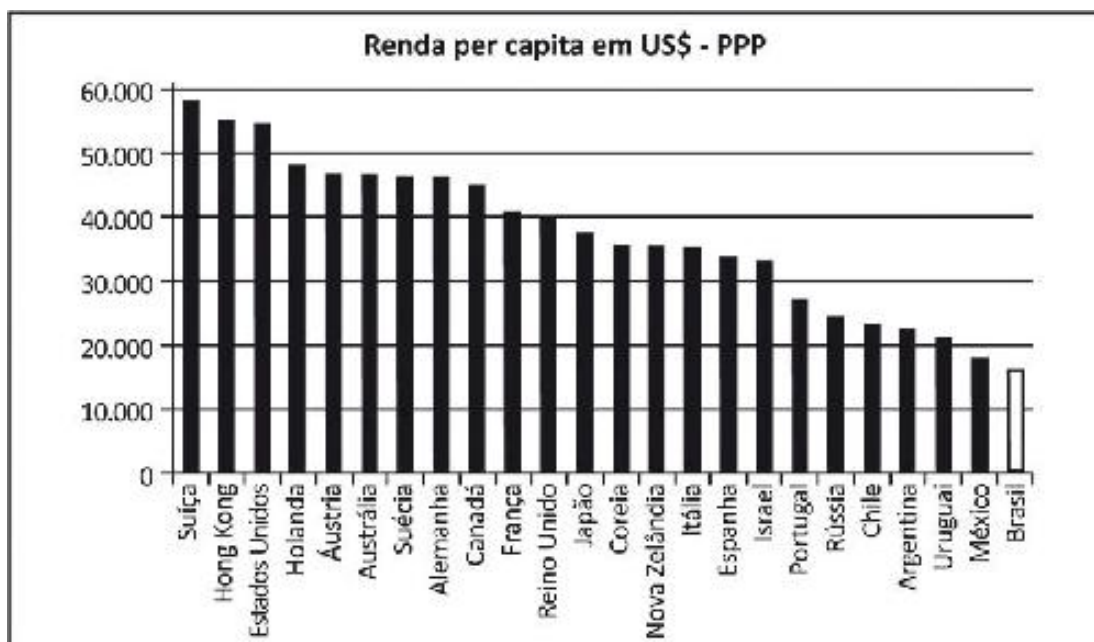
Essa simbiose entre sindicatos poderosos, governo e grandes empresários, diga-se, era a marca registrada de certo regime italiano, liderado por um tal de Mussolini. Isso mesmo, leitor. Não vá cair da cadeira: o fascismo, que somos doutrinados desde cedo a jogar para o lado da direita, e que todo comunista usa para rotular os que não são de esquerda, era estatizante e sua podridão cheira mais ao socialismo intervencionista e ao sindicalismo do que ao capitalismo liberal.

Os liberais pregam o livre mercado, a abertura comercial, a concorrência desimpedida. O que isso tem a ver com grandes empresas que formam cartel graças aos obstáculos criados pelo governo e pelos sindicatos? O que tem a ver com subsídios do BNDES, com sua seleção de “campeões nacionais”? Nada. Mas os malandros brasileiros não só defendem essa estroenga, que ferra com os consumidores, como depois ainda usam o conceito de fascismo para se referir a seu oposto, o liberalismo. É mole ou quer mais?

Vamos aos dados

Hora de recorrer aos indicadores que expressam com perfeição a decadência brasileira perante o resto do mundo. E não compararemos o país apenas com as nações desenvolvidas, o que seria covardia, mas com os latino-americanos também. O Chile é o que mais se destaca positivamente. Não por acaso, é o que teve menos malandragem e mais liberdade econômica, paradoxalmente implantada por um ditador, o general Pinochet.

A fonte principal dos dados é o CIA World FactBook, disponíveis no site da própria agência americana (www.cia.gov).



Começamos pela renda per capita, o indicador isolado que melhor avalia a riqueza de cada habitante de um país, na média. Afinal, muito se fala de o

Brasil ser a sétima economia do planeta, deixando de lado, no entanto, o fato de termos a sexta maior população. O que importa, pois, é a riqueza produzida dividida pelo tamanho da população.

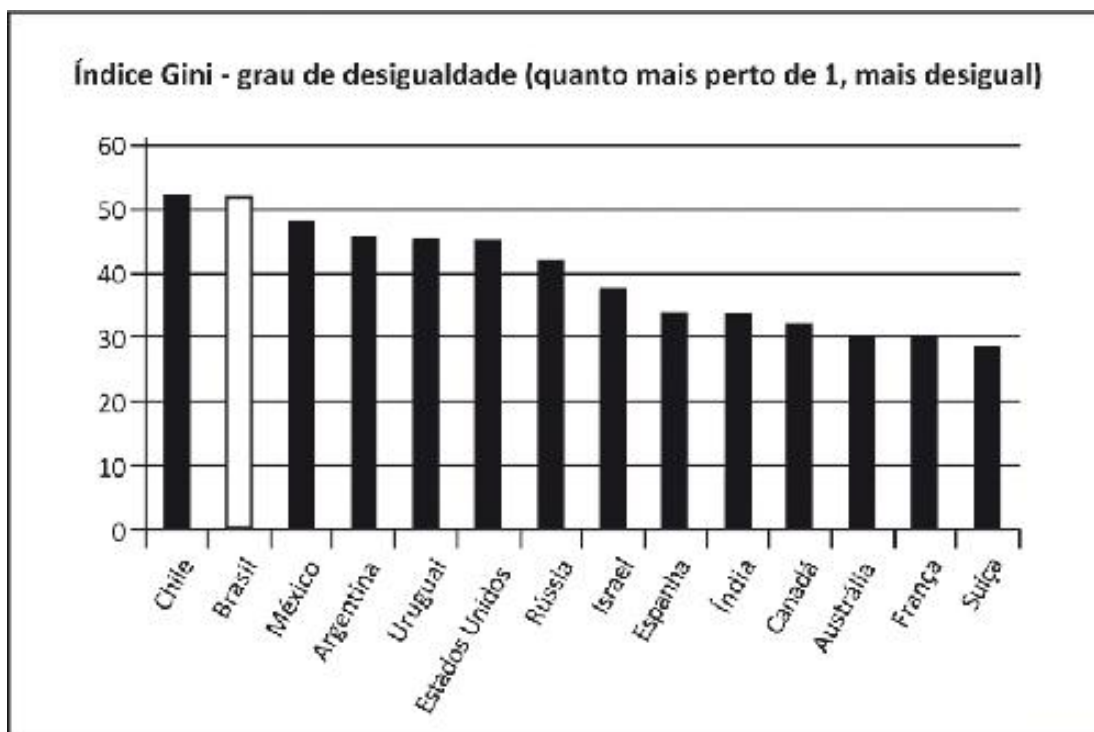
E, dessa forma, o Brasil é o patinho feio do mundo. Esses dados, os mais recentes disponíveis (2015), não captaram a acelerada depreciação da moeda brasileira, tampouco a acentuada queda do PIB. Ou seja, quando forem atualizados, a situação piorará, e muito. E note-se que o chileno médio já ganha mais de 40% acima do brasileiro médio. É uma distância e tanto.

Será que os chilenos querem importar nosso jeitinho para viverem com mais emoção (e menos dinheiro)?

Nossos patrícios possuem uma renda per capita 67% acima da nossa. Mas achamos graça das piadas de portugueses, como se fossem, mesmo, um bando de otários. Já os esculhambados “carcamanos” têm o dobro da nossa renda individual. Feliz, ainda, por repetir que somos a sexta ou sétima potencia do globo, sem levar em conta o tamanho da população?

Os igualitários, que compraram o livro de Thomas Piketty (mas não o leram), poderão alegar que o mais importante não é o nível de renda por habitante, mas sua distribuição. Não deixa de ser pura idealização da inveja, travestida de “igualitarismo malandro”, mas tudo bem. Vejamos como o Brasil se sai no quesito distribuição de renda, lembrando que a concentração de poder em Brasília se dá justamente com base no discurso da “justiça social” e que o Distrito Federal possui a maior renda per capita do país.

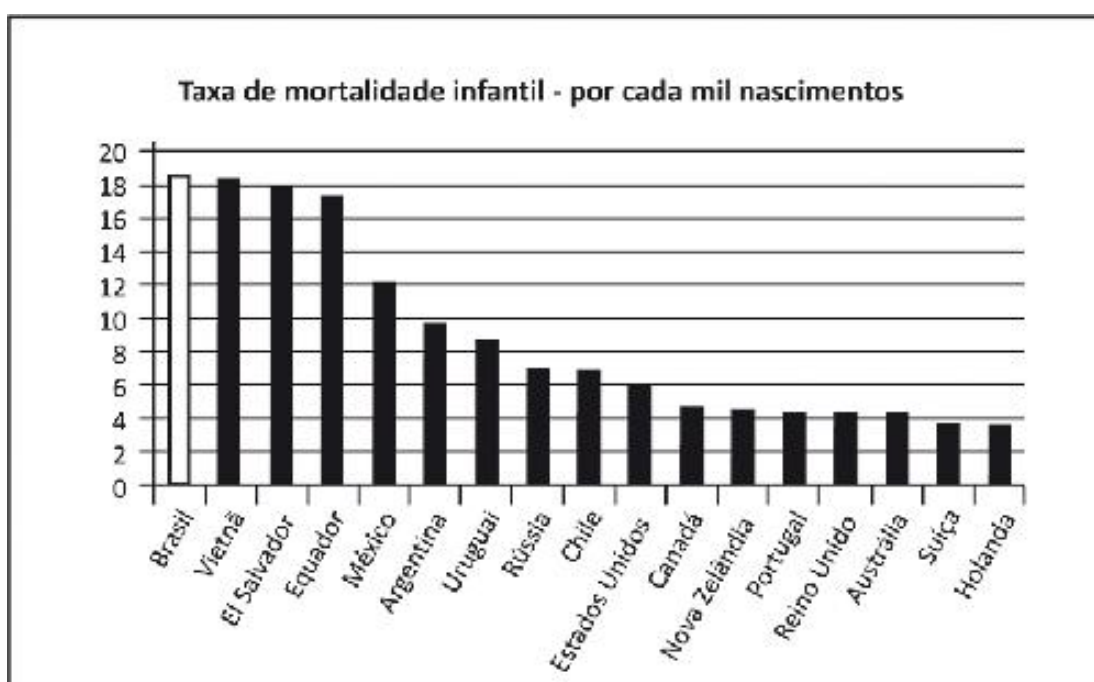
O índice de Gini mede justamente o grau de concentração de renda de um país. Quanto mais perto de 1, mais desigual. O Brasil tem 51,9, enquanto os EUA têm 45, a Índia tem 33,6 e a capitalista Suíça, terra dos chocolates e banqueiros, tem apenas 28,7. Sim, o Brasil não é “apenas” pobre, mas também muito desigual.



Confesso que nunca entendi bem essa obsessão da esquerda com a desigualdade. Como se pode ver, um país pobre como a Índia é menos desigual do que um país rico como os Estados Unidos. Será, portanto, que a igualdade deveria mesmo estar no foco? É melhor ser igual na pobreza ou desigual na riqueza? Se a *produção* de riqueza depende da meritocracia — logo, da desigualdade —, por que atacá-la dessa maneira tão patológica?

Ainda assim, vê-se que países bem ricos como a Suíça podem ser também bastante igualitários, enquanto países pobres como o Brasil podem ser bastante desiguais. Ou seja, não só temos uma renda por habitante muito baixa, como pessimamente distribuída. E que não se fale que a culpa é do “neoliberalismo” ou do capitalismo, pois, como dá para perceber, países mais liberais e capitalistas são mais ricos *e menos desiguais* do que o Brasil. Falta grana, entre outros motivos, porque está muito concentrada nas mãos dos “amigos do rei” em Brasília.

“Dinheiro não é tudo na vida, seu materialista insensível!” Já posso ouvir algum malandro, devidamente doutrinado por professores marxistas inspirados na pedagogia de Paulo Freire, retrucando. De fato, de fato. Dinheiro é apenas o começo. Quanto mais rico for um país, mais recursos terá para investir em infraestrutura de boa qualidade, medicina, educação (que não deve ser confundida com doutrinação ideológica) etc. Por falar em medicina, vejamos então a taxa de mortalidade infantil, lembrando que, antes do advento da revolução industrial capitalista, as crianças morriam feito moscas, uma a cada cinco.



O Brasil compete com Vietnã e El Salvador o título de quem deixa mais crianças de até um ano morrer. E perde. Nossa marca é de 18,6 mortes para cada cem mil nascimentos, contra 18,4 do Vietnã e 17,9 de El Salvador. Os capitalistas? Temos 5,9 para os EUA, 4,7 para o Canadá e 3,6 para a Holanda.

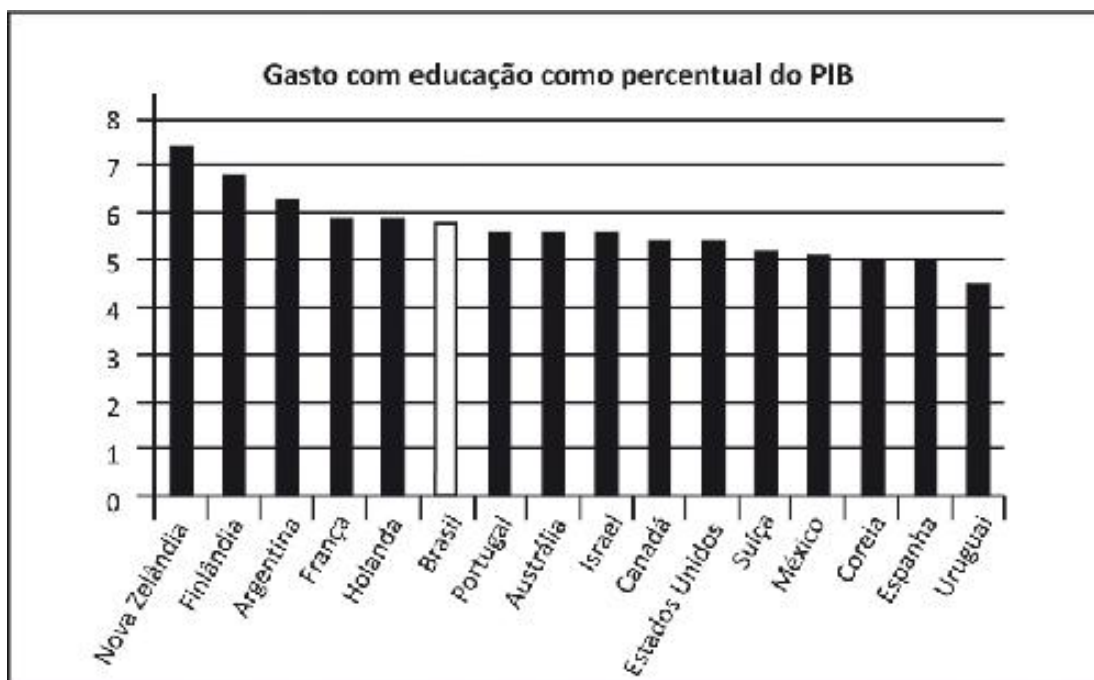
Neste ponto, alguns espertos podem citar Cuba, que apresentaria bom indicador. Explico a malandragem: não só os dados cubanos nunca são confiáveis, por se tratar de uma ditadura fechada ao mundo e aos observadores imparciais, como o regime dos irmãos Castro usa o aborto como instrumento para melhorar a taxa.

Isso mesmo: está prestes a nascer com algum risco, ou mesmo *depois* de sair do útero da mãe? Ora, não há dúvida, elimina-se o “desgraçado”, que simplesmente desaparece da estatística de morte, entrando para a de aborto. Por isso a ilha caribenha, feudo particular dos camaradas dos malandros brasileiros, tem uma das maiores taxas de aborto do mundo. É cruel, eu sei, mas *alguma* coisa no socialismo *não* o é?

A solução para todos esses problemas, claro, é a educação. É o que dizem dez entre dez pessoas. Tudo certo. Não seria, contudo, o caso de perguntar: *qual* educação? Afinal, alguém acha mesmo que basta jogar mais recursos públicos no sistema? O patrono da educação brasileira é Paulo Freire! O comuna que transportou a luta de classes marxista para dentro de sala de aula, falando em “oprimido” e “opressores” e alegando que o professor tinha muito a aprender com o garoto pobre e analfabeto (talvez mais do que com o próprio Freire).

Quem diz que o problema é falta de verba precisa entender que o Brasil *já gasta* o equivalente aos demais em termos percentuais do PIB. Isso mesmo: torramos neste modelo fracassado quase 6% do PIB, mesmo patamar de uma França, de uma Holanda, de uma Austrália.

Como se vê, o desafio brasileiro não está em conseguir mais dinheiro para a educação, mas em manejá-lo melhor. O Estado gasta mal, investe muito, em termos proporcionais, no ensino superior (para oferecer cursos universitários de humanas gratuitos para as elites), e pouco no básico. Sofre, ademais, de um problema gravíssimo de doutrinação ideológica, com professores que mais parecem militantes partidários e ideológicos, preocupados, antes, em fazer lavagem cerebral do que em ensinar as matérias importantes. E ainda perdeu o controle sobre a disciplina, dominado pela mentalidade “progressista” de que não pode haver hierarquia na classe e de que os alunos podem e mesmo devem mandar na sala de aula.



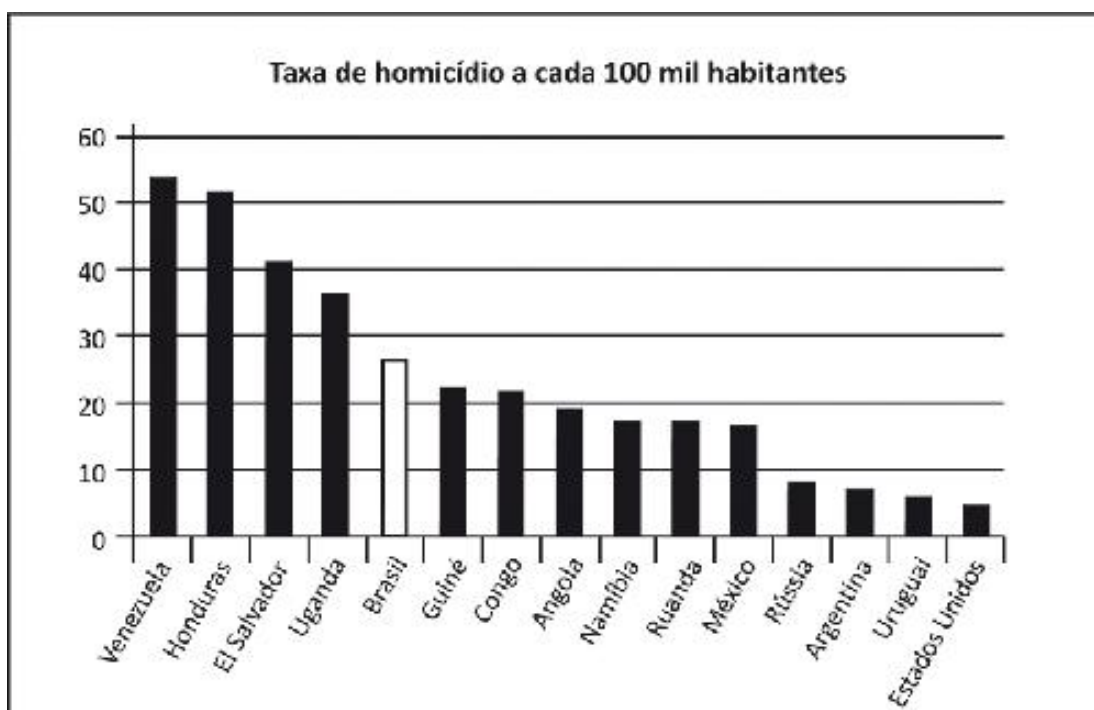
O resultado é uma sofisticada máquina de produção de analfabetos funcionais, jovens condenados à rabeira no ranking internacional do PISA, medido pela OCDE, e a repetirem, como robôs, clichês marxistas. Em matemática, por exemplo, o Brasil está na 58ª posição — de um total de 65 países analisados. Atrás da Albânia! Os brasileiros não sabem fazer contas. Mais: não têm ferramentas para raciocinar com clareza e para confrontar a propaganda, o embuste. Por isso, acreditam nas promessas irreais dos políticos malandros e canalhas. Também não sabem ler, como evidencia o 55º lugar no ranking de leitura.

E como produzir ciência, se, nesse quesito, o Brasil, na 59ª posição, fica à frente de somente seis países?

Diante desse quadro calamitoso, o esperto tem resposta na ponta da língua — é óbvio: tirar mais recursos ainda da iniciativa privada e jogar em nossas escolas e universidades públicas, aquelas incapazes de apresentar resultados minimamente decentes mesmo com toda a montanha de dinheiro que lhes é despejada. “Usemos o pré-sal para investir 10% do PIB em educação!”, clamam os malandros.

É, agora vai...

Há também a questão da violência. Como se não bastasse o brasileiro ter de pagar mais caro por tudo, e a fundo perdido, no caso dos serviços públicos, de péssima qualidade, ele ainda corre o risco diário de assaltos, de uma bala perdida, de receber uma facada do nada. As estatísticas nessa área são assustadoras e *deveriam* chocar qualquer pessoa normal. O brasileiro esperto, porém, já tira de letra isso tudo. Ele, como um sapo escaldado, já se adaptou à situação. Não deveria.



Vivemos numa verdadeira guerra civil. A África é no Brasil. São cerca de 60 mil assassinatos por ano. Ou, dito de outra forma, a cada cem assassinatos no mundo, treze ocorrem em território brasileiro, com toda nossa cordialidade.

Imagina se o povo brasileiro não fosse pacífico...

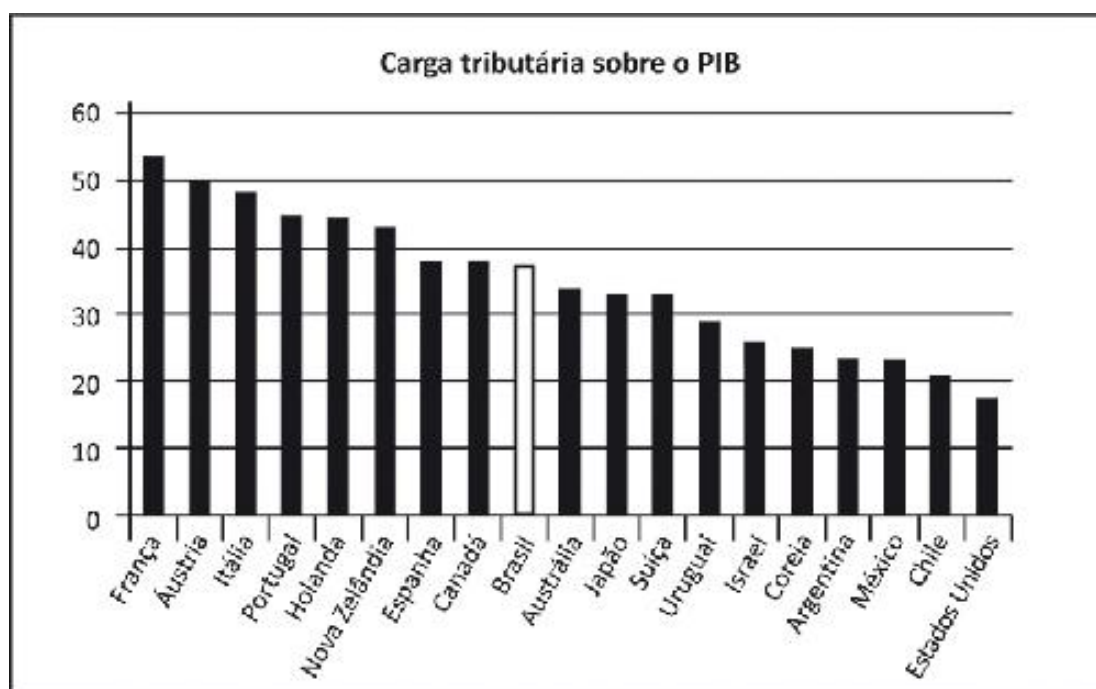
Com mais esforço dos malandros, quem sabe chegamos ao patamar de uma Venezuela?

Ao se deparar com esse cenário, contudo, o que propõe o esperto esquerdista tupiniquim? Proibir as armas, ora. São elas que matam, pela lógica da malandragem. Não os indivíduos. Afinal, pistolas disparam sozinhas.

Esqueça que os bandidos já possuem armamento ilegal. O certo é ainda desarmar o cidadão. Esqueça que a impunidade é o maior estímulo ao crime. O correto é proteger o criminoso. Enquanto o brasileiro luta para sobreviver nesse caos, em que o Estado não o protege e ainda faz de tudo para não deixá-lo se proteger, vem um psicanalista cheio de “lacanagem” e diz que a classe média se encastela em condomínios por preconceito, por temer a “alteridade”, por não desejar o confronto com o “outro”.

Não é por tentar defender os seus minimamente que as pessoas se fecham em condomínios, mas porque — diz o detetive das almas “fascistas” — desejam se sentir superiores.

A que ponto chegamos?



O Brasil possui carga tributária padrão Europa, para serviços padrão África. Impostos escandinavos, serviços africanos: não parece uma combinação muito inteligente.

Isso sem falar de sua complexidade, já que são quase oitenta tributos diferentes. Um verdadeiro “manicômio tributário”. Note-se que os países emergentes costumam apresentar carga bem menor; alguns desenvolvidos também, mesmo os Estados Unidos, o “xerife do mundo”, com bases militares em tudo que é canto. Israel, que precisa investir uma barbaridade

em defesa por conta da vizinhança maluca, tem um Estado bem menos guloso do que o nosso, em paz com os vizinhos.

Os altos impostos normalmente são um luxo custoso que *quem já ficou rico* pode bancar — mesmo assim, sob enorme prejuízo econômico. Afinal, o governo nunca é o melhor gestor desses serviços, apesar de alguns deles dificilmente serem viáveis pela lógica estrita de mercado (poucos defenderão a força policial ou a Justiça com base no mecanismo de lucro e prejuízo).

Aliás, eis o que os malandros brasileiros precisam entender: não só labutamos até maio para bancar a máquina estatal, como pagamos tudo dobrado. Sim, pois nesses pesados impostos já consta o gasto com educação, saúde e segurança. A classe média, porém, coloca, sempre que pode, o filho numa escola particular, para fugir da doutrinação ideológica escancarada, possui plano de saúde particular e vive em condomínio com segurança privada. Os quase 40% de impostos vão para a lata do lixo. Qual a verdadeira carga tributária sobre os espertos? Não chamaria de louco quem dissesse que se aproxima dos 70% do PIB...

No país dos malandros, o Estado é Deus e o empreendedor, o capeta. Qual a consequência dessa mentalidade tacanha? Ora, um ambiente em que fazer negócios é quase um ato de loucura, de insanidade.

No relatório do Banco Mundial sobre “Doing Business”, que mede, entre outras coisas, a facilidade de se abrir uma empresa, obter alvarás, registrar propriedades, conseguir crédito e executar contratos, e que considera também os instrumentos de proteção de investidores minoritários existentes, eis a vergonhosa posição do Brasil: 116^a — num total de 189 países.

Os primeiros colocados têm mais apreço pelo empreendedor, pelo capitalismo, pelo lucro e pelo mercado, como Cingapura, Nova Zelândia, Dinamarca, Coreia do Sul, Hong Kong, Reino Unido e Estados Unidos. Abre-se uma empresa em poucos dias nesses lugares, enquanto no Brasil se pode levar meses. Se o capitalista é visto com extrema desconfiança pelo malandro brasileiro, nos países desenvolvidos ele é estimulado, bem tratado, quase reverenciado. Ser empresário no Brasil é ato heroico, especialmente para os que pretendem respeitar as leis.

A combinação de muito recurso e muito poder concentrados no Estado, somada à cultura da malandragem, só poderia forjar um país extremamente corrupto. Quando tudo depende do carimbo do poderoso burocrata, quando uma canetada do governo pode decidir o destino de setores inteiros, quando empresas estatais investem dezenas de bilhões com base em decisões políticas, claro que a tentação será irresistível para muitos. A lógica foi resumida pelo empresário Eike Batista, que queria porque queria se transformar num “empresário do PT”. Cair nas graças do “rei” é o caminho da felicidade, tudo estimulado, ainda mais, pela impunidade.

O resultado? No ranking de corrupção percebida, calculado pela ONG Transparency International, o Brasil se encontrava na sugestiva posição de número 69 em 2014. É sacanagem mesmo. Mas eis que os petistas conseguiram piorar muito aquilo que já era péssimo. Quando a ONG divulgou o ranking de 2015, no começo de 2016, o Brasil tinha despencado nada menos do que sete posições. O país ficou em 76º em uma lista de 168. Obteve nota 38, em uma escala de 0 a 100, sobre a corrupção percebida no sistema público, em que a nota máxima significa país livre de corrupção. Alejandro Salas, diretor regional de Américas da ONG, disse:

Apenas o pequeno país africano Lesoto teve um desempenho tão ruim quanto o do Brasil. No caso brasileiro, não ficamos surpresos. Desde o escândalo do mensalão, a questão da corrupção entrou na agenda pública do país. Houve protestos sobre desvios em obras da Copa e agora o rumoroso caso da Petrobras. O que preocupa é que no Brasil não se trata de um político fazendo algo sujo individualmente, a corrupção é crime organizado.

Agora, sim, os petistas podem afirmar com orgulho: nunca antes na história deste país. Nunca se viu tanta roubalheira. Nunca se produziu tanto escândalo de corrupção. Nunca se desviou tanto dinheiro das estatais, a ponto de levá-las quase à falência. Nunca se viu cobertura triplex em frente à praia, jatinhos e tanto luxo configurando a vida de políticos até ontem humildes. Nunca se viu tanto cinismo, abuso, cara de pau, ao se defender

uma quadrilha disfarçada de partido político. Só no país dos malandros mesmo.

O governo petista foi, sem dúvida, o mais corrupto de nossa história. Quem ainda defende o partido faz apologia ao crime, é cúmplice indireto, é conivente. Nenhuma pessoa decente consegue defender o PT. O estrago causado no país é incalculável. Destruiu a economia, voltou com a alta inflação, aumentou o desemprego, corroeu as instituições e acabou com a imagem brasileira no exterior.

Hoje, é humilhante se dizer brasileiro por aí, graças aos companheiros do PT. Às vezes tenho vontade de fingir que sou argentino na Flórida, para se ver o grau de desespero. Competimos com os países africanos para ver quem está mais ferrado. E, ainda assim, os malandros não querem mirar nos bons exemplos, pois preferem continuar culpando os “loiros de olhos azuis” pelos problemas do Brasil.

Os menos corruptos são países como os escandinavos, e também a Suíça, Nova Zelândia, Cingapura e Holanda. O Chile e o Uruguai ostentam respeitadas posições, perto dos Estados Unidos. O mais corrupto da América Latina é a Venezuela, que resolveu seguir o socialismo e inspirou os petistas a desejar o mesmo destino. Já o Brasil, nessa trilha, perde até mesmo para a África do Sul. Até a Grécia e a Itália conseguem ficar à frente. O Brasil vive mesmo sob o domínio da Camorra tupiniquim, travestida, no entanto, de partido político.

Renda per capita, taxa de mortalidade, educação, violência, o custo para manter o Estado incompetente e corrupto — tudo isso acaba retratado no Índice de Desenvolvimento Humano, um indicador razoável do quadro geral de uma nação.

O IDH é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida e natalidade, entre outros fatores. E, nele, como estamos? Podemos comemorar alguma coisa após tanto jeitinho e malandragem?

Índice de Desenvolvimento Humano 2015 — ONU

1. Noruega

2. Austrália
 3. Suíça
 4. Dinamarca
 5. Holanda
 6. Alemanha
 7. Irlanda
 8. Estados Unidos
 9. Canadá
 10. Nova Zelândia
 - ...
 17. Coreia
 18. Israel
 - ...
 26. Espanha
 27. Itália
 - ...
 40. Argentina
 - ...
 50. Rússia
 - ...
 72. Venezuela
 73. Sri Lanka
 74. México
 - 75. Brasil**
-

No ranking relativo a 2015, o Brasil aparece na 75ª posição.

Acompanhe comigo por extenso: septuagésimo quinto lugar. É gente pra caramba à frente. Eis tudo de que precisamos saber: o Brasil ficou atrás da Venezuela. Do Sri Lanka, *for Christ sake!* A qualidade de vida no país dos malandros é simplesmente terrível. Uma catástrofe. Mas não uma catástrofe natural, como terremoto, tsunami, furacão. Nada disso. Trata-se de uma desgraça lapidada pelos brasileiros, *a despeito* de uma natureza amigável, de recursos naturais abundantes. Não é algo que se improvise, nem é obra de um só governo. É fruto de muito esforço mesmo.

O Brasil é o patinho feio, sempre na rabeira dos rankings internacionais. Mas aí de quem ousar falar que essa malandragem toda deu errado, que nosso jogo de cintura não adiantou para coisa alguma na hora de construir

uma nação próspera, que nossa gíngua não foi capaz de produzir medicina decente para a população, que nosso jeito para as emoções em nada contribuiu para termos educação de boa qualidade.

O projeto de país chamado Brasil é um retumbante fracasso. Pergunto: dá para ter orgulho de ser brasileiro?

Epílogo

Chegamos ao fim do livro, e juro não ser garoto-propaganda do Prozac. Sei que dá vontade de tomar antidepressivos, principalmente se o leitor estiver entre aqueles que, cientes disso tudo, não perderam a capacidade de indignação.

Um dos maiores problemas brasileiros está justamente em adorar fugir... dos problemas. Não os enfrentamos com remédios. Preferimos contorná-los, adiá-los com “pão e circo”, com carnaval, futebol, novelas, cerveja, e com um discurso ufanista boboca, de que somos o rei da cocada preta, a última Coca-Cola do verão.

Todos amam o Brasil, em particular o Rio de Janeiro. Todos querem *visitar* a “cidade maravilhosa”. Mas, pergunta-se, querem *morar* nela? Aí já não será bem assim. Há, claro, quem goste de uma aventura arriscada, quem não se importe com o trânsito caótico, com uma burocracia bizarra, com a malandragem dos demais, com a sujeira nas ruas, com pedintes nos semáforos, com os muros pichados, com as favelas gigantescas etc.

Há, ainda, aqueles que podem evitar *quase* isso tudo morando em frente à praia, pagando milhões pelo metro quadrado. Mas esses são muito poucos, e se enganam se pensam ser possível blindar tudo para se proteger dos custos e riscos da esperteza. Alguma hora é preciso sair da ilha da fantasia e encarar o entorno.

A imensa maioria apenas tenta sobreviver e melhorar de vida em meio a tanta loucura, tanto abuso das autoridades, tanta falta de educação, tanto sofrimento. Mas, como estão inseridos na mesma cultura, no mesmo ambiente, acabam se acostumando, achando tudo normal. É como um sujeito que vive no esgoto: ele não tem olfato que não para a bosta. Se,

entretanto, o tiram dali, dão-lhe um banho e duas gotas de perfume francês, e o recolocam no esgoto, é vê-lo imediatamente reagir ao cheiro insuportável.

É a sensação de muito brasileiro que passa um tempo fora, em algum país civilizado, e depois retorna ao Brasil. É nessa hora que realmente se sente o tamanho do problema. Se tiver um pingão de sensibilidade, de capacidade de empatia e for observador, ele sem dúvida ficará revoltado com o que fizeram do país. E mais: com a naturalidade com a qual se lida com essa porcaria toda.

O brasileiro malandro é como um sapo que vai se acostumando à temperatura crescente da panela, até ficar esturricado. Se jogarmos o sapo direto na panela fervendo, ele pula. É como se colocarmos um suíço desavisado pela primeira vez no Brasil: vai pular.

Imaginei um diálogo entre um brasileiro malandro e um suíço em um artigo publicado por *O Globo* em 2011. Eis um trecho:

— Quer dizer então que a criminalidade ocorre à luz do dia, a impunidade é total, a infraestrutura está podre mesmo com impostos abusivos, e o povo vai às ruas pelas vadias, gays e maconha? Nada contra estas causas em si. Mas não te parece um despautério?

— Pode ser.

— Vocês não conseguem mais se indignar? Perderam as esperanças? Lembre-se: basta que as pessoas de bem nada façam para o mal triunfar. O preço da liberdade é a eterna vigilância. Uma sociedade de cordeiros desarmados terá sempre um governo de lobos. Vocês estão brincando com fogo!

— Mas nós temos o carnaval, o futebol e a praia.

— Desde os romanos sabemos dos riscos do “pão e circo”. Escravos miseráveis tinham o Coliseu para se manterem entretidos e, com isso, ignorar os abusos dos governantes. Mudando radicalmente de assunto: explica essas tomadas que vi pelo país todo, e que não tem em nenhum outro lugar do mundo.

— O governo decidiu um padrão novo de tomada e é obrigatório para todos, por questão de segurança.

— O governo escolhe até as tomadas? Segurança não há, porque notei que muitos usam adaptadores vagabundos. Aliás, é espantoso o grau de intervenção do governo central no Brasil. Nunca ouviram falar no federalismo?

— Vagamente.

— São aqueles cantões que decidem as coisas públicas de forma bem descentralizada e próxima do cidadão.

— Este modelo de vocês pode até funcionar melhor, mas não tem o calor humano brasileiro.

— Nós somos uma nação meio fria mesmo. Não temos o jeitinho e a malandragem dos brasileiros. Em compensação, temos uma renda per capita acima de US\$ 40 mil, baixa criminalidade, corrupção quase inexistente, inflação praticamente nula, elevada expectativa de vida e ótimos indicadores sociais. Sem falar do respeito às liberdades individuais e à propriedade privada. Para quem busca fortes emoções, a Suíça não é o local mais adequado. Talvez o Iraque, a Venezuela ou o Brasil. Já para quem busca tranquilidade, paz, liberdade e prosperidade...

— Mas quem precisa disso tudo quando se tem as Olimpíadas e a Copa do Mundo? Eu tenho orgulho de ser brasileiro!

Nisso, entrou um sujeito no bar e gritou: “Mãos ao alto que isso é um assalto!”

“Haja emoção”, pensou o suíço.

O leitor saberia dizer quem é o presidente da Suíça? Ganha uma mariola mordida — ou um sanduíche de mortadela — quem acertar sem olhar no Google. Simples: *ninguém* sabe, pois ele não existe. É um Conselho Federal formado por sete ministros que exerce a chefia de Estado no país. Não há culto à personalidade, não existe uma figura vista como “pai dos pobres”, muito menos uma “presidenta” tratada como “mãezona”.

Já pensaram nisso: um país sem presidente?

Os malandros brasileiros jamais aceitariam uma coisa dessas. Gostamos de um líder para chamar de nosso, de preferência bem populista e autoritário. Um “messias salvador da Pátria”, que resolverá todos os nossos

problemas num passe de mágica, da noite pro dia. Um “déspota esclarecido”, que concentrará um poder enorme para, de cima para baixo, impor a justiça social e decretar o fim da miséria. Falta apenas vontade política...

O resultado dessa mentalidade estatizante, típica de povos tribais e subdesenvolvidos, está aí, para quem tiver olhos enxergar. Trocamos a liberdade pelo controle minucioso do Estado, a ciência pela magia, a razão pelas emoções, a lógica pelo dogma ideológico, o debate calcado em argumentos pelos gritos estridentes nas redes sociais, o estudo sério pelos diplomas inúteis, o trabalho pelo privilégio estatal. Não é possível dar certo assim.

O trabalho, como virtude, nunca foi valorizado como deveria no Brasil. A corte portuguesa o considerava coisa de escravo. Segundo conta Jorge Caldeira em seu livro sobre o Barão de Mauá, o Imperador D. Pedro II jamais perdoou ao empresário por tê-lo feito se curvar com uma pá de prata, em um gesto simbólico, na cerimônia de inauguração de uma estrada de ferro em 1852, como já vimos. Trabalho é tido como algo ruim pelo brasileiro, não como libertador e nobre.

Como visto, falamos em “ganhar” dinheiro, para se referir ao salário, como se fosse um presente, um maná dos céus, enquanto em inglês se fala “fazer” dinheiro, denotando a necessidade de esforço e mérito. Muitos jovens sonham com um bom emprego, de preferência estável em alguma repartição pública, e poucos enaltecem a ideia virtuosa de trabalho.

Isso precisa mudar. Não é necessário ser calvinista para reconhecer a importância de uma ética do trabalho para o progresso de um povo. Enquanto preferirmos a malandragem como estilo, enquanto acharmos que nossa esperteza é o principal ativo de que dispomos, seremos vítimas de nós mesmos, presos numa armadilha ideológica que acaba beneficiando uns poucos oportunistas — para prejuízo dos demais.

Nosso herói não pode mais ser Macunaíma, aquele sem caráter. Precisamos de referências positivas, de figuras que *mereçam* respeito. Os fins não justificam quaisquer meios. O mais importante não é o ponto de chegada, mas *como* se chegou lá. Precisamos valorizar o mérito, a integridade, a honestidade, o respeito às regras e aos outros.

Não devemos ficar babando o ovo de qualquer um que é rico, famoso ou poderoso, como se tais características fossem as mais relevantes do mundo. Os “pais fundadores” dos Estados Unidos são tratados como heróis até hoje, apesar da campanha difamatória da esquerda, por serem indivíduos cuja dignidade sempre triturou qualquer canalhice e sustentou as honrarias. Espírito público faz falta, o que não deve ser confundido com coletivismo. Nossas elites precisam pensar no país em longo prazo, na construção de uma nação, e não apenas em maximizar seus ganhos imediatos custe o que custar.

Todo povo tem o governo que merece, diz o ditado. Se isso for verdade, pobre do brasileiro. De fato, porém, aqueles deputados, senadores e presidentes não foram colocados lá por alienígenas, muito menos por suíços. Foram os brasileiros que os escolheram. É verdade que o sistema é um tanto podre, às vezes de cartas marcadas, com os caciques políticos mandando no jogo. Mas a insistência dos eleitores em optar pelos mesmos trastes — mesmo quando vestidos de juventude — é incrível.

Ainda assim, não considero que o maior problema seja o povo. Ou melhor, é o povo, sim, mas sobretudo uma parte: o andar de cima. A culpa, essencialmente, é das elites. E não como alegam os esquerdistas malandros, mas no sentido de que nossas lideranças — intelectuais, financeiras, formadoras de opinião — acabam contribuindo para o caos em vez de ajudar a tirar o país do lamaçal.

Quem adora a pobreza é intelectual, por exemplo. Quem consegue defender o socialismo em pleno século XXI? Os nossos professores. Quem clama por subsídios e barreiras comerciais são nossos grandes empresários. Quem adota claro viés em favor dos políticos esquerdistas, por mais corruptos que sejam, são os jornalistas. Isso é elite. Uma elite malandra, que se julga esperta, e que vem ferrando o Brasil há décadas.

Até quando?

Os brasileiros precisam acordar desse sonambulismo. Ou nos livramos desses espertos e malandros de uma vez, ou acabarão com o Brasil. O custo

de nossa malandragem já beira o insustentável. E não falo apenas em termos econômicos, de um país novamente quebrado, endividado até não poder mais, com alta inflação e desemprego. Falo de vidas humanas, perdidas diariamente por conta do total descaso do governo e de uma mentalidade “progressista” que impede a adoção das verdadeiras soluções.

Não gostaria de ter que me *mudar do Brasil*; gostaria de *mudar o Brasil*. Mas isso só será possível refundando a cultura do brasileiro.

Brasileiro é otário

Site do autor:

<http://rodrigoconstantino.com/>

Facebook do autor:

<https://pt-br.facebook.com/rodrigo.constantino.90>

Twitter do autor:

<https://twitter.com/rconstantino?lang=pt>

Wikipédia do autor:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Rodrigo_Constantino

Goodreads do autor:

http://www.goodreads.com/author/show/4123768.Rodrigo_Constantino

Goodreads do livro:

<http://www.goodreads.com/book/show/30814849-brasileiro-ot-rio---o-alto-custo-da-nossa-malandragem>

Skoob do autor:

<https://www.skoob.com.br/autor/5750-rodrigo-constantino>

Skoob do livro:

<https://www.skoob.com.br/brasileiro-e-otario-595253ed596573.html>

Sinopse do livro:

http://www.record.com.br/livro_sinopse.asp?id_livro=29331

Perfil do autor no site da Record:

http://www.record.com.br/autor_sobre.asp?id_autor=7335

Este e-book foi desenvolvido em formato ePub
pela Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S. A.